

RELATÓRIO

PROJETO PAIPUFRGS/SINAES: 5º CICLO

**AValiação INSTITUCIONAL PERMANENTE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

2009

**COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO
SECRETARIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

Relatório

PROJETO PAIPUFRGS/SINAES: 5º CICLO

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PERMANENTE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
2009**



Porto Alegre

2011

**Reitor**

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor

Rui Vicente Oppermann

Chefe de Gabinete

João Roberto Braga de Mello

Pró-Reitor de Coordenação Acadêmica

Rui Vicente Opperman

Pró-Reitora de Graduação

Valquíria Linck Bassani

Vice-Pró-Reitora de Graduação

Andrea dos Santos Benites

Pró-Reitor de Pós-Graduação

Aldo Bolten Lucion

Vice-Pró-Reitora de Pós-Graduação

Lia Teresinha Silva

Pró-Reitor de Pesquisa

João Edgar Schmidt

Vice-Pró-Reitora de Pesquisa

Bruno Cassel Neto

Pró-Reitora de Extensão

Sandra de Fátima Batista de Deus

Vice-Pró-Reitor de Extensão

Ângelo Ronaldo Pereira da Silva

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Maurício Viegas da Silva

Vice-Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

Vânia Cristina Santos Pereira

Pró-Reitora de Planejamento e Administração

Maria Aparecida Grendene de Souza

Vice-Pró-Reitor de Planejamento e Administração

Luis Roberto da Silva Macedo

Coordenador da Educação Básica e Profissional

Jorge Luiz Day Barreto

Secretário de Educação a Distância

Sérgio Roberto Kieling Franco

Vice-Secretário de Educação a Distância

Silvestre Novak

Secretária de Desenvolvimento Tecnológico

Raquel Santos Mauler

Secretária de Relações Internacionais

Liane Hentschke

Secretário de Assistência Estudantis

Edilson Amaral Nabarro

Vice-Secretário de Assistência Estudantil

Alberto Morem Cossio

Secretário de Avaliação Institucional

Gilberto Dias da Cunha

Vice-Secretária de Avaliação Institucional

Cláudia Medianeira Cruz Rodrigues

Secretário do Patrimônio Histórico

André Luis Martinewski

Superintendente de Infraestrutura

Alberto Tamagna

Vice-Superintendente de Infraestrutura - Obras

Pedro César Saul Almeida

Vice-Superintendente de Infraestrutura - Manutenção

Sílvio Henrique Bersagui

Secretário de Comunicação Social

Flávio Antônio Camargo Porcello

Coordenador de Segurança

Daniel Augusto Pereira

Coordenador de Gestão Ambiental

Darci Barnech Campani

Procurador Geral

Armando Pitrez

Auditor Interno

Celso Anversa

Presidente da Comissão Permanente de Seleção

Maria Adélia Pinhal de Carlos

Diretora da Biblioteca Central

Viviane Carrion Castanho

Diretora do Centro de Processamento de Dados

Jussara Issa Musse

Ouvidora

Ana Maria e Souza Braga

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: 5º CICLO
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA
SECRETARIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - SAI

COORDENAÇÃO GERAL

Comissão Própria de Avaliação
Secretaria de Avaliação Institucional

COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO

Secretaria de Avaliação Institucional

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

SECRETÁRIO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
GILBERTO DIAS DA CUNHA

VICE-SECRETÁRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
CLÁUDIA MEDIANEIRA CRUZ RODRIGUES

TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS
ANTÔNIO EDMAR TEIXEIRA DE HOLANDA
CLAUDETE LAMPERT GRUGINSKIE
DÉBORA TRINDADE DE ANGELIS
FERNANDA BRASIL MENDES
FLÁVIA RENATA PINTO BARBOSA

BOLSISTAS DE GRADUAÇÃO
BERNARDO SFREDO MIORANDO
GUILHERME SANTANNA FURTADO
RAFAEL DA SILVA NUNES
SAMANDRA PAZ AZEVEDO

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

REPRESENTAÇÃO DOCENTE

GILBERTO DIAS DA CUNHA - PRESIDENTE
CLÁUDIA MEDIANEIRA CRUZ RODRIGUES
DALTRO JOSÉ NUNES
EDUARDO DE BASTOS SANTOS
LORENA HOLZMANN
PAULO ROBERTO FERRARI MOSCA

RONALD JOSÉ ELLWANGER
SÉRGIO ALEXANDRE KORNDÖRFER
SUSANA MARIA WERNER SAMUEL

REPRESENTAÇÃO DE TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

ANA MARIA SOARES RECCHI
CLÁUDIA HOCHHEIM OLIVEIRA
DÉBORA TRINDADE DE ANGELIS
GIOVANI LOCK GOMES
HUBERT AHLERT
JANISE SILVA BORGES DA COSTA
REBECA CAMPANI DONAZAR

REPRESENTAÇÃO DISCENTE

MARCUS VINÍCIUS ROSSI DA ROCHA (TITULAR)
PEDRO DOS SANTOS DE BORBA (TITULAR)
LUCIANO PIAZZETA GYSI (SUPLENTE)
RAFAEL LEMES VIEIRA DA SILVA (SUPLENTE)
FLÁVIA RENATA PINTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

RENATO MACHADO DE BRITO
ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL – AAAUFRGS

LISTA DE SIGLAS

AAAUFRGS – Associação dos Antigos Alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ABEC – Associação Brasileira de Editores Científicos
ACG – Avaliação de Cursos de Graduação
ADUFRGS – Associação de Docentes da UFRGS
AEI – Avaliação Externa Institucional
ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANPROTEC – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores
APNES – Núcleo de Pesquisa e Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais
ASSUFRGS – Associação dos Servidores da UFRGS
ATUT – Associação de Trabalhadores da Unidade de Triagem do Hospital São Pedro
AUDIN – Auditoria Interna
AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem
AVAL - Sistema de Acompanhamento da Avaliação Institucional
BI – *Business Intelligence*
BIC – Programa Interno de Bolsa de Iniciação Científica da UFRGS
BP – Bolsa Permanência
CA – Ciências Agrárias
CAAR – Centro Acadêmico André da Rocha
CAD – *Computer-Aided Design*
CADETEC – Casa do Desenvolvimento tecnológico
CAEA – Centro Acadêmico da Escola de Administração
CAMEX – Câmara de Extensão
CAMPG – Câmara de Pós-Graduação
CAP – Colégio de Aplicação
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAVI – Conselho de Avaliação Institucional
CB – Ciências Biológicas
CC – Conceito Curso
CEBP – Coordenadoria de Educação Básica e Profissional
CECLIMAR – Centro de Estudos Costeiros Limnológicos e Marinhos
CEFAV – Casa do Estudante das Faculdades de Agronomia e Veterinária

CEI – Centro de Empreendimento do Instituto de informática da UFRGS
CENERG – Centro Tecnológico em Energia da UFRGS
CEO – Centro de Especialidades Odontológicas
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS
CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CEP-RUA – Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua
CES/CNE – Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação
CESUP – Centro de Supercomputação
CET – Ciências Exatas e da Terra
CEU – Casa do Estudante Universitário
CEUE – Centro Acadêmico de Engenharia
CEUFRGS - Casa do Estudante Universitário da UFRGS
CGA – Coordenadoria de Gestão Ambiental
CGGP – Coordenação Geral de Gestão de Pessoas
CGTRQ – Centro de Gestão e Treinamento de Resíduos Químicos do Instituto de Química
CGU – Controladoria Geral da União
CH – Ciências Humanas
CIEB – Centro de Investigação em Educação Básica
CINTED – Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias da Educação
CITEC-FIERGS – Conselho de Inovação e Tecnologia da FIERGS
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COCEP – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
COPEDE – Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência
COFECUB – Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil
COMCET – Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia
COMDEPA – Conselho Municipal de Porto Alegre dos Direitos da Pessoa com Deficiência
COMEX – Comissão de Extensão
COMGRAD – Comissão de Graduação
COMPÓS – Comissão de Pós-Graduação
COMUT – Programa de Comutação Bibliográfica
CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONCUR – Conselho de Curadores
CONEP – Comissão Nacional de Ética e Pesquisa
CONSUN – Conselho Universitário
COORLICEN – Coordenadoria de Licenciatura
COORSAÚDE – Coordenadoria de Saúde
COPERSE – Comissão Permanente de Seleção
COPESUL – Companhia Petroquímica do Sul
COSAT – Comissão de Saúde e Ambiente de Trabalho
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CPC – Conceito Preliminar de Curso

CPD – Centro de Processamento de Dados
CPG – Comissão de Planejamento e Gerência
CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente
CPPTA – Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo
CREAL – Centro de Reprodução Experimental de Animais de Laboratório
CS – Ciências da Saúde
CSA – Ciências Sociais Aplicadas
CTE – Centro de Teledifusão Educacional
CT-INFRA – Projetos institucionais apoiados pelo fundo setorial de investimento em infraestrutura para pesquisa, com recursos FINEP
CTP – Processadora de Chapas para Gráfica
CUB – Custo Unitário Básico da Construção Civil
CV – Concurso Vestibular
D – Doutorado
DACOM – Departamento de Assuntos da Comunidade Universitária
DAF – Divisão de Análise Funcional da PROGESP
DAFA – Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura
DAFF – Diretório Acadêmico da Faculdade de Farmácia
DAFV – Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina Veterinária
DAGE – Diretório da Faculdade de Geografia
DAGER – Departamento Geral de Assessoramento
DAL – Divisão de Alimentação
DAP – Departamento de Administração de Pessoal
DAS – Departamento de Atenção à Saúde
DC – Divisão de Capacitação da PROGESP
DCE – Diretório Central de Estudantes
DCF – Departamento de Contabilidade e Finanças
DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais
DDC – Departamento de Difusão Cultural
DDGP – Departamento de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas
DE – Dedicção Exclusiva
DECORDI – Departamento de Controle e Registro Discente
DEDS – Departamento de Educação e Desenvolvimento Social
DEIMPORT – Departamento de Importação
DELIT – Departamento de Licitação e Transporte
DEPATRI - Departamento de Patrimônio
DEPROCON - Departamento de Execução de Projetos e Convênios
DESMA – Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural da Mata Atlântica
DIAD – Divisão de Acompanhamento e Análise Docente
DIL – Divisão de Lazer
DINTER – Doutorado Interinstitucional
DIPI – Departamento de Informação e Planejamento Institucional

DIRF – Declaração do Imposto de Renda na Fonte
DME – Divisão de Moradia Estudantil
DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana
DOU – Diário Oficial da União
DPCGPE – Departamento de Projetos de Cursos de Graduação e Programas Especiais
DPGA – Departamento de Planejamento e Gestão Acadêmica
DPO – Departamento de Programação Orçamentária
DSSSAE - Divisão de Seleção e Acompanhamento Pedagógico e Social
DT – Bolsa de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora
DW – *Data Warehouse*
EAD – Educação a Distância
EDUCOM – Projeto Nacional de Informática na Educação
EITT – Escritório de Interação e Transferência de Tecnologia
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EJA – EF – Educação de Jovens e Adultos: Ensino Fundamental
EJA - EM1– Educação de Jovens e Adultos: Primeira Série do Ensino Médio
EJA - EM2– Educação de Jovens e Adultos: Segunda Série do Ensino Médio
EJA - EM3– Educação de Jovens e Adultos: Terceira Série do Ensino Médio
E-MEC – Sistema de Regulação do Ensino Superior do MEC
ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENG - Engenharias
EPI – Equipamentos de Proteção Individual
ESCALA/AUGM – Programa de Intercâmbio de Graduação
ESEF – Escola de Educação Física
ET – Escola Técnica
FABICO – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
FACED – Faculdade de Educação
FADERS – Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e de Altas Habilidades no Rio Grande do Sul
FAMED – Faculdade de Medicina
FAPERGS – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
FAURGS – Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Portugal)
FEEVALE – Universidade FEEVALE
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIC – Feira de Iniciação Científica
FIERGS – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNOU – Fórum Nacional de Ouvidores Universitários
FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assistência Estudantil
FORPLAD – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
FORTEC – Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia
GAD – Gerência Administrativa
Gbps – *Gigabyte per second*
GED – Gratificação de Estímulo à Docência
GERTE – Gerência de Serviços Terceirizados
GPE – Grau de Participação Estudantil
GRICES – Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e Ensino Superior
HCPA – Hospital de Clínicas de Porto Alegre
HEO – Hospital de Ensino Odontológico da Faculdade de Odontologia
HÉSTIA – Incubadora Tecnológica HÉSTIA
HTML – *HyperText Markup Language*
IASP – *International Association of Science Park*
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IC – Iniciação Científica
ICBS – Instituto de Ciências Básicas da Saúde da UFRGS
ICT – Instituições de Ciência e Tecnologia
ICTA – Instituto de Ciência e Tecnologia dos Alimentos
IDD – Indicador de Diferença dentre os Desempenhos Observado e Esperado
IECBiot – Incubadora Empresarial do Centro de Biotecnologia
IEL – Instituto Euvaldo Lodi da Federação das Indústrias do Estado Rio Grande do Sul
IES – Instituição de Ensino Superior
IFEBRA – Instituição de ensino brasileira
IFES – Instituição Federal de Ensino Superior
IFET – Instituto Federal de Educação Tecnológica
IGC – Índice Geral de Cursos
INCom - Sistema de Envio Eletrônico de Matérias para o DOU
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INFOPEAQ – Informativo de Pesquisa
INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial
IPH – Instituto de Pesquisas Hidráulicas
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IQCD – Índice de Qualificação do Corpo Docente
IQTA – Índice de Qualificação do Corpo Técnico-Administrativo
IRA – Índice de Risco Ambiental
ITACA – Incubadora Tecnológica Empresarial de Alimentos e Cadeias Agroindustriais
ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
ITM/CDTF – Incubadora Tecnológica de Medicamentos do Centro de Desenvolvimento Tecnológico de Produtos Farmacêuticos
ITR – Incubadora Tecnológica de Reciclagem
LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LEC – Laboratório de Estudos Cognitivos da UFRGS
LEME – Laboratório de Ensaios e Modelos Estruturais
LIC – Lei de Incentivo à Cultura do Estado do Rio Grande do Sul
LLA – Línguas, Literatura e Artes
LNC – Levantamento de Necessidade de Capacitação
LOA – Lei Orçamentária Anual
LTM – Laboratório de Tecnologia Mineral e Ambiental
LUME – Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
M – Mestrado
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MEC – Ministério da Educação
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MES – Ministerio de Educacion Superior (Cuba)
MF – Ministério da Fazenda
MINCYT – Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación Productiva (Argentina)
MINTER – Mestrado Interinstitucional
MP – Mestrado Profissional
MP – Ministério Público
MPI – *Message Passing Interface*
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPS – Ministério da Previdência Social
MRE – Ministério das Relações Exteriores
MS – Ministério da Saúde
NAPEAD – Núcleo de Apoio Pedagógico à Educação a Distância
NAUs – Núcleo de Avaliação de Unidades
NAVI – Núcleo de Aprendizagem Virtual
NDS – Núcleo de Design de Superfície
NIT – Núcleos de Inovações Tecnológicas
NSI - Núcleos Setoriais de Informática
NUFFIC – Netherlands organization for international cooperation in higher education (Holanda)
NUTED – Núcleo de Tecnologia Digital Aplicada à Educação
OCC – Outros Custeios e Capital
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OSPA – Orquestra Sinfônica de Porto Alegre
OUI – Organização Universitária Interamericana
P&D&I – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PAAP – Programa de Atividades de Aperfeiçoamento Pedagógico
PAD – Processamento de Alto Desempenho
PAEP – Programa de Apoio à Edição de Periódicos

PAG – Programa de Apoio à Graduação
PAIUB – Programa de Avaliação Institucional em Universidades Brasileiras
PAIUFRGS – Programa de Avaliação Institucional Permanente da UFRGS
PCCTAE – Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos
PDEE – Programa de Doutorado de Estudantes Estrangeiros
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PEC-G – Programa de Estudante Convênio da Graduação
PEC-PG – Programa de Estudante Convênio da Pós-Graduação
PEG – Programa Especial de Graduação
PET – Programa de Educação Tutorial
PI – Propriedade Intelectual
PIBIC – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica
PIBIC-AF/CNPq-UFRGS - Programa Institucional de Iniciação Científica PIBIC nas Ações Afirmativas (Projeto Piloto)
PIBICIT – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica
PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência
PIBITI – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PingIFES - Sistema de captura de dados da SESu
PLAGEDER – Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Rural
PLANIN – Plano Nacional de Informática e Automação
PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE – Pessoa com Necessidades Especiais
PNPD – Plano Nacional de Pós-Doutorado
PNPG – Plano Nacional de Pós-Graduação
PPA – Planos Plurianuais de Investimentos
PPC – Projeto Pedagógico de Curso
PPG – Programa de Pós-Graduação
PPGIE – Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação
PPI – Projeto Pedagógico Institucional
PQ – Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq
PROBRAL – Programa de Bolsas Brasil-Alemanha
PROCAD – Pró-Reitoria de Coordenação Acadêmica
PRODOC – Programa de Aperfeiçoamento Docente
PROEX – Programa de Excelência Acadêmica
PROF – Programa de Fomento à Pós-Graduação
PROGESP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação
PROINFRA - Programa de Financiamento à Infra-Estrutura Complementar da Região Nordeste
PRONAC – Programa Nacional de Apoio à Cultura
PROPESP – Pró-Reitoria de Pesquisa

PROPG – Pró-Reitoria de Pós-Graduação
PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
PROEXT – Pró-Reitoria de Extensão
PRORH – Pró-Reitoria de Recursos Humanos
PRORHESC – Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Serviços à Comunidade Universitária
PRUNI – Pró-Reitoria da Comunidade Universitária
PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PVE – Professor Visitante Estrangeiro
RAAIs – Relatórios de Auto-Avaliação Institucional
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
RDC – Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária
REDE – Rede de Educação para a Diversidade
REGESD – Rede Gaúcha de Ensino Superior a Distância
REGINP – Rede Gaúcha de Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos
REINTEC – Rede de Incubadoras Tecnológicas da UFRGS
RELINTER – Secretaria de Relações Internacionais
REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
REVIS – Refúgio de Vida Silvestre
ROODA – Rede Cooperativa de Aprendizagem
RSSS – Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde
RUs – Restaurantes Universitários
SAADVIS – Setor de Apoio a Alunos com Deficiência Visual
SABi – Sistema de Automação de Bibliotecas
SAE – Secretaria de Assistência Estudantil
SAI – Secretaria de Avaliação Institucional
SAJU – Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
SAM – Serviço de Acompanhamento ao Servidor
SBU – Sistema de Bibliotecas da UFRGS
SCT/RS – Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul
SEAD – Secretaria de Educação a Distância
SEBRAE/RS – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul
SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SECOM – Secretaria de Comunicação Social
SEDAI – Secretaria de Estado do Desenvolvimento e Assunto Internacionais
SEDETEC – Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico da UFRGS
SEER – Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas
SEESP – Secretaria de Educação Especial
SEFIP - Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SESu – Secretaria de Ensino Superior
SEURS – Seminário de Extensão Universitária da Região Sul

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIAPEcad – Módulo Cadastral do SIAPE
SIAPEnet – Sistema SIAPE via internet com outras funcionalidades e informações *on-line*
SIBRATEC – Sistema Brasileiro de Tecnologia
SIC – Salão de Iniciação Científica
SICAJ - Módulo Ações Judiciais do Sistema SIAPE
SIEDSUP – Sistema Integrado de Informações da Educação Superior
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINAPAD – Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho
SISAC – Sistema de Registro e Apreciação de Atos de Admissão e Concessão
SISCAI – *Sistema Computer Aided Instruction*
SISOSP – Sistema Integrado de Saúde Ocupacional dos Servidores Públicos
SMOV/PMPA – Secretaria Municipal de Obras e Viação da Prefeitura Municipal de Porto Alegre
SOF – Secretaria de Orçamento Federal
SPH – Secretaria do Patrimônio Histórico
SPR – Serviço de Proteção Radiológica
SRF – Secretaria da Receita Federal
SRH – Sistema de Recursos Humanos
SRP – Secretaria da Receita Previdenciária
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SUIINFRA – Superintendência de Infraestrutura
SUPAD – Superintendência Administrativa
SUS – Sistema Único de Saúde
SUSESU – Projeto Nacional de Informática na Educação
TAs – Técnico-Administrativos
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
TSD – Taxa de Sucesso no Doutorado
TSG – Taxa de Sucesso na Graduação
TSM – Taxa de Sucesso no Mestrado
TVE – Televisão Educativa do Rio Grande do Sul
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UAM – Universidade de Ciências da Comunicação (China)
UBEA – União Brasileira de Educação e Assistência
UCA – Projeto Um Computador por Aluno
UCB – Universidade Católica de Brasília
UCS – Universidade de Caxias do Sul
UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UFA – Universidade Federal de Amazonas
UFCSPA – Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

UFF – Universidade Federal Fluminense
UFLA – Universidade Federal de Lavras
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFPeI – Universidade Federal de Pelotas
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFV – Fundação Universidade Federal de Viçosa
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP – Universidade Estadual Paulista
UNIALFAS – Projeto Universitário de Alfabetização Solidária
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo
UNIFOR – Universidade de Fortaleza
UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul
UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina
UNITI – Universidade da Terceira Idade
UNITV – Televisão Universitária
UPF – Universidade de Passo Fundo
VoIP – *Voice over Internet Protocol*
VRML – *Virtual Reality Modeling Language*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Revistas Cadastradas no PEAP de Acordo com Entidade Responsável	90
Figura 2 - Distribuição dos Grupos de Pesquisa por Área de Conhecimento, 2008	92
Figura 3 - Alunos estrangeiros participantes de Acordos Internacionais,.....	134
Figura 4 - Acordos de Cooperação Firmados	135
Figura 5 - Qualificação dos Técnicos-administrativos – Classificação D.....	170
Figura 6 - Classificação dos Técnicos-administrativos - Classificação E	171
Figura 7 - Resultados Gerais da Avaliação efetuada pelo Discente no Período 2006-2009	249
Figura 8 - Portal de Egressos da UFRGS.....	267
Figura 9 - Portal de Egressos da UFRGS, Informações Detalhadas.....	268

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Vagas, Inscritos e Densidade (Candidato/Vaga) nos Concursos Vestibulares,.....	43
Quadro 2 - Vagas, Duração e Condição Legal dos Cursos de Oferecimento Diurno, 2009	45
Quadro 3 - Vagas, Duração e Condição Legal dos Cursos de Oferecimento Noturno, 2009	47
Quadro 4 - Conceitos Exame Nacional de Avaliação de Desempenho do Estudante - ENADE, 2004-2009	51
Quadro 5 - Distribuição de Cursos conforme Resultados dos Índices Avaliativos e Regulatórios obtidos a partir do ENADE (excetuando-se Cursos Sem Conceito)	53
Quadro 6 - Distribuição Percentual de Cursos Conforme Resultados dos Índices Avaliativos e Regulatórios Obtidos a partir do ENADE (excetuando-se cursos sem conceito).....	54
Quadro 7 - Média dos Conceitos dos Cursos da UFRGS no ENADE	54
Quadro 8 - Conceitos dos Cursos da UFRGS	55
Quadro 9 - Avaliação da Dimensão Ensino de Graduação	57
Quadro 10 - N° de Docentes da Educação Básica e Profissional na UFRGS, por Titulação, 2009.....	59
Quadro 11 - Docentes da Educação Básica e Profissional na UFRGS, por Carga Horária, 2009	59
Quadro 12 - Alunos do Colégio de Aplicação, 2006-2009.....	60
Quadro 13 - Crianças Beneficiadas Pela Creche e Brinquedoteca, 2007-2009.....	60
Quadro 14 - Avaliação da Dimensão Educação Básica e Profissional.....	64
Quadro 15 - N° de Alunos Titulados e Matriculados no Mestrado, 2005- 2009.....	67
Quadro 16 - N° de Alunos Titulados e Matriculados no Doutorado, 2005-2009.....	68
Quadro 17 - N° de Cursos, Estudantes Ingressantes, Matriculados e Titulados em Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> (Especialização Presencial).....	71
Quadro 18 - N° de Cursos, Estudantes Ingressantes, Matriculados e Titulados em Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> (Especialização à Distância).....	71
Quadro 19 - N° de Bolsas e Recursos PROF/CAPES dos Programas de Pós-Graduação da UFRGS, 2005-2009	74
Quadro 20 - Avaliação dos PPGs/UFRGS pela CAPES – Mestrado (M), Doutorado (D) e Mestrado Profissional (MP), 2007-2009	75
Quadro 21 - Avaliação da Dimensão Pós-Graduação	78
Quadro 22 - Estudantes participantes nos Seminários, 2009.....	82
Quadro 23 - Trabalhos Inscritos, Aceitos e Apresentados no SIC e Total de Sessões, de Destaques, Ouvintes e Indicações ao Prêmio, 2005-2009.....	84
Quadro 24 - Estudantes Participantes no SIC, segundo a Atividade, 2005- 2009	84
Quadro 25 - Professores Participantes no SIC, segundo a Atividade, 2005-2009.....	84
Quadro 26 - Escolas e Estudantes de Ensino Médio e Fundamental Participantes no UFRGS Jovem, por Categoria, 2005-2009	85
Quadro 27 - Modalidades Solicitadas e Concedidas de Fomento à Pesquisa, 2005-2009.....	86
Quadro 28 - Revistas Divulgadas no Portal de Periódicos – UFRGS, 2010	87
Quadro 29 - Revistas aprovadas no Edital PAEP 2009.....	89
Quadro 30 - Revistas Cadastradas e Vinculadas a Programas de Pós-Graduação	90
Quadro 31 - Distribuição das Bolsas PQ/CNPq/UFRGS, por Área do Conhecimento, 2009.....	93
Quadro 32 - Produção Científica da UFRGS, 2005-2009.....	94
Quadro 33 - Avaliação da Dimensão Pesquisa	97
Quadro 34 - Propriedade Intelectual, 2004-2009.....	100
Quadro 35 - Maratona de Empreendedorismo em números, 2004-2009	100
Quadro 36 - Dados do Projeto CT-INFRA na UFRGS, 2006- 2008	101
Quadro 37 - Processos analisados, 2004-2009.....	102

Quadro 38 - Empresas Incubadas e Pré-incubadas, 2004-2009.....	104
Quadro 39 - Avaliação da Dimensão Inovação Tecnológica	106
Quadro 40 - N° de Edições e Público atingido pelo Boletim Eletrônico Extensão <i>Online</i>	107
Quadro 41 - Atividades Extensionistas	108
Quadro 42 - Envolvidos com Bolsas de Extensão	109
Quadro 43 - Envolvidos com o Salão de Extensão.....	110
Quadro 44 - DEDs em números.....	111
Quadro 45 - DDC em números	112
Quadro 46 - Atividades do Planetário	113
Quadro 47 - Atividades do Museu.....	113
Quadro 48 - Avaliação da Dimensão Extensão	114
Quadro 49 - Cursos de Graduação em Andamento	121
Quadro 50 - N° de Alunos Matriculados em Cursos de Graduação Ministrados a Distância, 2006-2009	123
Quadro 51 - N° de Disciplinas de Graduação Ministradas a Distância, 2006-2009	124
Quadro 52 - N° de Alunos Matriculados em Disciplinas de Graduação Ministradas a Distância, 2006-2009	124
Quadro 53 - Cursos de Especialização em Andamento	125
Quadro 54 - Cursos de Especialização Concluídos, 2009	125
Quadro 55 - N° de Cursos de Pós-Graduação, Especialização Ministrados	125
Quadro 56 - N° de Alunos Matriculados em Cursos de Pós-Graduação	126
Quadro 57 - N° de Disciplinas de Pós-Graduação, Especialização.....	126
Quadro 58 - N° de Alunos Matriculados em Disciplinas de Pós-Graduação,	126
Quadro 59 - N° de Disciplinas de Pós-Graduação, Doutorado/Mestrado.....	126
Quadro 60 - N° de Alunos Matriculados em Disciplinas de Pós-Graduação Doutorado/Mestrado Ministradas a Distância	127
Quadro 61 - N° de Cursos de Extensão Ministrados a Distância	127
Quadro 62 - N° de Alunos Matriculados em Cursos de Extensão ministrados a Distância.....	127
Quadro 63 - Núcleos de Estudos	128
Quadro 64 - Grupos de Disciplinas, 2008-2012.....	129
Quadro 65 - Avaliação da Dimensão EAD.....	130
Quadro 66 - Convênios de Setores da UFRGS com Instituições Externas e Quantidades, 2009	132
Quadro 67 - Contratos de Setores da UFRGS com Instituições Externas, 2009	133
Quadro 68 - Protocolos de Setores da UFRGS com Instituições Externas, 2009.....	133
Quadro 69 - Ações realizadas no Museu da UFRGS	148
Quadro 70 - Avaliação da Dimensão Responsabilidade Social.....	148
Quadro 71 - Editora da UFRGS em Números	159
Quadro 72 - Avaliação da Dimensão Comunicação com a Sociedade	161
Quadro 73 - Quantitativo de Pessoal Docente e Técnico-Administrativo, conforme a Qualificação Formal, 2007-2009.....	170
Quadro 74 - Quantitativo de Pessoal Docente, 2000-2009	171
Quadro 75 - Quantitativo de Pessoal Docente Conforme o Regime de Dedicção, 2007-2009.....	172
Quadro 76 - Quantitativo de Pessoal Técnico Administrativo, 2000-2009	173
Quadro 77 - Quantitativo de Pessoal Terceirizado conforme a Área, 2009	174
Quadro 78 - N° de Ações de Capacitação 2005-2009... ..	175
Quadro 79 - Carga Horária ministrada nas Ações de Capacitação.....	176
Quadro 80 - N° de Incentivos à Qualificação e Progressões por Capacitação	176
Quadro 81 - Atendimento por Especialidade no DAS.....	179
Quadro 82 - Detalhamento sobre os Laudos emitidos pela Perícia e/ou Junta Médica.....	180
Quadro 83 - Avaliação da Dimensão Gestão de Pessoas.....	183
Quadro 84 - Estrutura do CONSUN	185
Quadro 85 - Estrutura do CEPE	187
Quadro 86 - Estrutura da Câmara de Graduação.....	188
Quadro 87 - Estrutura da Câmara de Pós-Graduação	188
Quadro 88 - Estrutura da Câmara de Pesquisa.....	189
Quadro 89 - Estrutura da Câmara de Extensão.....	190
Quadro 90 - Estrutura do CONCUR.....	192
Quadro 91 - Estrutura da Reitoria	193
Quadro 92 - Estrutura das Unidades Universitárias.....	195
Quadro 93 - Avaliação da Dimensão Organização e Gestão	203

Quadro 94 - Relatório e Infraestrutura Física de UFRGS (em m²)	206
Quadro 95 - Área Física e Construída da UFRGS.....	207
Quadro 96 - Transações de Circulação de Coleções no SBU, 2007-2009	222
Quadro 97 - N° de Usuários por Categoria X N° de Transações de Empréstimo, Renovação e Reserva, 2009.....	223
Quadro 98 - N° de documentos incluídos, de acessos e de downloads no Lume, 2008-2009	224
Quadro 99 - Eventos de Capacitação Oferecidos para as Equipes do SBU, 2007-2009.....	226
Quadro 100 - Instalações Oferecidas aos Usuários, 2007-2009	227
Quadro 101 - Avaliação da Dimensão Infraestrutura	229
Quadro 102 - UFRGS: Evolução do IGC (e seus sub-índices) no triênio 2007-2009	238
Quadro 103 - Dados do IGC das Universidades Rio-grandenses classificadas pelo IGC-Contínuo .	238
Quadro 104 - Dados do IGC das Universidades Brasileiras classificadas pelo IGC-Contínuo	239
Quadro 105 - Dados das Universidades Brasileiras classificadas pelo Índice da Graduação (G).....	239
Quadro 106 - Dados das Universidades Brasileiras classificadas pelo Índice do Mestrado (G).....	239
Quadro 107 - Dados das Universidades Brasileiras classificadas pelo Índice do Doutorado (D)	240
Quadro 108 - Variação do IGC-Contínuo, entre 2009 e 2008, para as Universidades Brasileiras (para Universidades com Conceito-IGC "5")	240
Quadro 109 - Indicadores de Avaliação do Instrumento de Avaliação pelo Discente de Graduação	248
Quadro 110 - Dados da Participação do Discente de Graduação Presencial na Avaliação Interna..	250
Quadro 111 - Avaliação da Dimensão Planejamento e Avaliação	251
Quadro 112 - Estágios obrigatórios e não obrigatórios realizados em empresas conveniadas, 2005-2009	255
Quadro 113 - Beneficiados com Bolsas Permanência e Treinamento, 2005-2009.....	256
Quadro 114 - Total de Vagas nas Casas de Estudantes.....	257
Quadro 115 - Restaurantes Universitários, Refeições Servidas, Refeições Dia (média), Benefícios Uso dos Restaurantes Universitários, 2005-2009.....	259
Quadro 116 - Colônia de Férias (Beneficiários).....	260
Quadro 117- Avaliação da Dimensão Política de Atendimento ao Estudante.....	270
Quadro 118 - Orçamento Autorizado, 2006 - 2009.....	283
Quadro 119 - Convênios e Emendas, 2006 - 2009.....	283
Quadro 120 - Avaliação da Dimensão Sustentabilidade Financeira.....	285

SUMÁRIO

1 A MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	28
1.1 HISTÓRICO DA UFRGS.....	28
1.2 CONDIÇÃO JURÍDICA	28
1.3 MISSÃO, PRINCÍPIOS E VALORES INSTITUCIONAIS	29
1.4 PLANO DE GESTÃO	30
2 A POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA, A PÓS-GRADUAÇÃO E A EXTENSÃO	36
2.1 ENSINO DE GRADUAÇÃO	36
2.1.1 Estrutura da Pró-Reitoria de Graduação	36
2.1.2 Princípios, Diretrizes e Normas para a Gestão Acadêmica	38
2.1.3 Formas de Ingresso nos Cursos de Graduação	42
2.1.4 Cursos de Graduação	44
2.1.5 Cursos Novos	48
2.1.6 Programas da Graduação.....	48
2.1.7 Salão de Graduação.....	50
2.1.8 Avaliação da Graduação.....	51
2.1.9 Avaliação da Dimensão Ensino de Graduação.....	57
2.2 EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL.....	58
2.2.1 Colégio de Aplicação	61
2.2.2 Creche Francesca Zácara Faraco.....	62
2.2.3 Brinquedoteca	63
2.2.4 Avaliação da Dimensão	64
2.3 ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO	65
2.3.1 Políticas Institucionais para Criação, Expansão e Manutenção da Pós-Graduação <i>Lato e Stricto Sensu</i>	66
2.3.2 Integração entre o Ensino de Graduação e de Pós-Graduação	72
2.3.3 Formação de Pesquisadores e de Profissionais para o Magistério Superior	73
2.3.4 Avaliação da Dimensão	78
2.4 A PESQUISA.....	78
2.4.1 Programas de Bolsas de Iniciação Científica.....	80
2.4.2 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica PIBITI/CNPq - UFRGS 2008/2009.....	81

2.4.3 Programa de Atividades Complementares de Formação Científica.....	82
2.4.4 Salão e Feira de Iniciação Científica	82
2.4.5 Programa de Fomento à Pesquisa	85
2.4.6 Programa de Apoio à Edição de Periódicos Científicos	87
2.4.7 Programa Primeira Ciência	90
2.4.8 Do INFOPESQ para o Portal da Pesquisa.....	91
2.4.9 Grupos de Pesquisa.....	91
2.4.10 Bolsas de Produtividade em Pesquisa	92
2.4.11 Sistema Pesquisa.....	93
2.4.12 Avaliação da Pesquisa nas sistemáticas de trabalho da PROPESQ.....	95
2.4.13 Avaliação da Pesquisa na UFRGS.....	96
2.4.14 Avaliação da Dimensão	96
2.5 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	98
2.5.1 Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico (SEDETEC).....	98
2.5.2 Escritório de Interação e Transferência de Tecnologia (EITT).....	103
2.5.3 Rede de Incubadoras Tecnológicas da UFRGS (REINTEC).....	103
2.5.4 Avaliação da Dimensão	105
2.6 A EXTENSÃO	107
2.6.1 A Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT).....	107
2.7 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	116
2.7.1 Normatização da Educação a Distância na UFRGS	117
2.7.2 Órgãos de Gestão e de Suporte	118
2.7.3 Políticas Institucionais para Cursos de Graduação a Distância e Suas Formas de Operacionalização.....	120
2.7.4 Políticas institucionais para Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu e stricto Sensu</i> , na Modalidade a Distância, e suas Formas de Operacionalização	124
2.7.5 Indicadores da EAD na Extensão	127
2.7.6 Indicadores da EAD na Pesquisa	127
2.7.7 Ampliação da EAD na UFRGS	128
2.7.8 Avaliação da Dimensão	129
3 A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO	131
3.1 COERÊNCIA DAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL COM AS POLÍTICAS CONSTANTES DOS DOCUMENTOS OFICIAIS	131
3.2 RELAÇÕES DA IES COM A SOCIEDADE, SETOR PÚBLICO, SETOR PRIVADO E MERCADO DE TRABALHO	131
3.2.1 Protocolos, Convênios e Contratos	132
3.2.2 Secretaria de Relações Internacionais (RELINTER).....	134
3.3 RELAÇÕES DA IES COM A SOCIEDADE: INCLUSÃO SOCIAL.....	135
3.3.1 A Responsabilidade Social nas Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão	135
3.4 RELAÇÕES DA IES COM A SOCIEDADE: DEFESA DO MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	142

3.4.1 Defesa do Meio Ambiente	142
3.4.2 Memória e Patrimônio Cultural	145
4 A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	150
4.1 COERÊNCIA DAS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE COM AS POLÍTICAS CONSTANTES DOS DOCUMENTOS OFICIAIS	150
4.2 COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA	153
4.3 OUVIDORIA	159
4.4 AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO	160
5 AS POLÍTICAS DE PESSOAL E DE CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	162
5.1 COERÊNCIA DAS POLÍTICAS DE PESSOAL, DE CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, SEU APERFEIÇOAMENTO, SEU DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO COM AS POLÍTICAS FIRMADAS EM DOCUMENTOS OFICIAIS	165
5.1.1 Políticas de Carreira do Corpo Docente	166
5.1.2 Políticas de Carreira do Corpo Técnico-Administrativo	168
5.2 FORMAÇÃO DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	169
5.3 CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS PARA OS DOCENTES	171
5.4 CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS PARA O CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	173
5.4.1 Qualificação do Corpo Técnico-Administrativo	174
5.4.2 Desenvolvimento dos prestadores de serviços terceirizados contínuos	177
5.5 CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS: SAÚDE, SEGURANÇA E QUALIDADE DE VIDA	177
5.6 FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA E SUAS CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS	180
5.7 AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO	181
6 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO	184
6.1 COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UNIVERSIDADE	184
6.1.1 Órgãos da Administração Central	185
6.1.2 Hospital Universitário	193
6.1.3 Unidades Universitárias	193
6.1.4 Institutos Especializados	201
6.1.5 Centros de Estudos Interdisciplinares	201
6.2 A GESTÃO INSTITUCIONAL	202
6.3 AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO	203
7 INFRAESTRUTURA FÍSICA	204
7.1 COERÊNCIA DA INFRAESTRUTURA FÍSICA, ESPECIALMENTE A DE ENSINO E DE PESQUISA, BIBLIOTECA, RECURSOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COM O ESTABELECIDO EM DOCUMENTOS OFICIAIS	208
7.1.1 Investimentos em Infraestrutura	209
7.1.2 Recursos de Informação e Comunicação	213
7.2 INSTALAÇÕES GERAIS	215
7.2.1 Colônias de Férias	217

7.2.2 Infraestrutura para Atendimento a Portadores de Necessidades Especiais	217
7.2.3 Manutenção e Conservação do Patrimônio Histórico	218
7.2.4 Laboratórios	218
7.2.5 Prevenção de Riscos Ambientais	219
7.3 INSTALAÇÕES GERAIS NOS POLOS PARA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	220
7.4 BIBLIOTECA: ACERVO, SERVIÇOS, PESSOAL E ESPAÇO FÍSICO	220
7.4.1 Acervo	220
7.4.2 Serviços	222
7.4.3 Pessoal	225
7.4.4 Espaço Físico	227
7.5 BIBLIOTECAS DOS POLOS PARA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: ACERVO, SERVIÇOS E ESPAÇO FÍSICO	227
7.6 AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO	228
8 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO	234
8.1 A ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO NA INSTITUIÇÃO	234
8.2 O CONTEXTO EXTERNO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	235
8.2.1 A Avaliação Externa Institucional por Visita de Comissão	236
8.2.2 O Índice Institucional obtido pela Avaliação dos Cursos da Instituição	237
8.3 A PREPARAÇÃO PARA A AVALIAÇÃO EXTERNA DE CURSOS DE GRADUAÇÃO	240
8.3.1 A Preparação para o ENADE	241
8.3.2 A Regulação de Cursos de Graduação da Instituição	243
8.3.3 Apoio e orientação à Avaliação Externa de Cursos de Graduação	244
8.4 A AVALIAÇÃO INTERNA	245
8.4.1 Informações de Relatórios de Núcleos de Avaliação das Unidades (NAUs)	245
8.4.2 A Avaliação de Docentes e das Disciplinas	247
8.5 AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO	250
9 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES	252
9.1 COERÊNCIA DAS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES COM O ESTABELECIDO EM DOCUMENTOS OFICIAIS	252
9.1.1 Estágios	254
9.1.2 Bolsas Acadêmicas	255
9.1.3 Benefícios da Moradia Estudantil	256
9.1.4. Programas de Assistência ao Discente das Casas de Estudantes	257
9.1.5 Benefício de Alimentação	258
9.1.6 Benefícios de Lazer: Colônias de Férias	259
9.1.7 Benefício Saúde	260
9.1.8 Apoio aos Diretórios e Centros Acadêmicos	261
9.2 PROGRAMAS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO DOS DISCENTES REFERENTES À REALIZAÇÃO DE EVENTOS	261
9.3 CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS DE ATENDIMENTO AO DISCENTE	262
9.4 APOIO E INCENTIVO À ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES	264

9.5 EGRESSOS	265
9.5.1 Política de Acompanhamento do Egresso	265
9.5.2. Programas de Educação Continuada Voltados para o Egresso	265
9.5.3 A Associação dos Antigos Alunos da UFRGS (AAAUFRGS)	265
9.5.4 Pesquisas realizadas junto aos Egressos	267
9.6 AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO	268
10 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	271
10.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E COERÊNCIA DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA APRESENTADA PELA IES COM O ESTABELECIDO EM DOCUMENTOS OFICIAIS	271
10.1.1 Planejamento Tático e Operacional	274
10.1.2 Estrutura da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração	274
10.1.3 Legislações Pertinentes estabelecidas em Documentos Oficiais	276
10.2 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DA INSTITUIÇÃO E POLÍTICAS DE CAPTAÇÃO E ALOCAÇÃO DE RECURSOS	279
10.2.1 Convênios	279
10.2.2 Emendas (Individuais/Bancadas)	280
10.3 POLÍTICAS DIRECIONADAS À APLICAÇÃO DE RECURSOS PARA PROGRAMAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	280
10.3.1 Dispêndios com Pessoal	280
10.3.2 Outros Custeios e Capital (OCC)	281
10.4 AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO	283
CONSIDERAÇÕES FINAIS	286
REFERÊNCIAS	288

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório tem como objetivo atender demanda do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que preconiza a apresentação de relatórios de auto-avaliação institucional anuais das Instituições de Ensino Superior (IES).

Constitui-se em elemento base do processo de avaliação externa institucional ocorrido em maio de 2009 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com vistas a seu recredenciamento.

A partir da legislação pertinente, este Relatório de Auto-Avaliação Institucional procura responder às determinações constantes nos documentos oficiais, especialmente no documento intitulado “Instrumento de Avaliação Institucional Externa” – INEP/MEC, outubro de 2008.

É também objetivo deste documento dar continuidade a uma série histórica de relatórios já produzidos por esta Universidade, o último dos quais referente ao período 2006-2008, oferecendo elementos que possibilitam uma avaliação mais qualitativa, tendo em vista o horizonte temporal contemplado.

Foi elaborado sob a responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFRGS, conforme proposição do SINAES. Para sua realização, contou com amplo apoio da Administração Central e, de forma especial, da Secretaria de Avaliação Institucional, órgão responsável por coordenar e articular as diversas ações de avaliação desenvolvidas na Universidade.

Está organizado de acordo com as dez dimensões propostas pelo SINAES, quais sejam:

1. A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional;
2. A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização;
3. A responsabilidade social da Instituição;

4. A comunicação com a sociedade;
5. As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo;
6. Organização e gestão da Instituição;
7. Infraestrutura física;
8. Planejamento e avaliação;
9. Políticas de atendimento aos discentes;
10. Sustentabilidade financeira.

O Relatório apresenta a estrutura e o funcionamento da Universidade, as ações desenvolvidas no período, os resultados, dados quanti-qualitativos e, ao final de cada tema, um quadro resumo com potencialidades, fragilidades e recomendações de cada área, buscando contemplar o modelo referido. Após o corpo principal, são apresentados os apêndices, que contêm informações de caráter perene sobre o funcionamento de algumas áreas da Instituição e, na sequência, são incluídos os anexos, os quais contêm documentos relevantes para a compreensão do funcionamento e gestão institucional.

É importante reportar ainda que, a par deste Relatório exigido pela legislação, existem outros documentos internos que trazem elementos avaliativos de importância para a compreensão do contexto institucional. Neste sentido, cumpre destacar os relatórios anuais de gestão apresentados à Controladoria Geral da União (CGU), também baseados em legislação específica, e os próprios relatórios dos Núcleos de Avaliação das Unidades Universitárias da Instituição (NAUs).

Estes documentos visam, sobretudo, agregar dados e informações que possam contribuir para a avaliação institucional, tanto interna quanto externamente, e desta forma, subsidiar melhorias progressivas na Instituição, em nível acadêmico, administrativo e gerencial.

1 A MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

1.1 HISTÓRICO DA UFRGS

A história da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) começou com a fundação, em Porto Alegre, da Escola de Farmácia e Química em 1895, seguida da Escola de Engenharia, em 1896. Essas primeiras escolas profissionais iniciaram, também, a educação de nível superior no Estado do Rio Grande do Sul. Ainda no século XIX, foram fundadas a Faculdade de Medicina de Porto Alegre e a Faculdade de Direito, cuja fundação, em 1900, marcou o início do oferecimento de cursos humanísticos no Estado.

Do agrupamento dessas unidades isoladas e autônomas, colocadas sob a tutela do Estado pelo Decreto nº 5.758, de 28 de novembro de 1934, foi criada a Universidade de Porto Alegre, com a finalidade de "dar uma organização uniforme e racional ao ensino superior no Estado, elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica e concorrer eficientemente para aperfeiçoar a educação do indivíduo e da sociedade".

A Universidade de Porto Alegre (UPA) foi formada pela Escola de Engenharia, com os Institutos de Astronomia, Eletrotécnica e Química Industrial; Faculdade de Medicina, com as Escolas de Odontologia e Farmácia; Faculdade de Direito, com a Escola de Comércio; Faculdade de Agronomia e Veterinária; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e pelo Instituto de Belas Artes.

A denominação de Universidade do Rio Grande do Sul (URGS) passou a ser utilizada em 1947, com a incorporação da Faculdade de Direito e Faculdade de Odontologia de Pelotas e a Faculdade de Farmácia de Santa Maria. Em dezembro de 1950 foi federalizada, através da Lei nº 1.254, passando à esfera administrativa da União, e a ser denominada Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Em 1970, a reforma do ensino alterou a estrutura didática e administrativa da Universidade. Os departamentos passaram a ser unidades fundamentais, reunidos em faculdades, institutos ou escolas, que abrigam os cursos de graduação e pós-graduação, laboratórios de pesquisa e projetos de extensão.

A UFRGS é, hoje, uma Instituição que abrange todas as áreas do conhecimento, desenvolvidas através do ensino, da pesquisa e da extensão.

1.2 CONDIÇÃO JURÍDICA

A UFRGS goza do *status* jurídico de Universidade a partir da edição do Decreto Estadual nº 5.758/1934 e passou à categoria de Instituição Federal a partir da Lei nº 1.254/1950. Como Instituição Federal, a mantenedora da UFRGS é o Ministério da Educação.

1.3 MISSÃO, PRINCÍPIOS E VALORES INSTITUCIONAIS

O Estatuto e o Regimento Geral da Universidade estabelecem sua missão, seus princípios e seus valores. A missão é estabelecida através do Art. 5º, título II do Estatuto: “A Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem por finalidade precípua a educação superior e a produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico integradas no ensino, na pesquisa e na extensão”.

A par dessa definição, a Universidade, pelo seu próprio histórico de formação, forjado a partir da união de diferentes faculdades em períodos diversos, buscou constituir, ao longo do tempo, um conjunto de regramentos de convívio entre as suas unidades baseado no respeito à diversidade e à autonomia acadêmica. Isto pode ser inferido a partir de um sólido conjunto de resoluções internas que disciplinam as diversas matérias inerentes a aspectos da vida acadêmica e administrativa da Instituição, pautados pela observância de padrões de qualidade exigentes.

Da análise do Estatuto da Universidade é possível abstrair princípios e valores que permeiam a sua cultura institucional e que configuram o norteamento dos seus processos decisórios internos, os quais são listados a seguir:

- Compromisso com a ética;
- Compromisso com os interesses públicos;
- Compromisso com a produção de conhecimento inovador e crítico;
- Compromisso com a formação em bases científicas sólidas;
- Compromisso com a formação integral (e não apenas tecnicista) do indivíduo;
- Compromisso com o respeito à diversidade, à heterogeneidade, à pluralidade de ideias;
- Compromisso com o exercício da cidadania através do desenvolvimento de uma consciência ética na comunidade universitária;
- Vinculação entre pesquisa, extensão e ensino, em caráter de indissociabilidade;
- Desvinculação ao balizamento de ordem político-ideológico ou religioso;
- Foco na visão interdisciplinar do conhecimento científico;
- Compromisso com o desenvolvimento regional e nacional, bem como com a qualidade da vida humana;
- Compromisso com a articulação entre as diversas Unidades da Universidade e as entidades públicas e privadas de âmbito regional, nacional e internacional;
- Liberdade de ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- Gratuidade do ensino;
- Gestão democrática;
- Valorização dos profissionais do ensino;
- Garantia de padrão de qualidade;
- Respeito à dignidade da pessoa humana e seus direitos fundamentais.

Além desses, a própria existência de determinadas estruturas administrativas já consagradas na Universidade configura seu compromisso com as questões ambientais e com a universalização e democratização do ensino superior público, gratuito e de qualidade.

Ainda, da análise do Estatuto e Regimento Geral, observa-se a tendência à configuração de uma organização acadêmico-administrativa baseada na separação hierárquica e funcional entre suas instâncias legislativas-avaliativas, executivas e jurídicas.

1.4 PLANO DE GESTÃO

O planejamento do desenvolvimento institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com base na sua estrutura legislativa interna, é tradicionalmente realizado através da elaboração de planos de gestão para os períodos em que seus dirigentes ocupam cargos eletivos. Este planejamento é balizado pelos limites expressos no conjunto de peças legislativas internas, a sua missão, princípios e valores institucionais, além da observância da legislação externa. É neste contexto que foi concebido o Plano de Gestão da atual Administração para o período 2008-2012.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, até a metade da gestão 2008-2012, não possuía propriamente um documento de planejamento institucional nos termos previstos pelo Art. 16 do Decreto nº 5773/2006, o qual define a composição do documento de Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Assim, ainda na ausência de um documento específico de PDI, o Plano de Gestão Reitoral têm constituído-se no documento mais importante acerca do planejamento do desenvolvimento institucional, referencial maior sobre diretrizes e metas previstas para o quadriênio de gestão. Por isso, apresenta-se o plano referente ao período 2008-2012, base para a análise deste Relatório. Tal documento foi aprovado pela Decisão CONSUN nº 163/2009.

1. LINHA DE AÇÃO: EXPANSÃO QUALIFICADA DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS

1.1. Meta: Expansão da Graduação

Ações:

- 1.1.1. incentivo à criação de novos cursos e ampliação de vagas em cursos já existentes;
- 1.1.2. incentivo à criação de cursos noturnos;
- 1.1.3. incentivo à criação de cursos tecnológicos e de formação de docentes para o ensino técnico;
- 1.1.4. consolidação de cursos na modalidade Programa Especial de Graduação;
- 1.1.5. realização de estudos e desenvolvimento de ações para reduzir a evasão.

1.2. Meta: Expansão da Pós-Graduação

Ações:

- 1.2.1. incentivo à criação de novos cursos e ampliação de vagas em cursos já existentes;
- 1.2.2. ampliação dos programas de bolsas de mestrado e de doutorado;
- 1.2.3. apoio a programas de pós-doutorado e de recém-doutor;
- 1.2.4. promoção da integração de competências para a inserção de modalidades inovadoras, criação de cursos multidisciplinares, e de ensino de ciências;
- 1.2.5. incremento da integração acadêmica entre a graduação, a pós-graduação e a extensão;
- 1.2.6. incentivo à atuação da UFRGS na nucleação e consolidação de programas de pós-graduação em outras IES;
- 1.2.7. incentivo à formação de recursos humanos para a docência.

1.3. Meta: Expansão da Pesquisa

Ações:

- 1.3.1. incentivo à ampliação das parcerias com a comunidade com o apoio da Lei de Inovação;
- 1.3.2. identificação de lacunas temáticas nas áreas de pesquisa da UFRGS, para fomentar ações interdisciplinares;
- 1.3.3. articulação de competências com vistas à captação de recursos e indução de oportunidades para a pesquisa;
- 1.3.4. incentivo à pesquisa envolvendo temas de grande interesse e repercussão social;
- 1.3.5. estímulo a atividades de pesquisa voltadas para o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas;
- 1.3.6. fomento ao desenvolvimento de atividades de pesquisa na área de educação a distância.

1.4. Meta: Expansão da Extensão

Ações:

- 1.4.1. ampliação do número de projetos interinstitucionais para fortalecer identidades, promover o respeito à biodiversidade e à diversidade cultural e reduzir as vulnerabilidades socioeconômicas;

- 1.4.2. aumento do número de ações extensionistas multidisciplinares vinculadas a resultados de projetos de pesquisa demandados pela sociedade;
- 1.4.3. adesão a um maior número de programas sociais vinculados à Política Nacional de Extensão e ao Plano de Desenvolvimento da Educação;
- 1.4.4. incremento de atividades específicas, nas várias modalidades de extensão, com foco nas necessidades da comunidade universitária;
- 1.4.5. agilização, em todas as instâncias administrativas, dos procedimentos da modalidade prestação de serviços, seguindo-se os parâmetros legais vigentes.
- 1.4.6. aprimoramento do processo de institucionalização da extensão universitária e aperfeiçoamento do programa de bolsas;
- 1.4.7. ampliação das ações e das séries da Editora Universitária.

1.5. Meta: Expansão do Desenvolvimento e Inovação Tecnológica

Ações:

- 1.5.1 ampliação de projetos de inovação e desenvolvimento tecnológico com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e do desenvolvimento industrial;
- 1.5.2. incentivo a parcerias com a comunidade com o apoio da Lei de Inovação;
- 1.5.3. incremento a programas de incubadoras tecnológicas;
- 1.5.4. incremento da promoção de ações de divulgação e de interação dos laboratórios como o Parque Tecnológico da UFRGS;
- 1.5.5. incremento da promoção de ações de difusão na área tecnológica;
- 1.5.6. ampliação dos programas de empreendedorismo.

1.6. Meta: Expansão das Relações Internacionais

Ações:

- 1.6.1. consolidação e expansão da cooperação internacional da UFRGS com instituições na área acadêmica;
- 1.6.2. ampliação dos programas de mobilidade acadêmica e reforço às ações de internacionalização da universidade;
- 1.6.3. institucionalização das iniciativas de cooperação internacional de professores, estudantes e de grupos de pesquisa.

2. LINHA DE AÇÃO: AMPLIAÇÃO COM INCLUSÃO EM TODAS AS ÁREAS DA UNIVERSIDADE

2.1. Meta: Inclusão no Ensino

Ações:

- 2.1.1. ampliação dos programas de bolsa e criação de novas modalidades de bolsas para estudantes de graduação;
- 2.1.2. ampliação do uso de novas tecnologias de informação e comunicação nos cursos presenciais e a distância;
- 2.1.3. renovação do Programa Pedagógico para docentes;
- 2.1.4. fortalecimento da interação com a rede pública de educação básica para a prática de docência nas licenciaturas;
- 2.1.5. ampliação dos programas de apoio à permanência de estudantes;
- 2.1.6. reestruturação dos cursos de graduação;
- 2.1.7. fortalecimento dos cursos básicos para jovens e adultos;

- 2.1.8. acompanhamento dos cursos, em todos os níveis, mantendo o apoio aos já consolidados e com investimento diferenciado aos novos.

2.2. Meta: Inclusão na Pesquisa e Inovação

Ações:

- 2.2.1. ampliação das oportunidades de divulgação e do espaço para os jovens pesquisadores;
- 2.2.2. criação de programas específicos para a inovação;
- 2.2.3. ampliação dos projetos de interação com os diversos setores da sociedade com vistas à inovação de processos e produtos;
- 2.2.4. atuação institucional na captação de recursos para a pesquisa.

2.3. Meta: Inclusão na Extensão

Ações:

- 2.3.1. promoção de ações integradas com os diversos setores da sociedade para um efetivo trabalho em todas as formas de inclusão;
- 2.3.2. fortalecimento da relação bidirecional universidade-sociedade, através das diversas modalidades de extensão, para responder às questões científicas e culturais do momento presente;
- 2.3.3. incentivo à comunidade acadêmica para participar de forma mais intensiva em atividades multidisciplinares especialmente voltadas ao desenvolvimento local e regional;
- 2.3.4. estímulo ao aproveitamento curricular da participação do aluno em projetos de extensão;
- 2.3.5. ampliação da participação em atividades esportivas como fator de inclusão.

3. LINHA DE AÇÃO: PLANEJAMENTO, GESTÃO E INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL

3.1. Meta: Otimização do Planejamento e da Gestão

Ações:

- 3.1.1. elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI - com a participação de todos os segmentos da comunidade universitária;
- 3.1.2. incentivo, acompanhamento, difusão e avaliação de políticas das atividades-fim e das atividades-meio da instituição;
- 3.1.3. modernização e otimização dos procedimentos administrativos, de forma a simplificar e qualificar as ações administrativas; elaboração de rotinas administrativas com procedimentos ágeis, adequando a legislação da Universidade a esse fim;
- 3.1.4. implementação do programa de digitalização dos documentos do sistema de arquivos, ampliando a informatização dos procedimentos administrativos na Universidade;
- 3.1.5. incremento da informatização dos diversos órgãos da Administração Central, através da melhoria dos sistemas de informação existentes ou da implementação de novos;
- 3.1.6. expansão dos serviços de Tecnologia da Informação para toda a comunidade universitária;
- 3.1.7. ampliação do acesso à educação formal, em todos os níveis, para servidores técnico-administrativos;
- 3.1.8. contínuo incentivo à capacitação dos servidores docentes e técnico-administrativos;

- 3.1.9. implantação de um sistema de gestão ambiental utilizando a aplicação da política ambiental da UFRGS;
- 3.1.10. apoio ao Sistema de Bibliotecas Universitárias e consolidação do repositório virtual;
- 3.1.11. revisão da estrutura administrativa de órgãos da Administração Central com a introdução de novos procedimentos, rotinas e serviços para adaptação às exigências previstas na legislação;
- 3.1.12. promoção da implantação de Coordenadorias por área de conhecimento e interação dos gestores acadêmicos dos cursos de graduação.

3.2. Meta: Aperfeiçoamento da Infraestrutura Institucional

Ações:

- 3.2.1 melhoria da gestão do espaço físico, com a elaboração de Planos Diretores para os *campi* universitários;
- 3.2.2. elaboração de plano de emergência para recuperação predial;
- 3.2.3. aperfeiçoamento dos planos de manutenção de rotina, incluindo equipamentos de uso geral;
- 3.2.4. ampliação da infraestrutura física necessária para expansão do ensino, da pesquisa, da extensão e do desenvolvimento tecnológico;
- 3.2.5. investimento em segurança através de ações preventivas e integradas entre a Universidade e o poder público;
- 3.2.6. recuperação do Patrimônio Histórico edificado.

3.3. Meta: Desenvolvimento da Comunicação Social

Ações:

- 3.3.1. renovação e ampliação da estrutura de comunicação social;
- 3.3.2. criação da Agência de Notícias UFRGS;
- 3.3.3. criação de ambientes de comunicação interna institucional;
- 3.3.4. aperfeiçoamento da estrutura de comunicação interna intra e interinstâncias administrativas da instituição;
- 3.3.5. incremento dos processos de divulgação das ações da Universidade.

4. LINHA DE AÇÃO: DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

4.1. Meta: Melhoria do ambiente acadêmico e da assistência aos estudantes

Ações:

- 4.1.1. ampliação dos investimentos em assistência estudantil, com ênfase em restaurantes universitários e Casa do Estudante do Vale;
- 4.1.2. ampliação e atualização dos laboratórios de informática;
- 4.1.3. ampliação do horário de funcionamento de setores que prestam atendimento aos estudantes;
- 4.1.4. ampliação e qualificação do atendimento à comunidade acadêmica;
- 4.1.5. racionalização dos horários de aula, reduzindo a dispersão dos estudantes nos diferentes *campi*;
- 4.1.6. ampliação do atendimento psicossocial e pedagógico aos estudantes;

- 4.1.7. apoio às ações relacionadas a acesso, acompanhamento e permanência dos estudantes vinculados às Ações Afirmativas;
- 4.1.8. ampliação de projetos culturais, artísticos, esportivos e sociais especialmente destinados aos estudantes da Universidade;
- 4.1.9. estímulo ao espírito de solidariedade, mediante o engajamento de jovens universitários na organização de projetos multidisciplinares que atendam problemas sociais da comunidade.

4.2. Meta: Investimento no bem-estar da comunidade universitária

Ações:

- 4.2.1. criação de políticas de acolhimento e desenvolvimento dos novos servidores docentes e técnico-administrativos;
- 4.2.2. contínuo incentivo à capacitação dos servidores docentes e técnico-administrativos;
- 4.2.3. ampliação e melhoria dos serviços prestados aos servidores;
- 4.2.4. ampliação do espaço físico, do quantitativo de equipamentos e do contingente de servidores à disposição da comunidade acadêmica;
- 4.2.5. incentivo à melhoria da qualidade de vida, da segurança e das condições físicas nos ambientes de trabalho da instituição;
- 4.2.6. ampliação da oferta de serviços informatizados;
- 4.2.7. ampliação da oferta de atividades culturais, esportivas e de promoção da saúde, com destaque para o Câmpus do Vale;
- 4.2.8. institucionalização de programas para pessoas com necessidades especiais;
- 4.2.9. promoção do exercício da cidadania, em especial com educação nas áreas ambiental, patrimonial e de segurança.

2 A POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA, A PÓS-GRADUAÇÃO E A EXTENSÃO

2.1 ENSINO DE GRADUAÇÃO

A Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) é a instância da UFRGS responsável por planejar, coordenar e acompanhar todas as atividades de ensino dos cursos de graduação. Atua de forma permanente e articulada com a Pró-Reitoria de Coordenação Acadêmica (PROCAD), Câmara de Graduação, Unidades Acadêmicas e Comissões dos Cursos de Graduação.

A PROGRAD acompanha a Universidade em seu permanente movimento. Os cursos são continuamente repensados e reestruturados, novos cursos são criados. A Universidade sinaliza e acompanha as demandas da sociedade, do mundo do trabalho, da evolução da ciência e da técnica, tendo como alvo a formação de qualidade, inclusiva, que prepare o estudante de maneira multidisciplinar e autônoma, para atender às constantes mudanças na sociedade e ao acelerado ritmo das inovações tecnológicas.

2.1.1 Estrutura da Pró-Reitoria de Graduação

Fazem parte da estrutura da PROGRAD quatro departamentos: Departamento de Projetos de Cursos de Programas Especiais (DPCGPE), Departamento de Planejamento e Gestão Acadêmica (DPGA) e Departamento de Consultoria em Registros Discentes (DECORDI).

Existem também duas coordenadorias ligadas à PROGRAD, a Coordenadoria das Licenciaturas e a Coordenadoria da Saúde. A ação da PROGRAD junto aos cursos de Licenciatura ocorre por meio da Coordenadoria das Licenciaturas, criada para articular questões relacionadas com a formulação, execução e a avaliação do Projeto de Formação de Professores da UFRGS. A Coordenadoria da Saúde articula as ações dos cursos da área da saúde entre si e junto à PROGRAD e à PROCAD, além dos gestores do sistema de saúde.

2.1.1.1 Departamentos

Departamento de Consultoria em Registros Discentes (DECORDI) – é o departamento que dialoga com os estudantes sendo responsável pelo atendimento a Comunidade Acadêmica desde o vínculo até a diplomação. Tem como objetivo principal o atendimento ao aluno, priorizando o atendimento de forma eletrônica para facilitar a sua vida acadêmica. Os documentos comprobatórios da vida escolar são fornecidos através do Portal do aluno, com autenticação eletrônica. Existe atendimento *on-line*, via *chat*, telefônico e por *e-mail* e, ainda, atendimento presencial no Campus Centro das 8h30min às 17hs. O

Departamento também presta consultoria às Unidades, Departamentos e Comissões de Cursos.

Departamento Projetos de Cursos de Programas Especiais (DPCGPE) - tem como principais atividades: acompanhar as determinações legais emanadas do MEC e Colegiados da UFRGS, especificamente aquelas relacionadas ao ensino de graduação; disponibilizar suporte técnico-pedagógico às Comissões de Graduação dos diferentes cursos, com vistas ao desenvolvimento de ações que garantam a qualidade da formação proposta pela UFRGS; disponibilizar suporte técnico-pedagógico às Comissões de Graduação dos diferentes cursos com vistas à permanente atualização curricular; disponibilizar suporte técnico-pedagógico às Unidades para criação e reorganização de novos cursos de graduação; assessorar os departamentos da PROGRAD do ponto de vista legal; propor e organizar projetos e ações relacionadas aos cursos de graduação e assessorar o desenvolvimento de Programas Especiais de interesse da Universidade, na área de graduação; assessorar e registrar informações referentes a currículos, módulo turma e espaços físicos compartilhados na graduação; assessorar o CPD na estruturação e atualização do sistema acadêmico, em sua área de abrangência.

Departamento de Planejamento e Gestão Acadêmica (DPGA) - foi estruturado com o intuito de ampliar as atividades da PROGRAD. O DPGA tem em sua estrutura duas divisões. A Divisão de Acompanhamento e Análise Docente (DIAD), que trata das atividades relacionadas aos Processos Seletivos Simplificados, tendo como objeto a contratação de professores substitutos, além de desempenhar papel fundamental no acompanhamento de vagas geradas que instituem o banco de professor equivalente (Portarias nº 22 e nº 224 de abril de 2007). A Divisão de Monitoria Acadêmica coordena as ações relativas ao Programa de Monitoria Acadêmica da UFRGS, que além da monitoria presencial conta com outras três modalidades de monitoria a distância. Para as questões específicas a monitoria tem duas modalidades especiais – Indígena e PEC-G, ambas com o objetivo de atender de perto estes alunos. Além das atividades específicas das divisões, o DPGA tem dentre suas atividades o planejamento e gestão o desenvolvimento de manuais de rotinas; desenvolvimento de procedimentos operacionais padrão; desenvolvimento de formulários eletrônicos; acompanhamento do Projeto Processos junto ao DECORDI, além da revisão do *site* e o do planejamento estratégico da PROGRAD.

2.1.1.2 Coordenadorias

Coordenadoria das Licenciaturas (COORLICEN) - trabalha com as questões relacionadas aos cursos de Licenciaturas da UFRGS, em especial com a execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI), bem como a articulação com os

sistemas de ensino responsáveis pela Educação Básica, e com as práticas e os estágios. Sob sua responsabilidade está, também, a gerência do Programa Institucional de Iniciação à Docência, destinado a estudantes dos cursos de Licenciaturas, egressos de escola pública.

Coordenadoria da Saúde (COORSAÚDE) - é responsável pelas questões relacionadas com a formulação, a execução e a avaliação do Projeto de Formação de Profissionais da área da Saúde. Atua de forma coordenada, no âmbito da Universidade e no seu relacionamento com o campo de trabalho, em atendimento às diretrizes emanadas tanto do Ministério da Educação (MEC) quanto do Ministério da Saúde (MS). A COORSAÚDE, além da promoção de ações e atividades práticas multiprofissionais, dá início à proposição de disciplinas afetas à Coordenadoria, que transcendem a diretriz tradicional de disciplina ligada ao Departamento e, ainda minoritariamente, à Coordenação de Curso.

2.1.2 Princípios, Diretrizes e Normas para a Gestão Acadêmica

O Estatuto e o Regimento da UFRGS fixam as principais políticas de graduação, as quais são discutidas também nos órgãos normativos e deliberativos e resultam em resoluções e decisões que regulamentam a sua implementação.

O desenvolvimento das diretrizes e normas de gestão acadêmica é resultado do trabalho conjunto do CEPE, em suas Câmaras, do CONSUN e das Pró-Reitorias Acadêmicas. A aprovação de novos instrumentos normativos internos, associados às mudanças na Legislação Federal, constitui-se no principal promotor do desenvolvimento de diretrizes e normas de gestão.

Projeto Pedagógico Institucional – Até 2009 a Universidade não possuía uma minuta do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) tramitando em seus conselhos superiores, nos moldes ora propostos. A maioria dos cursos da instituição foi criada antes da atual LDB e foi recebendo atualizações através de normas internas, sendo a mais recente a resolução CEPE nº 32/98, que estabelece as diretrizes curriculares dos cursos de graduação da UFRGS, resultado de longo processo de discussão interna.

Gestão Acadêmica dos Departamentos e Órgãos do Ensino Fundamental, Médio e Profissional - o conjunto de decisões e resoluções prevê normas para a alocação de vagas docentes (Decisão nº 118/2001 e suas alterações estabelece a sistemática para definição das vagas estratégicas, considerando cursos novos, licenciaturas, novas áreas de desenvolvimento, e necessidades da pós-graduação e da pesquisa); a contagem de carga horária das atividades de caráter prático-aplicativo para o mesmo fim (Resolução nº

28/2003), entre outras, e que podem ser acessadas através do endereço <http://www.ufrgs.br/consun>.

Diretrizes para a Graduação - a Resolução CEPE nº 32/1998 é a primeira norma a propor diretrizes curriculares gerais para todos os cursos de graduação da Universidade, construídas a partir de linhas caracterizadoras de um Projeto de Universidade Pública de final de milênio.

Gestão dos Cursos de Graduação - as Decisões do CONSUN definem normas para institucionalização do trote universitário e sanções para abusos que eventualmente sejam praticados (Decisão nº 02/2001); para a colação de grau, composição e regras de funcionamento das Comissões de Formatura e para a sua atuação (Decisão nº 28/2002). Resoluções do CEPE regulamentam o processo de alterações curriculares dos cursos de graduação (Resolução nº 18/2003); o ingresso extravestibular unificado para todos os cursos que possuam vagas decorrentes de evasão (Resolução nº 14/2008), visando ao melhor aproveitamento das vagas não ocupadas nas disciplinas dos cursos de graduação; regulamentação do programa de formação e titulação de professores leigos (Resolução nº 02/2001); regulamentação dos Programas Especiais para a Graduação (Resolução nº 37/2006), que permite a criação de cursos de oferta temporária e que vem lastreando o funcionamento da oferta em EAD; normas para as Atividades Complementares na Graduação (Resolução nº 24/2006), regulamentação do Programa de Estágio Não-Obrigatório (Resolução 29/2009), entre outras, foram consolidadas através da Resolução nº 17/2007 do CEPE que estabelecem as Normas Básicas da Graduação (ver alterações na Resolução nº 03/2009 e nº 39/2009); normas para regulamentação da Educação a Distância (Resolução nº 10/2006).

Articulação com a Pós-Graduação – Resolução nº 02/2009 regulamenta a atuação dos alunos de Pós-Graduação Stricto Sensu nas atividades de graduação da Universidade.

Diretrizes para o Plano Pedagógico das Licenciaturas - a Resolução CEPE nº 04/2004, elaborada a partir da Resolução CEPE nº 32/1998, define a identidade e o projeto pedagógico para as Licenciaturas, a articulação entre a teoria e a prática, a pesquisa como eixo articulador da construção do conhecimento, o estágio supervisionado e outros elementos importantes. O CEPE editou a Resolução nº 29/08 para a regulamentação dos Estágios de Docência.

Gestão das Atividades Docentes - contempla a regulamentação dos concursos para o cargo de professor (Decisões nº 25/2000 e nº 283/2002); a avaliação do desempenho didático para fins de progressão funcional (Resolução nº 51/1997); requisitos para a concessão de regime de dedicação exclusiva (Decisões nº 180/1995 e nº 93/1998);

avaliação do estágio probatório (Decisões nº 07/2002 e nº 224/2000); afastamento da Universidade para fins de aperfeiçoamento (Resoluções nº 04/2001 e nº 30/2002), reconhecimento de notório saber (Resolução nº 28/1998); regulamentação para a participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão a título de Docente Convidado ou Técnico-Administrativo Convidado (Decisão nº 372/2007); normas para progressão funcional de Docentes para classe de professor Associado (Decisão nº 197/2006).

Gestão das Atividades Discentes - a Resolução nº 17/2007 do CEPE incorpora: Resolução nº 15/1998, que regulamenta a abreviação de curso; nº 19/2000, que define critérios de ocupação de vagas geradas pelo jubramento e recusa de matrícula; nº 09/2003, que atualiza o processo de ordenamento de matrícula; nº 29/2009, que regulamenta o Programa de Estágio Não Obrigatório e nº 07/2004, que institui o Código Disciplinar Discente. Estas normativas buscam aprimorar a gestão dos discentes de graduação, incluindo o tempo de permanência na Universidade e o desempenho acadêmico mínimo, disposições para alunos que ingressaram em mais de um curso, ordenamento de matrícula, operacionalização do estágio não obrigatório e regime disciplinar discente. E, ainda, a Decisão nº 07/2000 do CONSUN e Art. 60 da Resolução nº 17/2007 que instituem a recusa de matrícula.

Programa de Atividades de Aperfeiçoamento Pedagógico (PAAP) - ciente da importância do preparo para o exercício docente, a Universidade, através da Resolução nº 01/1994-COCEP, atual CEPE, instituiu o Programa de Atividades de Aperfeiçoamento Pedagógico (PAAP), que visa acompanhar o plano de trabalho do docente recém-ingresso na Universidade e em regime de estágio probatório. Tal programa é desenvolvido pela Pró-Reitoria de Graduação, Faculdade de Educação e Unidades de Ensino de origem dos professores em questão. Implementado a partir de 1994, o PAAP foi idealizado sob a concepção de ensino baseada na idéia de que todo professor tem que ser capaz de propor e resolver situações complexas. Isso exige práticas pedagógicas desenvolvidas em e para cenários específicos que, em função da avaliação de seus resultados, são consolidadas ou reformuladas. Dessa forma, o programa objetiva favorecer a reflexão sobre a prática docente universitária, propiciar a análise dessa prática e contribuir para a reorganização das experiências docentes específicas. A experiência que vem sendo vivenciada nesse programa tem-se mostrado valiosa para a maioria dos participantes, conforme depoimentos críticos/avaliativos. Tais manifestações têm estimulado alterações, introduções e supressões de atividades no desenvolvimento do PAAP. Já foram realizadas 15 edições e, na última, ocorrida em dezembro de 2008, a temática desenvolvida foi "Novas Tecnologias para a Educação".

Flexibilização Curricular - a Resolução nº 17/2007 do CEPE no Art. 52 regulamenta o afastamento para complementação de estudos; no Art. 51 regulamenta o aproveitamento de estudos; no Art. 62 viabiliza o ingresso como aluno visitante vinculado a instituições nacionais ou estrangeiras; no Art. 41 regulamenta as Atividades Complementares que permitem a flexibilização da estrutura curricular dos cursos de graduação, com o objetivo de oferecer uma formação de natureza mais ampla, enriquecedora e capaz de atender às rápidas mudanças proporcionadas pelo desenvolvimento científico e tecnológico e pelo mundo do trabalho. Os espaços abertos pelas normas permitem ao aluno, dentro do projeto pedagógico de seu curso, a liberdade de modular sua formação aos seus interesses específicos.

Mobilidade/Intercâmbio dos Estudantes de Graduação - a Resolução nº 17/2007 regulamenta a possibilidade de realização de mobilidade/intercâmbio, aos estudantes de graduação, tais como: Mobilidade ANDIFES, Mobilidade de Aluno Visitante, Afastamento para a Realização ou Complementação de Estudos, Dupla Diplomação, Programa de Estudante Convênio (PEC-G), Programa de Intercâmbio de Graduação - ESCALA/AUGM, entre outros, para a realização de estudos e/ou atividades em outras instituições de ensino, brasileiras ou estrangeiras, contribuindo para a qualificação dos estudantes, ampliando suas possibilidades profissionais, troca de experiências acadêmicas e a integração aos diversos contextos e cenários mundiais. Esta regulamentação definiu, também, a sistemática e as formas de validação desses estudos ou atividades.

Jubilamento e Recusa de Matrícula - a Resolução nº 38/1995 e Art. 60 da Resolução nº 17/2007 do CEPE e Decisão nº 07/2000 do CONSUN e Art. 60 regulamentam o desligamento de estudantes, através de Jubilamento e Recusa de Matrícula, respectivamente. Suas implementações resultaram, nos últimos anos, em maior eficiência no uso de recursos materiais e humanos da graduação, através de matrículas responsáveis, reduzindo o tempo médio de permanência dos alunos nos cursos.

Programa de Ações Afirmativas - através da Decisão nº 134/2007 do CONSUN foi instituída a política de reserva de vagas para acesso de candidatos egressos do sistema público de ensino fundamental e médio (15%) e de candidatos autodeclarados negros, egressos do sistema público (15%), totalizando 30% em todos os cursos de graduação e cursos técnicos. O Programa também criou 10 vagas para acesso a candidatos indígenas. Além de ampliar o acesso e de promover a diversidade étnico-racial e social no ambiente universitário, há um conjunto de ações que visam apoiar a permanência e o sucesso acadêmico desses ingressantes. Esta política foi implementada a partir do Concurso Vestibular de 2008.

Programa Incluir - O Programa Incluir é um programa desenvolvido pela Secretaria de Ensino Superior/SESu e Secretaria de Educação Especial/SEESP do Ministério de Educação que, mediante a aprovação de projetos encaminhados pelas universidades federais brasileiras, tem como objetivo apoiar ações que favoreçam a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. Constitui-se em uma ação afirmativa que, por meio de apoio a ações inovadoras de acessibilidade aos ambientes e aos currículos, pretende promover a transformação cultural e educacional nas Instituições Federais de Ensino Superior.

O programa Incluir da UFRGS visa a garantia da permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais decorrentes de cegueira, baixa visão, mobilidade reduzida, deficiência auditiva e da condição de ser surdo, usuário da Língua Brasileira de Sinais, nesta Universidade, através de ações que visam a eliminação de barreiras pedagógicas, atitudinais, arquitetônicas, e de comunicação, possibilitando uma efetiva participação de acadêmicos com deficiência na UFRGS.

2.1.3 Formas de Ingresso nos Cursos de Graduação

A regra geral de ingresso na UFRGS é através de Concurso Vestibular (conforme Resolução nº 46/2009) sendo admitidas, em caráter complementar, as formas definidas em Processo de Ingresso Extravestibular (conforme Resolução nº 11/2005) e outras, de pequeno significado numérico: transferência compulsória (de acordo com legislação específica), aluno convênio (conforme normas do Programa de Estudante Convênio - MEC), aluno especial (sem vínculo a cursos, conforme Resoluções nº 17/2007 do CEPE), aluno visitante (por solicitação de outra instituição e de acordo com a Resolução nº 33/2000), matrícula cortesia (com base no Decreto nº 89.758/84, com respeito às Missões Diplomáticas) e aluno visitante, dentro do Programa de Mobilidade Estudantil.

2.1.3.1 Concurso Vestibular

O Concurso Vestibular da UFRGS destina-se à seleção de candidatos com, no mínimo, o ensino médio concluído, com vistas ao preenchimento das vagas que oferece em seus cursos de graduação. O referido concurso, regido por edital específico, realiza-se anualmente e, em 2009 foram ofertadas 4.556 vagas distribuídas em 75 modalidades de cursos da UFRGS.

Tem o propósito de selecionar candidatos que evidenciem habilidades e competências que possam ser, efetivamente, aportes para uma formação qualificada e competente.

É realizado em quatro dias, tradicionalmente no mês de janeiro, e constitui-se de provas que visam à avaliação dos conteúdos adquiridos pelos candidatos, nas matérias do

núcleo comum do ensino médio que, para fins do concurso, são as seguintes: Biologia, História, Matemática, Literatura de Língua Portuguesa, Língua Portuguesa, Redação, Química, Língua Estrangeira Moderna, Física e Geografia. Cada conjunto de questões de uma matéria constitui uma prova e as provas são iguais para todos os candidatos, exceto as de Língua Estrangeira Moderna - admitida a escolha entre Alemão, Espanhol, Francês, Inglês ou Italiano.

O Quadro 1 apresenta o número de vagas, de inscritos e da relação candidato/vaga nos últimos quatro anos.

Quadro 1 - Vagas, Inscritos e Densidade (Candidato/Vaga) nos Concursos Vestibulares, 2006-2009

Indicador	2006	2007	2008	2009
Vagas no Vestibular	4.212	4.212	4.312	4.556
Inscritos no Vestibular	40.754	37.779	34.999	34.553
Densidade no Vestibular	9,710269	9,00143	8,116651	7,580

Fonte: Pró-Reitoria de Graduação, 2009.

É oportuno enfatizar que na UFRGS já é tradicional a determinação de local específico, com fiscais especialmente treinados, para que pessoas portadoras de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida possam realizar o Concurso Vestibular; além dessas, também são atendidas adequadamente pessoas com limitações de caráter temporário (gestantes, acidentados, etc.) durante a realização das provas.

2.1.3.2 Ingresso Extravestibular

A UFRGS tem promovido a utilização plena de seus recursos respondendo às demandas constantes da sociedade por um maior número de vagas. O processo de ingresso extravestibular é o mecanismo usual de reaproveitamento de vagas resultantes da mobilidade dos estudantes por transferência interna de curso, transferência para outra instituição, abandono de curso, desistência, recusa de matrícula, jubramento e falecimento. Esse processo propicia o aproveitamento das vagas disponíveis através de três modalidades: a transferência interna (troca de curso efetuada por aluno da UFRGS), transferência voluntária (aluno de outra instituição que ingressa em curso idêntico ou assemelhado ao cursado na instituição de origem) e ingresso de diplomado.

Em 2003, por iniciativa da PROGRAD, foi instituída uma Comissão para o aperfeiçoamento da sistemática de ocupação das vagas ociosas aferidas nos cursos de graduação e na agilização e uniformização do processo de seleção dos candidatos. Em 2009 as normas para ocupação das vagas ociosas, decorrentes da evasão, foram estabelecidas através da Resolução nº 15/2009 do CEPE. Essas normas são atualizadas e editadas anualmente, e a PROGRAD, em conjunto com a Câmara de Graduação vem

trabalhando no sentido de construção normativa mais estável, que só demande ajustes anuais possíveis de serem realizados no edital próprio.

2.1.4 Cursos de Graduação

O ensino de graduação, voltado à formação profissional de nível superior, é desenvolvido através de modalidades de oferecimento de cursos¹ que, em 2009, totalizaram 75, das quais 60 modalidades foram oferecidas com vagas previamente determinadas para o turno diurno e 15 para o turno noturno. Acresce-se a esse conjunto, o oferecimento de inúmeras disciplinas no turno da noite para alunos matriculados em cursos cujo funcionamento é previsto para o turno diurno.

O ensino de graduação vem sendo continuamente expandido para abranger novas áreas de atuação da Universidade. Assim, entre 2005 e 2009, foram implantados 07 novos cursos. A partir de 2008, decorrem principalmente da participação da Universidade no REUNI.

A Universidade, para o ano de 2008, através da Decisão nº 225 de 2007, do CONSUN, autorizou o aumento de 100 vagas novas para o ano, decorrente da criação de 3 novos cursos: Fonoaudiologia, Museologia e Engenharia de Controle e Automação, além do aumento de vagas no curso de Engenharia da Computação. Para 2009, a Universidade criou três novos cursos (Análise de Políticas e Sistemas de Saúde, Licenciatura em Dança e Fisioterapia), cada um com 30 vagas; implantou o turno noturno no curso de Psicologia com mais 30 vagas; duplicou a oferta de vagas no curso de Nutrição; promoveu o aumento em 20 vagas no curso de *Design*, além de outros aumentos nos cursos de Enfermagem (10), Agronomia (10), Ciências Atuariais (10), Biomedicina (2), Geografia (3), Engenharia Cartográfica (5), Química (10), totalizando um aumento de 244 vagas.

Os Quadros 2 e 3 contêm a relação dos cursos de graduação de oferta permanente da Universidade, vagas anuais oferecidas, porcentagem de ocupação, carga horária, tempo de duração em semestres e condição legal, referentes ao ano de 2009, respectivamente, dos cursos diurnos e noturnos.

¹ Modalidade de oferecimento de cursos significa a maneira como os cursos são disponibilizados no Concurso Vestibular. Por exemplo, o curso de Ciências Jurídicas e Sociais é oferecido em duas modalidades, diurno e noturno, e outros, que formam licenciados e bacharéis, podem aparecer como modalidade única.

Quadro 2 - Vagas, Duração e Condição Legal dos Cursos de Oferecimento Diurno, 2009

Cursos	Vagas Oferecidas	Vagas Ocupadas	Duração CH	Duração Etapas	Ato Legal Criação ou Reconhecimento	Condição Legal
Administração - Diurno	80	80	3.000	10	Port. Min. 588 - 12/09/2006	RR
Agronomia	88	88	4.800	10	Decreto 727 - 08/12/1900	R
Arquitetura e Urbanismo	100	100	4.470	10	Decreto 28.371 - 12/07/1950	R
Artes Visuais - Bacharelado	44	44	2.970	8	Decreto 7197 - 20/05/1941	R
Artes Visuais – Licenciatura	44	44	3.000	8	Decreto 7197 - 20/05/1941	R
Biblioteconomia	75	75	3.030	8	Lei 1254 - 04/12/1950	R
Biomedicina	34	34	4.545	8	Port. SESu 148 - 16/02/2007	R
Ciência da Computação	100	100	3.270	9	Port. Min. 375 - 24/06/1988	R
Ciências Biológicas	100	100	3.525	8	Decreto 17.400 - 19/12/1944	R
Ciências Econômicas	150	150	2.970	8	Decreto 7.988 - 22/09/1945	R
Ciências Jurídicas e Sociais - Direito - Diurno	70	70	3.510	10	Decreto 4.875 - 06/07/1903	R
Ciências Sociais – Diurno	65	65	2.670	8	Lei 1.254 - 04/12/1950	R
Comunicação Social - Jornalismo	50	50	3.180	8	Port. Min. 625 - 16/03/2004	RR
Comunicação Social – Publicidade e Propaganda	50	50	3.090	8	Lei 1.254 - 04/12/1950	R
Comunicação Social – Relações Públicas	50	50	3.120	8	Lei 1.254 - 04/12/1950	R
Dança – Licenciatura	30	30	2.985	8	Decisão 777 CONSUN - 18/07/2008	A
Design – Habilitação Design Produto	30	30	3.645	8	Decisão 121 CONSUN - 10/06/2005	A
Design – Habilitação Design Visual	30	30	3.630	8	Decisão 121 CONSUN - 10/06/2005	A
Educação Física – Bacharelado	78	78	3.090	8	Decisão 140 CONSUN - 23/07/2004	A
Educação Física – Licenciatura	78	78	3.120	8	Decreto 15.582 - 16/05/1944	R
Enfermagem	104	104	4.125	9	Port. SESu 728 - 24/10/2008	RR
Engenharia Ambiental	30	30	4.170	10	Decisão 122 CONSUN - 10/06/2005	A
Engenharia Civil	150	150	4.055	10	Port. Min. 260 - 28/03/2007	RR
Engenharia de Alimentos	30	30	4.350	10	Port. Min. 260 - 28/03/2007	RR
Engenharia de Computação	60	60	3.585	10	Port. Min. 340 - 27/01/2004	R
Engenharia de Controle e Automação	30	30	4.370	10	Decisão 224 CONSUN - 20/07/2007	A
Engenharia de Materiais	30	30	4.125	10	Port. Min. 260 - 28/03/2007	RR
Engenharia de Minas	25	25	4.250	10	Decreto 28.371 - 12/07/1950	R
Engenharia de Produção	60	60	3.810	10	Port. Min. 2.882 - 16/09/2004	R

Engenharia Elétrica	80	80	3.850	10	Decreto 727 - 08/12/1900	R
Engenharia Mecânica	120	120	4.115	10	Decreto 727 08/12/1900	R
Engenharia Metalúrgica	50	50	3.920	10	Decreto 727 08/12/1900	R
Engenharia Química	75	75	4.115	10	Decreto 727 08/12/1900	R
Estatística	40	40	2.790	8	Port. Min. 179 02/05/1983	R
Farmácia	110	110	5.065	11	Port.SESu 728 - 24/10/2008	RR
Filosofia	60	60	2.970	8	Decreto 17.400 19/12/1944	R
Física – Bacharelado	70	70	2.835	8	Decreto 17.400 19/12/1944	R
Física – Licenciatura	30	30	2.715	8	Decreto 17.400 19/12/1944	R
Fisioterapia	30	30	4.440	9	Decisão 790 CONSUN - 08/08/2008	A
Fonoaudiologia	30	30	3.765	8	Decisão 222 CONSUN - 20/07/2007	A
Geografia – Diurno	30	30	3.165	9	Decreto 17.400 - 19/12/1944	R
Geologia	40	40	4.005	10	Decreto 40.783 - 18/01/1957	R
História – Diurno	50	50	2.790	8	Decreto 17.400 - 19/12/1944	R
Letras – Bacharelado	83	83	3.285	9	Decreto 80.798 - 22/11/1977	R
Letras – Licenciatura	132	132	3.615	9	Decreto 17.400 - 19/12/1944	R
Matemática – Bacharelado	46	46	2.400	8	Decreto 17.400 - 19/12/1944	R
Matemática – Licenciatura – Diurno	45	45	2.910	8	Decreto 17.400 - 19/12/1944	R
Medicina	140	140	10.170	12	Port. SESu 1158 - 24/12/2008	RR
Medicina Veterinária	80	80	5.010	11	Decreto 4.643 - 06/09/1939	R
Museologia	30	30	2.505	8	Decisão 223 CONSUN - 20/07/2007	A
Música	53	53	2.850	8	Decreto 7.197 - 20/05/1941	R
Nutrição	60	60	4.155	8	Port. SESu 728 - 24/10/2008	RR
Odontologia	88	88	5.040	10	Decreto 3758 - 01/09/1900	R
Pedagogia	120	120	3.420	8	Port. Min. 378 - 24/06/1988	R
Psicologia	40	40	4.170	10	Decreto 83.654 - 28/06/1979	R
Química	40	40	3.240	8	Port. SESu 148 - 16/02/2007	R
Química Industrial	20	20	3.240	8	Port. SESu 148 - 16/02/2007	R
Relações Internacionais	40	40	2.610	8	Port. SESu 148 - 16/02/2007	R
Teatro	20	20	3.660	9	Lei 1.254 - 04/12/1950	R
Teatro - Licenciatura	15	15	2.970	8	Lei 1.254 - 04/12/1950	R

Obs.1: Os cursos admitem uma variação de carga horária conforme a ênfase ou habilitação. Os dados apresentados na tabela foram considerados a partir do número médio de horas/aula; da mesma forma, pode haver variação na duração do curso em semestres.

Obs.2: Na coluna “vagas” o índice de ocupação, algumas vezes é superior a 100%, em função de sistemática da Universidade de total aproveitamento das vagas disponibilizadas.

Obs.3: Na coluna “situação legal”, as letras indicam A – Autorizado; R – Reconhecido; RR – Renovação de Reconhecimento do Curso.

Fonte: Pró-Reitoria de Graduação, 2009.

Quadro 3 - Vagas, Duração e Condição Legal dos Cursos de Oferecimento Noturno, 2009

CURSOS	Vagas Oferecidas	Vagas Ocupadas	Duração CH	Duração Etapas	Ato Legal Criação ou Reconhecimento	Condição Legal
Administração - Noturno	160	160	3.000	10	Port. Min. 588 - 12/09/2006	RR
Análise de Políticas e Sistemas de Saúde- Noturno	60	60	3.720	8	Decisão 805 CONSUN – 22/08/2008	A
Arquivologia - Noturno	30	30	2.625	8	Port. Min. 2.881 - 16/09/2004	R
Ciências Atuariais – Noturno	40	40	2.700	8	Decreto 7988 - 22/09/1945	R
Ciências Contábeis - Noturno	140	140	3.000	8	Decreto 7.988 - 22/09/1945	R
Ciências Jurídicas e Sociais - Direito-Noturno	70	70	3.510	10	Decreto 4.875 - 06/07/1903	R
Ciências Sociais – Noturno	100	100	2.670	10	Lei 1.254 - 04/12/1950	R
Engenharia Cartográfica – Noturno	30	30	3.960	10	Port. Min. 2.882 - 14/10/2003	R
Física – Licenciatura – Noturno	30	30	2.985	10	Decreto 17.400 19/12/1944	A
Geografia – Noturno	33	33	3.165	9	Decreto 17.400 - 19/12/1944	R
História – Noturno	45	45	2.790	10	Decreto 17.400 - 19/12/1944	R
Matemática – Licenciatura – Noturno	45	45	2.910	8	Decreto 17.400 - 19/12/1944	R
Psicologia – Noturno	30	30	4.290	12	Decreto 83.654 - 28/06/1979	R
Química - Licenciatura - Noturno	20	20	3.225	10	Decreto 17.400 - 19/12/1944	R
Química Industrial - Noturno	20	20	3.240	10	Port. SESu 148 - 16/02/2007	R

Obs.1: Os cursos admitem uma variação de carga horária conforme a ênfase ou habilitação. Os dados apresentados na tabela foram considerados a partir do número médio de horas/aula; da mesma forma, pode haver variação na duração do curso em semestres.

Obs.2: Na coluna “vagas” o índice de ocupação, algumas vezes é superior a 100%, em função de sistemática da Universidade de total aproveitamento das vagas disponibilizadas.

Obs.3: Na coluna “situação legal”, as letras indicam A – Autorizado; R – Reconhecido; RR – Renovação de Reconhecimento do Curso.

Fonte: Pró-Reitoria de Graduação, 2009.

A população estudantil, regularmente matriculada em 2009, nos cursos de graduação, foi de 24.826 alunos distribuídos pelos quatro *campi* da Universidade.

Os cursos de graduação possuem uma estrutura curricular que contempla as disciplinas teóricas, teórico-práticas, os estágios obrigatórios e os trabalhos de conclusão de curso (TCC), sempre atendendo ao que é determinado nas Diretrizes Curriculares Nacionais e às especificidades de cada curso. A forma de realização do TCC, orientação, apresentação e avaliação, são normatizadas pelas Comissões de Graduação (COMGRAD).

Seguindo uma tendência mundial, os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFRGS vêm incorporando diferentes práticas dos alunos, além dos estágios propriamente ditos, de forma a oportunizar uma formação integral e responsável ao futuro profissional. Essas experiências práticas também podem vir a integrar o histórico escolar do aluno sob a forma de atividades complementares, a critério da respectiva COMGRAD.

Cada curso de graduação disponibiliza sua grade curricular, compreendida como a expressão gráfica dos projetos pedagógicos de curso, de forma *online*, através do endereço eletrônico <<http://www1.ufrgs.br/graduacao/xlInformacoesAcademicas/cursos.php>>.

As disciplinas que compõem a grade curricular possuem um programa de ensino, proposto pelo professor, aprovado pelo departamento e disponibilizado às COMGRAD nas quais a disciplina é oferecida. Nos termos do regimento e calendário acadêmico, o programa da disciplina deve ser disponibilizado aos alunos no início de cada semestre.

2.1.5 Cursos Novos

A UFRGS, em conjunto com as demais IFES, foi chamada a participar do Programa REUNI. Através desta ação, o Ministério da Educação propôs a expansão qualificada, em pelo menos 20%, do ensino público de graduação. A UFRGS teve aprovada, em dezembro de 2007, sua proposta de expansão e reestruturação para 5 anos (2008-2012), na qual serão contemplados 22 cursos novos e outras modalidades de curso, bem como a ampliação de vagas em cursos já existentes; ampliação de 35% das vagas de ingresso, sendo a maioria (930 de 1532 vagas) em cursos noturnos que corresponde a 65% da expansão; criação de cursos novos; cursos na modalidade tecnológica e reorganização/expansão de cursos já existentes; ações para a redução da evasão; ocupação de vagas ociosas; renovação pedagógica e estímulo à mobilidade estudantil intra e interinstitucional; ações de compromisso social visando à permanência e o apoio dos estudantes que ingressaram por meio da reserva de vagas e articulação graduação/pós-graduação.

Nos Anexos 1 a 5 encontram-se as regulamentações do ano de 2009 referentes ao ensino de Graduação.

2.1.6 Programas da Graduação

Além das atividades discentes regulares dos cursos, a UFRGS propicia aos estudantes de graduação diferentes espaços de vivência acadêmica e de aprendizagem.

Programa de Monitoria - oferecido a estudantes bolsistas ou voluntários, a partir do 2º semestre do curso, tem como objetivo principal promover a intermediação nos processos de ensino e aprendizagem, integrando professores e alunos, contribuindo para despertar o

interesse pela carreira docente e pela pesquisa. Valoriza o desempenho acadêmico dos estudantes e seu engajamento nas atividades relacionadas ao ensino. O desenvolvimento de ações alicerçadas no Projeto REUNI propiciou um grande crescimento no número de bolsas e na orientação da monitoria também para ações de contenção de reprovação e evasão nos cursos de graduação. Em 2008, a PROGRAD executou 296 bolsas de monitoria, número que evoluiu para 501 em 2009.

Programa de Estudante Convênio da Graduação (PEC-G) - sob a coordenação do Departamento de Planejamento e Gestão Acadêmica da PROGRAD, é um Programa de cooperação educacional que o Governo Brasileiro oferece a outros países em vias de desenvolvimento, especialmente da África e da América Latina. A UFRGS participa desta ação governamental oferecendo vagas em seus cursos de graduação, as quais são preenchidas através de seleção realizada nos países de origem dos estudantes. É desenvolvido com base na assinatura de Protocolos conjuntos entre o MEC, com a participação das Instituições de Ensino Superior (IES), e o Ministério das Relações Exteriores (MRE), com a participação das missões diplomáticas e repartições consulares. Em 2009 eram 89 estudantes-convênio matriculados na UFRGS, entre os quais, 24 latino-americanos e 65 africanos.

Monitoria PEC-G - criado em 2008, com o intuito de melhor atender o estudante de convênio, contribuindo para qualificar seu desempenho acadêmico e, conseqüentemente, garantir sua permanência e sucesso na Universidade, contou em 2009 com 15 monitores e já se revela uma ação inovadora que aponta para resultados promissores, tanto na melhoria do desempenho acadêmico quanto na adaptação do estudante de convênio.

Programa de Monitoria Indígena - implementado em 2008, a fim de qualificar e potencializar a permanência dos estudantes indígenas ingressantes através do Programa de Ações Afirmativas tem por objetivos o acompanhamento acadêmico e o auxílio à inserção desses estudantes na Universidade. Neste sentido, cada um dos dez monitores bolsistas acompanhou um estudante indígena, durante dois semestres, tendo os mesmos sido orientados por um tutor designado pela Comissão de Graduação.

Programa de Mobilidade Acadêmica Santander- O estabelecimento de um Convênio entre a UFRGS e o Banco Santander possibilitou, em 2009, o envio de sete estudantes de cursos de graduação da UFRGS para a realização de estudos em outra Instituição de Ensino Superior, por um semestre, com o recebimento de uma bolsa de auxílio financeiro no valor de R\$ 2.500,00, tendo sido 3 estudantes para a UNICAMP, 2 para o UNESP, 1 para a UNIFOR e 1 para a UFSC. A UFRGS recebeu 8 estudantes

através desse Programa tendo sido, 2 estudantes da UNICAMP, 1 da UNISUL, 1 da UNESP, 1 da UFSC, 1 da UFF, 1 da UCB e 1 da UFA.

Programa de Educação Tutorial - também sob a coordenação da PROGRAD, existe o Programa de Educação Tutorial (PET), apoiado pela SESu/MEC, envolve nove cursos de graduação, a saber: Educação Física, Engenharia Civil, Geografia, Ciências da Computação, Odontologia, Psicologia, Ciências Sociais, Letras e Ciências Biológicas, totalizando 104 bolsistas que desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão, durante 20 horas semanais, sob a orientação de um professor tutor, tendo como principal objetivo a qualificação dos cursos nos quais estão inseridos. Em 2009, também, teve início o PET/Saúde, apoiado pelo Ministério da Saúde e MEC, como consequência direta do Pró-Saúde, ação desenvolvida por cursos da área da saúde.

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID)- sob a coordenação da COORLICEN, visa a fortalecer as carreiras docentes, incentivando o aluno-bolsista a permanecer na Licenciatura e estimulando-o a atuar como docente na Educação Básica da rede pública. A participação e atuação do bolsista no ambiente escolar contribuem para a formação do professor da Educação Básica das escolas conveniadas, estimulando a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação como ferramenta importante no processo ensino-aprendizagem; a criação e manutenção de laboratórios didáticos das diferentes disciplinas; favorecendo a atualização dos conteúdos tratados nas diferentes disciplinas e aproximando a abordagem utilizada nas escolas das pesquisas mais recentes sobre abordagens curriculares e metodológicas. O PIBID, que é um Programa financiado pela CAPES, teve início na UFRGS em 2008 com 58 bolsistas e, em 2009, teve uma ampliação do número de bolsistas que passou para 89 bolsistas, distribuídos em 08 escolas.

Programa Pró-Cálculo - é constituído por um conjunto de atividades que envolvem o aluno calouro e os alunos regulares daqueles cursos da Universidade que possuem a disciplina de Cálculo em seu currículo. É organizado em dois níveis: a) Curso Pré-Cálculo, para calouros, com o objetivo de preencher lacunas dos conteúdos do ensino médio mais utilizados no ensino de cálculo e, b) disciplinas de Cálculo, específicas para alunos com mais de duas reprovações, proporcionando uma oportunidade efetiva de superação das dificuldades.

2.1.7 Salão de Graduação

O 4º Salão de Graduação ocorreu concomitantemente com o 5º Salão de Educação a Distância no período de 27 a 29 de maio de 2009, por uma ação conjunta da Pró-Reitoria de Graduação e da Secretaria de Educação a Distância, com o objetivo de apresentar as

experiências de graduação e os projetos de educação a distância que vêm sendo desenvolvidos na Universidade. A iniciativa de realizar os dois eventos conjuntamente teve o intuito de promover os pontos de interação e cooperação que existem entre as duas áreas, buscando fomentá-los dentro de uma visão de futuro, em que não mais se percebam as fronteiras entre as modalidades de educação. Além das atividades da Programação Geral, no Salão de Graduação de 2009 aconteceram relatos de experiências dos alunos nos estágios das Licenciaturas, nas atividades desenvolvidas no Programa de Educação Tutorial, na Monitoria, nos Estágios/Internatos e na Mobilidade Acadêmica, Monografias, Estágios de Docência e Trabalho de conclusão de alunos já diplomados, além das atividades de EAD onde foram discutidas a produção realizada na Universidade, com ênfase nos enfoques pedagógicos e técnicos no desenvolvimento de material para EAD, relatos sobre a experiência nos cursos a distância, mostra virtual dos trabalhos desenvolvidos e exposição de pôsteres.

2.1.8 Avaliação da Graduação

A partir de 2004, o MEC reformulou a avaliação da graduação, inserindo-a na avaliação institucional, através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, que tem o objetivo de organizar a avaliação da educação superior, levando em conta a dimensão formativa e a dimensão de regulação. Os elementos que o SINAES utiliza são: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), Avaliação de Cursos de Graduação (ACG) e Avaliação Institucional, com autoavaliação e avaliação externa. Os Quadros 4 a 7 apresentam o resultado do Exame Nacional de Avaliação de Desempenho do Estudante (ENADE) do período de 2004 a 2009.

Quadro 4 - Conceitos Exame Nacional de Avaliação de Desempenho do Estudante - ENADE, 2004-2009

Cursos/ Anos e Conceitos	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Agronomia	5					
Educação Física	4					
Enfermagem	2					
Farmácia	5					
Medicina	4					
Medicina Veterinária	4					
Nutrição	5					
Odontologia	5					
Total de Cursos Participantes	8					
Média dos Conceitos	4,3					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Arquitetura e Urbanismo		5				
Biologia		5				
Ciências Sociais		4				
Ciência da Computação		5				
Engenharia de Alimentos		5				
Engenharia Cartográfica		SC*				
Engenharia Civil		5				
Engenharia da Computação		5				
Engenharia Elétrica		4				

Engenharia Eletrônica		4				
Engenharia Mecânica		4				
Engenharia de Materiais		5				
Engenharia Metalúrgica		2				
Engenharia de Minas		SC*				
Engenharia de Produção		5				
Engenharia Química		5				
Filosofia		5				
Física		3				
Geografia		5				
História		1				
Letras		4				
Matemática		5				
Pedagogia		4				
Química		5				
Total de Cursos Participantes		22				
Média dos Conceitos		4,3				
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Administração			5			
Arquivologia			3			
Biblioteconomia			3			
Biomedicina			SC*			
Ciências Contábeis			5			
Ciências Econômicas			4			
Design			SC*			
Direito			5			
Jornalismo			2			
Musica			5			
Psicologia			5			
Publicidade e Propaganda			2			
Relações Públicas			2			
Teatro			4			
Total de Cursos Participantes			14			
Média dos Conceitos			3,8			
Cursos/ Anos e Conceitos	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Agronomia				5		
Biomedicina				5		
Educação Física				1		
Enfermagem				4		
Farmácia				4		
Medicina				5		
Medicina Veterinária				5		
Nutrição				4		
Odontologia				5		
Total de Cursos Participantes				9		
Média dos Conceitos				4,2		
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Arquitetura e Urbanismo					5	
Biologia					4	
Ciências Sociais					4	
Ciência da Computação					5	
Engenharia Ambiental					SC*	
Engenharia de Alimentos					5	
Engenharia Cartográfica					3	
Engenharia Civil					5	
Engenharia da Computação					5	
Engenharia de Controle e Automação					SC*	
Engenharia Elétrica					5	
Engenharia Mecânica					4	
Engenharia de Materiais					4	
Engenharia Metalúrgica					4	
Engenharia de Minas					5	
Engenharia de Produção					5	
Engenharia Química					4	

Filosofia					4	
Física					5	
Geografia					4	
História					3	
Letras					5	
Matemática					5	
Pedagogia					5	
Química					4	
Total de Cursos Participantes					25	
Média dos Conceitos					4,4	
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Administração						5
Arquivologia						5
Biblioteconomia						5
Ciências Contábeis						5
Ciências Econômicas						4
Design						SC*
Direito						5
Jornalismo						5
Música						5
Psicologia						5
Publicidade e Propaganda						5
Relações Públicas						5
Teatro (Licenc., Direção Teatral, Interpretação Teatral)						5
Teatro (Artes Cênicas, Bach.)						4
Relações Internacionais						4
Estatística						3
Total de Cursos Participantes						15
Média dos Conceitos						4,7

SC* = Sem conceito.

Fonte: Secretaria de Avaliação Institucional, 2009.

Quadro 5 - Distribuição de Cursos conforme Resultados dos Índices Avaliativos e Regulatórios obtidos a partir do ENADE (excetuando-se Cursos Sem Conceito)

Evolução Anual da Distribuição dos Cursos da UFRGS conforme resultados dos Índices obtidos a partir do ENADE													
Faixas do Conceito ENADE	Nº de Cursos						Faixas do CPC	Nº de Cursos					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009		2004	2005	2006	2007	2008	2009
5	4	13	5	5	12	11	5	-	-	4	3	6	3
4	3	6	2	3	9	3	4	-	-	3	5	13	10
3	-	1	2	-	2	1	3	-	-	4	1	4	1
2	1	1	3	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-
1	-	1	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Total com Conceito	8	22	12	9	23	15	Total com Conceito	0	0	11	9	23	14
Cursos sem Conceito	0	2	2	0	2	1	Cursos sem Conceito	-	-	3	0	2	2
5 e 4	7	19	7	8	21	14	5 e 4	-	-	7	8	19	13

Fonte: Secretaria de Avaliação Institucional, 2009

Quadro 6 - Distribuição Percentual de Cursos Conforme Resultados dos Índices Avaliativos e Regulatórios Obtidos a partir do ENADE (excetuando-se cursos sem conceito)

Evolução Anual da Distribuição Percentual dos Cursos da UFRGS conforme resultados dos Índices obtidos a partir do ENADE													
Faixas do Conceito Enade	% Cursos						Faixas do CPC	% Cursos					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009		2004	2005	2006	2007	2008	2009
5	50,0	59,0	41,7	55,6	52,2	73,3	5	-	-	36,4	33,3	26,1	21,4
4	37,5	27,3	16,7	33,3	39,1	20	4	-	-	27,3	55,6	56,5	71,4
3	0	4,5	16,7	0	8,7	6,7	3	-	-	36,4	11,1	17,4	7,2
2	12,5	4,5	25,0	0	0	0	2	-	-	0	0	0	0
1	0	4,5	0	11,1	0	0	1	-	-	0	0	0	0
5 e 4	87,5	86,3	58,4	88,9	91,3	93,3	5 e 4	-	-	63,7	88,9	82,6	92,8

Fonte: Secretaria de Avaliação Institucional, 2009

Quadro 7 - Média dos Conceitos dos Cursos da UFRGS no ENADE (apenas Cursos Com Conceito)

Ano	Nº de Cursos com Conceito	Média dos Conceitos-ENADE
2004	08	4,3
2005	22	4,3
2006	12	3,8
2007	09	4,2
2008	23	4,4
2009	15	4,7

Fonte: Secretaria de Avaliação Institucional, 2009

A partir dos quadros apresentados, em relação ao ENADE 2009, constata-se que:

- 1- Esta foi a melhor participação da UFRGS, em termos dos resultados dos conceitos obtidos, desde a primeira aplicação do exame, em 2004.
- 2- Apenas uma das áreas em que a UFRGS participou não logrou obter conceito nos níveis 4 ou 5 da escala do SINAES.
- 3- Não obstante, nenhum curso de Graduação da UFRGS participante ficou com Conceito Preliminar de Curso (CPC) abaixo do nível 4.
- 4- Nas áreas em que houve decréscimo de desempenho entre o ENADE imediatamente anterior aplicado às mesmas (2006) e o de 2009, o decréscimo foi do nível 5 para o nível 4, o que não chega a preocupar, mas aponta para a necessidade dos cursos avaliarem as razões do relativo insucesso.
- 5- Do mesmo modo, cursos que não conseguiram melhorar seu desempenho (afora os que já estejam no nível 5, obviamente) devem analisar as causas deste também relativo insucesso).

Importante salientar que, em 2008, o INEP introduziu o Conceito Preliminar de Curso (CPC), conforme apresenta o Quadro 8.

Quadro 8 - Conceitos dos Cursos da UFRGS

ÁREA	ANO	CONCEITO ENADE	CONCEITO IDD	CONCEITO CPC	CONCEITO CURSO (CC)
Administração	2006	5	4	-	
	2009	5	5	5	
Agronomia	2004	5	3	-	
	2007	5	3	4	4
Arquitetura e Urbanismo	2005	5	2	-	
	2008	5	5	5	
Arquivologia	2006	3	4	-	
	2009	5	-	4	
Biblioteconomia	2006	3	4	-	
	2009	5	5	4	
Biologia	2005	5	5	-	
	2008	4	3	4	
Biomedicina	2006	SC	SC	-	
	2007	5	4	4	4
Ciências Contábeis	2006	5	5	-	
	2009	5	4	5	
Ciências da Computação	2005	5	4	-	
	2008	5	5	5	
Ciências Econômicas	2006	4	4	-	
	2009	4	5	4	
Ciências Sociais	2005	4	4	-	
	2008	4	3	3	
Design	2006	SC	SC	-	
	2009	SC*	-	-	
Direito	2006	5	4	-	
	2009	5	4	4	
Educação Física	2004	4	4	-	
	2007	1	3	3	3
Enfermagem	2004	2	1	-	
	2007	4	4	4	4
Engenharia Ambiental	2008	SC	SC	SC	
Engenharia Cartográfica	2005	SC	-	-	
	2008	3	SC	3	
Engenharia Civil	2005	5	4	-	
	2008	5	5	4	
Engenharia da Computação	2005	5	3	-	
	2008	5	5	5	
Engenharia de Alimentos	2005	5	4	-	
	2008	5	4	4	
Engenharia de Controle e Automação	2008	SC	SC	SC	
Engenharia de Materiais	2005	5	4	-	
	2008	4	5	4	
Engenharia Elétrica	2005	4	3	-	
	2008	5	5	5	
Engenharia Mecânica	2005	4	5	-	
	2008	4	3	4	
Engenharia Metalúrgica	2005	2	4	-	
	2008	4	3	4	

Engenharia de Minas	2005	SC	-	-	
	2008	5	SC	5	
Engenharia de Produção	2005	5	4	-	
	2008	5	4	4	
Engenharia Química	2005	5	4	-	
	2008	4	3	4	
Estatística	2009	3	-	4	
Farmácia	2004	5	4	-	
	2007	4	3	4	4
Filosofia	2005	5	4	-	
	2008	4	1	3	
Física	2005	3	1	-	
	2008	5	5	4	
Geografia	2005	5	-	-	
	2008	4	3	4	
História	2005	1	-	-	
	2008	3	1	3	
Jornalismo	2006	2	2	-	
	2009	5	3	4	
Letras	2005	4	3	-	
	2008	5	4	4	
Matemática	2005	5	4	-	
	2008	5	5	5	
Medicina	2004	4	3	-	
	2007	5	5	5	5
Medicina Veterinária	2004	4	5	-	
	2007	5	5	5	5
Música	2006	5	2	-	
	2009	5	5	5	
Nutrição	2004	5	5	-	
	2007	4	4	4	4
Odontologia	2004	5	3	-	
	2007	5	4	5	5
Pedagogia	2005	4	2	-	
	2008	5	5	4	
Psicologia	2006	5	3	-	
	2009	5	3	4	
Publicidade e Propaganda	2006	2	2	-	
	2009	5	-	4	
Química	2005	5	3	-	
	2008	4	4	4	
Relações Internacionais	2009	4	3	4	
Relações Públicas	2006	2	2	-	
	2009	5	-	4	
Teatro	(Licenc., Direção Teatral, Interpretação Teatral)	2006	4	3	-
		2009	5	2	3
	(Artes Cênicas, Bach.)	2009	4	-	-

Fonte: Secretaria de Avaliação Institucional, 2009.

2.1.9 Avaliação da Dimensão Ensino de Graduação

O Quadro 9 apresenta a avaliação do Ensino de Graduação.

Quadro 9 - Avaliação da Dimensão Ensino de Graduação

Resultados Alcançados		Recomendações
Fragilidades	Potencialidades	
Vagas ociosas ou falta de vagas em disciplinas do mesmo semestre.	Mobilidade Intra e Inter-institucional; Ingresso "Extravestibular" nas modalidades de Transferência Interna, Ingresso de Diplomado e Transferência Voluntária; Compromisso social; Articulação graduação/pós-graduação.	Reestruturação acadêmica; Renovação pedagógica; Redução das taxas de evasão; Ocupação de vagas ociosas; Ampliação da oferta: aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno.
A natureza multicampi e a departamentalização levam o estudante a mover-se entre dois ou mais <i>campi</i> para acompanhar o curso.	A otimização dos horários de oferecimento de disciplinas em cursos já existentes vem sendo trabalhada na área da educação, ciências exatas e engenharias.	Combinar o oferecimento de disciplinas-turma para determinado curso por campus e por turno.
Formação pedagógica de docentes.	A UFRGS possui especialistas de excelência na área da educação.	Reestruturar e ampliar o PAAP para todo o corpo docente.
Acolhimento dos novos docentes.	Programa de acolhimento já implementado.	Aperfeiçoar a rotina de acolhimento e acompanhamento dos novos docentes pelos respectivos tutores e setores nas unidades.
Ordenamento para matrícula.	Sistema informatizado já implantado.	Simplificar o ordenamento de matrícula de forma que possa ser de fácil acesso também para outros fins como ordenamento para estágios, por exemplo.
Disciplinas código 99 (ligadas às COMGRADs) dificultam relações com o sistema, pois não estão ligadas a apenas um departamento.	Existência de infraestrutura de suporte.	Adequar e simplificar o Sistema Informatizado de Graduação para todos os fins.
Manutenção dos alunos ingressantes pelas ações afirmativas.	Recursos do REUNI: pessoal e aporte financeiro.	Apoio pedagógico aos estudantes e docentes.
Avaliação dos programas (monitoria, estágios, mobilidade...).	Programas já instituídos e ampliados.	Aprimorar o sistema de avaliação da relação custo-benefício dos programas da Graduação a curto e longo prazo (relatórios, salão de graduação, avaliação de egressos, etc.).
Avaliação docente e discente.	Especialistas de excelência na área de avaliação da educação.	Buscar desenvolver instrumentos mais adequados à real avaliação dos docentes e melhor capacitar os docentes para a avaliação discente.
Dificuldade de adesão ao regime de trabalho DE para algumas áreas, especialmente no momento do oferecimento das	Regime de trabalho docente DE.	Definir a política da Universidade, respeitando as peculiaridades das áreas.

vagas para concurso (saúde, direito).		
Registros docentes complexos (carga horária) nem sempre correspondentes à realidade.	Ampliação das atividades de tutorias, orientações, supervisões na graduação.	Simplificar os registros - aperfeiçoá-los e coordená-los de maneira a evitar informações equivocadas; Rever a legislação.
Inexistência de documento aprovado nos conselhos superiores explicitando o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), para ajuste às exigências legais.	Existe massa crítica para produção do PPI.	Proceder à elaboração e à aprovação, nos Conselhos Superiores, do PPI.
Os Projetos Pedagógicos dos cursos de Graduação da Instituição (PPC), encontram-se em duas situações específicas: cursos antigos não possuem PPC nos moldes atualmente exigidos pela legislação e cursos mais recentes precisam complementar as informações necessárias para ajuste às exigências legais.	Capacidade instalada.	Proceder à elaboração, complementação e aprovação, nos conselhos superiores, dos Projetos Pedagógicos de diversos cursos de Graduação da Instituição (PPC).
Os resultados da Avaliação Externa aos cursos de Graduação são ainda pouco explorados para fins de qualificação dos mesmos.	Disponibilidade das informações.	Mobilizar o fórum de coordenadores de cursos de Graduação para intensificar a análise e aproveitamento dos resultados da Avaliação Externa.

2.2 EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL

A UFRGS atua na educação básica, através do ensino infantil, fundamental e médio, desenvolvidos na Creche Francesca Zacaro Faraco, Brinquedoteca e Colégio de Aplicação.

A partir do dia 01 de janeiro de 2009, a Escola Técnica desligou-se da UFRGS e tornou-se Instituto Federal de Educação Tecnológico passando a integrar a Rede Federal de Ensino Tecnológico do MEC, vinculado ao IFET Bento Gonçalves.

A Coordenadoria de Educação Básica e Profissional (CEBP) foi criada através da Portaria nº 3802 de 28 de dezembro de 2001, com as seguintes atribuições:

- estabelecer a integração entre os Órgãos e Setores que desenvolvem atividades de Educação Básica, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos, e, dessas, com a Reitoria, Pró-Reitorias e demais Unidades Universitárias;
- servir de ligação da Educação Básica, da Educação Profissional e da Educação de Jovens e Adultos da UFRGS com os Sistemas Federal, Estadual e Municipal de Educação;
- manifestar-se sobre os projetos que buscam a qualidade da Educação Básica, Profissional e da Educação de Jovens e Adultos da UFRGS;
- acompanhar as atividades administrativas e didáticas dos Órgãos e Setores de Educação Básica, Profissional e de Jovens e Adultos da UFRGS;

- opinar sobre assuntos que digam respeito à Educação Básica, à Educação Profissional e à Educação de Jovens e Adultos, no âmbito da UFRGS, e
- apreciar e opinar sobre outras matérias que lhes sejam atribuídas no âmbito da sua atuação, como: convênios, ampliação e reformas de prédios, aquisição de equipamentos, contratação de recursos humanos, atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Os Quadros 10 e 11 apresentam os números de docentes da educação básica e profissional da UFRGS no ano de 2009 e, a respectiva carga horária.

Quadro 10 - N° de Docentes da Educação Básica e Profissional na UFRGS, por Titulação, 2009

Docentes	Graduados	Especialistas	Mestres	Doutores
Nº de Docentes Permanentes	8	10	25	13
Nº de Docentes Substitutos	6	11	29	2
Nº de Docentes Visitantes	–	–	–	–
Nº de Docentes Afastados para Capacitação e/ou Cedidos para outros órgãos*	1	4	6	0

* Um docente do quadro permanente com Magistério.

*Não considerar esses docentes nas totalizações anteriores.

Fonte: Relatório de Gestão da UFRGS, 2009.

Quadro 11 - Docentes da Educação Básica e Profissional na UFRGS, por Carga Horária, 2009

Docentes	DE	40h	20h
Nº de Docentes Permanentes	54	3	0
Nº de Docentes Substitutos	0	46	2
Nº de Docentes Visitantes	–	–	–
Nº de Docentes Afastados para Capacitação e/ou cedidos para outros órgãos*	11	0	0

*Não considerar esses docentes nas totalizações anteriores.

Fonte: Relatório de Gestão da UFRGS, 2009.

Ao desenvolver suas ações no ano de 2009, a CEBP planejou e desenvolveu, mais uma vez, o evento “UFRGS PORTAS ABERTAS”. O mesmo tem por finalidade a divulgação das diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão que são desenvolvidas pela Universidade. Esta divulgação acontece através da recepção de alunos das escolas de ensino médio do Rio Grande do Sul, bem como visitantes em geral, nas diversas Unidades de Ensino, Órgãos e Setores da Universidade. Neste ano o número de visitantes atingiu o total de 6.625 alunos e pessoas da comunidade. Também, estiveram envolvidos 232 docentes, 195 servidores técnico-administrativos e 465 alunos da UFRGS.

Em 2009, a UFRGS se fez presente na “Feiras das Profissões” realizadas por diversas Escolas que ministram ensino médio, tanto da Capital como do interior do Estado, atingindo 1.469 alunos. Nestes eventos, a Universidade e sua estrutura acadêmico-

administrativa foram apresentadas, bem como suas atividades de pesquisa e extensão, noticiando os cursos de graduação e trazendo informações genéricas sobre os concursos vestibulares de 2009.

Já o projeto de extensão “CONTA MAIS”, que tem como objetivo geral divulgar e incentivar a leitura - literatura infantil e juvenil - junto aos alunos que freqüentam a Educação Básica (Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental) beneficiou 2.735 alunos, atendendo principalmente a alunos da Creche, Brinquedoteca e Colégio de Aplicação da Universidade, bem como escolas da rede pública de Porto Alegre. Cabe destacar que apesar de contar com apenas 4 integrantes (2 servidores técnico-administrativos e 2 bolsistas) o projeto “CONTA MAIS” segue atendendo um número cada vez mais significativo de alunos, mantendo a qualidade do trabalho.

Quanto às ações de integração propostas pela Coordenadoria, considerando os recursos disponíveis, procurou-se promover a qualificação dos processos de trabalho e estimular os recursos humanos de forma a beneficiar o público alvo da CEBP, que são os alunos, os docentes e os servidores técnico-administrativos da Educação Básica e Profissional da UFRGS.

Os Quadros, a seguir, apresentam o total de alunos do Colégio de Aplicação e de beneficiados pela Creche e Brinquedoteca da Universidade.

Quadro 12 - Alunos do Colégio de Aplicação, 2006-2009

Alunos	2006	2007	2008	2009
Matriculados 1º grau	321	325	312	309
Matriculados 2º grau	270	278	269	270
Concluintes 1º grau	56	65	68	60
Concluintes 2º grau	79	86	81	87
Matriculados EJA - EF	-	-	41	39
Matriculados EJA - EM1	-	30	28	44
Matriculados EJA - EM2				34
Matriculados EJA - EM3	-	-	-	34

Fonte: Secretaria do Colégio de Aplicação, 2009

Quadro 13 - Crianças Beneficiadas Pela Creche e Brinquedoteca, 2007-2009

Nº de Crianças Beneficiadas	2007	2008	2009
Creche	112	112	121
Brinquedoteca	18	17	22
Total	130	129	143

Fonte: Secretaria da Creche e da Brinquedoteca, 2009

2.2.1 Colégio de Aplicação

A base curricular do ensino fundamental e médio, segundo consta nos marcos de referência utilizados no Colégio de Aplicação, objetiva a estruturação das diversas áreas de conhecimento, através da especificidade de cada disciplina. Objetiva, também, a ação-reflexão-ação pressupondo o estudo teórico, a pesquisa interdisciplinar e a seleção de conteúdos/contextos complexos que permitam ao aluno aprender através de suas próprias experiências, construindo suas categorias de pensamento, ao mesmo tempo em que organiza seu mundo.

O referencial epistemológico do ensino fundamental e médio tem como pressupostos da sua prática a permanente releitura e ressignificação de sua base teórica, buscando contemplar teorias que irão auxiliar no encaminhamento de suas propostas curriculares. O aluno é o centro do processo educativo: é incentivado a investigar, perguntar e não apenas a responder, de forma a ser valorizado em seus diferentes estilos cognitivos e culturais. Ao professor cabe fazer da sala de aula um campo de pesquisa e de seu campo de trabalho um laboratório.

O Parecer CNE/CEPB nº 26/2002, da Câmara de Educação Básica do Ministério de Educação, ratifica o caráter experimental e de formação na prática do ensino e da educação atribuído aos Colégios de Aplicação das Universidades Federais.

A visibilidade do caráter experimental se dá através dos projetos de ensino que reestruturam a grade curricular tradicional. São eles:

- Projeto Unialfas, que se refere à integração entre as séries iniciais;
- Projeto Amora é a reestruturação do currículo em 5ª e 6ª séries, a partir dos projetos de aprendizagem e da inserção de novas tecnologias;
- Enriquecimento Curricular: o aluno escolhe uma disciplina que compõe a parte diversificada do currículo;
- Projeto *Webwrites*: é a escrita coletiva de uma peça teatral em ambiente digital a partir da adaptação de uma obra literária escolhida pelo aluno, implantação do EJA no Ensino Médio.
- Projeto do Ensino Médio para Jovens e Adultos.

Destaca-se, na sua infraestrutura, um Laboratório de Educação a Distância, criado em abril de 2004, com o intuito de promover institucionalmente o desenvolvimento e a implementação de atividades de educação a distância; aperfeiçoar as ações pedagógicas,

mediante a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação no ensino e investigar processos educacionais em modificação acelerada/estudos sobre impactos e transformações pedagógicas relacionadas ao uso de ambientes informatizados.

Soma-se a isto, outro projeto que hoje está instalado e funcionando na sua plenitude no nosso Colégio de Aplicação - O Projeto UCA - Um computador por aluno – que abre portas para avanços pedagógicos no que diz respeito às práticas e às teorias relacionadas ao ensino e a aprendizagens escolares fortemente baseadas no uso dos recursos de comunicação e interação digitais hoje disponíveis.

Busca com isto atingir a qualidade pretendida pela educação contemporânea, quanto ao desenvolvimento de habilidades e competências requeridas ao cidadão atual, requer atualizações constantes das estratégias que permitem aprender e atuar responsavelmente no mundo.

2.2.2 Creche Francesca Zácara Faraco

A Creche Francesca Zacaro Faraco, pioneira entre as creches de Universidades brasileiras, foi criada no ano de 1972, sendo uma conquista dos movimentos sociais da década de 1970, que reivindicavam, às mulheres trabalhadoras, o direito de atendimento institucional para os filhos que se encontrassem em idade pré-escolar. Inicialmente, foi planejada para atender crianças de até 2 anos de idade, filhos de mães funcionárias, professoras e estudantes, visando à integração da comunidade universitária. Atualmente, a creche atende a dependentes legais de servidores ativos ocupantes de cargo público da UFRGS, que se encontrem na faixa de 0 a 5 anos.

Neste período de 38 anos, a Creche já manteve vínculo com diferentes Departamentos ou Órgãos da Universidade, quais sejam: Pró-Reitoria da Comunidade Universitária (PRUNI), Departamento de Pessoal, Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Serviços à Comunidade Universitária (PRORHESC), estando atualmente subordinada a Pró-Reitoria de Coordenação Acadêmica, através da Coordenadoria de Educação Básica e Profissional.

Pela sua crescente integração a Universidade tem se inserido em vários programas e projetos de extensão, que visam à melhoria da qualidade dos serviços prestados na creche, dentre os quais estão:

- **DESCOBRINDO O MOVIMENTO NO MEIO LÍQUIDO – XIII - Objetivo:** Oportunizar às crianças de Maternal 2 a Jardim B da creche um programa de atividades no meio líquido que as leve a integrar-se a esse meio, tornando-as

independentes na água e preparando-as para a aprendizagem futura da técnica.

- **EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA INFANTIL – CRECHE/UFRGS XIII** -
Objetivo: Propiciar à criança a prática regular de atividade física, de forma atraente e prazerosa, favorecendo, no presente e no futuro, a adoção de estilo de vida saudável.
- **PROGRAMA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE BUCAL PARA AS CRIANÇAS DA CRECHE FRANCESCA ZACARO FARACO** - Objetivo: Promover a saúde bucal das crianças da Creche através de adoção de medidas de controle das doenças cárie e periodontal, bem como orientar pais e professores sobre condutas preventivas que devem ser adotadas diariamente com as crianças.
- **ASSESSORIA EM ENFERMAGEM E SISTEMATIZAÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE NA ESCOLA INFANTIL CRECHE FRANCESCA ZACARO FARACO – IV** - Objetivo: Assessorar o Setor de Saúde e Direção da Creche em assuntos de saúde e sistematizar as ações de saúde dela decorrentes. Elaborar protocolo de Atenção em Saúde na Escola Infantil.

Esses projetos e programas buscam com suas ações contribuir para que a creche se torne, cada vez mais, um local privilegiado para o ensino, pesquisa e extensão da UFRGS, servindo como campo de estágio curricular, para observações de alunos, coleta de dados para pesquisas e possibilitando um intercâmbio com a graduação e pós-graduação através dos seus professores e alunos.

2.2.3 Brinquedoteca

A partir de reivindicações e de servidores que exerciam suas atividades junto ao campus do vale da UFRGS e que apontavam a necessidade de um espaço para atender seus filhos em idade pré-escolar, criou em 1991 a Brinquedoteca da UFRGS.

Em outubro de 2003 foi inaugurado o novo prédio da Brinquedoteca que está vinculada, até hoje, à Coordenadoria de Educação Básica e Profissional. Atualmente já estruturada e com novas instalações, proporciona um ambiente rico em estímulos para o desenvolvimento de brincadeiras e com melhores condições para que a aprendizagem seja mais prazerosa e desafiadora para os alunos.

Inicialmente, a Brinquedoteca prestava atendimento infantil para 40 crianças de 3 a 7 anos. Atualmente, a Brinquedoteca tem capacidade para atender 30 crianças, de 2 a 5 anos de idade, filhos de servidor do Quadro Permanente desta Universidade. Seu ingresso

acontece através de sorteio de vagas para dependentes de servidor por meio de edital divulgado no final de cada ano com o número de vagas para ingresso em março do ano seguinte, em turno integral ou parcial.

A metodologia de trabalho da Brinquedoteca está baseada na teoria construtivista. Busca na prática pedagógica, de modo sistemático e intencional, o desenvolvimento das crianças, garantindo a aquisição de novos conhecimentos e a realização de novas aprendizagens a partir da valorização do saber que elas mesmas possuem. Proporciona, assim, um ambiente rico em estímulos, onde elas desenvolvem suas potencialidades através de atividades lúdicas e educativas.

Toda atividade que se realiza com prazer é mais assimilável. É brincando que a criança percebe melhor o mundo, descobre os seus mistérios, constrói suas hipóteses, enfim elabora o conhecimento. Acreditando que a atividade lúdica é o modo através do qual a criança aprende, a administração da Brinquedoteca coloca a mesma como sujeito que constrói o conhecimento através de sua interação com os meios físico e social em que vive.

A brinquedoteca trabalha, também, para que o ambiente seja harmonioso, cooperativo e desafiador. Compreende a criança em seu processo de crescimento, nas características evolutivas do desenvolvimento infantil, respeitando suas curiosidades, necessidades e interesses de cada faixa etária.

Mantém uma estreita relação com os cursos de graduação, em especial com a Educação Física, pois a Brinquedoteca recebe os alunos da graduação para realizarem seus estágios curriculares e atividades complementares, bem como serve de campo de estudo para elaboração de trabalhos científicos e de conclusão de curso.

2.2.4 Avaliação da Dimensão

O Quadro 14 apresenta a avaliação da Dimensão Educação Básica e Profissional.

Quadro 14 - Avaliação da Dimensão Educação Básica e Profissional

Resultados Alcançados		Recomendações
Fragilidades	Potencialidades	
Pouca integração com as Secretarias de Educação do Estado e Municípios, bem como com o ensino privado.	O trabalho qualificado dos órgãos vinculados a CEBP.	Maior interação com as Secretarias de Ensino do Estado e dos Municípios.
Terceirização de serviços crescente na Creche e Brinquedoteca.	O excelente trabalho que é desenvolvido nestes órgãos.	Solicitar junto ao MEC que sejam concedidas vagas para concurso de profissionais, de acordo com a especificidade da Educação Infantil.
A Creche não está adequada à legislação atual.	Há docentes com uma formação acadêmica bem estruturada,	Adequar o trabalho da Creche a legislação atual, transformando-a

	mestres e doutores, atuando na Educação Básica.	em Núcleo de Educação Infantil.
Não reposição das vagas docentes do Colégio de Aplicação por concurso, tendo como consequência o incremento na contratação de professores substitutos.	Busca de entendimento com o MEC através da ANDIFES. Trabalho do Condicap junto a SESU.	Buscar junto ao MEC autorização para a realização de concursos nas vagas do CAp, oriundas de vacâncias legais; Processos de concurso público em andamento (conseguiu-se 33 vagas para concurso de docentes no Colégio de Aplicação).
Com relação à CEBP, destaca-se a pouca autonomia, tanto administrativa quanto financeira.	Trabalho cooperativo e bom relacionamento entre a chefia, servidores e bolsistas, bem como com a Administração Central; Servidores técnico-administrativos experientes com possibilidades de participar de qualquer atividade proposta pela Universidade e também de propor outras ações de integração entre os vários setores da UFRGS.	Buscar, através de projetos e ações de planejamento interno, uma maior autonomia administrativa e financeira; Manutenção da política de qualificação dos servidores docentes e técnico-administrativos; Continuar realizando as reuniões setoriais e com as Direções e serviços dos órgãos vinculados.

2.3 ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

O sistema de Pós-Graduação da UFRGS compreende atividades de ensino e pesquisa que visam à capacitação, altamente qualificada, de recursos humanos, nas diversas áreas do conhecimento, para a docência, a pesquisa e o exercício profissional, capazes de atuar no processo de transformação da realidade nacional.

O artigo 66 do Estatuto da UFRGS estabelece que “o Ensino de Pós-Graduação visa à habilitação ao exercício, em nível avançado, do ensino, da pesquisa e de atividades correlatas, sendo aberto a candidatos que tenham concluído o Curso de Graduação”. O ensino de pós-graduação na UFRGS é afeto a Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPG).

O artigo 36, do Regimento Geral da UFRGS, estabelece que compete à PROPG: formular diagnósticos dos problemas da Instituição na área da pós-graduação, elaborar as propostas de política de atuação na área, bem como coordenar as atividades dos órgãos responsáveis pela execução desta política.

O artigo 6º do Regimento Geral da UFRGS estabelece que a Câmara de Pós-Graduação (CAMPG) do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE) tem como principais competências propor diretrizes e normas específicas para as atividades de pós-graduação da Universidade, a serem submetidas ao plenário do CEPE, de acordo com a política geral estabelecida pelo CONSUN.

As legislações e atribuições da Câmara de Pós-graduação estão disponíveis publicamente em <http://www.ufrgs.br/cepe/campg>; a Resolução nº 12/2007 do CEPE estabelece as normas da pós-graduação *stricto sensu* na UFRGS em <http://www.ufrgs.br/cepe>, assim como outras resoluções do CEPE e do CONSUN referentes à normatização do sistema de Pós-graduação.

Legislação complementar à Resolução nº 12/2007-CEPE:

- Decisão nº 372/2007 CONSUN (Docente Convidado);
- Resolução nº 28/98 CEPE (Notório Saber);
- Resolução nº 56/98 CEPE (Defesa Direta de Tese);
- Resolução nº 29/2005 CEPE (Titulação simultânea em dois países);
- Resolução nº 129/2005 CAMPG (Biblioteca Digital);
- Resolução nº 084/2006 CAMPG (Co-orientação de alunos);
- Resolução nº 201/2007 CAMPG (credenciamento de docentes);
- Resolução nº 150/2008 CAMPG (editais de seleção).

Além disso, tem-se o Fórum de Coordenadores de Pós-graduação, que tem por finalidade promover a integração dos mesmos, discutir e encaminhar sugestões à Administração Central sobre a implementação de políticas e decisões institucionais.

Quanto aos cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização), as duas principais Resoluções que os normatizam são a nº 19/2004 do CEPE e a nº 036/2006 da CAMPG (<http://www.ufrgs.br/cepe>). Os cursos de especialização são propostos pelos departamentos, aprovados pelas Unidades Acadêmicas e, posteriormente, analisados e aprovados pela CAMPG.

2.3.1 Políticas Institucionais para Criação, Expansão e Manutenção da Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu*

2.3.1.1 Criação e Expansão da Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Em 2009, havia 144 cursos de pós-graduação *stricto sensu* presenciais (69 mestrados acadêmicos, 9 mestrados profissionais e 66 doutorados), perfazendo um total de 71 programas de pós-graduação (PPG). Neste ano, foram aprovados 2 novos cursos, a saber:

1) Psicologia Social e Institucional (Doutorado). Aprovado pela Universidade e pela CAPES em 2009, com início das atividades em 2010.

2) Sensoriamento Remoto (Doutorado). Aprovado pela Universidade e pela CAPES em 2009, com início das atividades em 2010.

A implementação desses novos cursos de doutorado é importante e se insere na política da Universidade de prover formação completa aos estudantes de pós-graduação até o nível mais alto, doutorado. Além da implementação de novos cursos, a Universidade desenvolve também políticas com vistas ao aumento do número de vagas em programas já estabelecidos, tendo por meta o pleno desenvolvimento das potencialidades do sistema de pós-graduação.

Em 2009, havia um total de 8.400 alunos matriculados: 4.697 no mestrado e 3.703 no doutorado (expansão aproximada de 6% em relação a 2008, conforme demonstram os Quadros 15 e 16). No entanto, os PPGs têm detectado algumas fragilidades do sistema para a expansão da quantidade e da qualidade dos estudantes titulados em doutorado. Uma delas é a necessidade de expansão do corpo docente e o aumento do número de orientadores nos PPGs. O sistema atualmente tem uma margem relativamente estreita para aumentar o ingresso de estudantes. Além disso, em muitas áreas experimentais há uma evidente carência de servidores técnicos especializados para o manuseio de equipamentos. Essa situação dificulta muito o trabalho de laboratório e, via de regra, sobrecarrega o orientador, que acaba tendo que operar equipamentos complexos e delicados. Outra fragilidade que sobrecarrega os orientadores são as atividades administrativas, em que em muitos casos não há servidores técnicos.

Quadro 15 - N° de Alunos Titulados e Matriculados no Mestrado, 2005- 2009

Ano	Mestrado	Total
2005	Número de alunos titulados	1173
2005	Número de alunos matriculados	4535
2006	Número de alunos titulados	1211
2006	Número de alunos matriculados	4561
2007	Número de alunos titulados	1215
2007	Número de alunos matriculados	4695
2008	Número de alunos titulados	1146
2008	Número de alunos matriculados	4820
2009	Número de alunos titulados	1173
2009	Número de alunos matriculados	4697

Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação, 2010.

Quadro 16 - N° de Alunos Titulados e Matriculados no Doutorado, 2005-2009

Ano	Doutorado	Total
2005	Número de alunos titulados	478
2005	Número de alunos matriculados	3036
2006	Número de alunos titulados	442
2006	Número de alunos matriculados	3165
2007	Número de alunos titulados	514
2007	Número de alunos matriculados	3305
2008	Número de alunos titulados	561
2008	Número de alunos matriculados	3501
2009	Número de alunos titulados	620
2009	Número de alunos matriculados	3703

Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação, 2010.

Como parte da política de internacionalização da Universidade, em 2009, 58 estudantes brasileiros em programas de pós-graduação iniciaram estágio de doutorado-sanduíche no exterior financiado com recursos do programa PDEE/CAPES. Além disso, 13 estudantes da UFRGS iniciaram doutorado sanduíche dentro de programas especiais, PROBRAL (1 bolsista), COFECUB (6), GRICES (4), NUFFIC (1) e FCT (1). Por outro lado, 17 alunos estrangeiros iniciaram sua formação pós-graduada na UFRGS dentro do sistema PEC-PG da CAPES (9 em mestrado e 8 em doutorado). Dentro do programa de bolsas do CNPq/Ministério da Ciência e Tecnologia de Moçambique, 2 alunos iniciaram mestrado e 1 doutorado.

Em 2009, foram aprovados 15 novos projetos da UFRGS, que haviam sido submetidos aos Editais da CAPES, dentro dos seguintes programas de cooperação internacional daquela Coordenadoria: MES/Cuba, NUFFIC/Holanda, COFECUB/França, PROBRAL/Alemanha e MINCYT/Argentina. Por outro lado, 5 projetos da UFRGS foram aprovados pela CAPES dentro do Edital Professor Visitante Estrangeiro (PVE), em 2009: área de Ciências Biológicas II (Bioquímica); Ciências Biológicas III (Imunologia); Agrárias (Zootecnia); Arquitetura e Urbanismo; Engenharia II (Engenharia de Minas). Esse projeto financia a vinda de professores e pesquisadores atuantes no exterior de reconhecida competência e que estejam aptos a desenvolver atividades de docência, pesquisa e orientação, por tempo determinado, atuando como membro da equipe acadêmica junto a programas de doutorados de Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras.

Esses dados são indicativos da inserção internacional do sistema de pós-graduação e pesquisa da UFRGS.

2.3.1.2 Manutenção da Pós-Graduação *Stricto Sensu*

O Programa de Fomento à Pós-graduação (PROF) e o Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) da CAPES são os dois principais financiamentos sistemáticos institucionais dos PPGs. Através do PROF, a CAPES repassa recursos de custeio e capital à PROPG/UFRGS, os quais são utilizados primordialmente para inserção institucional dos PPGs. A Comissão de Planejamento e Gerência (CPG) do PROF analisa estratégias e destina os recursos aos programas. Ela é formada por representantes dos PPGs de todas as grandes áreas da CAPES e presidida pelo Pró-Reitor de Pós-Graduação. Também pode ser chamada para analisar e definir a destinação de recursos de outros editais institucionais da CAPES. De 2008 a 2009, houve um incremento substancial de recursos do sistema PROF e, também, do sistema PROEX. Quanto ao financiamento dos Programas de Pós-graduação (PPG) participantes do Programa de Fomento à Pós-graduação (PROF) da CAPES (total de 60), cujos recursos são gerenciados pela PROPG, foram aplicados R\$ 17.337.600,00 em bolsas (em 2008, esse valor foi de R\$ 14.956.375,04; aumento de 16%). Os PPGs participantes do PROEX, nota 6 e 7 da CAPES, também tiveram aumento de recursos para bolsas, custeio e capital em relação a 2008. As bolsas, especialmente de doutorado, são essenciais para a expansão de um sistema de pós-graduação consolidado, como o da UFRGS.

Em 2009, houve a implantação de 285 bolsas novas de mestrado e doutorado. Os recursos de custeio/fomento do PROF também aumentaram: em 2009 foi de R\$ 4.194.232,78 e em 2008 de R\$ 3.309.108,08 (aumento de 27%). Além dos recursos de capital do PROF, a CAPES lançou Edital Pró-equipamentos 2009 (valor total em 2009 R\$ 3.128.843,18 e em 2008 R\$ 2.853.433,52). Quanto aos recursos de capital do PROF, em 2009, diferentemente de outros anos, em que essa rubrica era repartida entre os vários cursos de pós-graduação, a PROPG lançou Edital Pró-equipamentos, no valor de R\$ 340.000,00, que corresponde a parte do total do recurso de capital do PROF. A Comissão de Gerência do PROF/UFRGS selecionou os projetos de pesquisa encaminhados pelos PPGs de todos editais pró-equipamentos. Os critérios básicos para o investimento foram a utilização do equipamento para o desenvolvimento das teses e dissertações e o uso compartilhado por vários PPGs. Todos PPGs que encaminharam projetos, foram atendidos em pelo menos uma das suas demandas de equipamento. Além do investimento em equipamentos de laboratório, foram executados recursos no valor de R\$ 325.794,28 para aquisição de livros e bases eletrônicas de livros e de periódicos em 2009, que também foi uma decisão da Comissão de Gerência do PROF.

A expansão do financiamento já exerce e continuará a ter um impacto significativo sobre a quantidade e a qualidade da formação dos estudantes, e a produção científica, intelectual e artística daí decorrentes. Além da CAPES, os pesquisadores receberam recursos diretamente do CNPq. No entanto, os PPGs apresentam uma fragilidade crucial que é a necessidade de expansão do espaço físico para o desenvolvimento da pós-graduação. Essa expansão deve ser quantitativa e qualitativa com a modernização dos espaços físicos para laboratórios, para o ambiente de formação dos estudantes, e para as interações nacionais (redes de pesquisa) e internacionais (convênios, que envolvam vinda de professores e estudantes).

Como política institucional, e seguindo o PNPG 2005-2010, a UFRGS tem investido na redução de assimetrias de desenvolvimento da Pós-graduação. Em 2009, foram criadas 6 novas turmas MINTER (mestrado interinstitucional) com 125 alunos matriculados; e 9 DINTER (doutorado interinstitucional) com 122 alunos matriculados. Em 2008, haviam sido criadas 2 turmas MINTER e 1 DINTER. As assimetrias internas têm sido enfrentadas pela alocação de recursos e bolsas de estudo a PPGs novos ou que estejam em dificuldade, como descrito acima para as políticas de manutenção da Pós-graduação.

2.3.1.3 Pós-Graduação *Lato Sensu*

A Universidade também tem respondido positivamente às demandas sociais por cursos de especialização (Pós-graduação *lato sensu*). Trata-se de um sistema de formação em que a Universidade atende à comunidade, a partir de uma constante demanda tanto de instituições privadas quanto públicas para a formação especializada.

Em 2009, a UFRGS ofereceu 139 Cursos de Especialização (124 presenciais e 15 na modalidade à distância). Nesses Cursos de Especialização havia 5.334 estudantes matriculados (3.475 presenciais e 1.859 na modalidade à distância) e titularam-se 1.533 estudantes (1.318 na modalidade presencial e 215 à distância), observando-se aumento de aproximadamente 9% em relação a 2008. (conforme Quadros 17 e 18).

A Universidade desenvolve políticas para facilitar a implantação e regulamentação institucional, criando um ambiente propício para os cursos de especialização com ações como, por exemplo, a regulamentação do gerenciamento dos recursos destes cursos pela Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAURGS) e um Sistema de Controle Acadêmico. O Sistema visa disponibilizar o potencial científico e tecnológico na qualificação e atualização de profissionais para o mercado de trabalho, a educação básica e órgãos públicos, a implantação de processos eletrônicos dos projetos, relatórios e a expedição dos certificados dos cursos de

especialização, agilizando os processos, reduzindo custos e racionalizando os recursos humanos. Além disso, a UFRGS elabora projeto de informatização da gestão e da aplicação de recursos provindos do Fundo Institucional dos cursos de especialização.

Quadro 17 - N° de Cursos, Estudantes Ingressantes, Matriculados e Titulados em Pós-graduação *Lato Sensu* (Especialização Presencial)

Especialização (presencial)	2005	2006	2007	2008	2009
Nº cursos iniciados	62	62	75	80	124
Nº cursos concluídos	51	56	52	65	65
Nº estudantes matriculados	3.745	4.480	4.912	5.142	3.475
Nº estudantes titulados	1.084	1.379	1.382	1.411	1.318

Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação, 2010.

Quadro 18 - N° de Cursos, Estudantes Ingressantes, Matriculados e Titulados em Pós-graduação *Lato Sensu* (Especialização à Distância)

Especialização (à Distância)	2005	2006	2007	2008	2009
Nº cursos iniciados	3	3	5	7	15
Nº cursos concluídos	-	2	3	5	5
Nº estudantes matriculados	629	919	1.001	982	1.859
Nº estudantes titulados	-	32	184	319	215

Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação, 2010.

No início de março de 2009, a 4ª Turma do Tribunal Federal da 4ª Região proibiu a oferta de Cursos de Especialização pagos pelos alunos. Essa decisão trouxe prejuízos acadêmicos para a Universidade, isolando-a do contato mais direto com os interesses de formação acadêmica da comunidade onde está inserida. A Procuradoria Geral da UFRGS, através do Dr. Armando Pitrez, obteve suspensão liminar daquela decisão pelo Supremo Tribunal Federal em julho de 2009. Através do Projeto de Apoio PROPG/Atividades Graduação e Pós-graduação (nº 6188), os recursos do fundo institucional referentes aos Cursos de Especialização foram aplicados em Bolsas de Desenvolvimento Institucional, no valor de R\$ 628.976,41 no exercício de 2009, correspondendo a 150 bolsas. Em 2008, o total investido foi de R\$ 1.377.117,81 dentro desse mesmo projeto. Essa redução de investimentos se deve àquela proibição de oferta dos cursos de especialização.

2.3.1.4 Política de Melhoria da Qualidade da Pós-Graduação

A UFRGS desenvolve política de expansão da qualidade da Pós-graduação que tem por objetivo apoiar os programas de Pós-graduação para a conquista e manutenção da excelência nacional e internacional de sua produção.

Em 2009, a PROPG iniciou a preparação do III Seminário de Avaliação e Planejamento Institucional da Pós-graduação. Diferentemente das outras edições, o III Seminário enfatizou a elaboração pelos Programas de Pós-graduação de planejamento estratégico e de políticas de Pós-graduação a serem desenvolvidas nos próximos anos. Dessa forma, um dos objetivos centrais do Seminário foi o de fornecer elementos para o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do sistema de Pós-graduação da UFRGS. Como parte do Seminário, foi realizado Ciclo de Palestras sobre a Pós-graduação em que palestrantes convidados analisavam o seu passado, realidade atual e perspectivas futuras.

Também, em 2009, foram realizadas 2 edições do Ciclo de Palestras, em 24/11/2009 na Faculdade de Arquitetura, o tema foi "Experiências, Desafios e Perspectivas da Pós-Graduação" com a participação de Ana Beatriz Gorini da Veiga, relato de recém-doutor da UFRGS; Aino Jacques, criação dos mestrados da Faculdade de Agronomia; Gerhard Jacob, criação do curso de doutorado em Física. Em 08/12/2009 na Faculdade de Agronomia, o tema abordado foi "A Pós-Graduação da UFRGS e políticas nacionais: reflexão sobre sua história numa perspectiva sociológica" com as palestras das Profas. Clarissa Eckert Baeta Neves (PPG Sociologia) e Maria Estela Dal Pai Franco (PPG em Educação). O Ciclo de palestras foi aberto a todos professores, estudantes e servidores da Universidade.

Em 2009, a PROPG implementou o projeto Pró-Multiplicar da CAPES que tem por objetivo o treinamento de alunos-bolsistas para serem multiplicadores e treinar seus colegas no uso do portal de periódicos. Na fase 1 ocorreu o treinamento de alunos (48) e bibliotecários (3) pela equipe da CAPES e dos editores de 29 a 31/7/09. Na fase 2, foram organizados seminários e cursos de treinamento a ser ministrado pelos alunos, com apoio das bibliotecárias.

2.3.2 Integração entre o Ensino de Graduação e de Pós-Graduação

A UFRGS criou a Pró-Reitoria de Coordenação Acadêmica, com o objetivo de buscar maior integração e qualificação das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Assim estabelece-se uma coordenação das atividades das Pró-Reitorias de Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, bem como das Secretarias de Avaliação Institucional, de Desenvolvimento Tecnológico, Educação a Distância, Relações

Internacionais e das Coordenadorias do Ensino Básico e Profissional e das Licenciaturas. Dessa forma, articula-se a graduação com a educação básica e profissional e com a pós-graduação, e estas com a pesquisa e a extensão. Estimula-se, também, a excelência e a interdisciplinaridade do ensino de graduação e pós-graduação; da pesquisa e da extensão universitária, assim como o apoio à implantação de cursos de pós-graduação interdisciplinares em ensino de ciências. Em 2009, houve um efetivo aprofundamento da integração entre a graduação e a pós-graduação. Com a implantação das bolsas REUNI para alunos de pós-graduação, que desenvolvem atividades docentes, introduziu-se de forma mais sistêmica o tema da formação docente como parte da formação acadêmica pós-graduada.

2.3.3 Formação de Pesquisadores e de Profissionais para o Magistério Superior

O objetivo primordial da implantação da pós-graduação no Brasil foi impulsionar o desenvolvimento científico e tecnológico do País com a formação de pesquisadores. Essa premissa permeia a pós-graduação até os dias atuais, considerando os critérios de área da avaliação CAPES, nos quais a "produção intelectual" é o quesito com maior fator de pontuação. Portanto, a formação de pesquisadores ainda prevalece na ação formativa da pós-graduação.

No entanto, a CAPES verificou a falta de formação para a atuação no magistério superior e, visando suprir esta lacuna, implantou o estágio docente para os bolsistas. Com a implantação do REUNI, a formação docente constitui-se numa das políticas governamentais centrais do MEC para a melhoria da educação básica e superior. Em 2009, a implantação das 30 bolsas de mestrado e 30 de doutorado do REUNI propiciou continuidade a uma visão inovadora de titular mestres e doutores com formação e estágio para a docência no ensino superior.

Quadro 19 - Nº de Bolsas e Recursos PROF/CAPES dos Programas de Pós-Graduação da UFRGS, 2005-2009

Bolsas de Estudo	2005		2006		2007		2008		2009	
	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D
Total Geral CAPES	703	438	692	472	697	464	725	506	752	554
Total Geral CNPQ	500	547	528	577	532	579	530	582	526	587
Total Bolsas	1203	985	1220	1049	1229	1043	1255	1088	1278	1141
Total Alunos Matriculados	4535	3036	4561	3165	4695	3305	4820	3501	4,697	3,703
% Alunos com bolsa	26,5	32,4	26,8	33,3	26,2	31,5	26,1	31,1	29,3	30,8
Recursos PROF/CAPES (R\$)	14.788.838,11		15.084.444,00		16.559.669,53		18.342.928,55		26.857.237,44	

Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação, 2010

Quadro 20 - Avaliação dos PPGs/UFRGS pela CAPES – Mestrado (M), Doutorado (D) e Mestrado Profissional (MP), 2007-2009						
Conceito/ Área	7	6	5	4	3	Total
Ciência Exatas e da Terra	Física – M/D	Química – M/D	Matemática – M/D	Mat. Aplicada – M/D		15
	Geociências – M/D	Computação – M/D	Química – MP	Sem. Remoto – M/D		
Ciências Biológicas	Bioquímica – M/D	Biol. Cel. e Molecular M/D	Biologia Animal – M/D			16
	Genética Biol.Mol. – M/D		Botânica – M/D, Ecologia – M/D, Neurociências – M/D			
			Fisiologia – M/D			
Engenharias	Eng. Minas, Met. Mat – M/D	Eng. Civil – M/D	Eng. Produção – M/D	Eng. Elétrica – M/D	Eng. Minas, Metalúrgica e de Materiais - MP	18
			Eng. Química – M/D	Eng. Produção – MP		
			Rec. Hid. e San. Amb. – M/D	Microeletrônica – M/D		
			Eng. Mecânica – M/D			
Ciência da Saúde			C. Farmacêuticas - M/D/MP	Cirurgia – M/D		28
			C. Mov. Humano – M/D	Enfermagem – M/D		
			Cardiologia – M/D	Gastroenterologia – M/D		
			Ciências Médicas – M/D	Pneumologia – M/D		
			Endocrinologia – M/D	Epidemiologia – MP		
			Epidemiologia – M/D			

			Pediatria – M/D, Psiquiatria – M/D			
			Odontologia – M/D			
Ciências Agrárias		C. Veterinárias– M/D	Fitotecnia – M/D	Ciência do Solo – M/D	Ciência e Tecnologia de Alimentos – M	13
			Mic. Agric.e do Amb. – M/D			
			Zootecnia – M/D			
			Medicina Animal: Equinos – M/D			
Ciências Sociais e Aplicadas		Administração – M/D	Administração - MP, Arquitetura - M/D, Economia - M/D, Plan. Urbano e Reg.– M/D	Comunicação e Inf. M/D	Design – M	15
				Direito – M/D		
				Economia – MP		
Ciências Humanas	Psicologia – M/D	Antrop. Social – M/D	Ciência Política – M/D	Psicologia Soc. e Inst - M/D		18
		Educação – M/D	Filosofia – M/D, Geografia – M/D, História – M/D			
		Sociologia – M/D				
Linguística, Letras e Artes		Música – M/D	Artes Visuais – M/D		Artes Cênicas – M	7
			Letras – M/D			
Multidisciplinares e Ensino de Ciências			Ensino de Física – M/D/MP	Agronegócios – M/D	Ensino de Matemática – MP	14
			Informática na Educação – D	Edu. em Ciências: Quím da Vida e Saúde – M/D		

			Desenvolvimento Rural – M/D	Relações Internac. – M		
				C. Materiais – M/D		
Total	12	20	73	34	5	144

Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação, 2010.

2.3.4 Avaliação da Dimensão

O Quadro 21 apresenta a avaliação da dimensão da Pós-Graduação em ordem decrescente de prioridades.

Quadro 21 - Avaliação da Dimensão Pós-Graduação

Resultados Alcançados		Recomendações
Fragilidades	Potencialidades	
Infraestrutura física aquém da necessidade de expansão.	Laboratórios equipados em várias áreas de conhecimento; Sistema de bibliotecas amplo e atualizado.	Modernização, racionalização e expansão da infraestrutura física.
Renovação do corpo docente aquém do necessário para expansão da pós-graduação e do estabelecimento de novas áreas de formação.	Corpo docente qualificado (79% do corpo docente são doutores).	Plano de contratação de docentes.
Renovação do corpo técnico-administrativo aquém do necessário para expansão.		Plano de contratação de servidores técnico-administrativos.
Inadequação do sistema de avaliação da CAPES à implantação de atividades de estímulo à formação docente.	Estágio docência e bolsas REUNI.	Contribuições para o aprimoramento do sistema da avaliação da CAPES.
Inexistência de um planejamento estratégico que balize a expansão da pós-graduação com redução de assimetrias.	Programas de pós-graduação em áreas estratégicas do conhecimento; Demanda qualificada de candidatos e alunos na pós-graduação.	Expansão uniforme em todas as áreas de conhecimento; Desenvolvimento de cursos multidisciplinares e redes de pesquisa.
Instabilidade no fluxo de recursos financeiros.		Garantia de continuidade dos programas de fomento à pós-graduação e à pesquisa.

2.4 A PESQUISA

A pesquisa científica é uma das atividades essenciais do projeto acadêmico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), uma instituição de pesquisa fundamentada nos princípios da indissociabilidade entre as atividades de ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão, envolvendo nestas atividades todas as áreas do conhecimento.

A partir da Reforma Universitária de 1970, a UFRGS instituiu uma nova estrutura acadêmica a qual é mantida até os dias de hoje. A gestão da pesquisa foi realizada, de 1970 a 1993, pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP), e os aspectos

legais e regulamentares das atividades de pesquisa eram definidos pelo então Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (COCEP), sendo que suas ações contavam com o apoio institucional de cinco Câmaras, assim denominadas: Tecnologia e Ciências Exatas, Ciências Biológicas, Filosofia e Ciências do Homem, Letras e Artes, Pós-Graduação e Pesquisa.

Em 1985, foi criado na PROPESP o Departamento de Incentivo à Pesquisa, com o objetivo de fomentar e estimular a investigação científica em todos os níveis da atividade acadêmica e nos diferentes campos do conhecimento.

Em 1993, a PROPESP desmembrou-se, passando as atividades de pesquisa a serem coordenadas pela recém criada Pró-Reitoria Adjunta de Pesquisa, com o propósito de expandir a capacidade acadêmica das atividades de pesquisa na UFRGS espelhando-se nas mais importantes universidades do País.

A consolidação de uma Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ) autônoma aconteceu em 1996, com a implementação do novo Estatuto da Universidade, que estabeleceu uma estrutura administrativa que contempla as atividades fim da instituição. O objetivo primordial desta modificação estrutural era buscar a materialização, de forma mais efetiva, dos princípios acima expostos que contemplam a indissociabilidade entre as atividades de ensino, de graduação e de pós-graduação, de pesquisa e de extensão, envolvendo, nestas atividades, todas as áreas do conhecimento. Neste contexto, a atividade de pesquisa adquiriu uma nova dimensão tendo como fundamentos os princípios da pertinência, da excelência acadêmica e da internacionalização das atividades de pesquisa. Tal condição oportunizou uma melhor compreensão, por parte da comunidade acadêmica, das implicações destes princípios e do papel da pesquisa em termos de inserção de conhecimentos e saberes, em processos e produtos, essencial para a geração de riquezas e melhoria da qualidade de vida e do bem-estar social.

O Estatuto possibilitou, também, a criação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), e das Câmaras de Pesquisa, Graduação, Pós-Graduação e Extensão, em substituição à estrutura correspondente então existente. A Câmara de Pesquisa em particular é uma instância acadêmica que tem por atribuição acompanhar e estabelecer normas para as atividades de pesquisa da UFRGS. Esta instância tem atuado de forma cada vez mais integrada com a PROPESQ. No âmbito das Unidades, os projetos de pesquisa são analisados, por sua vez, pelas Comissões de Pesquisa.

Ressalte-se, ainda, a criação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS (CEP/UFRGS), instituído em 12 de março de 1997 e credenciado junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Ministério da Saúde, em abril de 1997. O

CEP/UFRGS é um órgão colegiado que exerce atividades de caráter consultivo e educativo e cuja finalidade primordial é a de avaliar e acompanhar os projetos de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico realizados no âmbito da instituição, em seus aspectos éticos e metodológicos. O CEP/UFRGS é subordinado regimentalmente à Pró-Reitoria de Coordenação Acadêmica e, operacionalmente, à PROPESQ.

A gestão da pesquisa é, hoje, um processo articulado e descentralizado, envolvendo um conjunto de programas de fomento, de apoio a grupos de pesquisa e de formação de recursos humanos. A formação de recursos humanos para a pesquisa, nos níveis de mestrado e doutorado, é ligada à Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPG), no que concerne aos Cursos de Pós-Graduação e a PROPESQ no que concerne às atividades de pesquisa propriamente ditas que são inerentes à formação de recursos humanos de excelência acadêmica. A PROPESQ realiza assim ações de apoio às publicações científicas, à aquisição de equipamentos para os laboratórios e para os grupos de pesquisa, à participação de estudantes e orientadores em eventos científicos e às atividades de intercâmbio de cientistas e de estudantes das mais diferentes instituições do País e do exterior. Além destas ações, cabem à PROPESQ iniciativas de incentivo e fomento ao desenvolvimento da Iniciação Científica.

Também ações que envolvem o desenvolvimento de tecnologias e de inovação tecnológica estão vinculadas à PROPESQ, bem como à Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico da UFRGS, a ser abordada na seção 2.5 deste Relatório.

Os Programas da PROPESQ têm sido organizados a partir da concepção de que a ciência contemporânea expressa a capacidade do homem de compreender a natureza das transformações sociais, econômicas, científicas, tecnológicas e inovadoras do mundo moderno e deve ter como meta contribuir para a inserção de conhecimentos e saberes em produtos e processos objetivando o bem-estar social, a melhoria da qualidade de vida e o respeito à natureza.

Estes elementos estão presentes nos processos de seleção de alunos e professores aos Programas da PROPESQ, processos estes realizados por Comitês de Iniciação Científica e por Consultores Externos, cujos critérios de avaliação são fundamentados ademais em aspectos técnicos de natureza universal, previamente divulgados em edital.

2.4.1 Programas de Bolsas de Iniciação Científica

Os Programas de Bolsas de Iniciação Científica são voltados aos alunos dos cursos de graduação da UFRGS e envolvem duas modalidades: o Programa Interno de Bolsas de Iniciação Científica (BIC/UFRGS) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-CNPq/UFRGS).

2.4.1.1 Programa Interno BIC/UFRGS

O Programa Interno de Bolsas de Iniciação Científica (BIC/UFRGS) tem como objetivo estimular a participação de estudantes de graduação em atividades de pesquisa, sob a orientação de professor pesquisador. No ano de 2008, sua vigência aumentou de 9 para 12 meses, com o mesmo valor das bolsas do PIBIC-CNPq, alterando seu início para o mês de agosto. No período 2007/2008, atendeu a 330 bolsistas, passando, no período de 2008/2009, para 357 bolsistas.

2.4.1.2 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-CNPq/UFRGS) é, similarmente ao Programa BIC/UFRGS, voltado para a iniciação à pesquisa de alunos dos cursos de graduação e tem como objetivos principais: despertar vocações científicas, incentivar novos talentos potenciais para a pesquisa entre estudantes de graduação e contribuir para reduzir o tempo médio de titulação de mestres e doutores. A coordenação do Programa é descentralizada, envolvendo cada uma das Instituições de Ensino do País. Sendo vigente por 12 meses, em 2009 atendeu a 709 bolsistas.

O Programa Institucional de Iniciação Científica PIBIC nas Ações Afirmativas Projeto Piloto (PIBIC-AF/CNPq-UFRGS), mantido pelo CNPq, é dirigido às universidades públicas que são beneficiárias de cotas PIBIC e que têm programas de ações afirmativas. A Coordenação do Programa, em 2009, atendeu a 20 bolsistas.

Os estudantes envolvidos com atividade de pesquisa e cadastrados nos Programas de Iniciação Científica cumprem 20 horas semanais. Além dos 1.077 bolsistas efetivos, a PROPESQ cadastrou em 2009, mais 280 voluntários com as mesmas atribuições dos bolsistas, totalizando 1.357 estudantes oficialmente cadastrados como participantes de projetos de pesquisa na UFRGS. Além desses bolsistas cadastrados no sistema da Universidade, existem bolsistas cuja bolsa é solicitada pelo pesquisador orientador diretamente às agências de fomento como FAPERGS e CNPq, de tal forma que, em dezembro de 2009, o número total de bolsistas de Iniciação Científica na UFRGS chegou a 1.847 alunos.

2.4.2 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica PIBITI/CNPq - UFRGS 2008/2009

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) visa estimular estudantes do ensino técnico e superior ao desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e inovação.

Para o período 2008/2009, a UFRGS recebeu 20 bolsas distribuídas conforme edital publicado de acordo com a Resolução Normativa do CNPq. Entende-se que este número é insuficiente para desencadear o devido impacto na Universidade. Neste sentido, foi solicitado um aporte mais significativo de bolsas a fim de suprir as necessidades para o ano de 2009.

2.4.3 Programa de Atividades Complementares de Formação Científica

A PROPESQ promove seminários temáticos que têm por objetivo preparar os bolsistas para atividades inerentes à divulgação da pesquisa. Os temas propostos no Programa envolvem a participação dos estudantes em congressos científicos e em outras atividades de divulgação. Após a apresentação dos Seminários Temáticos, o material utilizado nestas atividades fica disponibilizado para consulta da comunidade acadêmica, na página virtual da PROPESQ. Os temas enfocados nestes Seminários são: “Como apresentar um trabalho num Congresso Científico” (elaboração de resumo, apresentação oral e elaboração de pôster), “Autoria e Ética na Pesquisa” e “Como elaborar Referências Bibliográficas em um Trabalho Científico”. Devido à receptividade da atividade, elaborou-se uma compilação desses seminários sob forma de manuais, que estão disponibilizados no *site* da PROPESQ. Além disso, o referido material foi transformado em livros que passaram a compor a série “Iniciação Científica” que foi editada e publicada pela Editora da Universidade e disponibilizada para aquisição pelos interessados.

No Quadro 22 são apresentados dados dos Seminários referente à participação da comunidade.

Quadro 22 - Estudantes participantes nos Seminários, 2009

Seminários	Participantes
Como Elaborar uma apresentação Oral	260
Autoria e Ética	105
Como Elaborar um Pôster	285
Como Elaborar um Relatório	119
Como Elaborar um Resumo	171
Conhecendo o SABI e o LUME	40
<i>Currículo Lattes</i>	167
O que é Pesquisar	287
Portal de Periódicos CAPES	110
Referências Bibliográficas	144
Total	1688

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, 2010.

2.4.4 Salão e Feira de Iniciação Científica

O Salão de Iniciação Científica (SIC) teve sua primeira versão em 1989 com a apresentação de 198 trabalhos e desde então mantém os objetivos originalmente propostos, ou seja, divulgar, valorizar e avaliar os trabalhos de pesquisa realizados pelos

estudantes de graduação da instituição, com o acompanhamento dos orientadores, abrangendo todas as áreas do conhecimento.

No ano de 2009 foi realizado o XX SIC, com a participação de alunos da UFRGS, bem como de alunos de outras universidades do Estado, do País e do Mercosul, além da participação de professores e estudantes de escolas de ensino de nível médio e fundamental, estes participando mais especificamente na parte do evento denominado *UFRGS Jovem*. Nessa edição do SIC, houve 3.109 trabalhos inscritos, sendo 3.015 aceitos para apresentação, e 3.011 efetivamente apresentados em 341 sessões de apresentação oral além da exposição de pôsteres. Do total de trabalhos apresentados no Salão, 282 mereceram destaque, sendo que 143 destes destaques foram indicados a concorrer ao prêmio Jovem Pesquisador.

O Programa UFRGS Jovem contou com uma intensa programação especialmente dirigida aos estudantes do ensino médio e do fundamental, a qual incluiu a exposição de trabalhos de alunos (cujos resumos foram previamente apreciados por uma Comissão Julgadora), participação desses alunos em oficinas, interação deles com os apresentadores dos Estandes Institucionais e Escolares, assim como a visita deles à Feira de Iniciação Científica da UFRGS.

Desde 1992, juntamente com o SIC, vem sendo realizada a Feira de Iniciação Científica (FIC) com o intuito de, através da organização de estandes de diferentes áreas do conhecimento, divulgar os resultados da produção técnico-científica e artística de estudantes de Iniciação Científica que atuam em pesquisa e cujos resultados de suas pesquisas apresentem potencialidade inovadora. A FIC objetiva estimular as apresentações de caráter interdisciplinar e de inovação tecnológica, bem como a utilização de recursos computacionais, gráficos e audiovisuais e sua apresentação vem progressivamente sendo inovada.

Assim como em 2008, na edição de 2009 a FIC permitiu a divulgação de trabalhos e laboratórios da UFRGS com a utilização de vídeos cujo acesso ficava à disposição dos interessados. Isso tem possibilitado uma grande comunicação com o público universitário e estudantil estimulando o interesse pela ciência e pela tecnologia. Os Quadros 23 a 26 apresentam, respectivamente, dados relacionados ao SIC, UFRGS Jovem e FIC.

Quadro 23 - Trabalhos Inscritos, Aceitos e Apresentados no SIC e Total de Sessões, de Destaques, Ouvintes e Indicações ao Prêmio, 2005-2009

Trabalhos, Sessões, Destaques, Ouvintes, Indicações ao Prêmio	2005	2006	2007	2008	2009
Trabalhos inscritos no SIC	2985	3006	3070	2879	3109
Trabalhos aceitos no SIC	2912	2881	2899	2747	3015
Número de trabalhos apresentados	2716	2670	2673	2567	3011
Número de sessões	330	335	327	335	341
Número de destaques	330	331	327	291	282
Destaques com indicação ao Prêmio	176	191	175	157	143
Ouvintes	334	238	447	292	455

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, 2010.

Quadro 24 - Estudantes Participantes no SIC, segundo a Atividade, 2005- 2009

Estudantes Participantes	2005	2006	2007	2008	2009
Apresentadores	2912	2881	2899	2567	3015
Coautores	5725	6600	6779	6625	6731
Coordenadores de Sessão	330	335	354	335	341
Monitores envolvidos com a pesquisa de opinião (*)	139	143	205	189	260
Projeto arquitetônico	6	6	6	6	6
Estudantes da disciplina de Assessoria de Comunicação, do Curso de Comunicação	10	-	-	-	-
Estudantes do Instituto de Artes envolvidos nas atividades culturais	-	15	-	30	24
Participantes da Feira	11	9	39	22	20
Participantes do UFRGS Jovem	5	128	33	190	269
Total	8.999	10.117	10.315	9.964	10.666

(*) Monitores envolvidos na organização do Evento.

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, 2010.

Quadro 25 - Professores Participantes no SIC, segundo a Atividade, 2005-2009

Professores Participantes	2005	2006	2007	2008	2009
Comissões Julgadoras – Salão e Feira	759	919	919	1005	1004
Comissão Organizadora	40	36	36	53	52
UFRGS Jovem	7	9	5	5	15
Divulgação	5	2	13	1	5
Projeto Gráfico	2	2	2	2	2
Coordenação de atividades realizadas no evento	16	12	4	4	15
Total	829	980	979	1070	1093

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, 2010.

Quadro 26 - Escolas e Estudantes de Ensino Médio e Fundamental Participantes no UFRGS Jovem, por Categoria, 2005-2009

Escolas e Estudantes de Ensino Médio e Fundamental Participantes no UFRGS Jovem, por Categoria	2005	2006	2007	2008	2009
Escolas	13	18	19	25	42
Escolas Expositoras	10	18	19	25	25
Estudantes de Ensino Fundamental e Médio (*)	866	680	715	655	360(**)

(*) Número de alunos visitantes

(**) alunos pesquisadores e alunos participantes da mostra de robótica

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, 2010.

2.4.5 Programa de Fomento à Pesquisa

O Programa de Fomento à Pesquisa tem como objetivo estimular e apoiar as atividades de pesquisa em todas as áreas do conhecimento e em todos os níveis acadêmicos. Desde a sua criação, o Programa tem a característica fundamental de complementação dos recursos financeiros captados pelos pesquisadores junto às agências de fomento. São analisadas pela PROPESQ, anualmente, mais de 1.000 solicitações ao Programa, incluindo-se neste número solicitações de docentes, bem como de discentes de pós-graduação e de graduação e de técnicos da instituição. Todas as solicitações encaminhadas ao Programa são analisadas quanto ao mérito, por consultorias *ad hoc*, através de processos de consulta e análise totalmente informatizados.

Importantes inserções ao Programa original foram o estabelecimento de programas complementares de apoio institucional à organização de eventos e a visitas de pesquisadores de outras instituições, denominado de Programa Professor Convidado. Algumas importantes ações que têm buscado aprimorar o Programa original são: informatização plena do programa que inclui o envio de informações referentes ao andamento do processo ao requerente; envio, também de forma eletrônica, de justificativas em caso do não-atendimento ao pleito correspondente; diversificação na forma de atendimento à modalidade de auxílio à pesquisa. As solicitações de fomento são de fluxo contínuo de forma emergencial ou pontual.

O Quadro 27 apresenta dados sobre as modalidades de fomento às pesquisas solicitadas e atendidas, no período 2005-2009.

Quadro 27 - Modalidades Solicitadas e Concedidas de Fomento à Pesquisa, 2005-2009

Modalidades	2005		2006		2007		2008		2009	
	Solicitadas	Concedidas (%)	Solicitadas	Concedidas (%)	Solicitadas	Concedidas (%)	Solicitadas	Concedidas (%)	Solicitadas	Concedidas (%)
Auxílio à Pesquisa	60	52 (86,67%)	68	50 (73,53%)	69	43 (62,32%)	35	23 (65,71%)	64	53 (82,81%)
Participação em Eventos	1020	772 (75,68%)	975	681 (69,84%)	1021	651 (63,71%)	845	658 (77,87%)	31	320 (35,24%)
Professor Convidado/ Organização de Eventos	37	34 (91,89%)	30	21 (70%)	32	24 (75%)	22	22 (100%)	908	28 (90,32%)
Apresentações no Mercosul	136	84 (61,76%)	90	30 (33,33%)	146	96 (65,75%)	114	86 (75,44%)	141	115 (81,56%)
Total	1253	942 (75,18%)	1163	782 (67,24%)	1268	814 (64,2%)	1016	789 (77,66%)	1144	516 (45,10%)

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, 2010

2.4.6 Programa de Apoio à Edição de Periódicos Científicos

A PROPEAQ, através de seu Programa de Apoio à Edição de Periódicos e sua Comissão Assessora para a Edição de Periódicos, implementa formas de apoio e incentivo à editoração de periódicos na UFRGS. Com o objetivo de conferir visibilidade às revistas científicas da Instituição, mantém o Portal dos Periódicos e, anualmente, lança editais que instituem diferentes modalidades de auxílio para estas publicações.

Esse Programa visa a assegurar a publicação de periódicos de qualidade na UFRGS, tanto no conteúdo quanto na forma, de maneira a criar e manter canais de comunicação entre a coletividade científica local, nacional e internacional; ainda, visa a incentivar a circulação de conhecimentos na sociedade, divulgando resultados de pesquisas realizadas na instituição e em outras universidades e institutos de pesquisa. O Programa também estimula e apoia a publicação das revistas existentes, assegurando um padrão de qualidade editorial e gráfica, bem como sua identificação institucional; além disso, apoia a criação de novos periódicos, em áreas específicas e/ou transdisciplinares, em formato impresso e eletrônico *online* de acesso aberto.

As revistas divulgadas no Portal de Periódicos estão listadas no Quadro 28.

Quadro 28 - Revistas Divulgadas no Portal de Periódicos – UFRGS, 2010

	Revistas	Área
1	Acta Scientiae Veterinariae	Veterinária
2	Ambiente Construído	Engenharia
3	Análise Econômica	Ciências Econômicas
4	Anos Noventa	História
5	Arqtexto	Arquitetura
6	Caderno de Farmácia	Farmácia
7	Cadernos do Aplicação	Educação
8	Cena	Teatro
9	Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião	Antropologia
10	Contexto	Ciências Contábeis
11	Contingentia	Letras - Alemão
12	Debates do NER	Antropologia
13	Educação & Realidade	Educação
14	Em Pauta	Música
15	Em Questão	Biblioteconomia e Comunicação
16	Episteme	Filosofia e Ciências Humanas
17	Espaço Ameríndio	Antropologia
18	Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento	Interdisciplinar
19	Horizontes Antropológicos	Antropologia
20	Informática na Educação: teoria e prática	Informática

21	Intexto	Biblioteconomia e Comunicação
22	Movimento	Educação Física
23	Nau Literária	Letras
24	Para Onde!?	Geociências
25	Pesquisas em Geociências	Geociências
26	Porto Arte	Artes Visuais
27	Produto e Produção	Engenharia
28	Psicologia: Reflexão e Crítica	Psicologia
29	READ - Revista Eletrônica de Administração	Administração
30	Revista Brasileira de Agroecologia	Interdisciplinar
31	Revista Brasileira de Biociências	Biociências
32	Revista da Faculdade de Odontologia	Odontologia
33	Revista de Informática Teórica e Aplicada - RITA	Informática
34	Revista Debates	Filosofia e Ciências Humanas
35	Revista Gaúcha de Enfermagem	Enfermagem
36	Revista HCPA	Medicina
37	Sociologias	Sociologia

Fonte: Revistas Disponíveis no Portal de Periódicos Científicos, <<http://www.periodicos.ufrgs.br>>.

2.4.6.1 Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER)

O Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas é um *software* desenvolvido para a construção e gestão de uma publicação periódica eletrônica. Esta ferramenta contempla ações essenciais à automação das atividades de editoração de periódicos científicos.

O SEER foi traduzido e customizado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) baseado no *software* desenvolvido pelo *Public Knowledge Project (Open Journal Systems)*, da Universidade *British Columbia*.

Atualmente 27 revistas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul utilizam o SEER/ UFRGS, instalado no Centro de Processamento de Dados da UFRGS.

2.4.6.2 Editais PAEP

A PROPESQ lança anualmente o Edital do Programa de Apoio à Edição de Periódicos (PAEP), que institui diferentes modalidades de auxílio para publicações científicas da Universidade. Para o Edital 2009, foram recebidas 38 propostas, das quais 29 foram aprovadas conforme apresentação no Quadro 29.

Quadro 29 - Revistas aprovadas no Edital PAEP 2009

Revista	Área
Acta Scientiae Veterinariae	Veterinária
Análise Econômica	Ciências Econômicas
Anos 90	História
Cadernos do Aplicação	Educação
Cena	Artes
Contexto	Ciências Contábeis
Contingentia	Letras – Alemão
Debates do NER	Antropologia
Educação e Realidade	Educação
Em Pauta	Artes
Em Questão	Biblioteconomia e Comunicação
Ensaio de Psicologia	Psicologia
Episteme	Filosofia e Ciências Humanas
Espaço Ameríndio	Antropologia
Estudos Interdisciplinares sobre Envelhecimento	Interdisciplinar
Horizontes Antropológicos	Antropologia
Informática na Educação	Informática
Intexto	Biblioteconomia e Comunicação
Movimento	Educação Física
Nau Literária	Letras
Porto Arte	Artes
Produto e Produção	Engenharia
Psicologia: reflexão e crítica	Psicologia
Revista Brasileira de Biociências	Biociências
Revista Debates	Filosofia e Ciências Humanas
Revista Gaúcha de Enfermagem	Enfermagem
RITA	Informática
Sociologias	Sociologia

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, 2010.

2.4.6.3 Exposição de Revistas Científicas da UFRGS

A exposição “Revistas Científicas da UFRGS: uma trajetória de qualidade” tem o objetivo de divulgar a história das revistas da Universidade, bem como a parceria estratégica entre a Universidade e a empresa Copesul Braskem para a disseminação da informação científica no Rio Grande do Sul e no Brasil. A exposição é itinerante e já percorreu diferentes *campi* da UFRGS. O apoio da Copesul Braskem, nos últimos nove anos de convênio, possibilitou a publicação de 100.000 exemplares, de todas as áreas do conhecimento.

2.4.6.4 Cadastro de Revistas

O Programa de Apoio à Edição de Periódicos mantém atualizado um cadastro das Revistas da Universidade. São 70 revistas cadastradas, das mais diversas áreas do conhecimento, sendo: 24 revistas de Unidades (Faculdades, Escolas e Institutos), 22 de

Programas de Pós-Graduação, 16 de Núcleos ou Centros de Estudo e 8 de Associações parceiras da UFRGS, conforme apresentado na Figura 1.



Figura 1 - Revistas Cadastradas no PEAP de acordo com Entidade Responsável

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, 2010.

Do total de revistas cadastradas, 30% são diretamente vinculadas a Programas de Pós-Graduação, conforme apresentado no Quadro 30.

Quadro 30 - Revistas Cadastradas e Vinculadas a Programas de Pós-Graduação

Periódico	Programa
Anos 90	História
Arqtexto	Arquitetura
Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito	Direito
Cena	Arte Dramática
Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião	Antropologia Social
ConTexto	Ciências Econômicas
Contingentia	Letras, Português/Alemão
Debates do NER	Antropologia Social
Em Pauta	Música
Espaço Ameríndio	Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais
Horizontes Antropológicos	Antropologia Social
Intexto	Comunicação e Informação
Informática na Educação	Informática na Educação
Nau Literária	Letras
Pesquisas em Geociências	Geociências
Porto Arte	Artes Visuais
Produto e Produção	Engenharia de Produção

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, 2010.

2.4.7 Programa Primeira Ciência

Tem como finalidade viabilizar ações colaborativas e interlocução sistemática de pesquisadores da Universidade com professores da Educação Básica e Profissional que orientam atividades de iniciação e divulgação científico-tecnológicas nas Escolas. Mantém um Projeto permanente para estruturar na UFRGS a Iniciação Científica Júnior.

2.4.8 Do INFOPESQ para o Portal da Pesquisa

A PROPESQ produziu o informativo INFOPESQ, jornal eletrônico veiculado semanalmente com notícias, editais e temas de interesse dos pesquisadores da Universidade, criando um canal de divulgação entre os pesquisadores e professores da UFRGS com as atividades de pesquisa e contemplando informações sobre editais, bolsas, fontes e oportunidades de financiamento. Tanto orientadores quanto bolsistas recebem diretamente o INFOPESQ, via *e-mail* e, quando necessário, são produzidas edições especiais.

Por compreender que é preciso buscar maior dinamicidade e acesso mais amigável, tanto do público quanto do público externo, a PROPESQ investe na criação de um Portal da Pesquisa. É uma alternativa que ainda está em estudo com diversos âmbitos da Universidade, como o Centro de Processamento de Dados e Secretaria de Comunicação, entre outros. O seu propósito é assegurar a pessoas diferentes o acesso rápido na identificação de suas áreas de interesse em pesquisa e a localização da competência, no âmbito da UFRGS, com a qual se possam realizar parcerias. Além disso, por esse mesmo Portal, acredita-se que será também muito útil à própria comunidade universitária para busca de parcerias internas, viabilizando a comunicação para a construção interdisciplinar da pesquisa, quando da identificação de infraestruturas multiusuárias existentes.

2.4.9 Grupos de Pesquisa

A UFRGS, através da Pró-Reitoria de Pesquisa, participa do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq desde a sua primeira edição. Enquanto que se aguarda a nova mostra do censo previsto ainda para 2010, no último censo, realizado em 2008, o número total de Grupos foi 625, envolvendo todas as áreas do conhecimento, com registro de um aumento de 68% com relação aos dados do censo anterior.

A Figura 2 apresenta a distribuição dos grupos, por área de conhecimento, sendo que o maior número de grupos (111) está na área da Saúde (18%), 98 grupos nas Humanas e nas Ciências Exatas e da Terra (16%), 91 grupos nas Biológicas (15%), 69 grupos nas Sociais Aplicadas (11%), 65 nas Engenharias (10%), 54 nas Agrárias (9%) e 39 na área de Linguística, Letras e Artes (6%). Salienta-se que dos 625 Grupos registrados, 17 foram constituídos em 2007 e 52 em 2008, totalizando um incremento de mais 69 novos grupos de pesquisa nos últimos 2 anos.

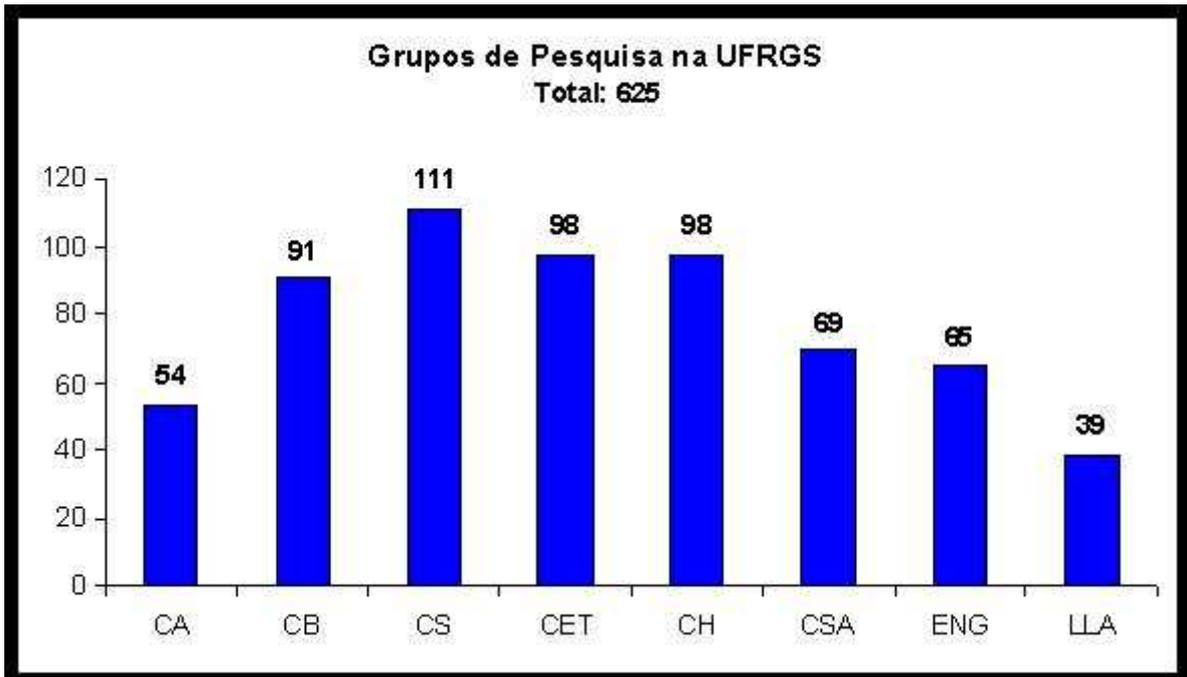


Figura 2 - Distribuição dos Grupos de Pesquisa por Área de Conhecimento, 2008

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, 2008.

A UFRGS participou da implantação do sistema de coleta de dados e do acompanhamento e evolução do Diretório da Pesquisa do CNPq desde sua primeira versão em 1993. A consolidação dos Grupos de Pesquisa é baseada em critérios específicos: permanência, formação de recursos humanos, produção acadêmica de excelência, entre outros. A última estratificação dos Grupos pelo CNPq ocorreu no Censo de 2004, quando 64,46% foram considerados consolidados, 28,18% em consolidação e 7,37% em formação.

2.4.10 Bolsas de Produtividade em Pesquisa

A excelência e a produtividade da pesquisa institucional também podem ser avaliadas pela participação de seus pesquisadores no Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Em 2009, a UFRGS registrou 585 pesquisadores com bolsa de Produtividade do CNPq – PQ (pesquisa 383 (199 nível 1 e 184 nível 2); e tecnologia 202), atingindo 31% dos Doutores da UFRGS, originários de todas as áreas do conhecimento.

O Quadro 31 apresenta a distribuição das bolsas de produtividade por área de conhecimento, referente ao ano de 2009, na UFRGS.

Quadro 31 - Distribuição das Bolsas PQ/CNPq/UFRGS, por Área do Conhecimento, 2009

Área do Conhecimento	nº Bolsistas Produtividade em Pesquisa	% por Área
Ciências Exatas e da Terra	119	20,34
Engenharias	109	18,63
Biológicas	83	14,19
Humanas	70	11,97
Saúde	66	11,28
Agrárias	53	9,06
Sociais Aplicadas	48	8,21
Linguística, Letras e Artes	26	4,44
Outra	11	1,88
Total	585	100

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, 2010.

2.4.11 Sistema Pesquisa

O denominado Sistema Pesquisa da UFRGS foi desenvolvido pelo Centro de Processamento de Dados (CPD) e pela PROPESQ, tendo como objetivos: automatização do processo de atualização e consulta de informações relacionadas às atividades de pesquisa realizadas na UFRGS; planejamento e formulação de políticas institucionais para a área da pesquisa; qualificação permanente das atividades de pesquisa realizadas pela comunidade acadêmica e gerenciamento das informações das atividades de pesquisa pelos próprios pesquisadores. O sistema pesquisa está disponibilizado no *site* da PROPESQ.

Para garantir a consistência das informações e a atualização dos dados do sistema, o mesmo é executável através de módulos respeitando-se as hierarquias funcionais. Destaca-se neste Programa o módulo pesquisador que permite que se mantenham atualizados os dados referentes aos projetos e às linhas de pesquisa, às orientações na pós-graduação e graduação, sendo que as informações sobre a produção intelectual dos estudantes e orientadores estão disponíveis através das bases *Lattes* e *SABi*.

2.4.11.1 Sistema de Automação de Bibliotecas (SABi)

O Sistema de Bibliotecas da UFRGS (SBU) mantém, desde 1998, a base de dados *SABi*, catálogo *online* de acesso público que registra o acervo das 33 bibliotecas que integram o SBU.

No *SABi* é registrada toda a produção intelectual da Universidade assegurando o controle bibliográfico e a preservação da memória institucional. Caracteriza-se pela possibilidade de atualização permanente, tendo em vista que vários indicadores institucionais são definidos a partir desses dados para compor, por exemplo, o Índice Departamental utilizado para o processo de alocação de vagas docentes. Desde 2001, a

Universidade vem utilizando os dados de produção registrados no SABI em seus processos internos de avaliação.

A produção intelectual dos pesquisadores da UFRGS, no período de 2005 a 2009, geraram um acervo de mais de 67.000 documentos, entre teses, dissertações, livros, capítulos de livros, artigos e trabalhos publicados em anais de eventos científicos. São considerados como dados oficiais da produção científica da UFRGS somente aqueles obtidos mediante consulta ao SABI, de modo a garantir a fidedignidade das informações contidas nos *Currículos Lattes*.

A preocupação com a preservação da memória institucional, a grande quantidade de documentos produzidos pelos pesquisadores, a publicação cada vez mais expressiva de documentos digitais e a necessidade de maximizar a disseminação e uso dos documentos produzidos no âmbito da Universidade foram os fatores que impulsionaram o desenvolvimento do Lume - Repositório Digital da UFRGS, que já reúne e dá acesso ao texto completo de mais de 15.000 documentos produzidos no âmbito da Universidade.

O Quadro 32 apresenta a produção científica da UFRGS, referente ao período 2005-2009.

Quadro 32 - Produção Científica da UFRGS, 2005-2009

Tipo de Produção	2005	2006	2007	2008	2009
Tese	488	438	508	549	586
Dissertação	1114	1100	1132	1069	1112
Livro	229	316	247	269	280
Capítulo de livro	599	976	801	852	785
Artigo publicado em periódico estrangeiro	922	1031	1131	1170	1032
Artigo publicado em periódico nacional	1225	1387	1406	1546	1179
Trabalho publicado em anais de evento realizado fora do país	660	766	834	833	649
Trabalho publicado em anais de evento realizado no país	5425	5131	4822	4526	3879
Relatório técnico e de pesquisa	34	34	34	36	24
Entrevista	67	42	36	47	35
Palestra	15	32	14	29	17
Trabalho técnico	20	10	13	16	16
Tradução	73	119	103	84	113
Projeto arquitetônico	8	1	0	0	0
Projeto paisagístico	0	4	2	6	0
Apostila	33	164	38	27	27
Material cartográfico	6	4	1	1	2
Artigo de divulgação	88	144	100	109	108

Patente	2	1	0	1	1
Música	5	3	6	26	2
Material visual	17	18	13	28	6
Outros Documentos	2031	2654	2904	2293	2859
Total Geral	13.061	14.375	14.145	13.517	12.712

Fonte: Sistema de Automação de Bibliotecas (SABi), em 30/08/2010.

Cumpra esclarecer que, para que ocorra o registro da produção no SABi, o autor deve entregar o documento publicado junto à Biblioteca da respectiva Unidade e, normalmente, essa entrega ocorre num período muito posterior à publicação. Desta forma, documentos de produção técnica, científica e artística, publicados em 2009, continuarão a ser depositados após sua publicação, no decorrer de 2010 e em anos posteriores.

2.4.12 Avaliação da Pesquisa nas sistemáticas de trabalho da PROPESQ

A avaliação é um processo fundamental para as ações de fomento realizadas pela PROPESQ. Os programas de bolsas de iniciação, os editais de auxílio à pesquisa, os programas temáticos que envolvem o conjunto das Pró-Reitorias de Graduação, de Pós-Graduação, de Extensão e Pesquisa geram um fluxo constante de solicitações à PROPESQ.

A avaliação da pesquisa na UFRGS é uma prática rotineira e consolidada que orienta a distribuição de bolsas e de recursos de fomento. Esta avaliação constitui-se num instrumento para o acompanhamento das atividades dos grupos de pesquisa e valorização dos programas de iniciação científica.

Apoiada numa estreita parceria com o CPD, a PROPESQ conta com formulários informatizados para solicitação e emissão de pareceres pelos Comitês que, baseados no mérito e na trajetória do solicitante, priorizam as solicitações para a futura implementação do auxílio ou da bolsa.

A avaliação interna dos projetos da pesquisa é fundamentada nos critérios de mérito científico e de relevância da produção intelectual e científica declarada pelo pesquisador no *Curriculum Vitae*, sobretudo no Currículo *Lattes* (Plataforma *Lattes*/CNPq), e naquela depositada e registrada nas Bibliotecas Setoriais. O julgamento das solicitações pelos pares ganhou impulso na PROPESQ com a informatização de todo o processo de avaliação. O quadro total de consultores em 2008 é de 164 docentes pesquisadores, oriundos de todas as áreas do conhecimento.

A avaliação interna dos trabalhos de pesquisa da Iniciação Científica da UFRGS acontece através do Salão de Iniciação Científica e da atividade Iniciação Científica em Relatos, explicitados a seguir.

2.4.12.1 Salão de Iniciação Científica (SIC)

O Programa de Iniciação Científica da UFRGS é anualmente avaliado nas atividades do Salão de Iniciação Científica, desde 1989. Neste evento, os estudantes de Iniciação Científica expõem seu trabalho oralmente e em pôster. As exposições são avaliadas por comissões julgadoras constituídas por três professores.

2.4.12.2 Iniciação Científica em Relatos

Atividade que tem por objetivo proporcionar a apresentação de trabalhos dos bolsistas que não tiveram condições de se inscrever no Salão, quer pela entrada recente no programa de IC, quer pela etapa inicial de seu trabalho. Nessa atividade, o aluno tem 10 minutos para apresentar o seu trabalho com base no plano de atividades proposto no início da vigência da bolsa. Desta forma, a UFRGS cumpre a exigência de avaliação dos trabalhos realizados pelos bolsistas, promove a divulgação dos mesmos e garante a valorização da Iniciação Científica no âmbito da pesquisa na Universidade.

2.4.13 Avaliação da Pesquisa na UFRGS

Novas ações para acompanhar o desenvolvimento da pesquisa na UFRGS estão sendo implementadas, baseadas em indicadores da pós-graduação, dos grupos de pesquisa, da produção intelectual, da qualificação do corpo docente, do número de pesquisadores com bolsa de produtividade e de outros.

No atual cenário, a UFRGS tem quase 80% de professores doutores, sendo que 37% com titulação recente. Em função disso, foi importante ampliar os espaços de comunicação: reformulação da página da PROPESQ e criação do informativo da pesquisa. Em sequência, abriu-se um novo campo de ação da Pró-Reitoria no sentido de atuar na captação de recursos para o desenvolvimento de projetos de pesquisa. Esta atividade tem o gerenciamento feito pela PROPESQ, contando com a participação de pesquisadores dentro da área específica de atuação.

A soma das ações implementadas com os projetos já consolidados definem um novo perfil da PROPESQ, que busca responder à demanda da pesquisa da UFRGS.

2.4.14 Avaliação da Dimensão

O Quadro 33 apresenta algumas fragilidades, potencialidades e recomendações para a dimensão Pesquisa.

Quadro 33 - Avaliação da Dimensão Pesquisa

Resultados Alcançados		Recomendações
Fragilidades	Potencialidades	
Espaço físico insuficiente para o número de participantes do Salão de Iniciação Científica (aproximadamente 3.000 apresentadores).	Capacidade de valorizar e destacar a Iniciação Científica nas atividades de pesquisa e no âmbito das Instituições de Ensino Superior; divulgar, acompanhar e avaliar os trabalhos de Iniciação Científica; Promover o intercâmbio de conhecimento.	Buscar um espaço apropriado e condizente com o tamanho e importância do SIC.
Dificuldade de atender a grande demanda reprimida por bolsas de iniciação científica.	Desenvolver Programas de Fomento à Pesquisa, através de concessão de Bolsas de Iniciação Científica (IC), Auxílio a Eventos e Apoio à Editoração de Periódicos; Crescente número de doutores com potencialidade para orientar bolsistas de IC; A PROPESQ está em constante contato junto ao CNPq, FAPERGS e outros órgãos financiadores para aumentar o apoio financeiro de bolsas de IC.	Ampliar programas de bolsas e fomento de modo a atender às demandas das atividades de pesquisa já consolidadas e favorecer o surgimento de novas iniciativas, privilegiando áreas emergentes e/ou interdisciplinares; Atuar mais fortemente na captação de recursos para o desenvolvimento de projetos de pesquisa.
Inobservância da orientação da entrega da produção técnica, científica e artística na biblioteca da unidade de vinculação do autor, tão logo tenha sido publicada, para registro no SABI.		Criar mecanismos para garantir a entrega da produção técnica, científica e artística na biblioteca da unidade de vinculação do autor, tão logo tenha sido publicada, para registro no SABI.
Sistema Pesquisa em constante adaptação, mas ainda deficiente.		Efetuar de maneira rápida e eficaz o registro de dados necessários ao suporte, acompanhamento e divulgação de programas, de linhas e de projetos de pesquisa desenvolvidos na Universidade.
	Credibilidade e satisfação da comunidade acadêmica quanto ao atendimento (Pesquisa de Opinião 2008).	Ampliar e intensificar as relações entre o universo de pesquisa da Universidade e a comunidade externa (outras entidades, empresas e escolas).

2.5 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

2.5.1 Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico (SEDETEC)

O campo tecnológico da UFRGS abrange um amplo espectro de atividades, contribuindo para o desenvolvimento de inovações e a melhoria da competitividade dos produtos e serviços das empresas. Com a necessidade de gerenciamento mais efetivo e especializado das ações desenvolvidas pela UFRGS no campo do desenvolvimento tecnológico, em 2000 foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico (SEDETEC), com os objetivos de fornecer à sociedade as condições necessárias à valorização e transferência do conhecimento científico e tecnológico produzido na Universidade e de integrar as ações do Escritório de Interação e Transferência de Tecnologia (EITT), da Rede de Incubadoras Tecnológicas da UFRGS (REINTEC) e do Programa de Empreendedorismo.

Com este propósito, busca promover a interação da Universidade com a sociedade, por meio do estímulo e apoio às atividades de desenvolvimento tecnológico e inovação. Estas ações estão diretamente integradas com a Lei de Inovação, nº 10.973/04, em especial ao Art. 16, que trata das obrigações mínimas atribuídas aos Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) a fim de gerir a política de inovação das Instituições Federais.

Considerando que a criação da Secretaria foi anterior à Lei, a UFRGS destacou-se por possuir conhecimento prático na gestão da tecnologia e da inovação, levando a Secretaria a ser referência no cenário nacional.

Com a crescente demanda de atividades de Pesquisa e Desenvolvimento Inovação (P&D&I), bem como a disputa de interesses envolvendo resultados e direito da propriedade intelectual, houve a necessidade de uma análise específica a respeito das cláusulas da propriedade intelectual, resultados alcançados, sigilo das informações e publicações a respeito das pesquisas executadas. A intenção era garantir à Universidade os seus direitos, oriundos da participação dos pesquisadores nas inovações tecnológicas geradas.

Assim, foi estabelecida uma rotina administrativa, fazendo-se necessária a análise das atividades desenvolvidas pela Universidade que possibilitassem a geração de inovações tecnológicas, a partir da transferência de resultados de pesquisa protegidos pela propriedade intelectual.

No caso específico da gestão da propriedade intelectual, a SEDETEC atua com base na Lei de Propriedade Industrial, nº 9.279/96, que regula os direitos e obrigações relativas à propriedade industrial na realização dos procedimentos relacionados ao patenteamento e ao registro de marcas perante o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), em conformidade com a Lei de Inovação, nº 10.973/2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e a pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo nacional. Também

para o atendimento às legislações internas específicas, a Secretaria atende ao disposto na Portaria nº 3064/98, que estabelece regras para a transferência de tecnologia e registro da propriedade industrial no âmbito da UFRGS, com base em determinados critérios; à Portaria nº 349/02, que estabelece regras, no âmbito da UFRGS, para o registro intelectual de cultivares, com base em determinados critérios e à Portaria nº 493/02, que estabelece regras para o desenvolvimento, aplicação e comercialização de plantas transgênicas no âmbito da UFRGS.

A SEDETEC desenvolve ações de apoio institucional com base nas seguintes atividades:

- Assessoria jurídica na formalização de instrumentos jurídicos para a prestação de serviços e ações de parceria;
- Negociação e formalização contratual de projetos de interação entre a Universidade e o setor produtivo;
- Proteção, registro e gestão da propriedade intelectual;
- Comercialização de tecnologia e licenciamento de patentes;
- Apoio e formalização das ações de transferência de tecnologia;
- Promoção de eventos para a disseminação de programas de apoio e incentivo ao desenvolvimento tecnológico e inovação, bem como de informações e difusão tecnológica;
- Incentivo ao empreendedorismo e à inovação;
- Apoio à incubação de empresas de base tecnológica;
- Participação em projetos multi-institucionais para a promoção do desenvolvimento local e regional, e;
- Consolidação do Parque Científico e Tecnológico.

Em 2009, a SEDETEC atendeu a todos os interessados na área de propriedade intelectual, obtendo 27 (vinte e sete) novos pedidos de invenção, sendo 03 pedidos em co-titularidade, e uma carta patente nacional. Além disso, foram registradas 02 (duas) novas cultivares no MAPA e 03 (três) novos *softwares* no INPI e realizados 38 processos de buscas em bancos de patentes, nacionais e internacionais, orientando os pesquisadores na elaboração de relatórios de invenção, quando pertinente. O Quadro 34 apresenta o registro da propriedade intelectual no período de 2004-2009.

Quadro 34 - Propriedade Intelectual, 2004-2009

	Até 2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total
Depósitos no Brasil	48	06	08	09	13	27	111
Concedida no Brasil	02	01	-	-	-	01	04
Depósitos no Exterior	04	-	-	02	-	-	07*
PI Licenciados e outros	-	-	-	15	01	-	16
PI em Co-titularidade	04	04	03	02	02	03	18
Marcas	08	-	01	07	01**	-	15
Software	07	-	04	02	02	03	18
Cultivares	-	-	-	-	***	02	10

* Em três países foram retirados os pedidos. Os pedidos existentes estão no Uruguai, Peru, Argentina e Estados Unidos.

**Aguardando confirmação do depósito.

***São 10 cultivares registradas e em comercialização, sendo 3 (Guapa, Taura e Tarimba) protegida. Números 7; 14; 15; 19; 20; 21; 22; Guapa, Taura e Tarimba.

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico, 2010.

Cabe também destacar o Programa de Empreendedorismo e Inovação, que realizou a IX Maratona de Empreendedorismo da UFRGS, com o intuito de disseminar e inserir a cultura empreendedora no cotidiano dos alunos e da comunidade em geral, conectando o aprendizado acadêmico com as reais necessidades do mercado. O curso foi realizado novamente em 2 etapas – Módulos de Formação Empreendedora e Concurso de Plano de Negócios - totalizando 231 inscrições, sendo que a capacidade de alunos por turma é de 45 cada. Dentre os participantes, foram apresentados 30 planos para o Concurso de Plano de Negócios, conforme observado no Quadro 35. Pelo segundo ano, foram realizadas palestras com profissionais de empresas de destaque no mercado, abordando temas de diferentes naturezas.

Quadro 35 - Maratona de Empreendedorismo em números, 2004-2009

Maratona de Empreendedorismo	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Nº de Alunos Participantes	94	37	55	62	77	90
Nº de Alunos Inscritos	94	43	83	93	109	231
Nº de Planos de Negócios apresentados	11	13	07	4	04	30

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico, 2010.

Os projetos institucionais apoiados pelo fundo setorial de investimento em infraestrutura para pesquisa, recursos oriundos da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, denominados CT-INFRA, tiveram a continuidade de execução do projeto CT-INFRA 01/2006. A Secretaria realiza a gestão desses recursos, tendo executado valores de acima de dois milhões de reais, referentes à

primeira parcela, adquirindo equipamentos de alta tecnologia via importação, bem como pequenas obras em laboratórios.

No que tange ao CT-INFRA 01/2007, a SEDETEC iniciou a execução da primeira parcela do projeto, realizando a aquisição de equipamentos nacionais e importados, no valor acima de um milhão.

Em relação ao CT-INFRA 01/2008, a SEDETEC realizou a elaboração e coordenação do projeto em conjunto com a PROPESQ, obtendo com este projeto a primeiro lugar no montante de recursos em nível nacional, conforme Quadro 36.

Quadro 36 - Dados do Projeto CT-INFRA na UFRGS, 2006- 2008

CT-INFRA	2006	2007	2008
Valores	4.663.543,00	5.338.700,00	10.884.401,00
Posição Nacional	2º lugar	2º lugar	1º lugar
Situação	Execução da 2ª parcela	Execução da 1ª parcela	Aguardando liberação da 1ª parcela

Fonte: Resultado Final dos Editais PROINFRA 2006 e 2007 da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

A SEDETEC e a PROPESQ assumiram a coordenação da comissão que tem por objetivo assessorar a Administração Central na implantação do Parque Científico e Tecnológico da UFRGS. A comissão formada por docentes reuniu-se durante o ano de 2009 para elaborar uma proposta de projeto do Parque, o qual foi aprovado em abril de 2010. A área de implantação do Parque será a mesma anteriormente destinada ao CENERG – Centro de Energia Aplicada da UFRGS, que se refere à construção de área física para pesquisa e desenvolvimento tecnológico, investimentos estes implementados em parceria com a Petrobrás. No ano de 2008, foi obtida a licença ambiental junto à Prefeitura de Porto Alegre.

Conforme consta em suas atividades, a SEDETEC também é responsável pela análise dos projetos (contratos e convênios) de interação com empresas para o desenvolvimento de ações conjuntas de pesquisa e/ou prestação de serviços tecnológicos. No ano de 2009, foram analisados 94 convênios de cooperação e 19 contratos de parceria, no âmbito da Decisão do CONSUN nº 717/08, que trata das ações de parceria desenvolvidas pela Universidade, que são aquelas que permitam a realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo com instituições públicas ou privadas. No âmbito da prestação de serviço, que é regulada através da Decisão nº 242/05, e da Portaria nº 4870/08, analisou-se 212 instrumentos.

O Quadro 37 ilustra o número de processos analisados.

Quadro 37 - Processos analisados, 2004-2009

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total
Prestação de Serviço	-	-	-	124	229	212	565
Ações de Parceria - foco em P&D&I	34	58	58	99	111	113	473

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico, 2010.

A UFRGS, através da Secretaria, participa ativamente em diferentes fóruns, projetos e eventos ligados à área, tais como:

- Comitê gestor do Projeto AEROMÓVEL do Brasil, com a PUCRS, União Brasileira de Educação e Assistência (UBEA) e FINEP;
- Conselhos Municipal de Ciência e Tecnologia (COMCET);
- Conselho de Inovação e Tecnologia da Federação das Indústrias do RS (CITEC-FIERGS) e no Grupo Temático Universidade-Empresa;
- Projeto conjunto com várias instituições de ensino superior do estado (PUCRS, UFPel, UFSM, UCS, UNIJUÍ, FEEVALE, UNISC e UPF) para a CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/AT - PRO-INOVA - 01/2008 - LINHA 02, sob o título de "NIT-RS: Implantação da Rede de Núcleos de Inovação Tecnológica de Universidades Gaúchas", sendo o projeto aprovado na íntegra, totalizando o valor de R\$ 1.603.648,84. Este projeto tem como objetivo geral cooperar na integração das instituições parceiras para a implantação e estruturação de seus Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs), para a promoção de políticas de inovação tecnológica sólidas e disseminadas no âmbito regional e o fortalecimento das ações de P,D&I - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, de maneira organizada e alinhada aos objetivos estratégicos do país, de acordo com o estabelecido na Lei de Inovação, bem como de acordo com a necessidade do mercado. A partir da execução deste projeto, a equipe da Secretaria tem participado de diversos cursos e eventos na área de atuação, tornando a equipe mais qualificada e treinada para o adequado desenvolvimento das atividades. Outro fator relevante, tem sido a realização de eventos e cursos para a comunidade, abordando temas de relevância nacional em relação a atuação da SEDETEC.
- Convênio em parceria com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), o Instituto Euvaldo Lodi da Federação das Indústrias do Estado Rio Grande do Sul (IEL-FIERGS), a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio

Grande do Sul (SEBRAE/RS), a Universidade de Caxias do Sul (UCS), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI), a Universidade de Passo Fundo (UPF), visando promover a disseminação da cultura da Propriedade Intelectual (PI), para um melhor atendimento e uso do sistema de proteção do ativo intangível por parte de Universidades, centros de pesquisa, entidades de classes e empresas inovadoras do estado do Rio Grande do Sul como incentivo à produção, comercialização e transferência de tecnologia; Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC) e ao *International Association of Science Park* (IASP), e na Rede Gaúcha de Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos (REGINP), como associada;

- Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia – FORTEC, como membro associada.

2.5.2 Escritório de Interação e Transferência de Tecnologia (EITT)

O EITT, criado em março de 1997, constitui-se numa instância promotora do contato com diferentes segmentos da sociedade, na busca de parcerias para o desenvolvimento de projetos tecnológicos conjuntos, incentivando a ampliação do intercâmbio da UFRGS com o setor produtivo nas áreas industrial, agropecuária e de serviços. Caracterizando-se como um mecanismo de interface, o EITT atua na compatibilização das ofertas tecnológicas existentes na UFRGS com as demandas empresariais, apoiando o encaminhamento de possíveis soluções, através de diferentes ações. O EITT também é o responsável institucional pela gestão da propriedade intelectual, desde os procedimentos para o registro e proteção de uma invenção, *software* ou cultivar, até sua comercialização junto ao setor produtivo. Através de parcerias entre a Universidade, Empresas e Governo, busca auxiliar na pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologias, produtos e processos, na capacitação de pessoal na área tecnológica e na busca de recursos para projetos tecnológicos.

2.5.3 Rede de Incubadoras Tecnológicas da UFRGS (REINTEC)

A REINTEC tem como objetivo principal organizar, integrar e coordenar ações e serviços comuns desenvolvidos pelas incubadoras tecnológicas de empresas da Universidade. Para tanto:

- a) fornece apoio para o melhor desenvolvimento das atividades ligadas à administração das incubadoras, objetivando a melhoria dos resultados das empresas incubadas;

- b) promove a associação da Universidade e destas incubadoras a entidades de apoio como ANPROTEC e REGINP;
- c) divulga os mecanismos de captação de recursos para as incubadoras e incubados indicando fontes e meios para a captação;
- d) incentiva a cultura do empreendedorismo na Universidade; e
- e) qualifica as empresas graduadas.

Neste sentido, desenvolve ações como: presta informações a docentes e alunos referentes à incubação de empresas; realiza apresentações a fim de divulgar as incubadoras e seus mecanismos; identifica parceiros para o desenvolvimento de projetos junto às empresas incubadas e facilita o acesso dos empreendimentos às inovações tecnológicas gerenciais. Apoia a Maratona de Empreendedorismo para o desenvolvimento de futuros projetos a serem incubados.

O Quadro a seguir apresenta os números de empresas Incubadas e Pré-incubadas em cada incubadora, no período de 2004 a 2009.

Quadro 38 - Empresas Incubadas e Pré-incubadas, 2004-2009

Nº de Empresas Incubadas e Pré-incubadas	2004		2005		2006		2007		2008		2009	
	Inc	Pré	Inc	Pré	Inc	Pré	Inc	Pré	Inc	Pré	Inc	Pré
CEI – Centro de Empreendimentos do Instituto de Informática da UFRGS	07	-	09	-	05	01	03	-	03	01	18	01
IECBiot – Incubadora Empresarial do Centro de Biotecnologia	05	-	03	-	04	01	05	-	08	-	06	02
ITACA – Incubadora Tecnológica Empresarial de Alimentos e Cadeias Agroindustriais	03	-	03	-	02	-	03	-	02	01	-	-
HÉSTIA – Incubadora Tecnológica Héstia	-	-	03	-	01	-	01	-	07	02	04	01
ITM/CDTF – Incubadora Tecnológica de Medicamentos do Centro de Desenvolvimento Tecnológico de Produtos Farmacêuticos*	01	-	01	-	01	-	-	-	-	-	-	-
ITR – Incubadora Tecnológica de Reciclagem*	01	-	01	03	-	03	-	-	-	-	-	-
ITCP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (Núcleo de Economia Alternativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	13	-	13	-
Total	17	-	20	03	13	05	12	-	20	04	41	04

* A partir de 2007, estas Incubadoras entraram em fase de reestruturação.

Inc - Empresas Incubadas

Pré - Projetos de Pré-incubação

Fonte: Rede de Incubadoras Tecnológicas da UFRGS, REINTEC/SEDETEC, 2009.

Conforme os dados apresentados, atualmente a Universidade apoia 41 empresas, sendo 28 empresas incubadas na UFRGS e 13 cooperativas populares externas, o maior número obtido desde 2004. A ITCP é uma nova incubadora vinculada à REINTEC, a qual presta assessoria para cooperativas populares. Vale ressaltar que, neste período, foram

graduadas 17 empresas que estão consolidadas no mercado. A seguir apresenta-se a avaliação desta dimensão.

2.5.4 Avaliação da Dimensão

A atribuição da SEDETEC é a de fornecer à sociedade as condições necessárias à valorização e transferência do conhecimento científico e tecnológico gerado pela UFRGS, assim como gerenciamento mais efetivo e especializado das ações desenvolvidas pela UFRGS no campo do desenvolvimento tecnológico (Disponível em: www.ufrgs.br/sedetec).

O Plano de Gestão UFRGS 2008-2012 aponta como metas na área do desenvolvimento e inovação tecnológica, a meta 1.5. Expansão do Desenvolvimento e Inovação Tecnológica, com as seguintes ações:

1.5.1 ampliação de projetos de inovação e desenvolvimento tecnológico com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e do desenvolvimento industrial;

1.5.2. incentivo a parcerias com a comunidade com o apoio da Lei de Inovação;

1.5.3. incremento a programas de incubadoras tecnológicas;

1.5.4. incremento da promoção de ações de divulgação e de interação dos laboratórios como o Parque Tecnológico da UFRGS;

1.5.5. incremento da promoção de ações de difusão na área tecnológica;

1.5.6. ampliação dos programas de empreendedorismo.

Com base nos dados do Relatório de Gestão da UFRGS do ano de 2009, quanto à ação 1.5.1 - ampliação de projetos de inovação e desenvolvimento tecnológico com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e do desenvolvimento industrial – o relatório refere o desenvolvimento de um projeto de parceria com instituições públicas, privadas e não governamentais, comportando 19 contratos, 94 convênios e termos de cooperação, 212 contratos de prestação de serviços e 9 eventos.

Para a ação 1.5.2. - incentivo a parcerias com a comunidade com o apoio da Lei de Inovação – consta no relatório que foi realizado o Projeto de fortalecimento das ações de transferência de tecnologia e propriedade industrial, atingindo 96 ações de transferência de tecnologia, 26 pedidos de registro de invenção no INPI, 2 pedidos de proteção de cultivares no MAPA, e 12 palestras e ações de divulgação sobre transferência de tecnologia e propriedade industrial.

Para a ação 1.5.3 - Incremento a programas de incubadoras tecnológicas – a Secretaria realizou o projeto de Rede de incubadoras tecnológicas da UFRGS, comportando 43 empresas incubadas, 6 incubadoras setoriais, e 6 palestras sobre o tema.

E, para a ação 1.5.6 - ampliação dos programas de empreendedorismo - segundo a Secretaria realizou o programa de empreendedorismo que atingiu 63 projetos de negócios inscritos, 30 projetos de negócios concluídos, 90 participantes capacitados, 4 projetos premiados e 7 parceiros apoiadores de programa.

O Quadro 39 apresenta a avaliação da Dimensão Inovação Tecnológica.

Quadro 39 - Avaliação da Dimensão Inovação Tecnológica

Resultados Alcançados		Recomendações
Fragilidades	Potencialidades	
<p>Dificuldade em desenvolver uma prospecção tecnológica eficiente, no âmbito da própria universidade e do setor produtivo, onde facilitaria reconhecer/obter informações sobre as competências, projetos desenvolvidos ou em desenvolvimento, tecnologias e <i>know how</i> a serem oferecidos nas interações universidade-empresa.</p> <p>Necessidade de informações e divulgação dos serviços e ações realizadas pela Secretaria às comunidades interna e externa.</p> <p>Tecnologias e resultados de pesquisa ainda em estágio incipientes, afastando o interesse das empresas em licenciamentos e eventuais investimentos.</p>	<p>Competências para a disseminação da cultura nas áreas de propriedade intelectual, transferência de tecnologia, incubadoras de empresas, empreendedorismo e inovação;</p> <p>Ser, na UFRGS, a “porta de entrada” para empresas e outras instituições na busca por competências, tecnologias, etc. e o elo de comunicação da Universidade com setores associados à questão da inovação, desenvolvimento tecnológico e empreendedorismo;</p> <p>Fonte de informações e apoio na realização de projetos de desenvolvimento conjunto com empresas, busca de recursos.</p> <p>Larga experiência em realizar pesquisa em parceria com o setor privado, assim, podemos buscar os parceiros corretos à interação, visando pesquisas com potencial de tornarem-se produtos no mercado, concluindo a inovação.</p>	<p>Mapear as competências da UFRGS - grupos de pesquisa, laboratórios, tecnologias desenvolvidas - ampliando o conhecimento das áreas e sua atuação com o setor produtivo, na proposição de novas interações entre os setores;</p> <p>Disseminar as informações/histórico sobre as tecnologias e competências da Instituição, criando um canal mais eficiente de comunicação com o setor externo e divulgar as ações de promoção do desenvolvimento científico e tecnológico para a sociedade.</p> <p>Focar as pesquisas visando a possibilidade de resultados inovadores; Não esquecer da importância da pesquisa básica, mas sempre idealizar um resultado com potencial de absorção no mercado.</p>
<p>Falta de integração de informações envolvendo áreas de pesquisa, extensão, pós-graduação, além dos diversos laboratórios existentes na Universidade;</p> <p>Poucas informações, por parte da Secretaria (REINTEC), acerca dos projetos incubados e empresas graduadas.</p>	<p>Forte interação com a Pró-Reitoria de Pesquisa para o desenvolvimento de atividades conjuntas.</p>	<p>Criar um banco de dados integrado para o registro das informações, a fim de facilitar a identificação das principais pesquisas e a relação de parcerias da UFRGS, os projetos incubados e as empresas graduadas;</p> <p>Padronizar, planejar os procedimentos internos (mapear os processos, identificar os pontos fracos e buscar a melhoria). Com isso também será possível criar alguns indicadores de gestão.</p>
<p>A equipe da SEDETEC</p>		<p>Capacitar a equipe interna para</p>

precisa se capacitar constantemente para atender às demandas da UFRGS. Além disso, as áreas de atuação são bastante complexas, exigindo a constante qualificação e capacitação.		qualificar o atendimento das demandas, através da participação de curso, workshops, etc.....
Falta de servidor da área de TI.		Contratação, pela PROGESP, de um servidor da área de TI.

2.6 A EXTENSÃO

2.6.1 A Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT)

A indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão, assim como uma visão interdisciplinar da prática acadêmica são princípios da extensão universitária exercida na UFRGS. O compromisso da Universidade com a formação profissional qualificada e com o desenvolvimento da sociedade exige uma atuação extensionista coerente e adequada com seu tempo, levando em consideração os avanços científicos, tecnológicos, culturais e sociais.

Com a finalidade de atender às atribuições destas atividades extensionistas e cumprindo o que foi proposto no Plano da Gestão, foram realizadas algumas alterações de cunho administrativo. Parte dessas mudanças foi a criação e estruturação de um Setor de Comunicação e Criação, com o objetivo não somente de minimizar custos com divulgação, mas especialmente ampliar e qualificar a divulgação das atividades extensionistas.

Como exemplo, foi criado o *Boletim Eletrônico Extensão Online*, importante instrumento de divulgação direcionado à comunidade extensionista, que tem como finalidade a publicização das atividades extensionistas junto à comunidade, conforme dados explicitados no Quadro 40.

Quadro 40 - N° de Edições e Público atingido pelo Boletim Eletrônico Extensão Online

	Nº Edições	Público Atingido
Extensão Online	26	3.000
Hora do Café	1	70

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão, 2009.

Apresenta-se, a seguir, quadro demonstrativo das atividades extensionistas realizadas pela Universidade durante o exercício de 2009, que foram registradas no Sistema de Extensão.

Quadro 41 - Atividades Extensionistas

	2009
Atividades de Extensão	1.267
Docentes Coordenadores de Atividades de Extensão	667
Técnicos Coordenadores de Atividades de Extensão	64
Docentes Executores de Atividades de Extensão	1.301
Técnicos Executores de Atividades de Extensão	248
Discentes Executores de Atividades de Extensão	1.845
Certificados Emitidos	35.995
Fomento (projetos atendidos)	95

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão, 2009.

Estes dados demonstram a abrangência da atividade extensionista, especificamente, no que diz respeito ao seu público interno. Destaca-se que, em 2009, foram realizadas, aproximadamente, 1.300 atividades que mobilizaram em torno de 3.500 pessoas da comunidade universitária (docentes, discentes e técnico-administrativos), considerando-se somente os registros efetuados no Sistema de Extensão. Isso dá uma dimensão do envolvimento da comunidade interna da Universidade. Esse quantitativo deve ser estendido à sociedade para se compreender o alcance da participação que a atividade extensionista da UFRGS tem junto à mesma.

Através da quantidade de certificados anualmente expedidos pela PROEXT, é possível observar a expressão que a extensão vem alcançando na comunidade, tanto interna quanto externa à Universidade.

Independente disso, não raros são os casos em que os beneficiados com iniciativas oriundas de ações de extensão não são certificados e por isso não é possível proceder sua quantificação, dizendo de outra forma, não são pessoas diretamente envolvidas em atividades extensionistas, mas público-alvo das mesmas.

Assim, pelos números apresentados no quadro acima, percebe-se que essa atividade tem uma abrangência social significativa, já que esse dado não especifica o público atendido, mas o público participante da atividade. Concluindo-se, é imenso o quantitativo beneficiado nas comunidades onde as ações são desenvolvidas.

Outra iniciativa inovadora da PROEXT é o Programa de Fomento. Este Programa visa estimular e qualificar o desenvolvimento de ações de extensão, através da liberação de recursos que custeiam a execução das mesmas. Durante o exercício de 2009, 95 projetos foram apoiados através da liberação de bolsa-evento, material gráfico, auxílio para material de consumo, apoio para a realização de eventos, etc.

2.6.1.1 Bolsas de Extensão

O Programa de Bolsas de Extensão tem o objetivo de contribuir para o fortalecimento das ações de extensão e para a formação acadêmica, profissional e cidadã, fruto da experiência dos alunos da UFRGS em atuação junto à comunidade interna e externa à Universidade, além de fomentar o desenvolvimento da extensão na Universidade. Os dados são demonstrados no Quadro 42.

Quadro 42 - Envolvidos com Bolsas de Extensão

	2009
Bolsista de Extensão (edital)	329
Aluno Voluntário (bolsista voluntário)	57

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão, 2009.

Para desenvolver este Programa, a Pró-Reitoria possui uma cota de 270 vagas para bolsistas concedidas através do Edital de Bolsas para as ações de extensão. É lançado no início de cada exercício, e voltado para alunos da Graduação, que exercem suas atividades junto aos projetos de extensão devidamente registrados no Sistema de Extensão da Universidade. No ano de 2009 estas vagas foram ocupadas por 329 alunos da graduação nas 270 vagas disponíveis.

Ressalta-se que, visando aumentar a participação dos discentes nas atividades extensionistas e qualificar as ações de extensão, a Pró-Reitoria de Extensão tem efetuado contínuas negociações junto à Pró-Reitoria de Planejamento, visando à ampliação da cota de bolsas. Em 2009 já houve acréscimo de, aproximadamente, 20% nas bolsas concedidas às ações de extensão em relação aos exercícios anteriores. Isso também se constitui em cumprimento de meta do Plano de Gestão.

Outra modalidade de participação de alunos de graduação da Universidade em atividades extensionistas é como *voluntário* e, esta modalidade recebe o mesmo tratamento regulamentar das demais bolsas, exceto no que se refere à remuneração. No ano de 2009 as ações de extensão tiveram o registro da participação de 57 alunos voluntários. No entanto, este número não se refere a real participação de estudantes nas atividades extensionistas, uma vez que, na maior parte dos casos os coordenadores das ações registram os mesmos como integrantes da equipe de trabalho, o que pode ser constatado neste relatório: em 2009 foram registrados 1.845 estudantes como executores de atividades extensionistas.

2.6.1.2 Salão de Extensão

O Salão de Extensão realizado em 2009 consolidou-se como *um evento com a maturidade de uma caminhada de dez anos e com a renovada esperança de quem tem*

apenas uma década. Caracterizando-se como um espaço privilegiado que reafirma os princípios da extensão universitária, destacando o seu papel enquanto produtora de conhecimento, o compromisso com os demais setores da sociedade e a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa. Tem por objetivo proporcionar um ambiente de publicização, reflexão e avaliação da extensão, bem como de ser um espaço destinado à comunidade acadêmica que faz extensão, visando a apresentação de seus trabalhos, estudos e atividades.

No ano de 2009 foram obtidos os seguintes dados.

Quadro 43 - Envolvidos com o Salão de Extensão

	2009
Trabalhos apresentados	392
Participantes em oficinas	900
Público participante	5.231

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão, 2009.

No que se refere ao público atingido, estes números representam a repetição de marcas históricas, o que significa a manutenção de sua trajetória junto à comunidade universitária e ao público em geral. Quanto às atividades disponibilizadas, o Salão de Extensão se ressentia de espaço e tempo para atender à demanda da UFRGS e Instituições de Ensino Superior externas convidadas.

A informação relacionada ao público participante provém do registro de inscrições realizadas. Além desta categoria de participação, existe outra que se refere àquelas pessoas que apenas visitam o evento, sem efetuar inscrição ou solicitar certificados. Isso significa que o número total de visitantes é muito maior, já que este dado não é mensurado. Dito de outra maneira, pode-se estimar a presença de um público aproximado entre oito e dez mil pessoas.

2.6.1.3 Seminário de Extensão Universitária da Região Sul – SEURS

O SEURS *visa promover o intercâmbio entre as Universidades públicas da Região Sul, possibilitando discussões e troca de experiências que orientam e conduzem as relações entre a universidade e a sociedade.*

Em 2009 o evento foi realizado em Santa Maria/RS e a UFRGS participou com a apresentação de 25 projetos de extensão das mais diversas áreas temáticas.

2.6.1.4 Departamentos

Paralelo às suas atribuições regimentais e atendendo às diretrizes da extensão universitária, a PROEXT, a partir de seus departamentos, atua no desenvolvimento de

ações de extensão através da proposição e execução de iniciativas de caráter interdisciplinar de intervenção da UFRGS na comunidade. Destaca-se o desenvolvimento de atividades de natureza educacional e cultural, com reconhecimento e ampla participação da comunidade acadêmica e da sociedade em geral.

Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS)

O DEDS é o Departamento da PROEXT que busca a interlocução com as comunidades rurais e urbanas, movimentos populares, organismos públicos e outros setores comprometidos com a qualidade de vida da população brasileira. Para tanto, articula ações educacionais, sociais, culturais, científicas e recreativas que envolvam a comunidade acadêmica com aqueles agentes da sociedade.

No ano de 2009 o DEDS desenvolveu três grandes programas:

- a) O **Educação Anti-Racista no Cotidiano Escolar e Acadêmico**, voltado para atividades de reflexão e ação para o cumprimento dos dispositivos referentes à lei federal 10.639/2003 (ensino da história e cultura Afro-Brasileira e Africana na educação básica).

As atividades foram desenvolvidas em municípios da Grande Porto Alegre, visando a formação de gestores em educação, com o objetivo de fortalecer os vínculos e a articulação com as redes parceiras.

- b) O **Conexões de Saberes: diálogos entre a Universidade e comunidades populares**, ação afirmativa direcionada à permanência de universitários de origem popular na Universidade e à interlocução com comunidades populares. Os 145 bolsistas do programa participaram de formações continuadas, com orientações e atividades práticas durante todo o período de colaboração.

- c) O **Convivências**, que aproxima estudantes e comunidades, levou estudantes, professores e técnicos administrativos para conviverem em dois territórios – um urbano, atuando junto a moradores de rua, e um rural, atuando junto a um Assentamento em Nova Santa Rita.

O DEDs em números:

Quadro 44 - DEDs em números

	Pessoas Envolvidas
Programa Educação Anti-racista no Cotidiano Escolar e Acadêmico	60
Programa Conexões de Saberes: diálogos entre a Universidade e as comunidades populares – parceria MEC/SECAD	5.500
Programa Convivências	230

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão, 2009.

Departamento de Difusão Cultural (DDC)

As ações concebidas e produzidas pelo Departamento de Difusão Cultural, em 2009, buscaram propiciar a vivência e a experiência da cultura junto ao público, despertando o interesse e a reflexão sobre as mais diversas manifestações artísticas.

Entre as atividades desenvolvidas pelo DDC, destaca-se o Programa UNICULTURA, que abrange os projetos Unimúsica, Unimusiquinha, Uniarte, Unifilme e Unidéia. Este Programa tem o objetivo de promover e fomentar ações que oportunizem experiências culturais diversas à comunidade em geral e à comunidade universitária, especialmente através da música popular brasileira e das artes plásticas.

O DDC em números:

Quadro 45 - DDC em números

		2009
Unicultura	Eventos	56
	Público atingido	16.057
Teatro, Pesquisa e Extensão	Sessões	52
	Público atingido	2.581
Cinema Universitário	Sessões	480
	Público atingido	17.070
Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA)	Sessões	19
	Público atingido	14.636

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão, 2009.

Um destaque importante é a volta dos concertos oficiais da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA) ao Salão de Atos da UFRGS, com expressiva participação de público, como demonstra o quadro acima.

A partir de propostas criativas, diversificadas e envolvendo diferentes atores, foi atingido um público considerável em cada uma das ações. Isso legitima tais iniciativas como veículo para mudanças na atual gestão cultural.

2.6.1.4 Planetário da UFRGS

O Planetário da UFRGS atua como órgão complementar ao ensino, tendo como função a divulgação e popularização da Astronomia. Essa missão é cumprida a partir da oferta de programação diversificada, que disponibiliza ao público em geral e para públicos específicos: alunos, professores, escolas, entre outros.

Em sua programação normal estão as Sessões na Cúpula. Aos domingos esta atividade é direcionada para o público em geral e, durante a semana, especialmente para as escolas e grupos agendados. O Projeto Selene também integra a programação do

Planetário e é realizado em um final de semana por mês. Consiste na observação do céu, por todas as pessoas interessadas, através de telescópios dispostos no pátio do Planetário, sob a orientação de técnicos especializados na área. Além destas atividades, muitas outras são realizadas, tais como: palestras, oficinas e exposições, visando atender a demandas, bem como aproveitando eventos astronômicos, com vistas à informação do público em geral e à formação do público específico. No ano de 2009, Ano Internacional da Astronomia, o Planetário direcionou suas atividades para as comemorações relacionadas a este evento, inserindo este tema em sua programação, o que pode ser observado a seguir.

Quadro 46 - Atividades do Planetário

		2009
Sessões na Cúpula do Planetário	Eventos	623
	Público atingido	38.901
Projeto Selene	Eventos	11
	Público atingido	856
Divulgação Científica no Planetário	Eventos	15
	Público atingido	2.690
Ano Internacional da Astronomia	Eventos	07
	Público atingido	1.634
Outras Atividades	Eventos	15
	Público atingido	604

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão, 2009.

2.6.1.5 Museu da Universidade

O Museu da Universidade tem como objetivo planejar e executar projetos de exposições e ações pedagógicas e culturais que possibilitem a aproximação do público com nossa Instituição, tendo suas ações especialmente voltadas para a educação e cultura.

Em 2009 essas ações se desenvolveram através da promoção de exposições, palestras, oficinas, debates, filmes comentados e apresentações artístico-culturais com a participação de docentes, discentes e técnicos da Universidade e convidados da comunidade externa. No quadro abaixo, um resumo dessas atividades:

Quadro 47 - Atividades do Museu

	2009
Exposições	07
Programação paralela	66
Assessoria Técnica	27
Consulta ao acervo	44
Público atendido	15.594

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão, 2009.

Na *programação paralela* incluem-se cursos, oficinas, seminários, palestras e outras, normalmente relacionados com as exposições. Estas iniciativas não só aproveitam a presença do público, como também dão continuidade à proposta do Museu da UFRGS que é de se consolidar como um espaço de difusão científica, artística, cultural e tecnológica, atendendo aos anseios do público em geral e às demandas de públicos mais específicos, como alunos professores e técnicos e outros profissionais de diversas áreas.

Entre as exposições e, como exemplo, da execução de um trabalho que integra os diversos departamentos da Universidade, foi realizada a Exposição *Em Casa, no Universo*, em conjunto com o Planetário da UFRGS, dentro das atividades comemorativas do Ano Internacional da Astronomia.

Também nesse exercício o Museu deu continuidade ao trabalho de assessoria técnica aos museus e acervos das Unidades Acadêmicas, bem como atendeu ao público no que se refere à consulta de seu acervo. Ressalta-se que o Museu da Universidade tem mantido as metas de público, fortalecendo a sua participação junto à sociedade, como referência na promoção de eventos educacionais e culturais.

2.6.1.6 Avaliação da Dimensão Extensão

A seguir, apresentam-se algumas potencialidades, fragilidades e recomendações para a área de extensão da Universidade.

Quadro 48 - Avaliação da Dimensão Extensão

Resultados Alcançados		Recomendações
Potencialidades	Fragilidades	
<p>A extensão encontra-se consolidada na UFRGS, com um número expressivo de atividades voltadas à comunidade.</p> <p>Esta posição se mantém em 2009, o que pode ser comprovado pela manutenção da média numérica de registros das ações de extensão e pelo cumprimento das metas propostas no Plano de Gestão, tais como aproximação das COMEXs, promoção de eventos culturais, incentivo aos projetos através do programa de Fomento, e outros.</p>		
<p>O registro das ações extensionistas no Sistema de Extensão: o Sistema é instrumento decisivo no que se refere à avaliação da</p>	<p>Detalhamento do Formulário de Ação de Extensão e filtros gerados pelo Sistema trazem dificuldade no preenchimento por parte dos coordenadores.</p>	<p>O trabalho de revisão da Comissão Mista de Revisão do Sistema de Extensão, com participação da PROEXT, CAMEX e CPD foram</p>

extensão da UFRGS.	Os formulários visam ao atendimento às normas legais estabelecidas.	concluídos; A proposta da PROEXT é de instrumentalizar os usuários, com a finalidade de aprimorar o preenchimento e o fornecimento de dados, permitindo uma avaliação quantitativa e qualitativa da atividade extensionista cada vez mais fidedigna. Os extensionistas deverão estar cada vez mais familiarizados com o Sistema de Extensão e suas utilização.
O registro das atividades de extensão atualmente é pré-requisito para a participação em diversos processos da Universidade. O objetivo é registrar toda e qualquer ação de extensão realizada na UFRGS. Por exemplo: participação no Programa de Fomento, Programa de Bolsas, SEURS, Salão de Extensão, assinatura de Contratos e Convênios que tem como pré-requisito o registro das atividades no Sistema de Extensão.		
Os Salões de Extensão como importante espaço para reflexão e divulgação da extensão desenvolvida na Universidade.		
Bolsa de Extensão	O quantitativo das bolsas de extensão não acompanhou o incremento das ações extensionistas. Em 2009, a PROEXT obteve um acréscimo importante no número de bolsas de extensão distribuídas através do Edital de Bolsas, o que é um fato positivo, porém ainda há defasagem entre a demanda e a possibilidade de atendimento.	Proporcionar maior aporte de recursos para bolsas de extensão aos projetos desenvolvidos.
	Falta de um modelo e/ou instrumental para avaliação qualitativa da extensão desenvolvida, especificamente no que tange ao impacto social da extensão na sociedade; Esse instrumento específico ainda não foi desenvolvido, especialmente porque a Extensão é uma atividade	Elaborar instrumento de avaliação qualitativa da extensão desenvolvida na Universidade.

	<p>muito ampla e complexa. Isso não significa que não seja possível avaliar, de forma geral, a extensão realizada na Universidade. Atualmente é impossível criar um único instrumento de avaliação que contemple toda gama de iniciativas de extensão desenvolvidas na UFRGS. Esta avaliação está sendo feita a partir de indicadores mais subjetivos, como número de participantes e eventuais manifestações específicas.</p>	
	<p>Não é possível contabilizar hoje, com exatidão, o público atingido por ações abertas à comunidade como exposições, apresentações, shows e ações de intervenção em comunidades específicas.</p> <p>Os setores da PROREXT contabilizam a participação de público, mas as ações desenvolvidas pelas Unidades, e registradas no Sistema de Extensão, na sua maioria, ainda carece de uma forma de controle quantitativo das atividades. Esse tema também continua como foco de estudo junto ao CPD, principalmente no que diz respeito ao alcance indireto dos projetos.</p>	<p>Incluir um campo específico no Relatório eletrônico da atividade extensionista que informe o público atingido pela ação desenvolvida.</p>
<p>Houve, em 2009, um acréscimo significativo de ações coordenadas pelos técnicos.</p>	<p>Ainda é pequeno o número de servidores (docentes e técnicos) que propõem e coordenam ações extensionistas.</p>	<p>Maior difusão e incentivo à extensão na Universidade para agregar novos extensionistas e incrementar o número de ações desenvolvidas.</p>

2.7 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A Secretaria de Educação a Distância (SEAD) obteve significativos avanços no exercício de 2009, tanto na consolidação de ações que vinham sendo implantadas, como também no desenvolvimento de novos programas.

Em termos de espaço físico, recursos e instalações, em 2009 foram inaugurados o Polo de Apoio Presencial de Educação a Distância e o Núcleo de Apoio Pedagógico à Educação a Distância, no Campus do Vale, bem como foram concluídas as obras para instalação do Polo de Apoio Presencial de EAD no CECLIMAR, em Imbé. Mediante a aprovação de projetos encaminhados por esta Secretaria à UAB/MEC, foram adquiridos

equipamentos para webconferência e videoconferência. Essa ação visa atender diversas áreas da Universidade, abrangendo a instalação de salas e estúdios de gravação.

No campo da produção e difusão de conhecimentos e informações concernentes à EAD, foram publicados o novo site e um folder, bem como iniciada a Série Editorial de Educação a Distância, em parceria com a Editora da Universidade. A Série Editorial tem por objetivo a publicação de obras que propiciem a reflexão sobre a modalidade a distância, bem como de materiais didáticos para apoiar o ensino a distância nos diferentes cursos de graduação e pós-graduação implementados nessa modalidade de ensino.

No que se refere à expansão do ensino a distância, foi implementada nova edição do curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão em Desenvolvimento Rural, representando a oferta de 500 novas vagas, bem como três novos cursos de especialização na modalidade a distância no âmbito da UAB: (1) Física para a Educação Básica; (2) Matemática – Mídias Digitais – para a Educação Básica; (3) Informática Instrumental para a Educação Básica, todos voltados para a formação de professores. Foram aprovados os projetos de três novos cursos de especialização, nas áreas de gestão pública: (1) Gestão em Saúde; (2) Gestão Pública; (3) Gestão Pública Municipal, bem como cursos de especialização na área de informática na educação e cursos de formação continuada na área de diversidade.

2.7.1 Normatização da Educação a Distância na UFRGS

No âmbito nacional, foram publicadas três novas Portarias e uma Resolução que influenciam as ações de Educação a Distância na Universidade. No âmbito interno, publicou-se a Resolução nº 389/2009 que estabelece normas sobre progressão funcional e estágio docente. As normas são listadas conforme segue:

- Portaria nº 9/2009-MEC (Institui o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica no âmbito do Ministério da Educação).
- Portaria nº 10/2009-MEC (Fixa critérios para dispensa de avaliação *in loco* e dá outras providências).
- Resolução nº 26/2009-FNDE (Estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes da preparação e execução dos cursos dos programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES).
- Portaria nº 01/2009 - CAPES/CNPq (Autoriza a concessão de adicional para bolsistas produtividade - Produtividade em Pesquisa - PQ e de Produtividade em

Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora - DT do CNPq que atuarem como formadores nos cursos e ações do Plano Nacional de Formação de Professores).

- Decisão nº 389/2009 do CONSUN/UFRGS, de 02/10/2009 (Estabelece regras de transição para progressão funcional e estágio probatório de docentes que atuam na EAD) em complementação à Resolução nº 12/95 do Conselho de Coordenação do Ensino e da Pesquisa - COCEP e à Decisão nº 224/2000 do Conselho Universitário – CONSUN/UFRGS (Anexo 6).

2.7.2 Órgãos de Gestão e de Suporte

A Educação a Distância na UFRGS possui uma estrutura descentralizada, tendo sua coordenação e articulação sob a responsabilidade da Secretaria de Educação a Distância. Apoiando as políticas implantadas pela SEAD, o CINTED, o CPD e o CESUP também oferecem suporte para a EAD na UFRGS.

A SEAD é responsável pelo cadastramento das atividades de educação a distância na Universidade e pela promoção de Editais para fomento ao desenvolvimento de novas atividades.

No ano de 2009 foi lançado o Edital UFRGS EAD 11. Nesse Edital, foram submetidos 63 projetos, sendo 61 projetos contemplados nas três linhas de financiamento: seis projetos na linha A – Oferta de disciplinas de graduação na modalidade a distância; 18, na linha B – Desenvolvimento de pesquisas e produção de recursos tecnológicos ou novos processos em EAD, em todos os âmbitos de atuação da Universidade; e 37 projetos na linha C – Construção de objetos de aprendizagem.

A Secretaria realiza mensalmente o Fórum de EAD, alternando a sua realização entre os três *campi* da Universidade. Além das comunicações da SEAD, discutiu-se os temas a seguir:

- Edital UFRGS EAD 11;
- Edital nº 06/09 SECAD/MEC;
- Edital nº 01/09/CAPES/MEC;
- Cursos de Especialização a Distância em Informática, Física e Matemática para professores da Educação Básica;
- Inauguração do NAPEAD;
- Inauguração da nova sede do polo de Gramado;

- Destaques do 4º Salão de Graduação e 5º Salão de Educação a Distância;
- Funções do tutor;
- Aquisição de computadores e *softwares* - Edital UFRGS EAD 11;
- Cursos de Especialização em Informática, Física e Matemática a distância (UAB);
- Cursos de Especialização em Gestão Pública, Gestão Municipal e Gestão em Saúde (UAB);
- Cursos de Extensão - Edital SECAD/Rede de Educação para a Diversidade (REDE);
- 5º Salão de Educação a Distância;
- Inauguração do Polo de Apoio Presencial da UFRGS e do NAPEAD;
- Publicações SEAD;
- Sistema Acadêmico da UFRGS - Registro de Tutores e Professores sem vínculo;
- Resolução nº 26/09: orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas da UAB;
- Tutoria em EAD;
- Aprovação dos Cursos de Especialização em Gestão Pública, Gestão Municipal e Gestão em Saúde (UAB);
- Divulgação dos resultados do Edital no 06/2009 – SECAD/MEC;
- Inauguração do Polo da UFRGS em Gramado no dia 07 de julho de 2009;
- Encaminhamento de Analista de Tecnologia da Informação para exercício na SEAD;
- Inclusão na lista ead-I;
- Monitoria Acadêmica na modalidade a Distância;
- Comitê Gestor da Plataforma MOODLE;
- Inauguração do Polo Porto Alegre de EAD e do Núcleo de Apoio Pedagógico à Educação a Distância (NAPEAD), financiados pela Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação e pela CAPES/UAB;
- Comunicações;
- Direito Autoral, Propriedade Intelectual e *Internet*;

- Perspectivas para a criação de cursos especiais e permanentes a distância na UFRGS, com apresentação de coordenadores de cursos a distância.
- Edital UFRGS EAD 12;
- Monitoria EAD de 2010.

O Fórum EAD é um espaço de debate aberto a toda comunidade acadêmica da Universidade engajada com a educação a distância em suas mais diversas aplicações. O Fórum tem como objetivos principais fomentar a EAD e fornecer à SEAD subsídios para o estabelecimento das políticas institucionais.

O 5º Salão de EAD, realizado concomitantemente com o 4º Salão de Graduação, buscou divulgar e discutir o que vem sendo feito na Universidade na Educação a Distância. Os 147 trabalhos foram apresentados nas modalidades relato, pôster e mostra virtual. Os enfoques dos trabalhos abrangeram aspectos pedagógicos e técnicos, o desenvolvimento de materiais para EAD, especialmente objetos de aprendizagem, além de relatos de experiências docentes e discentes, de tutoria e monitoria em EAD.

Houve ampliação do programa de Monitoria Acadêmica de EAD, iniciado em 2008, com 10 vagas, alcançando a oferta de 200 vagas em 2009, beneficiando 190 turmas num conjunto de 88 disciplinas dos cursos de graduação presenciais.

Na área de capacitações, manteve-se o programa de capacitação de alunos, tutores e professores para os cursos a distância tendo sido implementado também um programa de capacitação para a EAD voltado para técnicos, juntamente com a PROGESP, visando a qualificação profissional e de processos, tendo sido acompanhado da realização de seminários internos.

2.7.3 Políticas Institucionais para Cursos de Graduação a Distância e Suas Formas de Operacionalização

A UFRGS oferece sete cursos de graduação a distância, todos dentro dos programas de fomento dessa modalidade do Ministério da Educação, oferecidos como Programas Especiais de Graduação, de acordo com a Resolução nº 37/2006 do CEPE. A política da Instituição para esta área consiste, da mesma forma que para a modalidade presencial, na expansão com preservação da qualidade. A estratégia principal baseia-se na inserção nos programas governamentais para a obtenção de recursos que permitam tal expansão (conforme mostra Quadro 49).

Além dos processos de acompanhamento do Ministério da Educação, todos esses cursos são submetidos à análise da Câmara de Graduação do CEPE, bem como ao acompanhamento da SEAD. Há uma preocupação quanto a sua qualidade pedagógica, de

modo que os Projetos Pedagógicos dos Cursos, as instalações físicas, tanto na sede, como nos polos de apoio presencial e o conjunto de pessoas envolvidas (docentes, tutores e servidores técnico-administrativos) sejam condizentes com o padrão de qualidade da UFRGS. Todos os cursos à distância da UFRGS têm uma ênfase grande nos processos de interação através do uso das tecnologias de informação e comunicação entre professores, tutores e alunos. Há, ainda, um crescente processo de integração institucional desses cursos com o todo da Instituição, de modo que esses alunos disponham dos mesmos direitos dos alunos presenciais quanto ao acesso ao Sistema de Bibliotecas, Restaurante Universitário e outros serviços disponibilizados pela Universidade.

Em 2009, a SEAD, de acordo com Plano de Gestão da UFRGS, envidou esforços junto às Unidades de Ensino para oferecimento de novas edições de cursos existentes e de novos cursos permanentes, demonstrados no Quadro 49.

Quadro 49 - Cursos de Graduação em Andamento

Título do Curso	Coordenador	Unidade/ Instituição Responsável	Nº de Vagas Ofertadas
Graduação em Administração	Marisa Rhoden	Escola de Administração	500
Graduação em Pedagogia - Licenciatura	Rosane Nevado	Faculdade de Educação	555
Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER	Lovois de Andrade Miguel	Faculdade de Ciências Econômicas	612* (+500)
Licenciatura em Artes Visuais	Umbelina Barreto	UFRGS	150
Licenciatura em Ciências Biológicas	João Ito Bergonci	UFRGS	240
Licenciatura em Letras - Inglês	Eunice Polônia	UFRGS	180
Licenciatura em Matemática	Sandra Vielmo	UFSM	60
Licenciatura em Música	Helena Nunes	Instituto de Artes	840
TOTAL			3.637

*As vagas acima referem-se ao da criação do curso, pois tratam-se de cursos com edição única. Contudo, em 2009 o PLAGEDER ofertou mais 500 vagas em um novo processo seletivo.

Fonte: Secretaria de Educação a Distância, 2009.

A seguir apresenta-se a trajetória da educação a distância na UFRGS.

2.7.3.1 Graduação - Bacharelado em Administração

O Curso de Graduação em Administração (Bacharelado), modalidade a distância, é um projeto piloto do Ministério da Educação desenvolvido no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que busca a expansão dos recursos da Universidade Pública para um universo mais amplo de atendimento à sociedade, formando profissionais administradores com competências conceituais, técnicas e humanas, capazes de articular o conhecimento sistematizado com a ação profissional.

Também é objetivo do curso a construção de um contexto organizacional eficaz e a sua transformação em oportunidades empreendedoras, mediante a utilização da tecnologia de educação a distância. Ofertando 500 vagas, o curso iniciou em 07 de outubro de 2006 com alunos aprovados em processo seletivo realizado em julho de 2006.

Atualmente atende a 359 alunos, distribuídos em 10 polos de apoio presencial: Bagé, Caxias do Sul, Ijuí, Lajeado, Osório, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria e São Leopoldo.

2.7.3.2 Graduação - Licenciatura em Pedagogia

O Curso de Graduação de Licenciatura em Pedagogia, modalidade a distância, é um projeto especial desenvolvido no âmbito do Programa Pró-Licenciatura 1, que visa à formação de professores em exercício na rede pública de ensino do Estado do Rio Grande do Sul.

Ofertou 555 vagas através de processos seletivos realizados em maio de 2006 e março de 2007. A primeira turma iniciou em agosto de 2006 e a segunda em abril de 2007. Atualmente atende a 329 professores leigos e em efetivo exercício na rede pública de ensino e conta com polos localizados em cinco municípios: Alvorada, Gravataí, São Leopoldo, Sapiranga e Três Cachoeiras.

2.7.3.3 Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER

A oferta do curso de graduação tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, modalidade a distância, teve sua origem no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS.

O primeiro processo seletivo foi realizado em setembro de 2007 com 612 vagas. O segundo processo seletivo ocorreu em 2009, oferecendo 500 novas vagas. Atualmente possui 349 alunos matriculados restantes da primeira edição, além dos 500 ingressantes em 2010/1, distribuídos em 13 polos de apoio presencial, todos no Rio Grande do Sul.

2.7.3.4 Graduação - Licenciatura em Música

Integrante do Programa Pró-Licenciatura, o curso tem como objetivo geral a melhoria da qualidade do ensino musical nas escolas públicas brasileiras, por intermédio da ampliação das possibilidades de formação de seus professores.

As atividades do curso, que oferece 840 vagas, começaram em 2008/1 (Pro-Licenciatura 2). O processo seletivo, realizado em etapas, ocorreu nos meses de julho e agosto de 2007.

Em 2008, o curso ofereceu 840 vagas para candidatos dos estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Espírito Santo e Roraima. Este curso atende hoje 469 alunos, distribuídos em 9 Polos de Apoio Presencial nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia e Rondônia.

2.7.3.5 Graduação - Licenciaturas em Artes Visuais, Ciências Biológicas, Letras - Inglês e Matemática

As Licenciaturas em Artes Visuais, Ciências Biológicas, Letras (Inglês) e Matemática, modalidade a distância, estão sendo desenvolvidas em parceria com a Rede Gaúcha de Educação Superior a Distância (REGESD). A Rede ainda oferece os cursos de Licenciatura em Geografia e Licenciatura em Letras - Espanhol.

A UFRGS participa da REGESD, juntamente com a Universidade Federal de Santa Maria, a Universidade Federal de Pelotas, a Universidade Federal do Rio Grande, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense, a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, a Universidade de Caxias do Sul e a Universidade de Santa Cruz do Sul.

É de responsabilidade da UFRGS a diplomação dos alunos pertencentes aos cursos e polos a seguir: Artes Visuais, com polos situados em Gramado, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, São Leopoldo; Ciências Biológicas, nos polos de Imbé, Porto Alegre e Rio Grande; Letras (Inglês), nos polos de Gramado, Porto Alegre, Santa Maria, Santana do Livramento, Santo Antônio da Patrulha e São Leopoldo; Matemática, no polo de Porto Alegre.

2.7.3.6 Indicadores da EAD no Ensino de Graduação

Quadro 50 - Nº de Alunos Matriculados em Cursos de Graduação Ministrados a Distância, 2006-2009

Ano	Nº de Alunos Matriculados em Cursos de Graduação Ministrados a Distância
2006	914
2007	2.315
2008	2.070
2009	2.340
TOTAL	7.635

Fonte: Relatório de Gestão da UFRGS 2006-2009.

Quadro 51 - Nº de Disciplinas de Graduação Ministradas a Distância, 2006-2009

Ano	Nº de Disciplinas de Graduação Ministradas a Distância
2006	596
2007	597
2008	1.450
2009	1.118
TOTAL	3.761

Fonte: Relatório de Gestão da UFRGS 2006-2009.

Quadro 52 - Nº de Alunos Matriculados em Disciplinas de Graduação Ministradas a Distância, 2006-2009

Ano	Nº de Alunos Matriculados em Disciplinas de Graduação Ministradas a Distância
2006*	16.141
2007	17.554
2008**	41.494
2009	18.072*
TOTAL	93.261

* Cada aluno pode estar matriculado em mais de uma disciplina.

**Em 2008 além de disciplinas, o Relatório de Gestão passou a contabilizar turmas.

Fonte: Relatório de Gestão da UFRGS 2006-2009.

2.7.4 Políticas institucionais para Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu e stricto Sensu*, na Modalidade a Distância, e suas Formas de Operacionalização

Já há uma tradição de oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* a distância na UFRGS, os quais foram, inclusive, modelo para a constituição dos referenciais de qualidade para a EAD. A política de oferta de cursos de especialização a distância guarda uma coerência absoluta com a política de oferta de cursos presenciais. A política de criação desses cursos tem dupla matriz. Ela é fruto do planejamento das unidades acadêmicas e centros interdisciplinares em sua relação com a comunidade, de forma a atender demandas de formação em diversas áreas, bem como do planejamento geral da Universidade, em consonância com a política nacional de educação a distância e de formação continuada, principalmente em conjunto com o Ministério da Educação, como também com os Ministérios da Saúde e do Planejamento, Orçamento e Gestão. Os cursos ofertados contam com estruturas e propostas pedagógicas condizentes com o nível de exigência de qualidade característica da UFRGS, tendo como característica essencial, a rica interação dos alunos entre si, com os tutores e professores (conforme mostra os Quadros 53 e 54).

Quadro 53 - Cursos de Especialização em Andamento

Título	Unidade	Vagas
Escola de Gestão Escolar	CINTED	700
Física para Educação Básica	Instituto de Física	180
Informática Instrumental para educação Básica	Instituto de Informática	150
Informática na educação – 5ª edição	CINTED	40
Matemática, Mídias Digitais e Didáticas para a Educação Básica	Instituto de Matemática	210
Mídia na Educação: ciclo avançado	CINTED	400
Negociação Coletiva	Escola de Administração	600
Negócios Financeiros	Escola de Administração	414
Tutoria em Educação a Distância	FACED	65
TOTAL		2.759

Fonte: Secretaria de Educação a Distância, 2009.

Quadro 54 - Cursos de Especialização Concluídos, 2009

Título	Unidade	Vagas
Capacitação de Técnicos - NTEs Região Sul	Instituto de Matemática	174
Escola de Gestores	CINTED	405
Tecnologias da Informação e da Comunicação na Promoção da Aprendizagem	Instituto de Matemática	300
TOTAL		1.179

Fonte: Secretaria de Educação a Distância, 2009.

2.7.4.1 Indicadores da EAD no Ensino de Pós-Graduação

Quadro 55 - N° de Cursos de Pós-Graduação, Especialização Ministrados a Distância

Ano	N° de Cursos de Pós-Graduação
2006	2
2007	5
2008	10
2009	17
TOTAL	34

Fonte: Relatório de Gestão da UFRGS 2006-2009.

Quadro 56 - N° de Alunos Matriculados em Cursos de Pós-Graduação

Ano	N° de Alunos Matriculados
2005	800
2006	670
2007	1.514
2008	2.061
2009	2.067
TOTAL	7.112

Fonte: Relatório de Gestão da UFRGS, 2005-2009.

Quadro 57 - N° de Disciplinas de Pós-Graduação, Especialização

Ano	N° de Disciplinas de Pós-Graduação
2006	39
2007	26
2008	188
2009	226
TOTAL	479

Fonte: Relatório de Gestão da UFRGS 2006-2009.

Quadro 58 - N° de Alunos Matriculados em Disciplinas de Pós-Graduação, Especialização Ministradas a Distância

Ano	N° de Alunos Matriculados em Disciplinas de Pós-Graduação
2005	800
2006	405
2007	1.514
2008	2.713
2009	2.067
TOTAL	7.499

* Cada aluno pode estar matriculado em mais de uma disciplina.
Fonte: Relatório de Gestão da UFRGS 2005-2009.

Quadro 59 - N° de Disciplinas de Pós-Graduação, Doutorado/Mestrado ministradas a Distância

Ano	N° de Disciplinas de Pós-Graduação
2009	531 disciplinas/turmas*
TOTAL	531

* Esse número se refere a Turmas, ou seja, se uma determinada disciplina, com quatro turmas (A, B, C e D) teve três turmas a distância, computaram três (3) turmas, e não 1 (uma) – que seria a disciplina.

Fonte: Relatório de Gestão da UFRGS, 2009.

Quadro 60 - N° de Alunos Matriculados em Disciplinas de Pós-Graduação Doutorado/Mestrado Ministradas a Distância

Ano	N° de Alunos Matriculados em Disciplinas de Pós-Graduação
2009	4.416*
TOTAL	4.416

* Cada aluno pode estar matriculado em mais de uma disciplina.

Fonte: Relatório de Gestão da UFRGS, 2009.

2.7.5 Indicadores da EAD na Extensão

Quadro 61 - N° de Cursos de Extensão Ministrados a Distância

Ano	N° de Cursos de Extensão
2006	3
2007	5
2008	63
2009	30
TOTAL	101

Fonte: Relatório de Gestão da UFRGS, 2006-2009.

Quadro 62 - N° de Alunos Matriculados em Cursos de Extensão ministrados a Distância

Ano	N° de Alunos Matriculados em Cursos de Extensão
2005	514
2006	50
2007	260
2008	2.063
2009	1.566
TOTAL	4.453

Fonte: Relatório de Gestão da UFRGS, 2005-2009.

2.7.6 Indicadores da EAD na Pesquisa

Foram cadastrados na SEAD quatro Núcleos de Estudos, conforme apresentado a seguir.

Quadro 63 - Núcleos de Estudos

NÚCLEO	COORDENADOR	UNIDADE
Núcleo de Desenvolvimento de Produtos	Maurício Moreira e Silva Bernardes	Faculdade de Arquitetura
Núcleo EAD/IEPE/FCE	Lovois A. Miguel	Faculdade de Ciências Econômicas
Núcleo de Tecnologia Digital aplicada à Educação (NUTED)	Patricia Alejandra Behar	Faculdade de Educação
INFOTEC – Núcleo de Pesquisa em Informação, Tecnologias e Práticas Sociais	Ida R. C. Stumpf	Instituto de Informática
Projeto OBAA	Rosa Vicari	CINTED
Núcleo de <i>Design</i> de Superfície (NDS)	Evelise Anicet Ruthschilling	Instituto de Artes

Fonte: Secretaria de Educação a Distância, 2009.

2.7.7 Ampliação da EAD na UFRGS

A partir de 2008, a UFRGS, com base nas metas e ações institucionais estabelecidas no Plano de Gestão do Reitorado 2004-2008, aderiu ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Almejando a qualificação da graduação, a redução da evasão e a renovação pedagógica, o projeto de participação encaminhado pela Universidade previu a expansão dos laboratórios de informática nas Unidades Acadêmicas, a criação de bolsa de monitoria para o uso de tecnologias EAD em disciplinas presenciais e a integração, em 50% das disciplinas/turmas dos Cursos de Graduação da UFRGS, às tecnologias para educação a distância. O número de disciplinas de graduação na UFRGS é de 3.320, portanto, as metas a serem atingidas até 2012 abrangem 1.660 disciplinas. Este total está dividido em três grupos, correspondendo a diferentes níveis de integração das tecnologias para EAD:

1) Grupo A - com 249 disciplinas na modalidade EAD (15%): são disciplinas a serem ofertadas totalmente na modalidade a distância, o que significa intenso uso de ambiente virtual de aprendizagem, tanto para comunicação síncrona e assíncrona com os alunos, como para disponibilização de materiais didáticos interativos. A oferta destas disciplinas pressupõe não só a pesquisa e organização de materiais didáticos interativos já disponíveis e de domínio público, mas também a produção de material original.

2) Grupo B - com 581 disciplinas com monitoria na modalidade EAD (35%): são disciplinas presenciais que além de integrarem um ambiente de aprendizagem como espaço para organização de materiais didáticos, vão ofertar um sistema de monitoria na modalidade EAD. Isto pressupõe o uso de recursos para comunicação síncrona e assíncrona entre

monitores e alunos, de forma regular e intensiva. A oferta deste sistema de monitoria também pressupõe a pesquisa e organização de materiais didáticos interativos já disponíveis e de domínio público, a serem disponibilizados no ambiente virtual de aprendizagem.

3) Grupo C - com 913 disciplinas fazendo uso de tecnologias para EAD (50%): são disciplinas presenciais que vão integrar um ambiente virtual de aprendizagem como espaço para organização de materiais didáticos e para eventual comunicação extraclasse com os alunos (possivelmente o ambiente *MOODLE*).

A partir da aquisição de microcomputadores e outros equipamentos para ampliar os laboratórios de informática das Unidades, da contratação de pessoal docente e técnico e da criação da nova modalidade de monitoria, está se dando a implantação dos três grupos de disciplinas como exposto a seguir.

Quadro 64 - Grupos de Disciplinas, 2008-2012

Nº de Disciplinas	2008	2009	2010	2011	2012
Nº de Disciplinas na modalidade EAD (A)	70	100	140	190	249
Nº de Disciplinas com monitoria EAD (B)	58	116	232	407	581
Nº de Disciplinas fazendo uso de tecnologias EAD (C)	83	166	332	581	830

Fonte: Projeto REUNI, 2008.

As ações previstas no projeto de ampliação da EAD na UFRGS estiveram em processo de consolidação em 2009. As metas principais (oferta de bolsas de monitoria a distância e capacitação de bolsistas e docentes para utilização de AVAs) foram atingidas.

2.7.8 Avaliação da Dimensão

O Quadro 65 apresenta, de modo sucinto, a avaliação da Dimensão EAD.

Quadro 65 - Avaliação da Dimensão EAD

Resultados Alcançados		Recomendações
Fragilidades	Potencialidades	
Falta de regulamentação de rotinas e procedimentos relativos aos cursos a distância; Falta de regulamentação da função de tutor; Necessidade de caracterizar e normatizar o trabalho docente em EAD.	Conscientização e apoio da Administração central para que as soluções sejam encaminhadas.	Normatizar internamente os procedimentos que regulam a EAD na UFRGS; Consolidar o papel da SEAD como instância coordenadora e articuladora das ações de EAD.
Oferta de cursos de graduação de caráter temporário (por projetos, de edição única).	Políticas públicas federais favoráveis ao desenvolvimento da modalidade de EAD; Interesse da Universidade nas ações envolvendo a modalidade EAD; Existência de polos já constituídos no interior do Estado; Experiências anteriores com cursos de pequeno a grande porte.	Oferecer cursos de graduação e pós-graduação a distância em caráter permanente; Buscar aporte de recursos orçamentários para dar sustentabilidade a Educação a Distância ao longo do tempo, sem que as ações fiquem limitadas a financiamentos via projetos (institucionalização).
Escassez de espaço físico para instalação/ampliação de laboratórios de informática.		Investir na melhoria e manutenção dos laboratórios de informática e nas estruturas existentes nos polos presenciais.
Dificuldades de comunicação com a comunidade interna e externa.	Interesse dos alunos em participar de ações a distância; Aceitação dos alunos da modalidade EAD nas ações de pesquisa e de extensão.	Criar mecanismos de divulgação das ações/atividades de EAD; Investimento na realização de fóruns de discussão e eventos que promovam a EAD na UFRGS e na sociedade externa.
Necessidade de maior suporte para ambientes virtuais de aprendizagem institucionalizados e para ações inovadoras.		Incrementar e otimizar os ambientes virtuais de aprendizagem.
Necessidade de qualificação da EAD.	Qualificação docente.	Desenvolver mecanismos de avaliação e acompanhamento de alunos, egressos, cursos e docentes de EAD; Estabelecimento de uma política de qualificação/atualização permanente e contínua para docentes, servidores técnico-administrativos e tutores.
Ausência de dados sistematizados referentes às ações de EAD.		Implantar um banco de dados integrado para gerenciamento de informações sobre ações de EAD na UFRGS.
Pouca integração entre alunos presenciais e a distância.		Promover maior integração dos alunos presenciais e a distância.

3 A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

O desenvolvimento de ações que possuem a base conceitual da responsabilidade social, aqui compreendida como toda e qualquer atividade de cunho social, ambiental ou outra que demonstre o comprometimento e os resultados da Instituição em pauta para com a sociedade que lhe abriga, são amplamente desenvolvidas na UFRGS sendo histórica e inerente ao seu papel de Universidade Pública.

3.1 COERÊNCIA DAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL COM AS POLÍTICAS CONSTANTES DOS DOCUMENTOS OFICIAIS

A UFRGS está comprometida com a expansão e a inclusão, abrindo oportunidades de participação para a sociedade em geral e, particularmente, para segmentos antes ausentes. Com a expansão de sua graduação e pela inclusão através das políticas afirmativas, a UFRGS está ampliando ações de responsabilidade social.

É reconhecida por contribuir para o bem comum, com o conhecimento que produz, estabelecendo interações com o seu entorno, atuando no campo social de forma a evidenciar a dimensão da cidadania no processo de formação acadêmica.

As ações, programas e projetos que desenvolve sob preceito da responsabilidade social estão integrados as suas atividades regulares e voltados tanto a seu público interno quanto externo. Cada um desses programas, projetos e ações são pautados por regimentos específicos que passaram pelos trâmites e procedimentos normativos legais internos à UFRGS, sempre balizadas pelos Planos de Gestão dos diferentes reitorados.

3.2 RELAÇÕES DA IES COM A SOCIEDADE, SETOR PÚBLICO, SETOR PRIVADO E MERCADO DE TRABALHO

As relações da UFRGS com diferentes setores da sociedade têm sido ampliadas devido às demandas recíprocas, as quais resultam em parcerias que proporcionam:

- a) estreitamento das relações com as instâncias governamentais responsáveis pelas políticas e condução do ensino fundamental e médio, no sentido de colaborar para o aperfeiçoamento da formação de professores;
- b) ampliação da integração com outras IES, na qualificação de seus docentes;
- c) colaboração com instituições públicas e privadas na realização de ações e de projetos que visem o desenvolvimento regional;
- d) contribuição com o Estado e o setor empresarial brasileiro, para o desenvolvimento de tecnologia nacional e inovação de produtos e processos.

3.2.1 Protocolos, Convênios e Contratos

Essas relações se dão através de Termos de Cooperação, entendidos como documentos que formalizam atividades de cooperação entre a UFRGS e outras instituições públicas ou privadas, nacionais e internacionais. Esses Termos de Cooperação podem ser Protocolos de Intenções, Convênios e Contratos.

Os Protocolos de Intenções são de natureza gerativa e prévia, caracterizada pela ausência do rigor formal e propõem atividades futuras a serem formalizadas através de Convênios e/ou Contratos.

O Convênio é um acordo de cooperação firmado entre duas instituições públicas ou privadas visando a realização de um trabalho conjunto.

O Contrato de Prestação de Serviços cria obrigações e direitos recíprocos devendo estabelecer clareza e precisão para sua execução.

A listagem dos convênios, contratos e protocolos da UFRGS no ano de 2009 pode ser visualizada nos Quadros 66 a 68.

Quadro 66 - Convênios de Setores da UFRGS com Instituições Externas e Quantidades, 2009

Setor	Instituição Externa	Quantidade
AD. CENTRAL	GOVERNO MUNICIPAL	0
UNIDADES	GOVERNO MUNICIPAL	8
AD. CENTRAL	GOVERNO FEDERAL	9
UNIDADES	GOVERNO FEDERAL	27
AD. CENTRAL	OUTROS	3
UNIDADES	OUTROS	20
AD. CENTRAL	EMPRESA PRIVADA	4
UNIDADES	EMPRESA PRIVADA	9
AD. CENTRAL	GOVERNO DO ESTADO RS	0
UNIDADES	GOVERNO DO ESTADO RS	2
AD. CENTRAL	INTERNACIONAL	0
UNIDADES	INTERNACIONAL	3
AD. CENTRAL	IFEBRA*	0
UNIDADES	IFEBRA	3
	TOTAL	88

* IFEBRA - Instituição de Ensino Brasileira.

Fonte: Setor de Convênios do Gabinete do Reitor, 2009.

Quadro 67 - Contratos de Setores da UFRGS com Instituições Externas, 2009

Setor	Instituição Externa	Quantidade
AD. CENTRAL	IFEBRA	0
UNIDADES	IFEBRA	0
AD. CENTRAL	GOVERNO FEDERAL	0
UNIDADES	GOVERNO FEDERAL	3
AD. CENTRAL	OUTROS	8
UNIDADES	OUTROS	9
AD. CENTRAL	GOVERNO DO ESTADO RS	0
UNIDADES	GOVERNO ESTADO RS	3
AD. CENTRAL	GOVERNO MUNICIPAL	1
UNIDADES	GOVERNO MUNICIPAL	2
	TOTAL	26

* IFEBRA- Instituição de Ensino Brasileira.

Fonte: Setor de Convênios do Gabinete do Reitor, 2009

Quadro 68 - Protocolos de Setores da UFRGS com Instituições Externas, 2009

Setor	Instituição Externa	Quantidade
AD. CENTRAL	IFEBRA	1
UNIDADES	IFEBRA	3
AD. CENTRAL	INTERNACIONAL	1
UNIDADES	INTERNACIONAL	16
AD. CENTRAL	GOVERNO ESTADO RS	2
UNIDADES	GOVERNO ESTADO RS	7
AD. CENTRAL	OUTROS	0
UNIDADES	OUTROS	11
AD. CENTRAL	EMPRESA PRIVADA	0
UNIDADES	EMPRESA PRIVADA	5
AD. CENTRAL	GOVERNO FEDERAL	2
UNIDADES	GOVERNO FEDERAL	2
AD. CENTRAL	MUNICÍPIO POA	0
UNIDADES	MUNICÍPIO POA	1
	TOTAL	51

* IFEBRA-Instituição de Ensino Brasileira.

Fonte: Setor de Convênios do Gabinete do Reitor, 2009

Esse conjunto de 165 Protocolos, Convênios e Contratos, com os governos municipal, estadual e federal, instituições brasileiras e estrangeiras de ensino e empresas privadas, mostra a diversidade de relações mantidas pela Universidade.

3.2.2 Secretaria de Relações Internacionais (RELINTER)

A Secretaria de Relações Internacionais (RELINTER) tem como atribuição fomentar, articular e administrar a cooperação da Universidade com outras instituições nacionais ou estrangeiras, assessorar professores e alunos da UFRGS quanto ao estabelecimento de convênios e parcerias e coordenar as ações de internacionalização da UFRGS.

Entre suas atividades destacam-se: gestão dos programas de mobilidade para alunos de graduação (Erasmus Mundus, Escala AUGM, Santander Luso-brasileiro, Santander UAM, Universidade de Ciências da Comunicação da China e Tübingen); atendimento aos alunos estrangeiros, organizando a recepção e acolhimento aos mesmos (PEC-G e PEC-PG). Para tanto, mantém um quadro de estagiários da UFRGS que atuam no atendimento das demandas dos alunos recém chegados.

A Secretaria gerencia as parcerias com Universidades estrangeiras (Grupo Tordesillas, Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras, Grupo Montevideu, OUI, entre outros), assessora o Reitor na Presidência da Comissão de Relações Internacionais da ANDIFES e, a partir de 2009, gerencia os programas *Amigo Internacional* e *Intercâmbio em Casa* para estimular a comunidade no acolhimento dos estudantes oriundos de outros países, a fim de facilitar sua integração à comunidade local e acadêmica.

Nas Figura 3 e 4 estão registrados alguns indicadores de mobilidade discente e acordos internacionais firmados nos últimos anos.

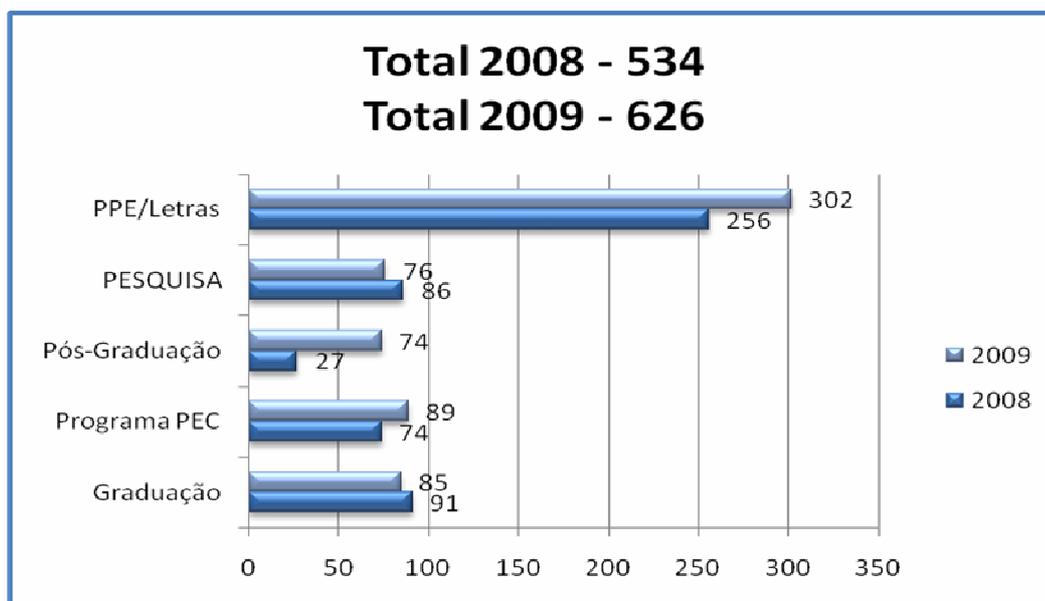


Figura 3 - Alunos estrangeiros participantes de Acordos Internacionais, segundo Setor Receptor.

Fonte: Secretaria de Relações Internacionais, 2008-2009.

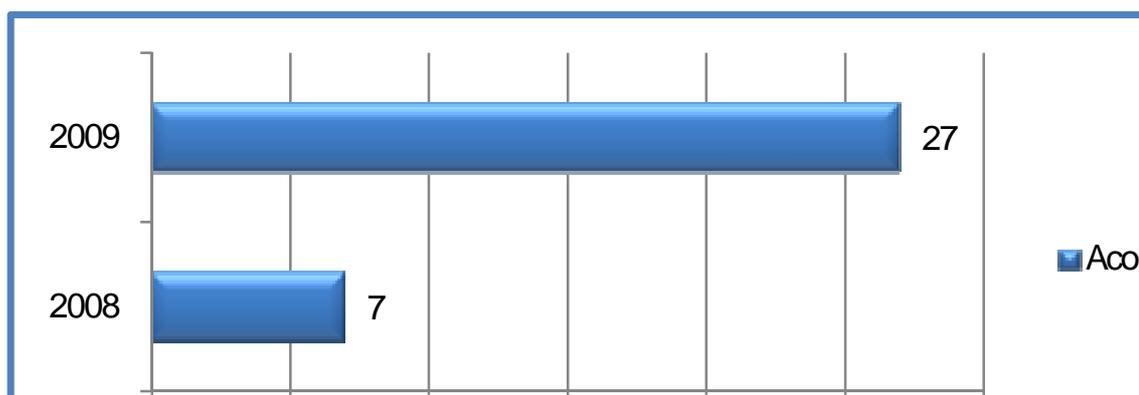


Figura 4 - Acordos de Cooperação Firmados
 Fonte: Secretaria de Relações Internacionais, 2008-2009.

3.3 RELAÇÕES DA IES COM A SOCIEDADE: INCLUSÃO SOCIAL

3.3.1 A Responsabilidade Social nas Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão

3.3.1.1 Responsabilidade Social no Ensino

a) Programa de Ações Afirmativas

A oferta de ensino gratuito, de graduação e pós-graduação, é a primeira expressão do compromisso da Universidade com a sociedade, propiciando ingresso a candidatos de qualquer estrato social, desde que cumpridos os requisitos de seleção, via vestibular. A partir do vestibular de 2008, foi implantado o *Programa de Ações Afirmativas*.

Este Programa foi aprovado pelo Conselho Universitário, em 2007, por meio da Decisão nº 134/2007, que reserva 30% das vagas do Concurso Vestibular (CV) para candidatos egressos de escola pública, dos quais a metade autodeclarados afrodescendentes. Outra ação assegura o ingresso de alunos indígenas, por meio de seleção específica. Para tanto, foram criadas comissões para dar apoio e facilitar a permanência desses alunos na Universidade. A Universidade cumpre, assim, seu compromisso com a inclusão de segmentos desfavorecidos da sociedade brasileira.

Estudo recente, realizado a partir dos dados socioeconômicos dos candidatos ao Concurso Vestibular, conclui que o programa de reserva de vagas não incidiu em mudanças na proporção de candidatos inscritos egressos de escolas públicas, mas aumentou significativamente no segmento de candidatos autodeclarados afrodescendentes. As proporções foram 9,41 (2007), 11,11 (2008) e 11,73 (2009).

Quanto aos classificados no CV, desde que foi implantada o sistema de cotas, houve aumento na taxa de classificados egressos de escolas públicas, respectivamente 9,05% (2007), 15,51% (2008) e 15,92%(2009). Os resultados relativos à taxa de classificação de

egressos de escola pública e autodeclarados afrodescendentes foram 3,27% (2007), 11,03% (2008) e 9,79% (2009). Ainda que tenha havido uma pequena redução em 2009 comparativamente a 2008, o aumento nesses dois últimos anos em relação ao ano de 2007, quando foi implantado o Programa, é bastante relevante.

b) Programa de Acessibilidade das Pessoas Portadoras de Deficiência ou Mobilidade reduzida

Inclui estudos e obras de construção de rampas, nivelamento de passeios, adaptação de sanitários para facilitar acesso e uso aos portadores de dificuldades de mobilização.

c) Programa Incluir

O Programa Incluir é um programa desenvolvido pela Secretaria de Ensino Superior/SESu e Secretaria de Educação Especial/SEESP do Ministério de Educação e tem como objetivo apoiar ações que favoreçam a inclusão de pessoas com deficiência.

O programa Incluir visa a garantia da permanência e da participação na UFRGS, de alunos com necessidades educacionais especiais decorrentes de cegueira, baixa visão, mobilidade reduzida, deficiência auditiva, estimulando a eliminação de barreiras pedagógicas, atitudinais, arquitetônicas e de comunicação.

No ano de 2009, o Programa contava com três pontos de atendimento (Biblioteca Setorial da Faculdade de Educação, Biblioteca do Instituto de Psicologia e Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades). Os atendimentos realizados foram os seguintes: fornecimento de materiais em fontes ampliadas e em *Braille*; utilização de lupa eletrônica; leitores virtual e humano; digitalização de textos para leitura no virtual *vision* ou *jaws*; intérprete de Língua Brasileira de Sinais em aulas e eventos da Universidade.

Em 2009 foi aprovado, junto ao MEC, o projeto Implementação da Política de Acessibilidade Plena de pessoas com deficiência na UFRGS que propõe a implementação de uma política de inclusão e acessibilidade e subsídio à instalação de um Núcleo de Acessibilidade.

O Programa Incluir, em parceria com o Departamento de Estudos Especializados da Faculdade de Educação, realizou, em 2009, a Atividade Aberta Inclusão e Acessibilidade para Deficientes Visuais, na qual foi promovida troca de experiências com estudantes franceses com deficiência visual, que estão em atividade de intercâmbio no Brasil sob a responsabilidade da Associação Sol do Sul. Nesse mesmo ano, no dia Internacional da Pessoa com Deficiência, o Programa Incluir, junto com os Conselhos Estadual (COPEDE) e Municipal de Porto Alegre dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COMDEPA) e a FADERS promoveram uma leitura pública da Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, que foi ratificada pelo Brasil em 2008.

Além dessas ações, a UFRGS mantém políticas e ações orientadas à assistência estudantil, fortemente balizadas pela questão da inclusão social do estudante, através da Secretaria de Assistência Estudantil (SAE).

d) PAG – Programa de Apoio à Graduação

Concebido em 2009, no âmbito do Reuni, para implantação em 2010, este Programa tem duas versões: o PAG1 apoiará projetos de estudos sobre retenção e evasão de alunos, selecionados segundo termos de edital publicado em janeiro de 2010. O PAG2 visa a apoiar estudantes da Universidade que necessitam de reforço no ensino-aprendizagem em matemática/cálculo, português, física, química, inglês, produção de textos acadêmicos e científicos, numa iniciativa conjunta da Pró-Reitoria de Graduação e dos Departamentos responsáveis pelas disciplinas incluídas no programa. Ele vai ser desenvolvido por meio de aulas, palestras, oficinas, atividades culturais, oferecidas gratuitamente aos interessados e realizadas aos sábados pela manhã e à tarde, não interferindo no horário regular de atividades discentes.

Serão oferecidas 240 vagas em Cálculo, em cinco turmas, com programas específicos para alunos de cada curso que inclui a disciplina em seu currículo. Em Química, houve o compromisso de atender a 200 alunos, podendo aumentar o número de vagas, se houver aumento da demanda, em Física, serão oferecidas 160 vagas no primeiro semestre e 180, no segundo. Em Inglês, serão disponibilizadas 100 vagas aos sábados de manhã e 100 à tarde. Não havia sido definido, ainda, o número de vagas que será oferecida pela disciplina de Português.

3.3.1.2 Responsabilidade Social na Pesquisa

O detalhamento dessas atividades está disponível em <http://www.ufrgs.br/propesq>, assim como na Dimensão 2.4 deste Relatório.

3.3.1.3 Responsabilidade Social na Extensão

A Universidade tem um foco privilegiado na extensão, com ações dirigidas à inclusão social, desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, atenção a setores sociais excluídos, projetos de ação afirmativa, preservação da memória e do patrimônio culturais, e da produção artística, aliando a formação acadêmica com o atendimento das demandas da comunidade.

As ações são pautadas pelo compromisso da Universidade pública em promover e garantir os valores democráticos de igualdade de direitos, de educação na cidadania e na diversidade sócio-cultural.

No que tange a ações da Universidade relativas à inclusão social, desenvolvimento econômico e social, promoção da cidadania, atenção a setores sociais excluídos e políticas de ação afirmativa, algumas das principais ações desenvolvidas estão presentes na seção Extensão (Pró-Reitoria de Extensão), especialmente no Departamento de Educação e Desenvolvimento Social e no Planetário (ver dimensão 2, seção 2.6).

Relativo à memória cultural, produção artística e patrimônio cultural, sinalizam-se projetos de extensão da Pró-Reitoria que estão presentes nos itens do Departamento de Difusão Cultural e Museu da Universidade, vinculados à Pró-Reitoria de Extensão (ver dimensão 2, seção 2.6), que buscam fortalecer as atividades culturais da e na UFRGS, com acesso gratuito, favorecendo a inclusão social e cultural.

Além destas atividades, são ainda desenvolvidos diversos programas e/ou projetos de extensão, vinculados às Unidades Acadêmicas e demais Órgãos da Administração Central.

Abaixo, a descrição de algumas atividades extensionistas desenvolvidas, que dão visibilidade à Responsabilidade Social da Instituição.

Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SAJU)

Programa permanente de extensão em direitos humanos, cidadania e acesso à justiça, desenvolvido pelos estudantes da Faculdade de Direito. Fundado em 1950 como um projeto do Centro Acadêmico, com a proposta de oferecer à população os meios necessários para litigar perante o Judiciário e oferecer aos estudantes de Direito um espaço de aprendizado.

Em 1997, passou a ser um projeto institucional de extensão da UFRGS, mantendo os princípios norteadores de suas atividades, desde sua fundação: a democracia, o acesso à justiça, à igualdade, à cidadania plena aos segmentos menos favorecidos da população e a efetivação dos direitos humanos fundamentais.

Universidade da Terceira Idade (UNITI)

Tem como objetivo incrementar e manter um laboratório de estudos e pesquisas sobre velhice, envelhecimento e longevidade, visando incentivar a busca de uma reciclagem pessoal e o entendimento pelo idoso do seu papel social na contemporaneidade. Participam do Projeto pessoas de ambos os sexos, com idade a partir dos 60 anos, sem pré-requisito quanto à escolaridade.

Física para o Ensino Médio

Esta ação de extensão (Física para o Ensino Médio I e II) existe na Universidade na modalidade de cursos oferecidos à comunidade desde a década de 1960. Desde então, passou por diversas modificações e há duas décadas está vinculada a disciplinas formativas prático-pedagógicas do curso de licenciatura em Física.

As atividades têm um duplo objetivo:

- a) Propiciar formação prática aos licenciandos;
- b) Oferecer à comunidade cursos diferenciados, desfazendo as dificuldades habituais verificadas no seu aprendizado na maioria das escolas de ensino médio.

As atividades não têm caráter preparatório ao concurso vestibular.

Programa Pró-Cálculo

Oferece aos alunos da Universidade oportunidades diferenciadas de contato com os conteúdos de cálculo, buscando estimular e aprofundar seu aprendizado, bem como despertar e desenvolver atitudes voltadas à aprendizagem e não só à aprovação.

As ações propostas nesse Programa buscam a ocupação plena e com qualidade das vagas disponíveis, minimizando as taxas de reprovação nas disciplinas de cálculo.

O Programa desenvolve-se em quatro atividades:

- a) Ações Preparatórias: curso de Pré-Cálculo destinado aos alunos que ainda não cursaram alguma disciplina de cálculo, visando facilitar o aprendizado de Matemática de nível superior.
- b) Ações Terapêuticas: visam atender aos alunos com mais de duas matrículas e reprovação na mesma disciplina de cálculo.
- c) Ações Exploratórias: dirigidas aos alunos que buscam um conhecimento mais abrangente e aprofundado do Cálculo, proporcionando contato com assuntos avançados que não são desenvolvidos usualmente em sala de aula.
- d) Ações Diagnósticas: pretende construir um conhecimento sistematizado sobre as necessidades/dificuldades dos alunos, visando o aprimoramento das abordagens no ensino do cálculo.

Projeto Proteger

Oferece atendimento para vítimas de violência, suas famílias e agressores, além de treinamentos, oficinas e cursos sobre o manejo de casos de violência, assessorando

entidades na formulação de políticas para atendimento de crianças e adolescentes vitimizados.

O projeto atende à demanda de diversas entidades que necessitam deste tipo de atendimento ambulatorial para sua clientela: escolas, conselhos tutelares, varas judiciais criminais, de família, de infância & juventude, programas públicos de assistência social, etc.

Ações desenvolvidas de forma sistemática:

- Avaliações, perícias e assessorias para órgãos públicos (escolas, prefeituras, secretarias municipais de saúde ou educação, conselhos tutelares, varas judiciais, promotorias, etc.).
- Assessoramento, coletivo e individual, às equipes de escolas e outras instituições, nos aspectos pedagógicos, médico e interdisciplinar.
- Ciclo de seminários internos sobre violência e seu manejo ambulatorial e interinstitucional.
- Atendimento ambulatorial a pacientes e familiares, visitas domiciliares e assessorias a professores e técnicos, e incorporação de alunos estagiários no atendimento à população alvo.

Programa de Atendimento Psicológico para Vítimas de Abuso Sexual

O Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua (CEP-RUA) é um programa de atendimento psicológico gratuito para meninas e meninos vítimas de violência sexual e seus cuidadores não-abusivos, em programa comunitário sem custo para os participantes. É resultado de um convênio entre o CEP-RUA/Instituto de Psicologia e a Prefeitura de Novo Hamburgo, que oferece apoio à grupos psico-educativos para cuidadores não-abusivos, bem como assessoria e capacitação de profissionais que atuam na área. Acompanha casos na comunidade, em processos jurídicos e sócio-institucionais e remete às instituições que fizeram os encaminhamentos informações sobre o andamento dos casos.

Tem se constituído em espaço de formação de profissionais em Psicologia e de estágios e iniciação científica para estudantes.

Hidroginástica para Portadores de Síndrome de *Down*

Atividade desenvolvida já há 11 anos na Escola de Educação Física, que alia o atendimento a portadores desta síndrome à formação de alunos de graduação, já que este tipo de atividade não é desenvolvida no currículo do curso.

Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) - Atendimento Odontológico Para Pacientes com Necessidades Especiais

Visa a propiciar assistência odontológica especializada a pacientes com necessidades especiais, usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como dar

oportunidade aos acadêmicos e profissionais da odontologia aperfeiçoamento no atendimento a pessoas especiais.

Esta ação encontra-se vinculada ao programa de extensão em Clínicas Especializadas e tem recebido uma crescente demanda de pacientes usuários do SUS. Além disso, possibilitou a integração da instituição formadora - UFRGS - com o serviço de saúde da rede pública.

Manejo da Biodiversidade e Promoção da Agricultura Familiar Sustentável

Este projeto é uma das muitas ações dentro de um programa mais extenso do Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural da Mata Atlântica, DESMA - grupo de pesquisas multidisciplinar da UFRGS que envolve pesquisadores das ciências sociais e biológicas, e dos parceiros proponentes do projeto que vem trabalhando na perspectiva de desenvolvimento que alie a conservação das áreas de Mata Atlântica com o bem-estar das comunidades que vivem em interação com estes ambientes.

Visa contribuir para a promoção da agricultura familiar sustentável potencializando a cadeia produtiva dos frutos da palmeira juçara. O público alvo são os agricultores familiares que vivem em área de preservação de Mata Atlântica, excluídos da matriz produtiva.

O Núcleo DESMA e a ONG ANAMA tem pautado o debate e a resolução da questão do licenciamento de alguns produtos florestais não-madeiráveis junto à Secretaria do Meio Ambiente do Estado e outras instâncias consultivas e deliberativas.

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

A ação diz respeito à incubação de cooperativas populares e ou grupos associativos que desejem assessoria na organização de seu empreendimento, visando apoiar a organização e implementação de atividades de geração de trabalho e renda.

A assessoria a grupos cooperativos de economia solidária existe já há sete anos na Universidade, e, desde 2006, integra a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, participando de encontros e congressos e das discussões conjuntural e organizacional na definição de políticas públicas para a economia solidária.

Circuito de Produção de Teatralidade em Escolas da Rede Pública da Grande Porto Alegre

Projeto que visa contribuir para a descentralização da produção cultural universitária, possibilitando o encontro entre a produção teatral realizada na UFRGS e alunos da rede pública da Grande Porto Alegre, realizando apresentações de espetáculos teatrais e a promoção de cursos e oficinas de teatro, ministrados por alunos e professores do Departamento de Arte Dramática.

Desta forma, os alunos têm oportunidade de complementar sua formação pelo contato com o público, em apresentações realizadas fora dos espaços do Departamento.

Contribuição da Universidade à Formulação da Política Municipal de Saúde no município de Viamão

Esta atividade objetiva propor diretrizes para a política municipal de saúde a partir de uma amostra das condições de saúde e meio ambiente da população da periferia do município, visando contribuir para a melhoria da qualidade de vida e da atenção básica à saúde da população.

É desenvolvido através de: visitas às comunidades; diagnóstico da situação e da infraestrutura local; preparação do trabalho de campo; administração de palestra e oficinas educativas; coleta e análise de dados primários e secundários; análises laboratoriais (análises físico-química de água, exames bacteriológicos de água de consumo de escolares do ensino fundamental); reuniões com a comunidade para divulgação dos trabalhos e resultados obtidos; relatório técnico para formulação da política pública de educação e de saúde apresentados às Secretarias de Saúde e de Educação do Município.

3.4 RELAÇÕES DA IES COM A SOCIEDADE: DEFESA DO MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O compromisso da UFRGS com a sociedade no que se refere à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural baseia-se em atividades de caráter educativo.

A seguir, alguns órgãos da Administração Central que tratam das relações da IES com a sociedade, no que diz respeito a estas áreas de atuação.

3.4.1 Defesa do Meio Ambiente

A preocupação da UFRGS com o meio ambiente é demonstrada pela criação da Coordenadoria de Gestão Ambiental e concretizada através das ações desenvolvidas, a qual também mantém projeto educativo orientado ao envolvimento de toda a comunidade universitária. Instituiu um Sistema de Certificação Ambiental próprio, permitindo o permanente gerenciamento ambiental da Universidade com uma ferramenta dinâmica, exemplo para estudos de outras universidades e órgãos públicos.

3.4.1.1 Coordenadoria de Gestão Ambiental (CGA)

Criada em 2007 (mas a atuação relativa à questão ambiental data de 1999), esta Coordenadoria tem como diretriz auxiliar e assessorar a administração nas ações de gestão, de modo a considerar a sustentabilidade ambiental. À CGA estão afetas as atividades relacionadas à qualificação de agentes ambientais no espaço da Universidade,

gerenciamento da coleta seletiva de lixo, implantação do Plano de Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde nos espaços geradores desses resíduos e implantação de processo de compostagem para os resíduos orgânicos.

Atua em parceria com diversas instituições, públicas, privadas e organizações da sociedade civil na elaboração e execução das propostas contidas na Política Ambiental da UFRGS.

Realiza, com regularidade, atividades de educação ambiental, voltadas tanto para o público interno como o externo, focalizando os cuidados com o meio ambiente, o consumo consciente e o papel de cada cidadão na construção de um modelo mais sustentável de desenvolvimento. Em 2009 realizou a 7ª edição do Curso para Formação de Agentes Ambientais, totalizando a formação de 193 agentes, desde 2007.

Nas atividades de educação ambiental, são incluídas escolas da rede pública do município de Viamão, vizinhas ao Campus do Vale, integradas no projeto de extensão “As Questões Ambientais – Divulgação de seus Aspectos Científicos e Tecnológicos”, iniciado em 2009, no qual já foram atendidos 140 alunos do 5º ano das escolas envolvidas.

A CGA participou em 2009 nos seguintes eventos: Salão de Extensão da UFRGS; nas datas comemorativas relacionadas ao meio ambiente como Semana Estadual da água; Semana Interamericana de Limpeza e Cidadania; Dia Internacional de Lixo e Cidadania, este sediado na UFRGS, em parceria com a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, 25º; Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental (Recife/PE); III Seminário sobre Tecnologias Limpas e V Fórum Internacional de Produção mais Limpa.

Outra frente de atuação da CGA consiste em mapear as ações de impacto ambiental significativo e, a partir desse diagnóstico, recomendar a execução de ações de minimização desse impacto, como: monitoramento da geração de resíduos químicos, biológicos e radiológicos; promover a coleta seletiva dos resíduos sólidos da instituição e sua destinação correta; buscar o pleno atendimento da legislação ambiental, com o licenciamento de seus *campi*. Atua com associações de catadores e recicladores de resíduos, os quais recebem os resíduos sólidos da UFRGS para a realização de seus trabalhos.

Em 2009, as principais ações foram:

- Continuidade do Projeto de Coleta Seletiva, com a separação dos resíduos recicláveis, atendendo ao Decreto Federal nº 5940/06, destinando estes resíduos a dois galpões de reciclagem e ao DMLU - *Campus* Centro, coletado pelo DMLU - *Campus* Saúde, destinando os resíduos para a Associação de Trabalhadores da Unidade de Triagem do Hospital São Pedro (ATUT) e o *Campus* do Vale encaminhando-os à Usina de Triagem da Vila Pinto;

- Destino dos Resíduos Sólidos de Serviço de Saúde (RSSS), conforme RDC 306/04, à empresa contratada por licitação (ABORGAMA);
- Gerenciamento dos resíduos químicos no Centro de Gestão e Tratamento de Resíduos Químicos (CGTRQ), do Instituto de Química;
- Gerenciamento dos resíduos radiológicos do Serviço de Proteção Radiológica (SPR), para destinação final;
- Encaminhamento para compostagem os resíduos orgânicos de varrição e podas, da FABICO;
- Substituição das luminárias por modelo padrão e encaminhamento das lâmpadas para empresa licenciada para seu tratamento;
- Organização da coleta de pilhas e baterias em todos os *campi* da Universidade;
- Elaboração de Relatórios de Riscos Ambientais para setores da Universidade, identificando riscos existentes nos locais de trabalho e indicando medidas de saneamento técnico e legalmente exigidas, no campo da segurança do trabalho. Destaca-se a atuação do Conselho de Saúde e Ambiente de Trabalho, constituído pelos representantes das Comissões de Saúde e Ambiente de Trabalho (COSAT's), Associação dos Servidores da UFRGS (ASSUFRGS) e Associação de Docentes da UFRGS (ADUFRGS), que contribuiu para medidas de melhoria das condições de trabalho, mediante ações integradas e pró-ativas, resultado de negociações e especial valorização das propostas oriundas da comunidade universitária.

Neste aspecto, foram elaboradas planilhas de impactos e aspectos ambientais; levantamento dos Índices de Risco Ambiental (IRA) em 65 prédios da UFRGS, com início da aplicação das ações recomendadas, - através de um sistema monitorado - para apurar os efeitos na redução no Índice de Impacto Total dos prédios.

Além desses projetos específicos, a instituição atua no reconhecimento do Refúgio da Vida Silvestre (REVIS) do Morro Santana, localizado no *Campus* do Vale, e que irá se tornar a primeira Unidade de Conservação do país sob a responsabilidade de uma IES. Encontra-se em andamento, junto ao IBAMA e a SEMA, a solicitação de registro do REVIS, que será um espaço para pesquisa de flora e fauna, numa área de 321,12 ha.

Ainda, a Biblioteca Central criou um espaço para edições sobre Gestão Ambiental, onde já constam 85 títulos.

O detalhamento de outras intervenções da Coordenadoria, tais como levantamento de riscos ambientais nos espaços da Universidade, uso racional dos recursos naturais como

água e energia, consolidação do refúgio de Vida Silvestre no *Campus* do Vale e no Ceclimar/ Imbé, entre outras, encontram-se disponíveis no site <http://www.ufrgs.br/sga>.

3.4.2 Memória e Patrimônio Cultural

A Universidade possui um importante acervo arquitetônico no centro da cidade de Porto Alegre, na área do *Campus* Centro, composto por 21 prédios localizados em dois quarteirões, construídos em duas etapas distintas.

Esses edifícios e seu entorno constituem valioso conjunto arquitetônico, composto por duas gerações históricas e artísticas de edificações, dos séculos XIX e XX. O primeiro grupo de edificações integra a primeira geração, sendo composto de 11 edifícios construídos entre 1898 e 1928, representativos dos estilos Eclético e “*Art Nouveau*”. O segundo grupo, ou segunda geração, compreende 10 edifícios construídos entre 1951 e 1964, representativos do Movimento Modernista.

Na busca da preservação da memória e do patrimônio cultural, a UFRGS integrou-se ao Programa Nacional de Apoio à Cultura junto ao Ministério da Cultura (PRONAC) e o Programa da Lei de Incentivo à Cultura do Estado do Rio Grande do Sul (LIC), através da sua Secretaria de Patrimônio Histórico.

3.4.2.1 Secretaria de Patrimônio Histórico (SPH)

Em 1999, foi aprovado pelo Ministério da Cultura o projeto da UFRGS “Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural”, com o objetivo primordial da recuperação, revitalização e restauração dos prédios que constituem o conjunto arquitetônico do *Campus* Centro, do prédio da Faculdade de Agronomia no *Campus* do Vale, todos datados do final do século XIX e início do século XX.

Em 2000 foi criada a Secretaria do Patrimônio Histórico (SPH).

Campanhas de arrecadação de contribuições para viabilizar o Projeto tem sido realizadas, buscando a adesão da população, de empresas e de ex-alunos.

Foi instituído desde 1999, o “Dia da Doação”, de realização anual. Entre 2008 e 2009 os valores doados tiveram incremento da ordem de 20%, mas o envolvimento da comunidade e de egressos da universidade não pode ser considerado satisfatório.

Eventos realizados pela Secretaria no ano de 2009:

- Exposição “UFRGS: (in)visíveis lugares serestarficar”, mostra que apresentou a trajetória da Universidade revelada pelas suas edificações em parceria com a equipe do Museu da UFRGS;

- Em comemoração ao Dia do Patrimônio, 17 de agosto, foi realizada uma Exposição de fotografias no Anexo I da Reitoria da UFRGS;

- Entre os dias 13 e 16 de dezembro de 2009, na cidade de Ouro Preto/MG, a SPH esteve presente no I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN);

- Participação das ações de integração dos novos servidores da Universidade, contribuindo na área da Educação Patrimonial;

- Elaboração do Programa Continuado de Educação Patrimonial, o qual foi encaminhado à Pró-Reitoria de Extensão, para execução em 2010.

Algumas obras e/ou atividades realizadas pela Secretaria no ano de 2009:

- Entrega à comunidade do prédio recuperado da Faculdade de Agronomia. Também foram recuperados o Roseiral e Jardim Filogenético, da mesma Faculdade.

- Entregues os Projetos do prédio de Salas de Aula anexo ao Instituto Parobé, o qual atenderá às demandas do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

- Encaminhados os processos de licitação referentes à reforma dos sanitários do prédio da antiga Faculdade de Medicina, visando dar continuidade ao Programa de Acessibilidade Universal; bem como, o projeto arquitetônico e complementar para os prédios do Departamento de Artes Dramáticas do Instituto de Artes.

- Encaminhado o material para licitação referente à subestação transformadora de energia elétrica enterrada, no Campus Centro, que irá atender os prédios da Escola de Engenharia, Faculdade de Ciências Econômicas, Château, Castelinho e Observatório Astronômico.

- Concluídas as obras de fundação em concreto armado e estrutura metálica da fachada técnica do prédio da Faculdade de Direito.

- Continuidade às obras de restauro do prédio da Escola de Engenharia.

- Realizadas as Prestações de Contas Parcial da Escola de Engenharia, do Ex-Instituto de Química, do Instituto Parobé e do Instituto Eletrotécnico, além das Prestações de Contas Parcial e Final da Faculdade de Agronomia.

- Realizados o anteprojeto arquitetônico dos sanitários e do elevador do prédio do Instituto Parobé, bem como o projeto da escada do acesso secundário do prédio da Escola de Engenharia, e o projeto do novo sistema de circulação vertical do prédio do Ex-Instituto de Química para facilitar a acessibilidade;

- Realizados pelo Departamento de Projetos, o complemento do levantamento cadastral e fotográfico do Núcleo Central do Parobé; a conclusão do projeto para aprovação na SMOV/PMPA e conclusão do projeto para a licitação das obras complementares referentes à Praça Elevada no 1º Quarteirão do Campus Centro; a conclusão do anteprojeto do palco cênico do Teatro Qorpo Santo; complemento do levantamento cadastral e fotográfico do subsolo e complemento do projeto arquitetônico para os sanitários do subsolo da antiga Faculdade de Medicina.

As obras concluídas e as intervenções em andamento podem ser acessadas no site <http://www.predios.historicos.ufrgs.br>.

3.4.2.2 Museu

O Museu é responsável pela preservação da memória da Universidade e da cidade de Porto Alegre, sendo depositário de rico acervo de documentos e fotos, disponíveis a pesquisadores, pertencentes ou não aos quadros da UFRGS, e publicizados em exposições e em publicações de divulgação histórica e científica. O Museu realiza exposições temáticas, integrando na sua curadoria e organização, professores, técnicos e estudantes de diversos setores da Universidade, em ações de integração multidisciplinar, cumprindo suas atribuições de investigação, preservação e comunicação. Seu acervo foi fonte de dados para a elaboração do site dos 75 Anos da UFRGS, do livro sobre a História da UFRGS e dos vídeos produzido pela UFRGS TV e do Jornal Zero Hora *on-line*, do número especial do Jornal da UFRGS comemorativo à data.

No resgate da memória da Universidade, destaca-se a exposição *UFRGS (in)visíveis lugares: serestarficar*. Foi implementado, em 2009, em parceria com a UFRGSTV, o projeto *Lugares da Memória – História Oral*, para registro de depoimentos de pessoas que fizeram e fazem a história da Instituição.

Outras exposições realizadas: *Mil Anos dos Judeus na Polônia*, dentro do programa História na UFRGS; *Em Casa no Universo*, comemorativa ao ano internacional da Astronomia; *Pelas Frestas*, imagens produzidas nas oficinas de fotografia digital no Centro Integrado de Atenção Psicossocial do Hospital Psiquiátrico São Pedro, por jovens internos e funcionários da Instituição.

Dois projetos buscaram atrair o público interno da Universidade. O primeiro, *Calouros no Museu*, iniciado no primeiro semestre de 2009 em parceria com as COMGRADs, trouxe alunos das mais diversas áreas para uma primeira visita ao Museu, conhecendo seu espaço, a temática retratada na exposição e as possibilidades de relacionamento com este lugar. O segundo, *Técnicos Administrativos no Museu*, em sua primeira edição no segundo semestre de 2009, recebeu grupo de técnicos da própria PROEXT que visitaram a

exposição, conheceram o acervo disponível na Reserva Técnica e cada um dos setores que compõem o trabalho cotidiano do Museu da UFRGS.

O Museu se integrou à proposta do *Corredor Cultural do Bairro Bom Fim*, concretizando a integração com a comunidade e a preservação da memória de seu entorno próximo. Em 2009, o Museu deu continuidade à assessoria técnica aos museus e acervos das diferentes unidades acadêmicas da UFRGS e consolidou, em parceria com o Curso de Graduação em Museologia, a proposta de uma Rede de Museus da UFRGS. Com este curso, desenvolveu o projeto *Uma noite no Museu*, com a realização de cursos e palestras.

O Museu tem abrigado atividades que respondem a demandas sociais, organizando debates sobre temas como: educação anti-racista, sustentabilidade, diversidade étnica, formação continuada de professores, entre outras. O Museu da UFRGS completou 25 anos no mesmo ano em que a UFRGS comemorou 75 anos. Para marcar essa data, foi montada no saguão da Reitoria, a mostra *Recorte de uma Trajetória*, com fotografias do acervo do Museu. No Quadro 69 está registrada uma síntese das atividades do Museu no ano de 2009 e o público participante e/ou visitante dos eventos realizados.

Quadro 69 - Ações realizadas no Museu da UFRGS

Ações	2009
Exposições	07
Programação paralela	66
Assessoria Técnica	27
Consulta ao acervo	44
Visitantes e público atendido (pessoas)	15.594

Fonte: Museu da UFRGS, 2010.

O Quadro 70 apresenta um resumo da avaliação desta dimensão.

Quadro 70 - Avaliação da Dimensão Responsabilidade Social

Resultados Alcançados		Recomendações
Fragilidades	Potencialidades	
Adesão insatisfatória da comunidade em geral e dos egressos com o programa de resgate.	O trabalho de responsabilidade social da Secretaria do Patrimônio Histórico está diretamente relacionado com a missão desta Secretaria, que é conduzir o Projeto de Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS, o qual desempenha o importante papel na preservação dos prédios históricos desta Universidade e por consequência da comunidade rio-grandense.	Intensificar ações de sensibilização da comunidade e de alunos egressos da UFRGS sobre a importância do Projeto, engajando-os no compromisso com sua finalização.
Dados não sistematizados referentes ao número de pessoas com necessidades	Intervenção da SPH nas edificações históricas, a fim de facilitar o acesso de PPNE, atendendo às exigências	Realizar um censo das pessoas com necessidades especiais.

especiais na Universidade e tipos de necessidades de que são portadoras.	da Lei de Acessibilidade Universal.	Manter as intervenções nos espaços da Universidade, tendo em vista, garantir o acesso aos PNE.
Ausência de moradia para estudantes internacionais limita a mobilidade discente para aqueles alunos que não tem condições de arcar com custos de moradia, geralmente elevados em Porto Alegre.	A construção de uma casa de estudantes internacionais ampliaria a mobilidade no sentido dos estudantes que não podem contar com auxílio financeiro de suas famílias no momento do intercâmbio. Foi criado o programa intercâmbio em casa, para as pessoas que querem receber estudantes dos intercâmbios em sua residência.	Estudar soluções para a moradia de estudante estrangeiro para os programas existentes na Universidade e apressar sua implementação.
Dificuldade no acesso aos dados de internacionalização da universidade devido ao tratamento separado entre os diversos setores administrativos, bem como as unidades.	Os dados são coletados nos setores e unidades da Universidade.	Unificação dos registros sobre alunos de intercâmbio na Universidade. Melhor comunicação entre os setores através da criação de um banco de dados único.
Falta de integração entre as unidades no que diz respeito a informações sobre mobilidade acadêmica e acordos de cooperação.	Foram realizadas visitas as unidades e divulgação do trabalho da RELINTER entre seus diretores e professores.	Promover ações de visibilidade e avaliações periódicas dos resultados do trabalho realizado e dos programas implantados.
Dificuldade na recepção apropriada dos alunos internacionais.	Criação do programa Amigo Internacional, no qual o aluno da UFRGS se cadastra para dar informações e auxiliar o estudante internacional na sua chegada. Treinamento de bolsistas para atuar nos primeiros dias do aluno visitante na cidade, auxiliando na regularização do visto e orientando-o sobre as atividades da universidade.	Prover infraestrutura apropriada com local destinado a atendimento e capacitação regular de bolsistas e alocação de mais funcionários para atender às diversas necessidades dos estudantes estrangeiros.
Carência de informações ao conjunto do corpo docente, sobre encaminhamento de projetos internacionais.	Grande número de docentes com experiência na área e capacitação.	Criação de um setor de projetos para auxiliar nas dúvidas e colaborar no andamento dos projetos. Treinamento de pessoal e disponibilização de infraestrutura.
Insuficiência de funcionários para o volume de trabalho na RELINTER, resultando em bolsistas estagiários com atribuições de funcionários.	Treinamento de bolsistas estagiários SAE e Bolsas REUNI capacitando o aluno da UFRGS para atividades profissionais vinculadas às relações Internacionais.	Ampliação do quadro funcional da RELINTER, com a realização de concursos. Treinamento regular dos estagiários, incorporando essas atividades a sua formação profissional. Supervisão, por docentes e técnicos-administrativos, das atividades dos estagiários.

4 A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

É compromisso da UFRGS, através da sua Secretaria de Comunicação Social (SECOM), garantir o acesso à informação qualificada e diversificada acerca das atividades da Instituição, através da publicação do Jornal da Universidade, da Rádio da Universidade, dos programas produzidos para a Televisão Universitária (UNITV), do fornecimento de conteúdos informativos para a página eletrônica institucional e para a revista eletrônica da Universidade, denominada Agendão UFRGS, e dos serviços de publicidade e relações públicas.

A SECOM também atende às demandas dos veículos de imprensa, rádio, TV e sítios eletrônicos de notícias da *internet*, dando encaminhamento aos pedidos de entrevistas, fotos, imagens e outros, promovendo a aproximação entre as fontes de informação da Universidade e os órgãos de comunicação social. Promove ainda ações de comunicação interna permitindo o fluxo de informações importantes para a comunidade universitária e para toda a sociedade através de *sítes* disponibilizados pelas unidades, departamentos, programas de pós-graduação, laboratórios e/ou outros órgãos da Universidade, além da participação dos docentes, discentes e técnicos administrativos em eventos realizados dentro e fora do País.

Os sistemas de informação também são importantes fontes de divulgação e de comunicação com a comunidade, nos quais a Universidade vem investindo ao longo de vários anos.

4.1 COERÊNCIA DAS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE COM AS POLÍTICAS CONSTANTES DOS DOCUMENTOS OFICIAIS

A SECOM foi implantada em outubro de 2004 como órgão executivo da política de comunicação da Universidade, ligado diretamente ao Gabinete do Reitor. Suas atribuições são estabelecer e executar a política de comunicação da UFRGS, através da qual agiliza os serviços de comunicação existentes na Instituição e cria novos, de acordo com as necessidades. Além disso, facilita a ação dos veículos de comunicação na busca de informações sobre a Universidade, mantém relacionamento com a imprensa, e dá apoio aos eventos científicos, educacionais e culturais que se realizam na Instituição <<http://www.ufrgs.br/comunicacaosocial/index.htm>>.

A coerência entre as ações da comunicação com a sociedade e as políticas para a área constantes nos documentos oficiais, manifesta-se através do compromisso assumido pela Secretaria com o interesse público. A Secretaria recebe, processa e divulga todo o

volume de informações, especialmente de conteúdo jornalístico, que circula pela Universidade. Presta também serviços de divulgação de assuntos de interesse da comunidade acadêmica, utilizando-se dos canais de comunicação constantes de sua estrutura funcional.

A SECOM possui uma meta específica no Plano de Gestão da UFRGS 2008-2012, já que se constitui em atividade essencial para o desenvolvimento de ações internas e externas da universidade. Concretamente, as ações previstas são a renovação e ampliação da estrutura de comunicação social com o objetivo de garantir o acesso de informação qualificada e diversificada acerca das atividades da UFRGS. As metas a serem buscadas são:

- 1) Criação da Agência de Notícias UFRGS;
- 2) Criação de ambientes de comunicação interna institucional;
- 3) Aperfeiçoamento da estrutura de comunicação interna e interinstâncias administrativas da instituição e incremento dos processos de divulgação das ações da universidade.

Para o desenvolvimento de suas atividades, a SECOM está organizada da seguinte forma:

Coordenação

Coordenação política e administrativa das atividades e serviços da Secretaria e representação interna e externa da área de comunicação.

Divisão de Administração

Responsável pelas funções inerentes à administração da Secretaria.

Divisão de Jornalismo

Composto pelo CTE - Centro de Teledifusão Educacional (integrado pela unidade produtora de TV e rádio), jornal, assessoria de imprensa, agência de notícias, portal de notícias, agendão e fotografia. Atua na assessoria de imprensa ao Gabinete do Reitor, às Pró-Reitorias e às Unidades Acadêmicas da UFRGS; assessoria de imprensa para a produção de informações; intermediação de contatos; entrevistas; emissão de notícias e releases; cobertura fotográfica de eventos; confecção do Jornal da Universidade; produção, manutenção e atualização de uma revista eletrônica; manutenção do serviço de radiodifusão; projetos e criação e produção de vídeos e outras publicações.

Divisão de Publicidade e Propaganda

Trabalha com assessoria a projetos de design e produção visual e parcerias, visando projetos de apoio cultural e de publicidade para os veículos impressos; assessorias publicitárias; projetos de criação e produção gráfica; assessoria na área de comunicação gráfica e visual, projetos de computação gráfica, campanhas, peças publicitárias, programação visual, cartazes, folders, folhetos, publicações, peças gráficas e eletrônicas.

Divisão de Relações Públicas

Tem entre suas atribuições o planejamento e produção de ações e eventos vinculados à Administração Central e Unidades Acadêmicas; assessoria à produção de eventos; cerimoniais; produção de instrumentos de comunicação dirigidos aos diversos segmentos da Universidade; atendimento ao público, e-mail institucional para contato e outras atividades pertinentes ao setor, incluindo a distribuição do Jornal da Universidade.

Gráfica

Incorporada à SECOM em 2006, a Gráfica desenvolve seus trabalhos desde 1948, quando ainda era sediada na Faculdade de Direito da UFRGS. Em 1954 transferiu-se para o prédio da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, e em 2005, para o prédio próprio no Campus da Saúde. Tem como objetivo o constante aperfeiçoamento técnico e pessoal, investindo na modernização dos recursos materiais e humanos, a fim de atender de forma eficiente a demanda da Universidade e, quando possível, o restante da comunidade. Entre os serviços prestados, estão a impressão, a editoração, a criação e o acabamento de teses, monografias, provas, trabalhos acadêmicos e livros.

Em 2007, a modernização da SECOM levou em conta a estruturação física e material de suas divisões, com o objetivo de qualificar o ambiente de trabalho para os servidores da Secretaria, ampliando e melhorando o desempenho das atividades que desenvolve. Nesse sentido, foram adquiridas impressoras e computadores, máquinas fotográficas digitais, *laptops* e 04 bancadas de trabalho para a confecção do Jornal. Em 2008 e 2009 novos equipamentos de impressão gráfica, como a CTP – Processadora de Chapas para Gráfica e a plastificadora, foram adquiridos para qualificar os serviços.

As funções da SECOM vêm sendo ampliadas com qualidade, demonstrando um nível de entendimento em sua equipe de que é possível criar e desenvolver ações para o público usuário dos serviços da Universidade, que espera um retorno da Instituição com excelência em suas atividades.

4.2 COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A Universidade vem, ao longo dos últimos anos, modernizando e qualificando seus canais de comunicação e sistemas de informação destinados à comunidade universitária e comunidade em geral.

A transparência dos canais de comunicação faz com que praticamente toda a comunicação interna seja acessada pela comunidade externa, a saber: Página da UFRGS; Agendão UFRGS; Jornal da Universidade; Rádio da Universidade; Clipping; UFRGS TV; Portal de Periódicos Científicos; Catálogo on-line das bibliotecas da UFRGS - SAbi; Repositório Digital da UFRGS (Lume); Salão de Iniciação Científica; Feira de Iniciação Científica e Salão UFRGS Jovem; Salão de Extensão; UFRGS Portas Abertas; Passeios virtuais em 3D; Vídeos institucionais da UFRGS.

Portal da UFRGS

<<http://www.ufrgs.br/ufrgs/>>

O portal da Universidade é fonte importante de informações à comunidade interna e externa, abrangendo as áreas de ensino, pesquisa, extensão, bibliotecas, aluno, servidor e webmail. Possibilita, ainda, a realização de buscas. Divulga, em tempo real, as informações da UFRGS, de interesse interno e externo, relativas a cursos, seminários e outras atividades das diferentes unidades acadêmicas. Em 2008, foi atualizada e modernizada, oferecendo mais facilidades de acesso aos usuários e permitindo navegação rápida e eficiente para a totalidade dos *links* existentes na Universidade. Em 2009 passou a oferecer apresentações da UFRGS em inglês, francês, alemão e espanhol.

Agendão UFRGS

<<http://www.ufrgs.br/comunicacaosocial/agendao/>>

Revista eletrônica que circula semanalmente, com informações sobre lançamentos de livros, espetáculos de música e teatro, exposições, cursos, palestras e outras atividades de caráter cultural organizadas pelos diferentes setores da Universidade.

Jornal da Universidade

<<http://www.ufrgs.br/comunicacaosocial/jornaldauniversidade/>>

Publicado mensalmente, inclui matérias de assuntos diversos. Em 2007, o Jornal da Universidade foi premiado com o segundo lugar pelo troféu Destaque Andifes de Jornalismo das Instituições Federais de Ensino Superior de 2006. Desde 2008 mantém sua periodicidade mensal, editado em 18 páginas, capa, contracapa e páginas centrais em cor e

uma tiragem mensal de 12 mil exemplares. O cadastro de assinantes contém mais de cinco mil endereços no Brasil e exterior.

Rádio da Universidade

<<http://www.ufrgs.br/radio/>>

A UFRGS foi a primeira universidade no Brasil a operar uma estação de radiodifusão. Passados 50 anos de sua existência, firma-se com uma programação de qualidade nas 24h/365 dias do ano e continua fiel à sua proposta original, de irradiar cultura, educação e entretenimento da melhor qualidade, entrevistas, debates e divulgação.

A emissora é referência das rádios universitárias no Brasil; funciona como laboratório de ensino e prática profissional. Nos seus estúdios são ministradas aulas práticas das disciplinas de rádio e jornalismo da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação - FABICO, com a produção de programas e de apresentações ao vivo. Os alunos de jornalismo são o Meio Dia, Motivos de Campo, Entrevista Coletiva e Universidade Aberta. Proporciona o desenvolvimento de projetos de laboratório de estágio em rádio e TV, nos quais os alunos realizam coberturas externas, como no Salão de Iniciação Científica, no Salão de Extensão e na Feira do Livro, além do incentivo para que alunos façam locução de rádio como locutores auxiliares. Possui, ainda, um museu que preserva sua história.

Clipping

<<http://www.clipping.ufrgs.br/>>

Inclui as notícias veiculadas nas diferentes mídias: revista, jornal e TV. Disponível para consulta pública diária e intermediação de entrevistas de integrantes da Administração Central e de professores das Unidades Acadêmicas para jornais de circulação local e nacional.

Unidade Produtora de TV

<<http://www.ufrgs.br/comunicacaosocial/ufrgstv/>>

Inaugurada em setembro de 2005, a Unidade Produtora de TV da UFRGS é um espaço voltado à construção dos programas veiculados na UNITV, canal 15 da NET, e exibidos também pela Rede IFES. Produz vídeos institucionais, com o intuito de divulgar a produção acadêmica científica, artística e cultural, tanto para a comunidade interna como externa da UFRGS.

A UFRGS TV, através de seus programas como o [Conhecendo a UFRGS](#), Pesquisa em Pauta e Multiponto, entre outros, apresenta à comunidade as atividades e os projetos que ocorrem nas diversas Unidades da Instituição. Além de permitir que se conheça um

pouco da história da Universidade, possibilita aos alunos de Comunicação Social colocar em prática o seu conhecimento adquirido durante o curso, aproximando o universitário da realidade de um estúdio de TV. Está localizada no prédio da Rádio da Universidade, no *Campus* Centro e deverá ser instalada em outra área ainda a ser definida.

Outros canais de comunicação e sistemas de informação

Portal de Periódicos Científicos

<<http://www.periodicos.ufrgs.br/>>

Visa incentivar a circulação de conhecimentos na sociedade, divulgando resultados de pesquisas realizadas na Instituição e em outras universidades e institutos de pesquisa, promovendo maior visibilidade e acesso às revistas científicas da Instituição (ver seção 2.4).

Catálogo *online* das bibliotecas da UFRGS

<<http://sabix.ufrgs.br/ALEPH/>>

Reúne o acervo das 33 bibliotecas da UFRGS e possibilita a gerência e controle das transações de empréstimo, renovação, devolução e reserva de documentos. Através do SABI é feito o registro, controle e divulgação da produção intelectual gerada no âmbito da Universidade (ver seção 7.4).

Repositório Digital da UFRGS

<<http://www.lume.ufrgs.br/>>

Portal de acesso às coleções digitais de documentos gerados no âmbito da Universidade e de outros documentos que, por sua área de abrangência e/ou pelo seu caráter histórico, é de interesse da Instituição centralizar sua preservação e difusão (ver seção 7.4).

Salão de Iniciação Científica, Feira de Iniciação Científica e Salão UFRGS Jovem

<<http://www.ufrgs.br/propesq/sic2007/index.htm>>

Eventos realizados anualmente constituem espaço para divulgação, promoção e acompanhamento dos trabalhos de Iniciação Científica desenvolvidos pelos estudantes de graduação e para valorização da pesquisa no âmbito universitário, assim como para a divulgação das atividades de iniciação científico-tecnológica, realizadas por alunos e professores da Educação Básica e Profissional, nas Escolas (ver seção 2.4).

Salão de Extensão

<<http://www.prorext.ufrgs.br/>>

Evento anual que visa mostrar à comunidade interna e externa o que é desenvolvido pela UFRGS em termos de extensão universitária, promovendo a discussão de conceitos relevantes, a mobilização institucional e a valorização dos diversos projetos, em um ambiente de publicização, reflexão e avaliação (ver seção 2.6).

UFRGS Portas Abertas

<<http://www.ufrgs.br/portasabertas/>>

Destaca-se como meio de divulgação externa o projeto Portas Abertas, realizado anualmente. Nesse dia, a comunidade interna da Universidade recebe os interessados em conhecer suas instalações, laboratórios, trabalhos e pesquisas (ver seção 2.2).

Passeios virtuais em 3D

<www.campusvirtual.ufrgs.br>

A comunicação com a comunidade também se dá através da tecnologia de realidade virtual VRML (*Virtual Reality Modeling Language*). O Núcleo de Computação Gráfica da Faculdade de Arquitetura desenvolveu a navegação em 3D em tempo real pelos prédios do Campus Central: "*Campus Central da UFRGS em Realidade Virtual*", iniciada em 2001. Os passeios virtuais permitem observar a riqueza do patrimônio histórico e arquitetônico da Universidade de forma gráfica e interativa. O visitante encontrará também imagens, animações, detalhes sobre a tecnologia empregada e links para diversas páginas da UFRGS.

Vídeo institucional

<http://www.ufrgs.br/ufrgs/a_ufrgs/index.asp>

A Universidade disponibiliza, também, um vídeo institucional, de acesso público.

Livraria Virtual

<<http://www.livraria.ufrgs.br/>>

A Editora da UFRGS conta com uma livraria virtual que visa dar mais visibilidade aos livros editados e facilitar o conhecimento desta produção. É possível comprar livros, acessar ao catálogo, lançamentos, promoções e eventos.

Portais de acesso à comunidade (ver também seção 7.1)

Portal do Servidor

<https://www1.ufrgs.br/PortaisUfrgs/portal_do_servidor/servidor.htm>

Oferece aos docentes e técnicos administrativos informações relativas às várias áreas da Universidade, bem como serviços, quais sejam: acompanhamento de processos,

guia telefônico, acompanhamento de concursos, mural de bolsas, entre outros. Através do Portal os docentes podem, também, apropriar conceitos; consultar relatório de avaliação discente do professor e de suas disciplinas; comunicar-se com os alunos, através de ferramentas de apoio; emitir listas de frequência e de alunos; adotar uma ferramenta de Ensino a Distância (EAD) como apoio para suas aulas, além de acessar o relatório de todas as suas atividades acadêmicas, o qual pode ser usado para progressão funcional, bem como para acompanhamento de suas atividades e atualização de seus dados.

Portal do Aluno

<https://www1.ufrgs.br/PortaisUfrgs/portal_do_aluno/aluno.htm>

Disponibiliza ao estudante o sistema informatizado de avaliação dos docentes, das disciplinas e da infraestrutura. Permite também a realização de auto-avaliação e apresentação de sugestões, além de outros serviços, tais como a consulta aos resultados globais da avaliação das disciplinas que cursou (ver também seção 9.3).

Portal do Egresso

<<http://www.ufrgs.br/ufrgs/Egressos/index.htm>>

Disponibiliza o Censo de Egressos da UFRGS, que permite traçar um perfil dos egressos e identificar suas expectativas com relação à Universidade.

Editora da UFRGS

A Editora da UFRGS é um espaço privilegiado de articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Com a publicação de livros, a Editora não apenas divulga o conhecimento produzido e, por ter caráter multidisciplinar torna-se um espaço ímpar de formação para a comunidade acadêmica.

A Editora, enquanto órgão suplementar da Universidade tem como compromisso institucional a ênfase em um projeto editorial voltado para o ensino de graduação. Busca também o aprimoramento na sistemática de distribuição e divulgação de seu catálogo, o fomento de novos programas editoriais e a ampliação de parcerias.

Nos últimos quatro anos a Editora da UFRGS ultrapassou a meta de 50 novos títulos por ano, preservando sua média e possibilitando a manutenção de mais de 500 títulos em catálogo de vendas. Concomitantemente, a busca do saneamento financeiro e a otimização dos processos produtivos e gerenciais permitiram à Editora galgar sua auto-sustentabilidade.

Em 2005, ampliando e fortalecendo sua política editorial, a Editora da UFRGS criou três novas coleções: Síntese contemporânea, Iniciação Científica (em parceria com a

PROPEAQ) e Série Graduação (em parceria com a PROGRAD). Essas coleções procuram complementar e atualizar o conhecimento nas mais variadas áreas. Além disso, as novas coleções visam divulgar obras relacionadas com estudos e pesquisas universitárias, auxiliando os alunos de graduação e pós-graduação. Neste mesmo ano foi também delineado com mais clareza o perfil científico da produção da Editora da UFRGS, organizando seus títulos a partir de coleções didáticas, abrangendo as diferentes áreas e disciplinas. Para cada coleção foi elaborado um projeto de identidade visual, definindo os critérios de produção editorial tais como: normatização e padronização de procedimentos de produção (detalhamento dos aspectos gráficos e editoriais: formato, tipologia, tipo de papel, etc.).

O ano de 2006 trouxe grandes avanços, tendo em vista que a Editora da UFRGS foi transferida para a nova sede localizada no Campus da Saúde. Foi lançada a Livraria Virtual, que permite a divulgação e venda do acervo de publicações em nível nacional e internacional. Houve a publicação das séries: Graduação, Iniciação Científica, Farmácia e Esportes em parceria com o Ministério da Educação, da Saúde e dos Esportes e/ou com Unidades Acadêmicas da UFRGS.

No exercício de 2007, a Editora da UFRGS participou da XIII Bienal Internacional do Livro, no Rio de Janeiro, no período de 13 a 23 de setembro, quando foram comercializados 220 títulos e 1026 exemplares vendidos. Esteve também presente na 53ª Feira do Livro de Porto Alegre, de 23/10 a 11/11, destacando o lançamento de 35 novos títulos, sendo que 23 com sessão de autógrafos.

Em 2008, repetiu-se a dose: a Editora esteve presente na X Bienal Internacional do Livro, em São Paulo, no período de 14 a 24 de agosto, quando foram comercializados 219 títulos, perfazendo um total de 1138 exemplares vendidos e, como faz todos os anos, esteve presente na 54ª Feira do Livro de Porto Alegre, de 31/10 a 16/11, quando foram realizados 17 novos lançamentos com sessão de autógrafos e comercializados 8.359 exemplares.

Algumas ações continuaram sendo prioridades no ano de 2008, quais sejam: implementação de novos programas editoriais articulados com as Pró-Reitorias de Pesquisa e de Graduação, fortalecimento da produção editorial com a terceirização das duas livrarias físicas, implementação da Livraria Virtual e a organização de lançamentos editoriais. Cumpre, entretanto, salientar a participação da Editora, no ano de 2008, em editais públicos do MEC que visam à aquisição de livros para bibliotecas públicas: a Editora da UFRGS participou e foi contemplada pelo Edital FNDE/ Programa Nacional Biblioteca da Escola para o Ensino Médio, comercializando 24.575 exemplares da obra "Terra Feições Ilustradas",

publicação da própria Editora. Está também participando do Edital FNDE/ Programa Nacional do Livro Didático 2010 com a obra “Mast e o Planeta Azul”, publicada em 2008 em parceria com o Planetário da UFRGS.

O Quadro 71 apresenta alguns indicadores.

Quadro 71 - Editora da UFRGS em Números

	2005	2006	2007	2008
Edições	40 títulos	41 títulos	47 títulos	52 títulos
Reedições	07 títulos	12 títulos	11 títulos	10 títulos
TOTAL	47	53	58	62

Fonte: Editora da UFRGS, 2009

4.3 OUVIDORIA

A criação de ouvidorias em instituições públicas e privadas no Brasil deu-se efetivamente a partir da década de 1980, como um ato de resgate da democracia e de estabelecer um canal de comunicação simples e ágil com o cidadão. As ouvidorias universitárias começaram a ser instaladas na década de 1990, mas o maior número, de fato, deu-se a partir do ano 2000. A partir da regulamentação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, a ouvidoria passou a ser exigida nas universidades, através do instrumento de avaliação institucional.

A instalação da ouvidoria da UFRGS deu-se em 2009, tendo como missão *“dar voz a todos os membros da comunidade interna e externa à instituição, recebendo, encaminhando e providenciando respostas cabíveis e adequadas às suas demandas”*.

Os objetivos da ouvidoria da UFRGS são: ser interlocutora entre a Universidade e a Sociedade; ser canal de comunicação facilitador e agilizador de informações; agir com transparência, integridade e respeito, agilidade e precisão; ter independência e autonomia, buscando a desburocratização e ser fomentadora da participação do cidadão no controle e decisão dos atos praticados pelo gestor público.

Pode-se dizer que a ouvidoria no cumprimento de suas funções é um balizador das avaliações realizadas na e da Universidade, considerando que seus resultados podem trazer outro tipo de informações institucionais de avaliação. Também informa à IES quais são os rumos a serem mantidos e quais devem ser mudados na opinião daqueles que se dispuseram a dialogar com a universidade através da ouvidoria.

Está prevista para funcionamento via sistema informatizado a partir de 2010. Até o momento, o serviço é prestado por telefone e *e-mail*.

4.4 AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO

A UFRGS, como a Universidade de maior referência do Estado, é regularmente mencionada na mídia impressa e falada em temas que se relacionam com as atividades que desenvolve: vestibular, concursos, premiações, divulgação de eventos, informações técnicas, inovações tecnológicas, entre outros. Sua imagem está relacionada, também, à promoção e apoio a eventos de diversas áreas do conhecimento no Estado.

As informações internas e externas à Universidade circulam de forma compatível com a velocidade e a responsabilidade que o tema requer. Para tanto, os canais de comunicação e sistemas de informação atuam de forma ágil e com abrangência plena, alcançando o público interno, o externo, toda a comunidade acadêmica e a sociedade em geral. É compromisso da SECOM atingir esses objetivos de forma responsável e criteriosa, priorizando o atendimento do interesse público. Neste sentido, as fontes de informação, tanto impressas quanto eletrônicas, que utiliza como instrumento para difusão de textos ou publicações de teor acadêmico-científico e/ou de divulgação, contribuem para a imagem pública da Universidade que permanentemente repassa o conhecimento gerado em seu âmbito à comunidade.

Assim como em anos anteriores, em 2009, a UFRGS foi a marca mais lembrada, na categoria ensino superior, na 8ª edição da pesquisa Marcas de Quem Decide, elaborada pelo Jornal do Comércio e a QualiData. O estudo apresenta as marcas mais lembradas e preferidas de empresários, executivos e profissionais do Estado, em 100 categorias de produtos, serviços e empresas.

A Universidade dispõe de uma multiplicidade de canais de comunicação com a sociedade, adequadamente implementados e acompanhados. Existe uma política global de comunicação, estabelecida e executada por um órgão específico da Administração Central, no caso, a Secretaria de Comunicação. Além da excelência em sua atuação, a transparência dos canais de comunicação faz com que praticamente toda a comunicação interna possa ser acessada pela comunidade externa. O Quadro 72 apresenta um resumo da avaliação dessa dimensão.

Quadro 72 - Avaliação da Dimensão Comunicação com a Sociedade

Resultados Alcançados		Recomendações
Fragilidades	Potencialidades	
Digitalização da rádio da UFRGS		Estudos de viabilidade técnica e financeira para a implantação do processo.
Compartilhamento de espaço físico entre UFRGS TV e Rádio da Universidade		Identificação de local adequado para abrigar as instalações da UFRGS TV.
Pouca interação da Universidade com os egressos.		<p>Criar um canal de comunicação com os egressos;</p> <p>Proporcionar maior contato dos egressos com a Universidade mediante a oferta de serviços;</p> <p>Manter os egressos informados acerca de eventos, cursos e outras atividades que a Universidade oferece;</p>

5 AS POLÍTICAS DE PESSOAL E DE CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A área de gestão de pessoas da UFRGS, nos últimos quatro anos, foi ampliada e reestruturada em função de sua interface com o novo modelo de administração gerencial, ao qual inúmeras IFES vêm aderindo. O modelo de gestão empregado está voltado ao planejamento estratégico gerencial, com foco no cidadão e nos resultados para a Instituição. Como resultado, foi desenvolvida uma área estratégica de recursos humanos, com competências para atender ao crescimento da Universidade e à complexificação de seus processos de trabalho. Essa inovação gerencial ocorreu gradualmente e teve como marco o ano de 2008, com a alteração do nome da Pró-Reitoria de Recursos Humanos para Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGESP) é o órgão responsável pelo desenvolvimento, execução e avaliação da política de gestão de pessoas da UFRGS. Possui posição estratégica na gestão da Universidade, por fazer interface com todos os segmentos da comunidade universitária e por gerenciar a força de trabalho que estrutura a instituição.

Dentre suas atribuições estão os procedimentos relativos à administração de pessoal, o dimensionamento quantitativo e qualitativo de pessoal, a definição de modelos de alocação de vagas, o acompanhamento da vida funcional dos servidores desde seu ingresso na instituição, a análise do estágio probatório, a avaliação de desempenho, o oferecimento de ações de capacitação voltadas ao desenvolvimento dos servidores na carreira, a saúde e segurança no trabalho, a ampliação do seu quadro de pessoal, através de realização de concurso público para docentes e técnico-administrativos, bem como o gerenciamento dos serviços terceirizados.

Um marco importante da PROGESP em 2009 foi a elaboração do Projeto PROGESP Digital, com implantação prevista para o início de 2010. O Projeto, em parceria com o CPD, prevê a digitalização de todas as pastas funcionais e prontuários médicos, além de informatizar as rotinas administrativas, tais como: férias, afastamentos, insalubridade ou periculosidade, solicitações de adicional de raio X, contagem de tempo de contribuição para aposentadoria, entre outras.

A PROGESP dispõe da seguinte estrutura:

- Gerência Administrativa (GAD)

- a) Análise de solicitação de diárias de servidores da PROGESP;

- b) Análise de solicitação de serviço extraordinário de servidores da PROGESP;
- c) Assessoria na área de informática aos servidores da PROGESP.

Gerência de Serviços Terceirizados (GERTE)

- a) Planejamento de contratação de serviços terceirizados contínuos;
- b) Acompanhamento da execução dos contratos de serviços terceirizados;
- c) Instrução de defesa em reclamações trabalhistas de terceirizados;
- d) Análise de repactuações de contratos de terceirização de serviços contínuos;
- e) Análise e registro de efetividade de prestadores de serviços terceirizados.

Departamento de Administração de Pessoal (DAP)

- a) Nomeações, elaboração de contratos de professores substitutos e extinção de contratos, controle de vagas, funções: designação, dispensa, criação de novas funções e substituição;
- b) Análise e concessão de aposentadoria, pensão, abono de permanência, adicional noturno, afastamentos, licenças, incorporações de funções, cedência. Elaboração de contagem, averbação e certidões de tempo de serviço, exoneração. Emissão de Perfil Profissiográfico Previdenciário;
- c) Análise e concessão de auxílio-transporte, auxílio-pré-escolar, progressões funcionais. Controle e atualização de férias, cadastro, pastas funcionais e frequência. Elaboração de declarações, certidões e demais documentos;
- d) Elaboração da folha de pagamento relativa a 11.500 matrículas/mês, totalizando a quantia de R\$ 56 milhões/mês (inclusões, alterações e exclusões), emissão de fichas financeiras;
- e) Instrução e cumprimento de decisões judiciais;
- f) Atendimento a auditorias;
- g) Controle, acompanhamento e fiscalização dos Planos de Saúde;
- h) Instrução de processos de pagamento de ressarcimento dos planos de saúde.

As atividades acima listadas são realizadas através dos seguintes sistemas:

SIAPÉ - Folha de Pagamento, Sistema SRH/UFRGS, Sistema de Patrimônio da UFRGS, SEFIP - FGTS e Informações à Previdência Social, SIAPÉcad - Módulo Cadastral, SICAJ - Módulo Ações Judiciais, Exercícios Anteriores - Módulo de pagamentos de anos anteriores, Extrator de Dados - módulo de extração de dados do Sistema SIAPÉ, SIAPÉnet -

Sistema SIAPE via internet com outras funcionalidades e informações *on-line*, SISOSP - tema Integrado de Saúde Ocupacional dos Servidores Públicos, DW - *Data Warehouse* - consultas, RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, DIRF - Declaração do Imposto de Renda na Fonte dos servidores e pensionistas, INCom - envio de matérias para o DOU, SISAC - Sistema de Registro e Avaliação de Atos de Admissão e Concessão - TCU.

Departamento de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (DDGP)

- a) Desenvolvimento de ações de capacitação e treinamento;
- b) Definição de estratégias para a melhoria da interação e comunicação entre as Divisões da PROGESP e Unidades/Órgãos da UFRGS, bem como a gestão da mobilidade dos servidores técnico-administrativos;
- c) Desenvolvimento do Programa de Avaliação de Desempenho;
- d) Modernização dos procedimentos de Estágio Probatório;
- e) Implantação de Instruções de Trabalho das rotinas de Redistribuição, Cooperação Técnica, Exercício Provisório e Remoções de servidores;
- f) Ingresso de novos servidores com entrevistas para lotação conforme perfil e necessidades das Unidades Acadêmicas e Administrativas;
- g) Integração e acompanhamento dos novos servidores técnico-administrativos;
- h) Análise da demanda de servidores pelas Unidades Acadêmicas e Administrativas;
- i) Desenvolvimento de procedimentos com vistas ao dimensionamento de pessoal técnico-administrativo.

Departamento de Atenção à Saúde (DAS)

- a) Desenvolvimento de atividades relativas à promoção de saúde no trabalho e acompanhamento à saúde do servidor;
- b) Co-participação com alguns setores da PROGESP em projetos que envolvam questões de saúde e ambientais;
- c) Participação efetiva nas discussões sobre a Política de Atenção à Saúde do Servidor, inclusive na implantação do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor, bem como na elaboração de alternativas para implantação dos exames médicos periódicos;
- d) Avaliação dos adicionais ocupacionais de insalubridade e periculosidade;

- e) Realização de perícia médica através de perícia singular e Junta Médica aos servidores ativos, aposentados e alunos da Universidade e, também, a servidores oriundos de órgãos partícipes;
- f) Estabelecimento de protocolo de vacinação do adulto na UFRGS.

5.1 COERÊNCIA DAS POLÍTICAS DE PESSOAL, DE CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, SEU APERFEIÇOAMENTO, SEU DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO COM AS POLÍTICAS FIRMADAS EM DOCUMENTOS OFICIAIS.

As políticas de carreiras dos servidores do corpo docente e do corpo técnico-administrativo da UFRGS, como das demais universidades públicas brasileiras, são regidas pelo Governo Federal, na condição de mantenedor destas, através das Leis nº 7.596, de 10 de abril de 1987, nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005 e nº 11.784, de 22 de setembro de 2008. As obrigações e diretrizes que embasam as ações da PROGESP estão definidas nas seguintes legislações:

- **Lei nº 8.112, de 12 de dezembro de 1990**, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;
- **Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005**, que estruturou os princípios e diretrizes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, os quais foram regulamentados pelos Decretos nº 5.824 e nº 5.825, ambos de 29 de junho de 2006;
- **Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005**, que altera dispositivos da Lei nº 11.091, de 12/01/2005;
- **Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008**, que reestrutura os planos de Carreira do Magistério Superior, Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e o dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação;
- **Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993 e Lei nº 9.849 de 26 de outubro de 1999**, que dispõem sobre a contratação por tempo determinado de professores substitutos;
- **Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997**, que define as atividades que poderão ser objeto de execução indireta;

- **Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998**, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e define as atividades correspondentes aos cargos extintos ou em extinção que poderão ser objeto de execução indireta;
- **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999**, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;
- **Decisão CONSUN nº 047, de 19 de janeiro de 2007**, que aprova o Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento da UFRGS dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
- **Decisão CONSUN nº 939, de 21 de novembro de 2008**, que aprova o Programa de Avaliação de Desempenho para os Servidores Técnico-Administrativos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
- **Decisões CONSUN nº 25/2000 e nº 283/2002**, que regulamentam os concursos para o cargo de professor;
- **Resolução nº 30/91 - COCEP/UFRGS**, que aprova a consolidação das Normas de Concurso para Provimento do Cargo de Professor Titular.

Demais Emendas Constitucionais, Decretos, Instruções Normativas, Orientações e Normas Técnicas do MEC/SRH/CGGP e Decisões e Portarias dessa universidade, que regulamentam diferentes questões que perpassam a administração de pessoal e as políticas de desenvolvimento dos servidores na carreira.

5.1.1 Políticas de Carreira do Corpo Docente

No âmbito da UFRGS, a alocação de vagas docentes é considerado um processo fundamental para a renovação dos departamentos e da Universidade.

A Decisão nº 118/2001 do Conselho Universitário da UFRGS, que institui o Banco de Vagas de Docente Não Titular da UFRGS e as Normas para a destinação dessas vagas, foi aprovada no período em que o MEC voltou a autorizar a realização de concursos públicos para docentes. Possui uma sistemática que foi amplamente discutida e aprovada pelos conselhos superiores em 2001, com atualização anual.

Nesse processo é composto um índice departamental que engloba as atividades de ensino, de pesquisa, de extensão, bem como a produção intelectual. Os departamentos são então ordenados de acordo com o índice e as vagas distribuídas em rodadas sucessivas. Há também a reposição das aposentadorias recentes e um percentual (20%) de vagas é distribuída de acordo com critérios estratégicos definidos pela administração central: cursos

novos, cursos com recente reforma curricular, desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa em novas áreas do conhecimento.

A seleção de docentes permanentes se dá através de Concurso Público, normatizado pela Decisão nº 025/2000 e alterado pela Decisão nº 029/2006, ambas decisões do Conselho Universitário. Os candidatos são submetidos a Exame de Títulos e Trabalhos, Defesa da Produção Intelectual e Provas de Conhecimento (escrita e didática). Os concursos são abertos, preferencialmente, para a categoria de Adjunto, que exige a Titulação de Doutor, em regime de Dedicção Exclusiva. Em situações peculiares, dependendo da área de conhecimento, são encaminhados concursos para a categoria de Assistente (com mestrado), e excepcionalmente em regime de dedicação parcial. A Decisão sobre a alocação de vagas docentes obedece a regramento emanado do Conselho Universitário, sendo homologada pelo mesmo. Cabe aos departamentos contemplados decidir a área específica do concurso.

As comissões examinadoras dos concursos são compostas por três professores do Magistério Superior, com titulação de Doutor e experiência na área de concurso. No caso de concurso para Adjunto, dois professores são externos à Universidade, e para concurso de Assistente, um professor é externo à Universidade.

A Universidade pode contratar professores substitutos, na forma da Lei, para atender às demandas dos Departamentos com vistas ao bom andamento acadêmico dos cursos de graduação. A Pró-Reitoria de Graduação, conjuntamente com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, gerencia a alocação de substitutos nos departamentos para suprir as faltas de docentes de carreira que advenham exclusivamente de, afastamentos para capacitação e afastamento ou licença de concessão obrigatória, conforme o disposto na Lei nº 9.849 de 26 de outubro de 1999.

Os processos seletivos simplificados são realizados conforme dispõe a legislação (Lei nº 8.745, de 9 e dezembro de 1993). É oportuno salientar que a UFRGS visa diminuir paulatinamente o número de substitutos com a realização de concursos.

Todo docente que ingressa na Universidade deve cumprir o estágio probatório, segundo Decisão nº 224/2000 do CONSUN, que estabelece normas para avaliação do estágio probatório de docentes da educação básica, profissional e superior da UFRGS.

O estágio probatório refere-se a um período de 36 (trinta e seis) meses durante o qual, os docentes serão avaliados em relação a sua aptidão e capacidade para o desempenho do cargo. As atividades a serem desenvolvidas deverão ser formalizadas pelo docente ingressante através da apresentação de: (a) um primeiro Plano de Trabalho referente aos 18 (dezoito) meses iniciais; (b) um segundo Plano de Trabalho referente aos

18 (dezoito) meses subseqüentes, ambos detalhados por semestre, a serem submetidos, sucessivamente à apreciação da direção da unidade, no caso da educação básica e profissional, e do Departamento ou seu Colegiado, no caso da Educação Superior.

Cabe salientar que o docente deverá incluir em seu primeiro Plano de trabalho a participação obrigatória no PAAP, nos primeiros 12 meses de estágio probatório. Tal programa é desenvolvido pela Pró-Reitoria de Graduação, Faculdade de Educação e Unidades de Ensino de origem dos professores em questão. O programa objetiva favorecer a reflexão sobre a prática docente universitária; propiciar a análise dessa prática e contribuir para a reorganização das experiências docentes específicas.

Compete à Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), a responsabilidade em emitir parecer quanto à aprovação do Estágio Probatório docente (conforme Resolução nº 03/93 do COCEP), assim como: I - apreciar assuntos concernentes a alteração do regime de trabalho dos docentes; avaliação do desempenho para progressão funcional dos docentes; processos de avaliação funcional por titulação; solicitação de afastamento para aperfeiçoamento, especialização, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado; gratificações decorrentes de titulação e; II - desenvolver estudos e análises que permitam fornecer subsídios para fixação, aperfeiçoamento, e modificação da política de pessoal docente e de seus instrumentos (conforme Decisão nº 113/88 do CONSUN).

A legislação referente à progressão funcional, alteração do regime de trabalho, estágio probatório das carreiras do Magistério de 1º e 2º graus e do Magistério Superior está disponibilizada em: <http://www.ufrgs.br/cppd>.

5.1.2 Políticas de Carreira do Corpo Técnico-Administrativo

O Plano de Carreira dos servidores técnico-administrativos foi implementado no âmbito das IFES com a aprovação da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que estabeleceu os princípios norteadores para a progressão na carreira dos servidores técnico-administrativos, os quais foram regulamentados pelos Decretos nº 5.824 e nº 5.825, de 29 de junho de 2006.

A progressão na carreira passou a ser possível através da realização de ações de capacitação ou por mérito profissional a cada 18 meses.

A referida Lei estipulou os procedimentos que estabeleceram o enquadramento dos servidores. Na UFRGS, 98% dos servidores, incluindo os inativos e instituidores de pensão, aderiram ao novo Plano, condição requerida para ingresso no mesmo.

A aprovação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) trouxe novos paradigmas para a gestão, tais como: organização dos processos

de trabalho, dimensionamento da força de trabalho, implementação do Programa de Desenvolvimento Institucional dos técnico-administrativos e avaliação do usuário com ênfase na qualidade do processo de trabalho. No que se refere ao desenvolvimento dos servidores na carreira, o PCCTAE instituiu a necessidade de criação do Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento e do Programa de Avaliação de Desempenho.

Além das formas de progressão acima mencionadas, existem ainda outras possibilidades ao servidor técnico-administrativo, no que tange à qualificação, tais como: afastamento no e do País de servidor técnico-administrativo; incentivo à qualificação; isenção de pagamento de taxas em curso de especialização; licença para capacitação; e horário especial para servidor estudante.

Em conformidade com o novo modelo gerencial, com o previsto no Decreto nº 5.825 de 29 de junho de 2006 e com a Lei nº 11.091 de 12 de janeiro 2005, foi aprovado pelo Conselho Universitário da UFRGS o Programa de Avaliação de Desempenho para os Servidores Técnico-Administrativos da UFRGS, em 21 de novembro de 2008, através da Decisão nº 939/2008. Tal Programa visa contribuir com a qualificação da gestão das diferentes equipes de trabalho que compõem a Universidade e incentivar uma maior interação entre os membros de cada equipe. Inicialmente, por intermédio de reuniões periódicas de planejamento nas quais serão acordadas as metas de cada unidade e de cada setor. Posteriormente, com a realização de reuniões de *feedback*, em que a chefia e os demais integrantes da equipe explicitarão sua análise sobre a postura e o resultado do trabalho de cada integrante e da equipe. Ademais, subsidiará a construção das políticas de capacitação e de saúde voltadas aos servidores técnico-administrativos.

5.2 FORMAÇÃO DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A UFRGS possui um quadro de servidores altamente qualificado. Seu corpo docente apresenta qualificação formal acima do percentual exigido às IFES e parte de seu corpo técnico-administrativo demonstra escolaridade superior à solicitada pelo cargo. Enquanto é exigido pelo MEC que, no mínimo, metade do corpo docente da IFES tenha formação em nível de pós-graduação *stricto sensu*, em 2009, 91% do corpo docente da UFRGS, que corresponde a 1866 docentes do quadro permanente possui esse nível de qualificação. Deste quantitativo, 86%, que equivale a 1.605 docentes, são doutores e representam 78% do total de docentes permanentes da UFRGS, conforme os dados apresentados no Quadro a seguir.

Quadro 73 - Quantitativo de Pessoal Docente e Técnico-Administrativo, conforme a Qualificação Formal, 2007-2009

Quadro	Graduados			Especialistas			Mestres			Doutores		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009
Docentes Permanentes	132	111	93	104	93	89	380	336	261	1.624	1.680	1.605
Docentes Substitutos	394	169	411	-	27	0	-	187	0	-	59	0
Técnico-Administrativos	483	567	1043	295	304	380	138	147	151	42	40	41

Fonte: Relatórios de Gestão da UFRGS 2007-2009.

Ainda é oportuno fazer referência ao perfil de qualificação dos servidores técnico-administrativos que ingressaram na Universidade no último concurso. De acordo com levantamento realizado pela Divisão de Capacitação, ao final do ano de 2008, 92% dos servidores ocupantes de cargos de nível de classificação D (os quais têm como requisito o ensino médio completo) e 46% dos cargos de nível de classificação E possuem qualificação acima da exigida pelo cargo, conforme demonstrado nas Figuras a seguir.

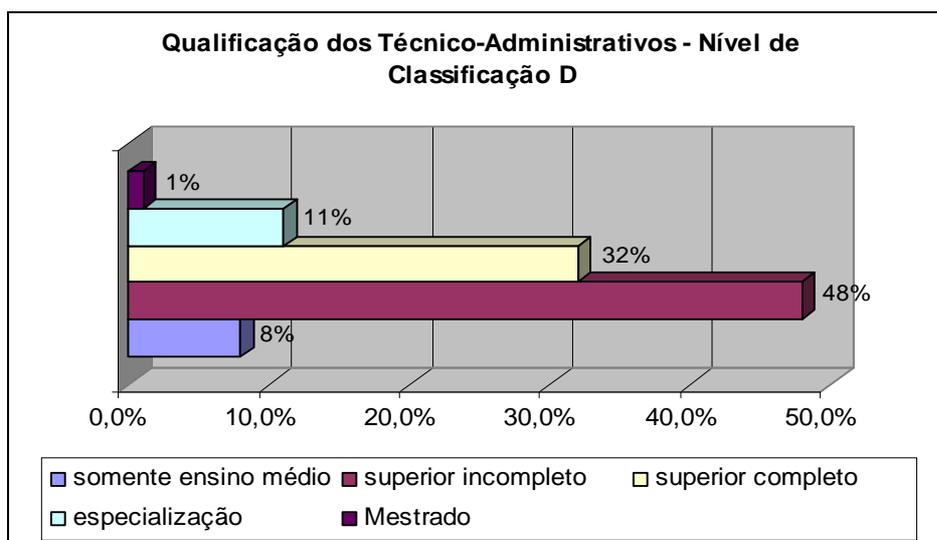


Figura 5 - Qualificação dos Técnicos-administrativos – Classificação D
Fonte: DC/PROGESP, 2009.

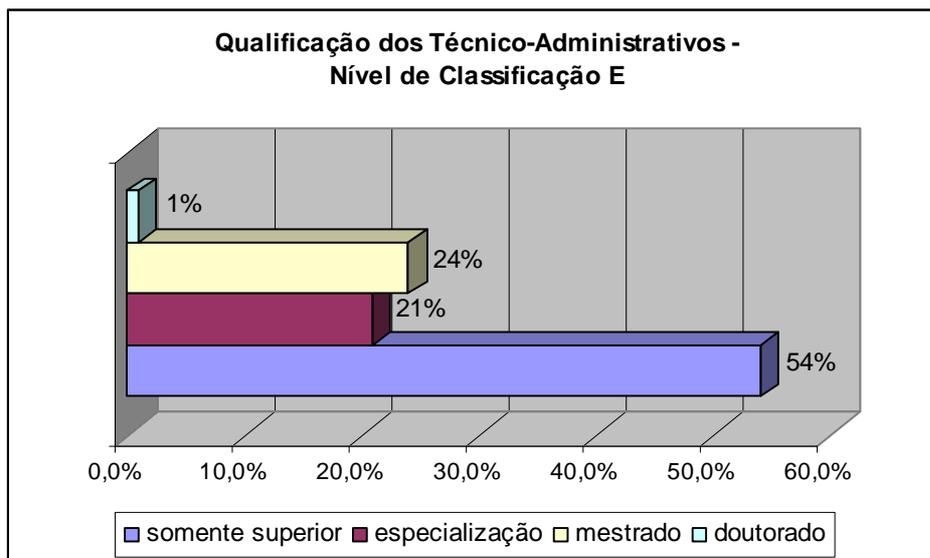


Figura 6 - Classificação dos Técnicos-administrativos - Classificação E

Fonte: DC/PROGESP, 2009.

5.3 CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS PARA OS DOCENTES

A UFRGS, entre os anos de 2000 e 2009, foi marcada por significativa redução do quadro permanente de docentes, conforme evidenciado no Quadro 74.

Quadro 74 - Quantitativo de Pessoal Docente, 2000-2009

Quadro	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Docente Permanente	2.308	2.254	2.229	2.150	2.131	2.150	2.234	2.069	2.052	2.048
Substituto	326	286	372	460	512	471	432	452	506	478

Fonte: Sistema de Recursos Humanos, 2009

Como forma de compensar o *déficit* de docentes do quadro, a Universidade, a exemplo das demais IFES, conta com a possibilidade de contratação provisória de professores substitutos. Entretanto, ressalta-se que o Governo Federal vem, nos últimos anos, envidando esforços no sentido de apoio à contratação de professores efetivos, diminuindo assim a parcela de docentes substitutos.

Dentro deste contexto, o ano de 2009 foi marcado por significativa ampliação do quadro de pessoal da UFRGS, em especial pela liberação de vagas através do projeto de expansão das universidades brasileiras REUNI. Está prevista a contratação de 410 docentes até o final de 2012 pelo projeto REUNI.

Entretanto, a liberação dessas vagas ainda não compensa a diminuição do quadro ocorrida nos últimos anos, vindo somente a repor, de forma parcial, os cargos vagos.

Em relação ao regime de trabalho, 80% do quadro de docentes, que corresponde a 1.649 docentes da UFRGS, possuem Dedicção Exclusiva; 172 atuam em regime de 40 horas semanais e 227 em regime de 20 horas semanais, o que contribui para a qualificação do ensino, da pesquisa e da extensão. Os dados são apresentados no Quadro 75.

Quadro 75 - Quantitativo de Pessoal Docente Conforme o Regime de Dedicção, 2007-2009

Quadro	DE			40h			20h		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009
Docentes Permanentes	1.783	1.781	1.649	190	182	172	267	257	227
Docentes Substitutos	-	-	0	228	234	220	224	208	204

Fonte: Relatórios de Gestão da UFRGS, 2007-2009.

Cabe destacar que em 2009, 83% dos docentes da educação superior da UFRGS, 1.611 docentes, fazem parte das categorias de Adjunto e Associado.

Além das normativas federais, a Universidade possui regulamentações específicas que contemplam a possibilidade de afastamento dos docentes para qualificação, a saber: Portaria nº 1526 de 02/05/01; Resolução CEPE nº 04/2001; Ofício-Circular nº 031/2001-DAF/PRORH, de 17/05/2001; Ofício-Circular nº 076/2002-PRORH, de 20/11/2002. Tais afastamentos são viáveis em função do remanejamento dos encargos do docente afastado, no âmbito dos departamentos, com a contratação de professores substitutos.

No que se refere à avaliação do desempenho docente, existem práticas diversificadas na Universidade. Há o sistema unificado de avaliação docente, em que os docentes são avaliados pelos discentes através de Grupos de Trabalho. Em relação aos professores recém admitidos na UFRGS, há o Programa de Atividades de Aperfeiçoamento Pedagógico (PAAP).

O SABI, catálogo *online* das bibliotecas da UFRGS, reúne o registro bibliográfico dos acervos das 33 unidades que integram o Sistema de Bibliotecas da UFRGS (SBU). Constitui-se num importante instrumento gerencial, de avaliação dos acervos de graduação e pós-graduação da Universidade, subsidiando a atualização da bibliografia dos cursos, bem como de apoio à tomada de decisão, na medida em que possibilita a emissão de dados e informações relevantes acerca da produção científica, técnica e artística, utilizadas na contabilização para o processo de alocação de vagas docentes e para a progressão funcional, dentre outros fins. Possui uma interface amigável e de fácil acesso; oferece muitas opções de pesquisa aos usuários e serviço de reserva e renovação de empréstimos via *internet*.

Em sua versão para uso pelos profissionais do SBU o sistema integrado viabiliza a automação de todas as rotinas das bibliotecas, quais sejam: aquisição, processamento técnico, recuperação da informação, circulação de coleções (empréstimo, devolução, renovação, reserva de documentos e transações de caixa), controle das coleções de periódicos (registro e reclamações) e relatórios gerenciais, fornecendo-lhes ferramenta otimizada de operação e controle das rotinas e serviços, qualificando-os e tornando-os mais eficientes e eficazes.

5.4 CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS PARA O CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A UFRGS, entre os anos de 2000 e 2009, foi marcada por significativa redução do quadro permanente de técnico-administrativos, conforme evidenciado no Quadro a seguir.

Quadro 76 - Quantitativo de Pessoal Técnico Administrativo, 2000-2009

Quadro	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Técnico-administrativos	2.857	2.797	2.708	2.573	2.598	2.530	2.467	2.337	2.422	2.525

Fonte: Sistema de Recursos Humanos, 2009.

Como forma de amenizar a redução no quadro de servidores técnico-administrativos, em consequência da extinção de cargos, foi utilizada a forma indireta de contratação. Ao final do ano de 2006 havia na Universidade 906 trabalhadores terceirizados, em 2007, 912; em 2008, 981 e em 2009, 1.182, conforme dados disponibilizados pela Gerência de Serviços Terceirizados (GERTE), visualizados no quadro a seguir. O aumento do número de contratações terceirizadas impulsionou a criação de um setor voltado ao gerenciamento dos contratos e à coordenação das relações de trabalho inerentes a essa forma de contratação.

A GERTE foi criada em junho de 2007, como setor ligado hierarquicamente à PRORH, atual PROGESP. Esse setor é hoje responsável pela elaboração do projeto de referência dos editais de licitação e pelo controle de execução contratual. Atua em conjunto com todos os agentes envolvidos no processo de terceirização (fiscais, empresas contratadas, supervisores, usuários etc). A criação dessa gerência fez-se necessária devido à dispersão de informações e processos referentes a terceirizações dentro da Universidade, o que gerava a falta de controle da atuação dos serviços prestados e, conseqüentemente na deficiência da qualidade obtida. Segue, no Quadro 77, detalhamento sobre as áreas em que a UFRGS atualmente utiliza a forma indireta de contratação.

Quadro 77 - Quantitativo de Pessoal Terceirizado conforme a Área, 2009

		2008	2009
Área	Empresa	Nº de Profissionais	Nº de Profissionais
Limpeza	ONDREPSB	364	402
RU/Gráfica/Enfermagem/Portarias/Cancelas	UNISERV	223	208
Vigilância	RUDDER	165	168
Manutenção	GRES ENG.	76	76
Motoristas	JOB RH	41	41
Creche	CLINSUL	31	-
Creche	MULTIÁGIL	-	37
Técnicos e auxiliares em biotério	GRES ENG.	27	27
Outras áreas	-	54	223
Total		981	1.182

Fonte: GERTE/ PROGESP, 2009.

Diferentemente do contexto apresentado, o ano de 2009 foi marcado por significativa ampliação do quadro de pessoal da UFRGS, em especial pela liberação de vagas através do projeto de expansão das universidades brasileiras - REUNI. Foi iniciada uma nova fase de ingresso de servidores, nas categorias funcionais de técnico-administrativos dos níveis D e E de docentes. Está prevista a contratação de 450 servidores técnico-administrativos até o final de 2012 pelo projeto REUNI.

É importante salientar que mesmo com a contratação desses servidores por intermédio do REUNI poucas equipes serão ampliadas, porque o ingresso de técnico-administrativos servirá como forma de reposição de postos de trabalho, anteriormente reduzidos devido às aposentadorias e exonerações.

5.4.1 Qualificação do Corpo Técnico-Administrativo

A Divisão de Capacitação da PROGESP é o setor responsável pelo planejamento, gerenciamento e operacionalização das ações de capacitação direcionadas aos servidores, tendo em vista o seguinte objetivo, proposto no Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento da UFRGS (aprovado em 19/1/2007 através da Decisão CONSUN nº 047/2007): "Promover, de forma continuada e vinculada ao planejamento institucional o desenvolvimento integral dos servidores da UFRGS, seu aperfeiçoamento e qualificação, visando à melhoria dos serviços prestados e o atendimento às necessidades dos usuários e

possibilitar a realização pessoal e profissional dos servidores e o cumprimento de seu papel”.

Com o intuito de atender a esse objetivo, a Divisão de Capacitação (DC) realiza anualmente, desde 2007, o Levantamento de Necessidades de Capacitação (LNC) da UFRGS. Para esse diagnóstico, a DC trabalha em conjunto com as Unidades Acadêmicas, Pró-Reitorias, Secretarias e Órgãos Suplementares e Auxiliares da instituição. O LNC, inicialmente realizado através de formulário impresso, é atualmente disponibilizado *on-line*, através do Portal do Servidor. Esse instrumento está sob a análise da equipe responsável pela Divisão de Capacitação, que busca aprimorá-lo como ferramenta destinada para sugestões de ações de capacitação que contribuam para o desenvolvimento de competências individuais, visando à consecução de metas institucionais (a serem definidas e pactuadas entre as equipes, no âmbito das unidades). O LNC será integrado ao processo de avaliação de desempenho que se encontra em fase de implementação na UFRGS.

A partir da aprovação do Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento e dos Levantamentos de Necessidades de Capacitação, a Divisão de Capacitação vem realizando ações de capacitação nas seguintes linhas de desenvolvimento: iniciação ao serviço público, formação geral, educação formal, gestão, inter-relação entre ambientes, específica e saúde do trabalhador e qualidade de vida.

Em 31 de março de 2009 foi instituído, em conformidade com o Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento da UFRGS, o Plano de Capacitação intitulado Formação Integral de Servidores da UFRGS, através da assinatura da Portaria 1583/2009. Este Programa de Capacitação é organizado em eventos de caráter modular, denominados Ações de Capacitação e Atividades Complementares, de estrutura adaptável às demandas identificadas através do Programa de Avaliação de Desempenho e em Levantamentos de Necessidade de Capacitação, ou a outras demandas institucionais.

Os Quadros 78 e 79 apresentam os números correspondentes.

Quadro 78 - N° de Ações de Capacitação 2005-2009

Ano	N° de ações de capacitação	N° Turmas
2005	9	10
2006	25	35
2007	46	62
2008	67	84
2009	104	148

Fonte: Sistema de Recursos Humanos (SRH), 2009.

Quadro 79 - Carga Horária ministrada nas Ações de Capacitação

Ano	Nº de servidores freqüentes	Carga Horária Ministrada
2009	2786	2499 horas

Fonte: Sistema de Recursos Humanos (SRH), 2009.

A ampliação do número de ações de capacitação oferecidas nos últimos quatro anos estimulou o desenvolvimento profissional, a melhoria das relações de trabalho e a progressão funcional por capacitação de inúmeros servidores técnico-administrativos, o que é possível perceber com a análise do Quadro a seguir.

Quadro 80 - Nº de Incentivos à Qualificação e Progressões por Capacitação

Ano	Nº de Incentivos à Qualificação	Nº de Progressões por Capacitação
2009	169	265

Fonte: Sistema de Recursos Humanos (SRH), 2009.

Atualmente, a Divisão de Capacitação da PROGESP busca expansão e melhorias, visando à informatização de suas rotinas e a implementação de novas propostas e tecnologias aliadas com as políticas e objetivos institucionais, através da cooperação com outros órgãos da universidade, entre os quais estão o Centro de Processamento de Dados, Escola de Administração, Biblioteca Central, Colégio Aplicação, Secretaria de Educação a Distância, IFRS (Escola Técnica), Coordenadoria de Gestão Ambiental e Departamento de Atenção à Saúde.

Com a finalidade de criar as condições necessárias para a execução do Programa de Avaliação de Desempenho dos servidores técnico-administrativos, Decisão nº 939/2008 - CONSUN, a PROGESP realizou, em 2008, através de parceria com a Escola de Administração, a ação de capacitação "Avaliação de Desempenho com Ênfase em Gestão por Competências". Esse projeto, em sua primeira etapa, teve como público-alvo assessores de unidades acadêmicas e administrativas, capacitando 46 servidores para atuarem como multiplicadores da sistemática do processo de avaliação de desempenho.

Tal projeto integrou um conjunto de ações de implementação do Programa de Avaliação de Desempenho da UFRGS. No ano de 2009, as ações tiveram continuidade, através da elaboração de uma série de materiais didáticos dirigidos aos servidores da UFRGS, assim explicitados: tutoriais; manual impresso e ilustrado, contendo informações sobre a concepção, a metodologia e os fatores de desempenho (competências) a serem avaliados; apresentações orais para encontros e para a realização de 18 seminários de divulgação do Programa de Avaliação de Desempenho, realizados em todos os *compi* da Universidade; além da produção de um vídeo institucional de sensibilização em relação à Avaliação. Também foi desenvolvido, pelo Centro de Processamento de Dados da UFRGS,

o sistema de gerenciamento dos 10 formulários/instrumentos de avaliação que serão preenchidos pelos servidores, no período em que se dará a avaliação, em ambiente informatizado. Ainda, nesse sentido, teve início um “projeto-piloto”, com a participação de duas Unidades Administrativas (PROGESP e CPD) e de duas Unidades Acadêmicas (Instituto de Química e Instituto de Ciência e Tecnologia de Alimentos), visando a simulação do sistema e o diagnóstico de possíveis inconsistências operacionais.

5.4.2 Desenvolvimento dos prestadores de serviços terceirizados contínuos

A partir de um processo de análise e planejamento, a GERTE incluiu nos contratos firmados em 2009 para prestação de serviços terceirizados a obrigação para as empresas fornecerem capacitação para seus funcionários, assim como permitir sua participação em ações e eventos promovidos pela Universidade através de parcerias. Passaram ainda a ser especificados (desde 2008) os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e uniformes a serem fornecidos pelas empresas aos prestadores de serviços terceirizados, de forma a proteger a integridade física destes trabalhadores e garantir a sua qualidade de vida no âmbito da Universidade.

5.5 CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS: SAÚDE, SEGURANÇA E QUALIDADE DE VIDA

Reestruturações administrativas na área de recursos humanos da UFRGS suscitaram a organização do Departamento de Assuntos da Comunidade Universitária (DACOM) no ano de 2000, com o intuito de reunir e coordenar as ações voltadas ao atendimento de questões relacionadas à saúde e qualidade de vida da comunidade universitária. Ao longo dos anos, tornou-se necessário reordenar e reorganizar a forma de trabalho e prestação de serviços a fim de ampliar o conceito de atenção à saúde, principalmente voltado à atenção à saúde do servidor, não somente no que se refere à saúde ocupacional, mas como um conceito amplo de saúde do trabalhador.

Em setembro de 2008, o DACOM passa a ser denominado Departamento de Atenção à Saúde (DAS) alinhado ao conceito mais amplo de saúde do servidor preconizado na Política Nacional de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal e, também, à concepção de Gestão de Pessoas preconizado pela Pró-Reitoria a que está vinculado. Este Departamento vem desenvolvendo desde a sua origem, atividades relativas à promoção de saúde no trabalho, através de equipes multidisciplinares com atuação interdisciplinar, incluindo atividades de perícia e junta médica, serviço social, psicologia, odontologia, enfermagem e segurança do trabalho.

Mudanças na legislação no âmbito do executivo civil federal estão em curso, sendo preconizado o desenvolvimento de ações de perícia médica com apoio multiprofissional e relações com as áreas da assistência e da promoção à saúde. Ações de saúde que visam

intervir no processo de adoecimento em seus aspectos individuais e em suas relações coletivas no ambiente de trabalho estão inseridas na promoção e vigilância à saúde dos servidores, se contrapondo ao modelo assistencialista e de medicalização de sintomas. A utilização de informações sociais e epidemiológicas e o conhecimento multidisciplinar na compreensão da relação saúde-trabalho são algumas das ferramentas em desenvolvimento pelo DAS com intuito de desenvolver mudanças comportamentais e estruturais nos ambientes e processos de trabalho.

As divisões e serviços que integram e constituem o DAS estão redimensionando e reorganizando suas atividades, através da elaboração de protocolos técnicos e da sistematização de suas ações. Objetivando aperfeiçoar o trabalho multidisciplinar, cada equipe realiza reuniões para a reflexão sobre as dinâmicas de trabalho. Igualmente, através da participação de profissionais do DAS no Programa de Capacitação do Servidor, foram oportunizadas a inserção destes em discussões específicas nas áreas das ciências da saúde, relações humanas, perícia, ética e legislação, entre outros temas diretamente relacionados às áreas de intervenção dos profissionais do Departamento.

Os sistemas informatizados nas áreas da saúde e segurança no trabalho implementados na Universidade possibilitaram a otimização do registro de dados pela Divisão de Saúde e Junta Médica e pela Divisão de Segurança do Trabalho. Sua utilização em tempo real permitiu o acompanhamento das situações que envolvem o afastamento por problemas de saúde e das condições de trabalho relacionadas a ambientes insalubres e/ou perigosos, trazendo maior eficiência à análise de riscos ambientais. O banco de dados derivado da informatização foi essencial para a organização do trabalho na área da saúde, bem como para a emissão de relatórios voltados ao planejamento e à definição de medidas educativas e resolutivas. O agendamento *online* das consultas com profissionais da área de assistência e perícia médicas está proporcionando maior transparência e eficiência aos processos de trabalho do DAS e facilitando o acesso dos servidores aos serviços por ele ofertados.

É importante referir sobre o crescimento do programa VIVA MAIS, criado em outubro de 2002, originalmente denominado Programa de Qualidade de Vida e Dependência Química. Este Programa, através da equipe multidisciplinar que o compõem, bem como com a colaboração de parcerias importantes, vem constantemente se reorganizando e readequando suas prioridades, sempre mantendo a direção original que está voltada à promoção da saúde. Tal programa realizou um levantamento em parceria com o CEP/EA em 2005 sobre os indicadores de saúde da comunidade universitária. Neste levantamento de dados, foi traçado o perfil de saúde da comunidade da Universidade (alunos, docentes e técnico-administrativos). Em 2008, o resultado dessa pesquisa foi publicado no guia de

saúde intitulado “Indicadores de Saúde na UFRGS: um guia para uma melhor qualidade de vida”. Em meados de 2008 ocorreu a formação, através de uma ação de capacitação, de um grupo de servidores da UFRGS, com formação na área da saúde, como multiplicadores de ações de saúde. Após a formação da primeira turma, foi criado um fórum para discussão de propostas e organização de eventos, cursos, palestras e ações que estenda a toda comunidade acadêmica conhecimentos que estimulem a adoção de práticas saudáveis na vida diária, quando foram organizados, em 2009, palestras abertas à comunidade universitária.

A análise dos desafios existentes na área da saúde e o estudo dos impactos que as doenças acarretam na vida profissional dos servidores é, também, foco de atuação do DAS, que tem, como uma de suas principais metas, avançar nas questões relacionadas à saúde no trabalho.

Os atendimentos prestados no DAS em 2009, por especialidade, são apresentados nos quadros a seguir, incluindo-se as perícias médicas realizadas pela Junta Médica. No entanto, oportuno salientar que um mesmo servidor poderá utilizar mais de um serviço oferecido pelo Departamento.

Quadro 81 - Atendimento por Especialidade no DAS

Atendimento	Quantidade
Psicologia	126
Acompanhamento serviço social	232
Nutrição	403
Perícia médica	2356
Atendimento HCPA	4335
Atendimento clínicos do DAS	1146
Aplicação de vacinas	4988
Consultas de enfermagem	141
Procedimentos de enfermagem	3869

Fonte: Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, 2010.

Quadro 82 - Detalhamento sobre os Laudos emitidos pela Perícia e/ou Junta Médica

Tipo de Laudo	Quantidade
Aposentadoria por invalidez por doença em serviço ou doença do trabalho.	02
Aposentadoria por invalidez por doença contagiosa, grave ou incurável.	07
Aposentadoria por invalidez por doença incapacitante.	03
Avaliação de saúde.	25
Inspeção médica.	119
Avaliação de saúde para estudante.	07
Incapacidade de dependente.	04
Isenção de imposto de renda.	66
Licença gestante.	23
Licença gestante para estudante.	96
Licença para tratamento de saúde.	1121
Licença para tratamento de saúde de doença enquadrada em lei.	96
Licença para tratamento de saúde de pessoa da família.	173
Licença para tratamento de saúde de estudante.	809
Licença por acidente no serviço.	37
Licença por doença ocupacional/ profissional.	01
Não concessão de licença para tratamento de saúde.	01
Total	2356

Fonte: Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, 2010.

5.6 FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA E SUAS CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS

Todos os tutores presenciais e a distância dos cursos na modalidade EAD da UFRGS, oferecidos na forma de projetos especiais, possuem graduação em áreas compatíveis com o curso em que atuam. Paralelamente à atividade de tutor, e mesmo em

função dessa, os tutores têm acesso a capacitações complementares, sendo que, em alguns cursos, esta capacitação é em nível de pós-graduação *lato sensu*. Para os tutores presenciais de determinados cursos, como os de Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Rural, é exigida experiência anterior e/ou estarem atuando na área de ensino na rede pública (municipal ou estadual).

Sobre o quadro de docentes de cursos a distância da UFRGS, a qualificação exigida é a mesma definida para os cursos presenciais, porém acrescida de conhecimentos sobre Tecnologias da Informação. É necessário o domínio dos recursos tecnológicos utilizados em cada programa, como por exemplo, o conhecimento sobre os ambientes virtuais de aprendizagem. Caso o docente não tenha domínio do recurso digital específico, esse realiza as capacitações normalmente previstas e oferecidas pela equipe pedagógica do curso. Parte dos professores é do quadro da UFRGS e parte pode ser contratada por meio de bolsas por semestre para ministrar determinada disciplina, conforme previsão que consta no projeto de cada curso.

As ações de capacitação para professores de educação a distância proporcionaram orientações pedagógicas para a preparação de materiais e disciplinas na modalidade EAD, além da produção de materiais didáticos digitais. A realização de oficinas de Introdução ao *Moodle* (plataforma digital de educação a distância) tem por objetivo apresentar o ambiente virtual *Moodle*, suas ferramentas e como elas podem auxiliar os docentes na organização de seu trabalho junto aos alunos, em suas disciplinas EAD e presenciais.

Nos anos de 2008 e 2009, as capacitações para EAD atenderam de modo especial as seguintes demandas:

- Seminários para Educação a Distância - Docência e Tutoria para o programa Pró-Licenciatura da Rede Gaúcha de Ensino Superior;
- Seminários para Educação a Distância - docentes e tutores do curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER/UAB);
- Realização de cursos (MOODLE, HTML e FLASH) para bolsistas e coordenadores participantes dos editais SEAD.

As capacitações foram executadas conforme o planejamento. Pode-se apontar como causas do sucesso a equipe multidisciplinar da SEAD e os recursos financeiros recebidos do FNDE/MEC.

5.7 AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO

Durante o período avaliado, é de ressaltar que esta dimensão foi fortemente marcada pela implementação do novo modelo de gestão. Tal impacto apresentou maior consistência

a partir do ano de 2008 com a posse da nova administração, voltada ao Planejamento Estratégico.

Essas inovações refletem-se em todos os âmbitos das políticas de pessoal e carreira que, além da obediência aos critérios e definições legais, pautam-se no enfoque e valorização do indivíduo.

Momento importante a ser destacado nessa trajetória diz respeito à implantação do Sistema de Avaliação de Desempenho, a partir do qual se concretiza a interação entre os membros das equipes de trabalho. Tais equipes reproduzem em menor escala todas as relações interpessoais dentro da estrutura da Instituição.

No que tange ao quadro docente, é importante ressaltar o nível de qualificação atingido que comporta 91% (noventa e um por cento) do total de pessoal com pós-graduação *stricto sensu*. Nesse sentido, salienta-se a existência de normativos internos que, complementando a legislação vigente, incentivam a qualificação desses docentes buscando, cada vez mais, a excelência do padrão de ensino pela qual é reconhecida a UFRGS.

Por outro lado, é de destacar que, se comparado ao período avaliativo anterior, a UFRGS trabalhou com um quadro de servidores reduzido. Desta forma, para atendimento das demandas rotineiras, foi necessário abrir várias frentes de trabalho, tais como: ampliação do quadro de pessoal contratado (com conseqüente criação da GERTE como equipe específica para administração desse pessoal), aproveitamento do grupo de servidores direcionado ao REUNI e fomento às ações de capacitação.

Em relação à qualificação, note-se que a expressiva maioria dos servidores técnico-administrativos ingressantes apresentou formação superior à exigida para os respectivos cargos.

Finalmente, é oportuno salientar a mudança de paradigmas em relação às atividades de promoção à saúde a partir de uma visão de interdisciplinaridade. A atuação do DAS foi focada na análise dos desafios existentes na área e no estudo dos impactos que as doenças acarretam na vida profissional dos servidores.

Enfim, a área de gestão de pessoas na UFRGS apresentou um salto de qualidade em virtude da reestruturação política e administrativa a que se submeteu. Foi nesse período, decorrente da redução do número de servidores com que pôde contar, que o quadro funcional demonstrou sua capacidade de criatividade, adaptação e superação.

O Quadro 83 apresenta um resumo das fragilidades, potencialidades e recomendações para a área.

Quadro 83 - Avaliação da Dimensão Gestão de Pessoas

Resultados Alcançados		Recomendações
Fragilidades	Potencialidades	
Necessidade de ampliar as práticas de planejamento, gestão e avaliação	Expansão da Universidade; Modernização da gestão; Aprovação pelo CONSUN do Programa de Avaliação de Desempenho dos servidores técnico-administrativos.	Sistematizar as práticas de planejamento e avaliação, visando consolidar a implementação do novo modelo de gestão.
Grande contingente de servidores com tempo de serviço para a aposentadoria.	Contratações REUNI.	Negociar, junto ao MEC, a abertura de concurso público para reposição das vagas.
Necessidade de constante melhoria na articulação e na comunicação interna e externa da PROGESP.	Realização periódica de reuniões do Pró-Reitor e/ou da Vice Pró-Reitora com os setores da PROGESP; Realização de reuniões entre os diferentes setores da PROGESP com menor periodicidade.	Aumentar as rotinas de reuniões entre os diferentes setores da PROGESP.
Deteriorização de documentos, pouca segurança em relação a sinistros e dificuldades de atualização das pastas funcionais.	Projeto PROGESP Digital.	Acompanhar e avaliar a implantação do Projeto.
Inexistência de um modelo de alocação de cargos; Necessidade da realização de estudos de dimensionamento de pessoal; Falta de pessoal na área, frente às demandas a serem gerenciadas.	Existência de equipe específica e qualificada para o desenvolvimento do trabalho.	Incremento do quadro de pessoal da área; Apresentação de um projeto piloto que contemple as especificações dos cargos X alocação.
Ausência de metodologia que norteie a implementação da gestão por competências por parte do Governo Federal.	Existência de equipe específica e qualificada para o desenvolvimento do trabalho.	Realização de grupos de estudos sobre gestão por competências.
Processos de trabalho manuais pouco eficientes, retrabalho e desperdícios.	Projeto PROGESP Digital.	Revisão e modernização dos processos e fluxos de trabalho, otimização de tempo e, economia de recursos.

6 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO

A gestão da Universidade é pautada no princípio da gestão democrática, exercida responsabilmente pela coletividade de seus servidores, sendo que em cada órgão da estrutura administrativa há representantes do corpo docente, discente e técnico-administrativo.

A UFRGS tem sua organização administrativa pautada no respeito à diversidade de seus elementos componentes, imperando a observância de um complexo regramento de convívio, baseado na preservação e constante aprimoramento da excelência acadêmica. Entre outros fatores, sua origem resultante da união de diferentes faculdades, processo decorrido num longo período de tempo, muito contribuiu para a consolidação desta estrutura.

O Estatuto e o Regimento Geral da UFRGS são os grandes balizadores da estrutura de funcionamento em termos de sua Organização e Gestão.

6.1 COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UNIVERSIDADE

De acordo com o Estatuto, a estrutura da Universidade é composta por:

- a) Órgãos da Administração Central;
- b) Hospital Universitário;
- c) Unidades Universitárias;
- d) Institutos Especializados e
- e) Centros de Estudos Interdisciplinares.

A Administração Central da UFRGS é composta pelo Conselho Universitário (CONSUN), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), Conselho de Curadores (CONCUR) e pela Reitoria.

A Reitoria coordena e supervisiona todas as atividades universitárias. As Unidades Universitárias, por sua vez, são as Escolas, Faculdades e Institutos, que desenvolvem as atividades de ensino de graduação e de pós-graduação, pesquisa e extensão, apresentando igual hierarquia.

O Reitor é a autoridade superior da Universidade e, como tal, preside o Conselho Universitário e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Seu mandato é de 4 anos.

6.1.1 Órgãos da Administração Central

6.1.1.1 Conselho Universitário (CONSUN)

O CONSUN é o órgão máximo de função normativa, deliberativa e de planejamento da Universidade, nos planos acadêmico, administrativo, financeiro, patrimonial e disciplinar, com composição, competências e funcionamento definidos no Estatuto, regulados no Regimento Geral e disciplinados por seu Regimento Interno.

As reuniões ocorrem, por convocação de seu Presidente, o Reitor, em sessões ordinárias, mensalmente, na última sexta-feira de cada mês, ou no primeiro dia útil imediato; e, extraordinariamente, com indicação precisa da matéria por tratar, quando assim o entender o Presidente ou quando houver requerimento de pelo menos 1/3 (um terço) dos seus membros, com antecedência mínima de cinco dias úteis.

O CONSUN poderá constituir Comissões Permanentes e Especiais, em conformidade com seu Regimento Interno.

O Quadro 84 apresenta a estrutura do CONSUN.

Quadro 84 - Estrutura do CONSUN

Composição	I - Reitor, como Presidente, com voto de qualidade, além do voto comum; II - Vice-Reitor; III - Diretores das Unidades Universitárias e dos Institutos Especializados; IV - Presidente das Câmaras de Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão; V - Representação docente (18 representantes), discente (9 representantes) e servidores técnico-administrativos (9 representantes), conforme estabelecido no Regimento Geral da Universidade; VI - Um representante dos antigos alunos da Universidade e representantes da comunidade do Estado do Rio Grande do Sul, sendo 1 (um) das entidades empresariais, 1 (um) das entidades de trabalhadores, 1 (um) das entidades culturais e 1 (um) do setor de ciência e tecnologia, escolhidos de acordo com o disposto no Regimento Geral da Universidade; VII - Diretores dos órgãos de ensino fundamental, ensino médio e educação profissional. VIII - Presidente do Hospital Universitário da UFRGS.
Finalidade	Normatização, deliberação e planejamento nos planos acadêmico, administrativo, financeiro, patrimonial e disciplinar da Universidade.
Competências	I - estabelecer as diretrizes da Universidade e supervisionar sua execução, em consonância com o disposto neste Estatuto e no Regimento Geral da Universidade; II - aprovar emendas ao Estatuto e ao Regimento Geral da Universidade, por pelo menos 2/3 (dois terços) da totalidade de seus membros, em sessão especialmente convocada para este fim; III - aprovar os Regimentos dos órgãos previstos no artigo 7º deste Estatuto, o Regimento Interno do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e o seu próprio Regimento Interno; IV - aprovar o Plano de Gestão apresentado pelo Reitor; V - analisar os Planos de Ação e Relatórios das Unidades, sistematizados pela Reitoria; VI - aprovar as diretrizes orçamentárias, o orçamento, os créditos adicionais, as

	<p>transposições e as suplementações de verbas, nos termos do Regimento Geral da Universidade;</p> <p>VII - aprovar o Relatório Anual da Reitoria e a prestação de contas de cada exercício;</p> <p>VIII - aprovar a criação, modificação e extinção de funções e órgãos administrativos;</p> <p>IX - aprovar, por pelo menos 2/3 (dois terços) da totalidade de seus membros, a criação, incorporação e extinção dos órgãos previstos no artigo 7º deste Estatuto;</p> <p>X - aprovar a criação, extinção ou reestruturação de departamentos, propostas pelas Unidades;</p> <p>XI - aprovar propostas de criação ou extinção de cursos de Graduação e de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>, bem como de alteração do número total de vagas da Universidade nos cursos de Graduação, ouvidos o CEPE, as Unidades e demais setores envolvidos;</p> <p>XII - aprovar as normas disciplinadoras quanto ao dimensionamento, lotação, ingresso, regime de trabalho, progressão funcional, avaliação e qualificação dos servidores da Universidade;</p> <p>XIII - aprovar, por pelo menos 2/3 (dois terços) da totalidade de seus membros, a outorga de distinções universitárias previstas neste Estatuto;</p> <p>XIV - aprovar os convênios da Universidade e homologar os convênios das Unidades;</p> <p>XV - autorizar, na forma da lei, a alienação e oneração de bens patrimoniais imóveis, bem como a aceitação de legados e doações feitas à Universidade;</p> <p>XVI - promover, na forma da lei, com a presença de pelo menos 2/3 dos Conselheiros, o processo de escolha do Reitor e do Vice-Reitor, que incluirá consulta à Comunidade Universitária;</p> <p>XVII - propor a destituição do Reitor e do Vice-Reitor, na forma da lei, com aprovação de pelo menos 2/3 dos Conselheiros, em sessão especialmente convocada para este fim;</p> <p>XVIII - atuar como instância recursal máxima no âmbito da Universidade, bem como avocar o exame e a deliberação sobre qualquer matéria de interesse da Universidade.</p>
--	---

6.1.1.2 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE)

O CEPE é um órgão técnico, com função deliberativa, normativa e consultiva a respeito do ensino, da pesquisa e da extensão. As reuniões ocorrem ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Reitor ou por solicitação de pelo menos 1/3 (um terço) dos seus membros.

É integrado por Plenário e Câmaras de Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, cujas competências são definidas por seu Regimento Interno. As Câmaras são compostas por 12 (doze) docentes, sendo, no máximo, um de cada Unidade Universitária e por representantes discentes (Ver Quadro 85).

Quadro 85 - Estrutura do CEPE

Composição	<p>I - Reitor, como Presidente, com voto de qualidade, além do voto comum;</p> <p>II - Vice-Reitor;</p> <p>III - 8 (oito) docentes representantes da Câmara de Graduação, eleitos pela mesma;</p> <p>IV - 8 (oito) docentes representantes da Câmara de Pós-Graduação, eleitos pela mesma;</p> <p>V - 4 (quatro) docentes representantes da Câmara de Pesquisa, eleitos pela mesma;</p> <p>VI - 4 (quatro) docentes representantes da Câmara de Extensão, eleitos pela mesma;</p> <p>VII - 7 (sete) representantes para cada uma das categorias (discente, docente e dos servidores técnico-administrativos), segundo definição no Regimento Geral da Universidade.</p>
Finalidade	Função deliberativa, normativa e consultiva sobre ensino, pesquisa e extensão.
Competências	<p>I - elaborar seu Regimento Interno;</p> <p>II - fixar normas gerais para a organização, funcionamento, avaliação e alterações de cursos de graduação e pós-graduação e atividades de pesquisa e extensão;</p> <p>III - analisar, na sua área de competência, os Relatórios e Planos de Gestão das Unidades, sistematizados pela Reitoria;</p> <p>IV - aprovar os currículos dos cursos de graduação observadas as diretrizes curriculares emanadas pelo Poder Público e de pós-graduação, bem como suas alterações;</p> <p>V - manifestar-se sobre propostas de criação ou extinção de cursos de graduação e pós-graduação <i>stricto sensu</i>;</p> <p>VI - aprovar propostas de criação de cursos de extensão e pós-graduação <i>lato sensu</i>;</p> <p>VII - deliberar sobre a redistribuição de vagas entre os cursos de graduação da Universidade, ouvidas as Unidades e demais setores envolvidos;</p> <p>VIII - estabelecer normas gerais para o afastamento de docentes para fins acadêmicos;</p> <p>IX - realizar estudos, a serem submetidos ao Conselho Universitário, sobre propostas de criação, incorporação e extinção de departamentos e dos órgãos previstos no artigo 7º deste Estatuto;</p> <p>X - elaborar normas disciplinadoras das atividades acadêmicas, a serem submetidas ao Conselho Universitário;</p> <p>XI - elaborar, ouvida a Comissão Permanente de Pessoal Docente, normas disciplinadoras de ingresso, regime de trabalho, progressão funcional, avaliação e qualificação dos docentes, a serem submetidas ao Conselho Universitário;</p> <p>XII - exercer outras competências relativas ao ensino, à pesquisa e à extensão, por delegação do Conselho Universitário;</p> <p>XIII - deliberar, em grau de recurso, sobre matéria de sua competência.</p> <p>Das decisões do CEPE cabe recurso ao Conselho Universitário.</p>

a) Câmara de Graduação

Quadro 86 - Estrutura da Câmara de Graduação

Caracterização	Órgão auxiliar do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.
Composição	I - 12 (doze) membros docentes, eleitos pelos Coordenadores das Comissões da respectiva atividade, sendo no máximo um de cada Unidade Universitária; II - representantes discentes, eleitos por seus pares, na forma da lei. O Presidente é eleito dentre seus membros docentes, nos termos do Regimento Geral da Universidade.
Finalidade	Auxiliar ao CEPE.
Competências	I - propor diretrizes específicas de graduação da Universidade, a serem submetidas ao plenário do CEPE, de acordo com a política geral estabelecida pelo CONSUN; II - propor normas específicas para as atividades de graduação, a serem submetidas ao plenário do CEPE; III - propor, à Pró-Reitoria competente, ações para o desenvolvimento da graduação; IV - apreciar matérias referentes ao ensino de graduação e sua administração; V - aprovar os currículos de cursos de graduação, bem como suas alterações; VI - coordenar, acompanhar e estabelecer mecanismos de controle e aperfeiçoamento do processo de avaliação das atividades e cursos de graduação; VII - manifestar-se sobre a criação e extinção de cursos de graduação; VIII - homologar concursos para admissão de pessoal docente; IX - realizar, através das Comissões de Graduação, a revalidação de títulos e diplomas de graduação; X - avaliar os relatórios anuais das atividades de graduação, organizados pelas Comissões de Graduação; XI - articular ações, juntamente com as diferentes Comissões de Graduação, para o desenvolvimento da graduação; XII - assessorar a Pró-Reitoria responsável na concessão de bolsas e auxílios, quando solicitada; XIII - assessorar a Reitoria em assuntos pertinentes à graduação; XIV - apreciar recursos, em matéria de graduação, interpostos contra decisão das Comissões de Graduação e dos Conselhos de Unidade.

b) Câmara de Pós-Graduação

Quadro 87 - Estrutura da Câmara de Pós-Graduação

Caracterização	Órgão auxiliar do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.
Composição	I - 12 (doze) membros docentes, eleitos pelos Coordenadores das Comissões da respectiva atividade, sendo no máximo um de cada Unidade Universitária; II - representantes discentes, eleitos por seus pares, na forma da lei. O Presidente é eleito dentre seus membros docentes, nos termos do Regimento Geral da Universidade.
Finalidade	Auxiliar ao CEPE.

Competências	<p>I - propor diretrizes específicas de pós-graduação da Universidade, a serem submetidas ao plenário do CEPE, de acordo com a política geral estabelecida pelo CONSUN;</p> <p>II - propor normas específicas para as atividades de pós-graduação, a serem submetidas ao plenário do CEPE;</p> <p>III - propor, à Pró-Reitoria competente, ações para o desenvolvimento da pós-graduação;</p> <p>IV - apreciar matérias referentes ao ensino de pós-graduação e sua administração;</p> <p>V - aprovar os currículos dos cursos de pós-graduação, bem como suas alterações;</p> <p>VI - aprovar projetos de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>;</p> <p>VII - manifestar-se sobre a criação e extinção de cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>;</p> <p>VIII - reconhecer e revalidar títulos e diplomas de pós-graduação;</p> <p>IX - homologar os regimentos dos cursos de pós-graduação; -</p> <p>X-coordenar, acompanhar e estabelecer mecanismos de controle e aperfeiçoamento do processo de avaliação das atividades e cursos de pós-graduação <i>lato e stricto sensu</i>;</p> <p>XI - credenciar professores e orientadores para cursos de pós-graduação, após aprovação pela respectiva Comissão de Pós-Graduação;</p> <p>XII - homologar o afastamento de docentes para atividades de pós-graduação;</p> <p>XIII - articular ações, juntamente com as diferentes Comissões de Pós-Graduação, para o desenvolvimento da pós-graduação;</p> <p>XIV - assessorar a Pró-Reitoria responsável na concessão de bolsas e auxílios, quando solicitada;</p> <p>XV - assessorar a Reitoria em assuntos pertinentes à pós-graduação;</p> <p>XVI - avaliar os relatórios anuais das atividades de pós-graduação, organizados pelas Comissões de Pós-Graduação das Unidades;</p> <p>XVII - apreciar recursos, em matéria de pós-graduação, interpostos contra decisão das Comissões de Pós-Graduação e dos Conselhos de Unidade.</p>
--------------	--

c) Câmara de Pesquisa

Quadro 88 - Estrutura da Câmara de Pesquisa

Caracterização	Órgão auxiliar do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.
Composição	<p>I - 12 (doze) membros docentes, eleitos pelos Coordenadores das Comissões da respectiva atividade, sendo no máximo um de cada Unidade Universitária;</p> <p>II - representantes discentes, eleitos por seus pares, na forma da lei.</p> <p>O Presidente é eleito dentre seus membros docentes, nos termos do Regimento Geral da Universidade.</p>
Finalidade	Auxiliar ao CEPE.

Competências	<p>I - propor diretrizes específicas de pesquisa da Universidade, a serem submetidas ao plenário do CEPE, de acordo com a política geral estabelecida pelo CONSUN;</p> <p>II - propor normas específicas para as atividades de pesquisa, a serem submetidas ao plenário do CEPE;</p> <p>III - propor, à Pró-Reitoria competente, ações para o desenvolvimento da pesquisa;</p> <p>IV - apreciar matérias referentes à atividade de pesquisa e sua administração;</p> <p>V - homologar o afastamento do país de servidores docentes e técnico-administrativos para atividades de pesquisa;</p> <p>VI - homologar projetos de pesquisa com vistas à alteração do regime de trabalho e admissão de servidores docentes e técnico-administrativos, após a aprovação da Comissão de Pesquisa da Unidade;</p> <p>VII - homologar as normas de funcionamento das Comissões de Pesquisa ou equivalentes;</p> <p>VIII - avaliar os relatórios anuais das atividades de pesquisa organizados pela Comissão de Pesquisa da Unidade ou equivalentes;</p> <p>IX - avaliar projetos de pesquisa que necessitem aval da Reitoria;</p> <p>X - articular ações, juntamente com as diferentes Comissões de Pesquisa, para o desenvolvimento da pesquisa na Universidade;</p> <p>XI - assessorar a Pró-Reitoria responsável na concessão de bolsas e auxílios, quando solicitada;</p> <p>XII - assessorar a Reitoria em assuntos pertinentes à pesquisa;</p> <p>XIII - apreciar recursos, em matéria de pesquisa, interpostos contra decisão das Comissões de Pesquisa e dos Conselhos de Unidade;</p> <p>XIV - coordenar, acompanhar e estabelecer mecanismos de controle e aperfeiçoamento do processo de avaliação das atividades de pesquisa.</p>
--------------	--

d) Câmara de Extensão

Quadro 89 - Estrutura da Câmara de Extensão

Caracterização	Órgão auxiliar do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.
Composição	<p>I - 12 (doze) membros docentes, eleitos pelos Coordenadores das Comissões da respectiva atividade, sendo no máximo um de cada Unidade Universitária.</p> <p>II - representantes discentes, eleitos por seus pares, na forma da lei.</p> <p>O Presidente é eleito dentre seus membros docentes, nos termos do Regimento Geral da Universidade.</p>
Finalidade	Auxiliar ao CEPE.

Competências	<p>I - propor diretrizes específicas de extensão da Universidade, a serem submetidas ao plenário do CEPE, de acordo com a política geral estabelecida pelo CONSUN;</p> <p>II - propor normas específicas para as atividades de extensão, a serem submetidas ao plenário do CEPE;</p> <p>III - propor, à Pró-Reitoria competente, ações para o desenvolvimento da extensão;</p> <p>IV - apreciar matérias referentes à atividade de extensão e sua administração;</p> <p>V - homologar o afastamento de servidores docentes e técnico-administrativos para atividades de extensão;</p> <p>VI - homologar projetos de extensão com vistas à alteração do regime de trabalho e admissão de servidores docentes e técnico-administrativos, após a aprovação pela Comissão de Extensão da Unidade;</p> <p>VII - homologar as normas de funcionamento das Comissões de Extensão;</p> <p>VIII - avaliar os relatórios anuais das atividades de extensão, organizados pela Comissão de Extensão da Unidade;</p> <p>IX - avaliar, quanto ao mérito, as atividades de extensão, desenvolvidas pelos centros de estudos interdisciplinares e Pró-Reitoria de Extensão;</p> <p>X - articular ações, juntamente com as diferentes Comissões de Extensão, para o desenvolvimento da extensão na Universidade;</p> <p>XI - assessorar a Pró-Reitoria responsável na concessão de bolsas e auxílios, quando solicitada;</p> <p>XII - assessorar a Reitoria em assuntos pertinentes à extensão;</p> <p>XIII - apreciar recursos, em matéria de extensão, interpostos contra decisão das Comissões de Extensão e dos Conselhos de Unidade;</p> <p>XIV - coordenar, acompanhar e estabelecer mecanismos de controle e aperfeiçoamento do processo de avaliação das atividades de extensão.</p>
--------------	---

6.1.1.3 Conselho de Curadores (CONCUR)

O Conselho de Curadores é o órgão fiscalizador da gestão econômico-financeira, na forma da lei. Tem competência para elaborar seu Regimento Interno e as formas de eleição de seu Presidente e Vice-Presidente; acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária e econômico-financeira da Universidade; emitir parecer sobre as contas da Universidade, relativas a cada exercício financeiro; aprovar a alienação de bens móveis; propor a contratação de auditoria externa, caso julgue indispensável ao exame das contas; exercer demais atribuições previstas em lei, no Estatuto, no Regimento Geral da Universidade, ou por deliberação específica do Conselho Universitário.

Além das competências previstas no Estatuto da Universidade, cabe ao CONCUR emitir parecer técnico sobre a Proposta Orçamentária, alterações no Orçamento-Programa e solicitações de recursos. Poderá solicitar aos órgãos da Administração, por via hierárquica, as informações que julgar necessárias ao exercício de suas atribuições, estabelecendo prazos para o seu atendimento. Os membros do CONCUR não podem participar de quaisquer outros órgãos administrativos da Universidade.

Quadro 90 - Estrutura do CONCUR

Composição	<p>I - 7 (sete) integrantes do corpo docente da Universidade, eleitos pelo Conselho Universitário;</p> <p>II - 1 (um) membro do corpo discente, de acordo com o Regimento Geral da Universidade;</p> <p>III - 2 (dois) membros externos à Universidade, sendo um indicado pelo Ministério da Educação e outro por organizações da comunidade, segundo definição no Regimento Geral da Universidade.</p> <p>§ 1º - Os membros do Conselho terão suplentes, indicados da mesma forma que os representantes titulares e com o mesmo período de mandato.</p> <p>§ 2º - O mandato dos membros do CONCUR será de 2 (dois) anos, salvo o do representante do corpo discente, que será de 1 (um) ano.</p>
Finalidade	Fiscalização da gestão econômico-financeira da Universidade.
Competências	<p>I - elaborar seu Regimento Interno e as formas de eleição de seu Presidente e Vice-Presidente;</p> <p>II - acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária e econômico-financeira da Universidade;</p> <p>III - emitir parecer sobre as contas da Universidade, relativas a cada exercício financeiro;</p> <p>IV - aprovar a alienação de bens móveis;</p> <p>V - propor a contratação de auditoria externa, caso julgue indispensável ao exame das contas;</p> <p>VI - exercer demais atribuições previstas em lei, neste Estatuto, no Regimento Geral da Universidade ou por deliberação específica do Conselho Universitário.</p>

6.1.1.4 Reitoria

A Reitoria é o órgão executivo que coordena e supervisiona todas as atividades universitárias. É integrada, atualmente, pelas seguintes Pró-Reitorias: Coordenação Acadêmica, Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão, Planejamento e Administração, Gestão de Pessoas, a Superintendência de Infraestrutura; as Secretarias de Avaliação Institucional, de Relações Internacionais, de Educação a Distância, do Patrimônio Histórico, de Desenvolvimento Tecnológico, de Assistência Estudantil e de Comunicação Social; Coordenação de Educação Básica e Profissional; Procuradoria Geral; Chefia de Gabinete e Coordenadoria de Segurança.

Os órgãos suplementares destinam-se a cumprir objetivos especiais de natureza científica, técnica, cultural, recreativa e de assistência. São eles: a Biblioteca Central, Centro de Processamento de Dados, Centro Nacional de Supercomputação, Centro de Teledifusão Educativa, Cinema e Teatro, Editora, Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados, Museu Universitário, Centro de Microscopia Eletrônica e Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural. O Quadro 91 apresenta a estrutura da Reitoria da Universidade.

Quadro 91 - Estrutura da Reitoria

Composição	I - O Gabinete do Reitor; II - As Pró-Reitorias, Secretarias, Superintendência, Coordenadorias; III - A Procuradoria-Geral; IV - A Chefia de Gabinete; V - Os Órgãos Suplementares; VI - Os Órgãos Especiais de Apoio.
Finalidade	Coordenação e supervisão de todas as atividades universitárias.
Competências	Compete ao Reitor: I - administrar e representar a Universidade; II - superintender todos os serviços da Reitoria; III - convocar e presidir o Conselho Universitário e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; IV - elaborar e propor o orçamento da Universidade, bem como realizar as transposições orçamentárias, nos limites fixados pelo Regimento Geral da Universidade; V - prover os cargos de Pró-Reitores, Procurador-Geral, Chefe de Gabinete, Presidente do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Diretores e Vice-Diretores de Unidades e de Institutos Especializados, Diretores dos Centros de Estudos Interdisciplinares, Diretores dos Órgãos Suplementares, Presidentes de Câmaras, Chefes de Departamento, Coordenadores de Comissões de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Extensão, Diretores dos Órgãos Auxiliares e Diretores dos Órgãos Especiais de Apoio, na forma que dispõe este Estatuto e o Regimento Geral da Universidade; VI - prover os empregos e funções do pessoal da Universidade; VII - exercer o poder disciplinar; VIII - cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Universitário e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; IX - exercer as atribuições que emanam da lei, deste Estatuto e do Regimento Geral da Universidade; X - submeter ao Conselho Universitário o Plano de Gestão; XI - enviar ao Conselho Universitário o Relatório Anual da Universidade. É facultado ao Reitor delegar ao Vice-Reitor atribuições constantes deste artigo.

6.1.2 Hospital Universitário

O Hospital Universitário da UFRGS é o Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), constituído sob a forma de empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado com patrimônio próprio e autonomia administrativa, vinculado à supervisão do Ministério da Educação, cujo presidente é da livre escolha e nomeação do Reitor da Universidade, homologada por seu Conselho Universitário.

6.1.3 Unidades Universitárias

Ao final do ano de 2008, a UFRGS possuía um total de 27 Unidades Universitárias e uma unidade escolar, o Colégio de Aplicação. São elas:

- Escola de Administração;

- Escola de Educação Física;
- Escola de Enfermagem;
- Escola de Engenharia;
- Faculdade de Agronomia;
- Faculdade de Arquitetura;
- Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação;
- Faculdade de Ciências Econômicas;
- Faculdade de Direito;
- Faculdade de Educação;
- Faculdade de Farmácia;
- Faculdade de Medicina;
- Faculdade de Odontologia;
- Faculdade de Veterinária;
- Instituto de Artes;
- Instituto de Biociências;
- Instituto de Ciências Básicas da Saúde;
- Instituto de Ciências e Tecnologia de Alimentos;
- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas;
- Instituto de Física;
- Instituto de Geociências;
- Instituto de Informática;
- Instituto de Letras;
- Instituto de Matemática;
- Instituto de Pesquisas Hidráulicas;
- Instituto de Psicologia;
- Instituto de Química.

A estrutura acadêmico-administrativa das Unidades Universitárias está prevista em seus Regimentos Internos, bem como nas normas gerais do Estatuto e do Regimento Geral da Universidade (Conforme Anexos).

Cada Unidade Universitária possui um Conselho de Unidade, onde estão representados o corpo docente, discente e técnico-administrativo. O Conselho é um órgão de deliberação superior que supervisiona as atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas na Unidade e apresenta a seguinte composição: Diretor, Vice-Diretor, Chefes de Departamento, Coordenadores das Comissões, Diretores de Órgãos Auxiliares, Bibliotecário, além de representantes discentes, docentes e técnico-administrativos previstos no Regimento de cada Unidade.

A menor fração da estrutura universitária é representada pelos departamentos, os quais desenvolvem as atividades de graduação, pesquisa e extensão das Unidades, elaborando seu plano de atividades para aprovação nas instâncias administrativas superiores (Conselho da Unidade e Conselho Universitário) e as questões administrativas pertinentes.

Cada departamento apresenta um Plenário, composto por todos os docentes em exercício ou lotados naquele setor e uma representação discente para cada cinco professores. O Plenário poderá ser convocado pelo chefe do departamento, por 1/3 dos membros do departamento ou por seu Colegiado, quando houver. Haverá formação de Colegiado, quando o departamento apresentar um número superior a 20 docentes, a ser composto por no mínimo 8 e no máximo 20 docentes e 1 aluno para cada 5 professores.

Compete ao Plenário ou ao Colegiado atribuir aos docentes do departamento tarefas de ensino, de pesquisa, de extensão e, na sua esfera de competência, de administração; propor ao Conselho da Unidade a admissão e a dispensa de docentes, bem como modificações no regime de trabalho destes; deliberar sobre pedidos de afastamento de docentes; designar os representantes do departamento nas instâncias previstas no Regimento Interno da Unidade; indicar ao Conselho da Unidade nomes para a composição de Comissões Examinadoras de concursos destinados ao preenchimento de vagas no corpo docente; manifestar-se previamente sobre acordos, convênios e contratos, bem como sobre a realização de congressos e atividades similares, a serem executados no âmbito do departamento ou com sua colaboração; examinar o relatório anual das atividades do departamento elaborado pela chefia; promover a avaliação do desempenho dos docentes e do desenvolvimento das disciplinas do departamento.

Quando o Plenário ou o Colegiado não atribuírem as tarefas da esfera de sua competência administrativa aos seus docentes, caberá ao chefe de departamento realizar a distribuição das mesmas.

Segue o quadro-resumo sobre as Unidades Universitárias.

Quadro 92 - Estrutura das Unidades Universitárias

Caracterização	Destinam-se ao exercício das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. Os Institutos Centrais são Unidades que atuam, predominantemente, no domínio do conhecimento fundamental. As Faculdades e Escolas são Unidades que atuam nas áreas do conhecimento aplicado.
Composição	I - O Conselho da Unidade; II - A Direção; III - Os Departamentos; IV - As Comissões de Graduação;

	V - As Comissões de Pós-Graduação; VI - As Comissões de Pesquisa; VII - As Comissões de Extensão; VIII - Os Órgãos Auxiliares.
--	---

6.1.3.1 Conselho da Unidade

O Conselho da Unidade é o órgão de deliberação superior da Unidade Universitária, sendo composto por: Direção, Vice-Direção, Chefias de Departamentos, Coordenadores, Representantes docentes, discentes e de técnicos administrativos, e tendo por competências: a) supervisionar as atividades dos Departamentos, compatibilizando-as quando for o caso; b) reconhecer, pelo voto secreto e favorável de 2/3 (dois terços) dos membros, o notório saber de postulante à inscrição em concurso de Professor Titular; c) deliberar sobre pedidos de remoção, transferência ou movimentação de docentes, após pronunciamento dos Departamentos envolvidos; d) manifestar-se sobre pedidos de remoção, transferência ou movimentação de servidores técnico-administrativos; e) avocar, no seu âmbito, pelo voto de 2/3 (dois terços) da totalidade dos seus membros; f) exame e deliberação sobre matéria de interesse geral da Unidade; g) definir a composição de Comissões Examinadoras de concursos públicos para o preenchimento de vagas no corpo docente, a partir de nomes indicados pelo Departamento; h) promover, na forma da lei, com a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) da totalidade dos seus membros, o processo de escolha do Diretor e do Vice-Diretor, que incluirá consulta à sua comunidade; i) propor a destituição do Diretor e do Vice-Diretor, na forma da lei, com aprovação de pelo menos 2/3 (dois terços) da totalidade dos seus membros, em sessão especialmente convocada para esse fim; j) pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse ou responsabilidade da Unidade.

6.1.3.2 Direção da Unidade

O Diretor é a autoridade superior da Unidade, competindo-lhe a supervisão dos programas de ensino, pesquisa e extensão e a execução das atividades administrativas, dentro dos limites estatutários e regimentais e das deliberações do Conselho da Unidade.

O mandato do Diretor e do Vice-Diretor é exercido em regime de dedicação exclusiva ou de 40 horas e tem a duração de 4 (quatro) anos, vedada a reeleição para o período imediato. O professor investido nas funções de Diretor fica desobrigado do exercício das demais atividades docentes, sem prejuízo dos vencimentos, gratificações e vantagens. O Diretor poderá tomar decisões *ad referendum* do Conselho da Unidade em situações de urgência e no interesse da Unidade. O Conselho da Unidade apreciará o ato na primeira sessão subsequente, e a não ratificação do mesmo, a critério do Conselho, poderá acarretar

a nulidade e ineficácia da medida, desde o início da sua vigência. O Conselho da Unidade apreciará o ato considerando, além da urgência e do interesse, o mérito da matéria. A forma de eleição do Diretor e do Vice-Diretor será definida pelo Conselho da Unidade, de acordo com as normas gerais estabelecidas pelo CONSUN.

6.1.3.3 Departamentos

Os Departamentos das Unidades Universitárias, compreendendo Plenário, Colegiado e Chefia, têm suas finalidades e competências definidas no Estatuto e disciplinadas no Regimento Geral da Universidade. O Departamento poderá constituir um Colegiado quando o número de seus docentes for superior a 20, sendo sua composição definida no Regimento Interno da Unidade. O número de membros docentes no Colegiado será no mínimo de 8 e no máximo de 16. O mandato dos docentes membros do Colegiado será de 2 anos, coincidindo com o período do mandato do Chefe do Departamento e do Chefe Substituto. A representação discente no Plenário e no Colegiado, quando existente, será de 1 aluno para cada 5 docentes, escolhidos de acordo com o Regimento Interno da Unidade.

Compete ao **Plenário ou ao Colegiado**: a) atribuir aos docentes do Departamento as tarefas de ensino, de pesquisa, de extensão e, na sua esfera de competência, de administração; b) propor ao Conselho da Unidade a admissão e a dispensa de docentes, bem como modificações no regime de trabalho destes; c) deliberar sobre pedidos de afastamento de docentes; d) designar os representantes do Departamento nas instâncias previstas no Regimento Interno da Unidade; e) indicar ao Conselho da Unidade nomes para a composição de Comissões Examinadoras de concursos destinados ao preenchimento de vagas no corpo docente; f) manifestar-se previamente sobre acordos, convênios e contratos, bem como sobre a realização de congressos e atividades similares, a serem executados no âmbito do Departamento ou com sua colaboração; g) examinar o relatório anual das atividades do Departamento elaborado pela chefia; h) promover a avaliação de desempenho dos docentes e do desenvolvimento das disciplinas do Departamento. O plenário do Departamento poderá ser convocado pelo Chefe, por solicitação do Colegiado ou de 1/3 (um terço) dos membros do Departamento.

Compete ao **Chefe do Departamento**: a) elaborar o relatório anual das atividades do Departamento; b) atribuir aos docentes do Departamento as tarefas de ensino, de pesquisa, de extensão e, na sua esfera de competência, de administração, quando o Plenário ou o Colegiado não o fizer. O Chefe do Departamento, durante seus afastamentos temporários e impedimentos eventuais, será substituído pelo Chefe Substituto e, na falta deste, pelo membro mais antigo no magistério superior da UFRGS no Colegiado, quando existente, ou no Departamento.

6.1.3.4 Comissões de Graduação

Os cursos de graduação são coordenados por Comissões de Graduação, que exercem as competências definidas no Estatuto, no Regimento Geral e as demais a elas atribuídas pelo Conselho da Unidade. O número de representantes de cada Comissão de Graduação é definido no Regimento Interno da Unidade. Os Departamentos da Unidade a qual o curso se vincula têm maioria de representantes na Comissão, exceto no caso de cursos em parceria. Os Departamentos que ministram as disciplinas de formação especial poderão ter mais de um representante na Comissão, obedecida a proporcionalidade das cargas horárias dessas disciplinas. As Comissões de Graduação são constituídas por uma representação permanente formada pelos Departamentos da Unidade a que o curso se vincula, responsáveis, no mínimo, por uma disciplina obrigatória do currículo do curso, e por outra, formada sob o critério de rodízio, pelos demais Departamentos responsáveis, no mínimo, por uma disciplina obrigatória do currículo do curso, e pela representação discente na proporção de 1 aluno para cada 5 docentes, escolhidos de acordo com o Regimento Interno da Unidade.

Os representantes dos Departamentos nas Comissões de Graduação são eleitos, por voto secreto, pelos seus Plenários. O mandato dos membros das Comissões de Graduação é de 2 anos, salvo o dos representantes do corpo discente, que é de 1 ano, permitida uma recondução, em ambos os casos. O Coordenador e o Coordenador Substituto de cada Comissão de Graduação são eleitos por voto secreto, pelos membros da Comissão, com mandato de 2 anos, sendo permitida uma recondução. O funcionamento das Comissões de Graduação obedece às seguintes normas: a) as Comissões reunir-se-ão quando convocadas pelos seus Coordenadores ou por solicitação de um terço de seus membros, e deliberarão por maioria simples, presente a maioria absoluta dos membros; b) o não comparecimento a 3 reuniões consecutivas, ou a 5 intercaladas, por parte de qualquer integrante de Comissão de Graduação, sem motivo justificado, acarreta perda de mandato declarada, de ofício por seu Coordenador.

São atribuições das Comissões de Graduação: a) supervisionar o ensino das disciplinas integrantes do currículo do respectivo curso; b) deliberar sobre a organização curricular do respectivo curso, sujeita à homologação do CEPE; c) manifestar-se nos casos de recusa de matrícula ou desligamento de alunos do respectivo curso; d) atuar como instância final nos casos de recurso interposto em matéria de atribuição de conceito; e) elaborar, ouvidos os Departamentos, os horários das disciplinas.

Cabe ao Coordenador da Comissão de Graduação: a) participar da eleição de representantes para a Câmara de Graduação; b) enviar Relatório Anual para o Conselho da

Unidade; c) representar o respectivo curso nas situações que digam respeito às suas competências; d) no caso de Cursos em Parceria, o Relatório Anual deverá ser encaminhado aos Conselhos de ambas as Unidades Parceiras.

6.1.3.5 Conselhos e Comissões de Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Os cursos de pós-graduação são coordenados por Conselhos e Comissões de Pós-Graduação. As atividades de pesquisa relativas às dissertações (Mestrado) e teses (Doutorado) desenvolvidas em cursos de pós-graduação são coordenadas pelos Conselhos e Comissões de Pós-Graduação *stricto sensu*.

O Conselho de Pós-Graduação é constituído por todos os professores permanentes do curso e pela representação discente na proporção de 1 aluno para cada 5 docentes, escolhidos de acordo com o Regimento Interno da Unidade. O Conselho de Pós-Graduação reunir-se-á sempre que convocado pelo Coordenador do curso ou por solicitação de um terço dos seus membros, e deliberará por maioria simples, presente a maioria absoluta dos membros. A Comissão de Pós-Graduação será constituída por professores portadores do título de Doutor ou equivalente, em número estipulado pelo Regimento do Curso, e pela representação discente na proporção de 1 aluno para cada 5 docentes, escolhidos de acordo com o Regimento Interno da Unidade. Os mandatos e o funcionamento da Comissão de Pós-Graduação têm o mesmo modelo da Comissão de Graduação.

A administração de cada curso de pós-graduação fica a cargo de um Coordenador, que preside o Conselho e a Comissão de Pós-Graduação respectivos, e que se articula com os Departamentos correspondentes para a realização de atividades de ensino e orientação. O Coordenador e o Coordenador Substituto são eleitos, por voto secreto, dentre os professores orientadores permanentes, pelos membros do Conselho do curso, com mandato de 2 anos, permitida uma recondução. Cabe ao Coordenador do curso, além do fixado no Estatuto: a) representar o respectivo curso nas situações que digam respeito as suas competências fixadas no Estatuto, neste Regimento Geral e no Regimento Interno da Unidade; b) elaborar o projeto de orçamento para o curso, segundo diretrizes e normas dos órgãos superiores da Universidade; c) participar da eleição de representantes para a Câmara de Pós-Graduação; d) articular-se com a Pró-Reitoria respectiva para acompanhamento, execução e avaliação das atividades de pós-graduação; e) enviar Relatório Anual de atividades para o Conselho da Unidade.

6.1.3.6 Comissões de Pesquisa

As atividades de pesquisa são coordenadas por Comissões de Pesquisa, que exercem as competências definidas no Estatuto, no Regimento Geral e as demais a elas atribuídas pelo Conselho da Unidade. A Comissão de Pesquisa da Unidade é constituída

por docentes e técnicos-administrativos, preferencialmente portadores do título de Doutor ou equivalente, que desenvolvam atividades de pesquisa na Unidade, e pela representação discente na proporção de 1 aluno para cada 5 docentes, escolhidos de acordo com o Regimento Interno da Unidade. O número de integrantes da Comissão de Pesquisa da Unidade é definido no Regimento Interno da Unidade. Os representantes nas Comissões de Pesquisa são eleitos mediante voto secreto por aqueles que exercem atividades de pesquisa, aprovadas pela instância competente da Unidade. A eleição, os mandatos e o funcionamento das Comissões de Pesquisa têm o mesmo modelo das anteriores. Cabe ao Coordenador da Comissão de Pesquisa, além do fixado no Estatuto: a) participar da eleição de representantes para a Câmara de Pesquisa; b) articular-se com a Pró-Reitoria respectiva para acompanhamento, execução e avaliação das atividades de pesquisa; c) enviar Relatório Anual de atividades para o Conselho da Unidade.

6.1.3.7 Comissões de Extensão

As atividades de extensão são coordenadas por Comissões de Extensão, que exercem as competências definidas no Estatuto, no Regimento Geral e as demais a elas atribuídas pelo Conselho da Unidade. A Comissão de Extensão da Unidade é constituída por representantes docentes de seus Departamentos, que desenvolvem atividades de extensão; pela representação dos servidores técnico-administrativos que desenvolvam atividades de extensão; e pela representação discente na proporção de 1 aluno para cada 5 docentes, escolhidos de acordo com o Regimento Interno da Unidade. O número de integrantes da Comissão de Extensão da Unidade é definido no Regimento Interno da Unidade. A eleição, os mandatos e o funcionamento das Comissões de Extensão têm o mesmo modelo das anteriores. Cabe ao Coordenador da Comissão de Extensão, além do fixado no Estatuto: a) participar da eleição de representantes para a Câmara de Extensão; b) articular-se com a Pró-Reitoria respectiva para acompanhamento, execução e avaliação das atividades de extensão; c) enviar Relatório Anual de atividades para o Conselho da Unidade.

6.1.3.8 Órgãos Auxiliares

Aos Órgãos Auxiliares das Unidades Universitárias cabem as funções previstas no Estatuto e as regulamentadas no Regimento Interno da Unidade. Os Órgãos Auxiliares terão Diretor e Diretor Substituto escolhidos na forma prevista no Regimento Interno da Unidade. Poderão ter destaque orçamentário os Órgãos Auxiliares com participação superior a 4 %, em relação às rubricas correspondentes do orçamento da Universidade, quer no orçamento de pessoal, quer no de outras despesas de custeio, quer ainda no patrimônio imobilizado.

Excepcionalmente, por solicitação da Unidade, poderá ser concedido destaque orçamentário ao órgão auxiliar que obtiver parecer favorável da Pró-Reitoria responsável pelo planejamento da Universidade e aprovação do Conselho Universitário. Os Órgãos Auxiliares com destaque orçamentário terão Conselho Diretor escolhido na forma prevista no Regimento Interno da Unidade.

Os Órgãos Auxiliares, sem prejuízo de outros que vierem a ser criados, são os seguintes: a) Centro de Ecologia, vinculado ao Instituto de Biociências, com destaque orçamentário; b) Centro de Estudos de Geologia Costeira e Oceânica, vinculado ao Instituto de Geociências; c) Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, vinculado à Faculdade de Ciências Econômicas, com destaque orçamentário; d) Centro de Estudos e Pesquisas em Administração, vinculado à Escola de Administração, com destaque orçamentário; e) Centro de Estudos em Petrologia e Geoquímica, vinculado ao Instituto de Geociências; f) Centro de Estudos Linguísticos e Literários, vinculado ao Instituto de Letras; g) Centro de Investigação de Gondwana, vinculado ao Instituto de Geociências; h) Centro de Pesquisas em Odontologia Social, vinculado à Faculdade de Odontologia, com destaque orçamentário; i) Centro de Tecnologia, vinculado à Escola de Engenharia; j) Centro Olímpico, vinculado à Escola de Educação Física; l) Estação Experimental Agronômica, vinculado à Faculdade de Agronomia, com destaque orçamentário; m) Hospital de Clínicas Veterinárias, vinculado à Faculdade de Veterinária, com destaque orçamentário; n) Observatório Astronômico, vinculado ao Instituto de Física; o) Serviço de Pesquisa e Preparação Profissional, vinculado à Faculdade de Direito; p) Laboratório de Pesquisa do Exercício, vinculado à Escola de Educação Física; q) Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos, vinculado ao Instituto de Biociências, com destaque orçamentário; r) Centro de Reprodução e Experimentação de Animais de Laboratório, vinculado ao Instituto de Ciências Básicas da Saúde; s) Estação Biológica da UFRGS, vinculada ao Instituto de Biociências; t) Centro de Gestão e Tratamento de Resíduos Químicos, vinculado ao Instituto de Química.

6.1.4 Institutos Especializados

Os Institutos Especializados destinam-se a cumprir objetivos especiais de ensino, de pesquisa e de extensão que, por sua natureza, não estão contemplados nas Unidades Universitárias.

6.1.5 Centros de Estudos Interdisciplinares

Reúnem especialistas da Universidade e externos a ela, com o objetivo de desenvolver novos programas de ensino, de pesquisa ou de extensão, de caráter interdisciplinar.

Os Centros de Estudos Interdisciplinares podem sediar atividades de ensino de pós-graduação, de pesquisa e de extensão, contando com docentes lotados em quaisquer departamentos.

6.2 A GESTÃO INSTITUCIONAL

A gestão institucional das IFES deve atender aos pressupostos definidos pelos órgãos auditores externos, como a Controladoria Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU), aos quais as mesmas prestam contas, como órgãos públicos, na forma da lei.

A CGU ocupa-se, principalmente, da verificação do modo pelo qual a gestão é planejada e executada, dentro de conceitos administrativos. O TCU foca-se nas questões inerentes à execução orçamentária, com uma visão mais própria da área econômica.

Em especial, referem-se às diretrizes expostas nos seguintes documentos emanados daqueles órgãos: Decisão Normativa TCU nº 85/2007, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 88/2007, Portaria CGU nº 1950/2007 e Portaria CGU nº 328/2008.

As IFES são obrigadas a apresentar seus relatórios anuais de gestão, os quais são, posteriormente, auditados por aqueles órgãos, daí, normalmente, resultando recomendações ou correções de procedimentos a serem mandatoriamente implementadas.

Os anexos II e X da Decisão Normativa TCU nº 85/2007 determinam, inclusive, um roteiro para a elaboração do relatório, o qual, partindo do Plano de Gestão aprovado no âmbito da IFES, para o período a que se refere o relatório, procura refletir o grau de êxito obtido na sua execução.

Todos os órgãos da Administração Central elaboram seus relatórios internos para a composição do relatório geral consolidado, daí resultando a necessidade de existirem ações nos planos de gestão das IFES que contemplem a inserção executiva de todos os seus órgãos.

São apresentados projetos e ações desenvolvidos a partir dos objetivos e metas físicas propostos pelo planejamento anual de cada órgão. Para cada um desses, especificam-se objetivos e parâmetros atinentes à sua execução. Ao final de cada ano são elaborados relatórios de gestão, inerente ao reitorado do período considerado. Este relatório é examinado pela equipe da CGU, no início do ano-exercício subsequente. Após a aprovação daquele órgão, o relatório segue para a análise do TCU.

É importante frisar que a análise efetuada pela CGU e pelo TCU foca-se, sobretudo, na qualidade da gestão do órgão público, em atendimento ao que foi planejado e legitimamente aprovado pelo mesmo, na forma da lei. A análise do mérito das decisões

inerentes ao seu campo próprio de atuação e à competência no alcance de seus propósitos-fim não é da alçada dos mesmos, o que fica a cargo, no caso das IFES, dos órgãos propriamente constituídos pelo MEC para tanto.

6.3 AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO

O Quadro 93 apresenta a avaliação da Dimensão Organização e Gestão.

Quadro 93 - Avaliação da Dimensão Organização e Gestão

Resultados Alcançados		Recomendações
Fragilidades	Potencialidades	
Estatuto Geral e Regimento da UFRGS necessitam revisão.	Interesse da Administração Central para a revisão e adaptação do Estatuto e Regimento à atual realidade.	Revisar o Estatuto e Regimento com observância à LDB (20 de dezembro de 1996). Rever o mandato dos Coordenadores de Cursos e Chefes de Departamento.
Inexistência do Regimento da Reitoria citado no Estatuto da Instituição.		Elaborar o Regimento da Reitoria.
Morosidade na aprovação dos Regimentos das Unidades e da Reitoria no âmbito do CONSUN.		Agilizar os trâmites de análise e aprovação de processos pelo CONSUN.
Não observância do cumprimento de competências previstas no Estatuto/Regimento.	Interesse da Administração Central para a minimização desta fragilidade.	Estimular a elaboração de relatórios pelos departamentos, comissões e direções de todos os órgãos da Universidade.
Dificuldades de sintonia e separação dos Poderes existentes na Universidade, entendendo-se por Poder Legislativo aquele representado pelos Conselhos e Comissões e o Poder Executivo, representado pela Administração Central e Unidades; Ocorre, também, a dicotomia entre a hierarquia Acadêmica e a Administrativa.	Intenção do atual corpo dirigente para concretizar atividades sincronizadas no âmbito da Administração entre os diversos segmentos institucionais.	Reavaliar o modelo de gestão vigente, a partir da revisão do Estatuto e Regimento Interno da Universidade e da elaboração do PDI.
Desestímulo da participação docente, discente e de servidores técnico-administrativos em Comissões e Conselhos.	Interesse da Administração Central em motivar o corpo docente, discente e técnico-administrativo para assumirem funções nos Conselhos e Comissões da Universidade.	Definir uma política de incentivo à participação em Comissões e Conselhos.
Coordenadores de Cursos e Chefes de Departamentos desestimulados pelo acúmulo de trabalho, deficiências de pessoal e de infraestrutura.		Definir política de revisão para melhoria das condições de trabalho.

7 INFRAESTRUTURA FÍSICA

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul dispõe de uma área territorial de 2.185 *hectares* (ha), com uma área edificada de aproximadamente 311.000 metros quadrados. Esta área distribui-se em quatro *campi* na cidade de Porto Alegre: *Campus*² Centro; *Campus* Saúde e Olímpico e *Campus* do Vale. Possui ainda as seguintes unidades isoladas: Transmissores de Rádio e Estação Experimental Agronômica em Eldorado do Sul / RS; Colônia de Férias em Tramandaí / RS, Centro de Estudos Costeiros Limnológicos e Marinhos (CECLIMAR) em Imbé / RS e Centro de Lazer de Capão da Canoa / RS. Ao longo dos anos, tem havido a busca de qualificação e um refinamento nos procedimentos de medição das áreas ocupadas pela Universidade. Por seus mais de 300 prédios, circulam diariamente mais de 22 mil estudantes de graduação e cerca de 12 mil de pós-graduação (incluindo *stricto* e *lato sensu*), além de 1.700 estudantes de ensino fundamental, médio e técnico pós-médio.

Encontram-se distribuídos neste espaço físico mais de 850 laboratórios, 33 bibliotecas setoriais (especificadas para cada área), a Biblioteca Central e 644 salas as quais podem atender, simultaneamente, aproximadamente 24.000 alunos.

No *Campus* Centro situa-se o Centro Nacional de Supercomputação, que proporciona suporte a inúmeras atividades de pesquisa. No *Campus* Saúde, o Centro de Processamento de Dados fornece a estrutura de tecnologia da informação para o funcionamento de toda a Universidade nas mais diversas áreas. No *Campus* do Vale, o Centro de Microscopia Eletrônica proporciona suporte às áreas médica, física, engenharia, etc.

Essa comunidade dispõe de uma ampla infraestrutura que abrange 856 laboratórios, 33 bibliotecas, 65 auditórios/anfiteatros, 3 museus, Hospital de Clínicas, Centro de Processamento de Dados, Centro de Teledifusão Educativa, Centro Nacional de Supercomputação, Centro de Microscopia Eletrônica, Cinema e Teatro, Editora, Planetário, Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados, Biotério, Jardim Botânico, Centro de Ecologia, Centro de Estudos de Geologia Costeira e Oceânica, Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, Centro de Estudos e Pesquisas em Administração, Centro de Estudos em Petrologia e Geoquímica, Centro de Estudos Linguísticos e Literários, Centro de Investigação de Gondwana, Centro de Pesquisas em Odontologia Social, Centro de Tecnologia, Centro Olímpico, Estação Experimental Agronômica, Hospital de Clínicas

² A denominação *Campus* é inadequada do ponto de vista legal, já que todas as áreas pertencentes a uma IES num mesmo Município são consideradas como pertencentes a um *Campus* único.

Veterinárias, Observatório Astronômico, Serviço de Pesquisa e Preparação Profissional, Centro de Biotecnologia, CECLIMAR, Centro Estadual de Pesquisa em Sensoriamento Remoto e Meteorologia, Laboratório de Análises Clínicas, Laboratório de Pesquisa do Exercício, Farmácia-Escola, Serviço de Assistência Judiciária Gratuita, Clínica de Atendimento Psicológico, Centro de Orientação Vocacional, Laboratório de Estudos Cognitivos, 3 casas de estudantes, 5 restaurantes universitários e 2 colônias de férias.

O *Campus* Centro, incluindo a Reitoria e outros prédios históricos, está situado em dois quarteirões no bairro Farroupilha próximo ao centro de Porto Alegre. Nesse entorno, localizam-se também ambientes culturais, tais como o Teatro, o Cinema e o Museu, além de espaços comerciais.

Neste entorno estão, o Salão de Atos, com capacidade para 2 mil pessoas e o Salão de Atos II, com capacidade para 200 pessoas, o Salão de Festa e a Sala Fahrion, amplamente utilizados para feiras e exposições culturais e científicas. Além do Plenário no andar térreo do prédio da Reitoria.

Este conjunto tem um potencial agregador para todas as atividades da Universidade e vincula-se com a cidade pela proximidade com o centro.

Como apoio a todas as atividades, há três Prefeituras Universitárias que fazem a manutenção geral, dispondo de três marcenarias e três serralherias, situadas nos *Campus* Centro, Saúde e Vale, que prestam apoio a todas as atividades na Universidade.

Os Quadros 94 e 95 apresentam a relação da infraestrutura física da UFRGS, especificando prédios e respectivas áreas distribuídas pelos vários *campi*.

Quadro 94 - Relatório e Infraestrutura Física de UFRGS (em m²)

Nº	Especificação	Campus Centro			Campus Saúde			Campus Olímpico			Campus do Yale			Unidades Dispersas			Total Geral		
		Área Física	Área Construída	Quant.	Área Física	Construída	Quant.	Área Física	Construída	Quant.	Área Física	Construída	Quant.	Área Física	Construída	Quant.	Área Física	Construída	Quant.
1	Área Física (Terreno)	84,594,92	-	-	18,715,00	-	-	121,900,00	-	-	6,021,000,00	-	-	15,606,677,95	-	-	21,852,887,87	-	-
2	Área Fazenda	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-	9,988,00	1	-	9,988,00	1
3	Áreas de Lazer	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-	5,468,00	2	-	5,468,00	2
4	Auditório / Anfiteatro	-	6,767,27	21	-	1,071,68	7	-	0	0	-	1,969,58	12	-	85,2	1	-	9,893,73	41
5	Biblioteca	-	4,831,82	10	-	2,336,70	8	-	401,61	1	-	5,691,92	13	-	147,4	1	-	13,409,45	33
6	Cinema	-	172,35	1	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-	172,35	1
7	Circulação	-	16,291,87	0	-	10,022,81	0	-	791,44	0	-	19,145,84	0	-	184,68	0	-	46,436,64	0
8	Gaurita	-	0,00	0	-	0,00	0	-	0	0	-	14,50	0	-	0	0	-	14,50	0
9	Ginásio	-	0	0	-	0	0	-	5,911,00	2	-	0	0	-	0	0	-	5,911,00	2
10	Hospitais	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-	1,961,82	0	-	0	0	-	1,961,82	0
11	Laboratórios	-	7,823,95	155	-	8,024,28	155	-	1,130,03	3	-	28,580,39	542	-	8,38	1	-	45,567,03	856
12	Museus	-	1,141,00	2	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-	757	1	-	1,898,00	3
13	Rádio	-	213,99	1	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-	213,99	1
14	Residências	-	6,544,00	1	-	574,53	1	-	0	0	-	1,773,47	1	-	0	0	-	8,892,00	3
15	Restaurantes	-	1,497,90	1	-	1,768,70	1	-	0	0	-	2,282,48	4	-	0	0	-	5,549,08	6
16	Sala de Professores	-	4,504,85	183	-	2,786,68	106	-	23,42	1	-	18,005,01	537	-	97,6	4	-	25,417,56	831
17	Salas Administrativas	-	16,500,86	463	-	13,036,81	386	-	2,251,33	62	-	27,240,13	220	-	1,831,10	43	-	60,860,23	1174
18	Salas de Alunos	-	2,096,32	72	-	332,48	13	-	0	0	-	3,402,79	50	-	0	0	-	5,831,59	135
19	Salas de Aula	-	14,555,47	213	-	6,510,77	117	-	403,93	11	-	25,156,43	303	-	977,16	4	-	47,603,76	648
20	Salas Especiais	-	16,127,72	305	-	9,539,99	188	-	698,45	11	-	22,542,62	205	-	1,859,21	30	-	50,767,99	739
21	Sanitários	-	1,879,19	181	-	1,252,78	118	-	2,12	1	-	3,864,24	221	-	92,03	6	-	7,090,36	527
22	Teatros	-	3,569,08	2	-	0	0	-	0	0	-	0	1	-	0	0	-	3,569,08	3
23	Passarelas / Circulação Externa (Coberta)	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-	10,148,00	0	-	0	0	-	10,148,00	0
Total		84,594,92	104,517,64		18,715,00	57,258,21		121,900,00	11,613,33		6,021,000,00	171,779,22		15,606,677,95	21,495,76		21,852,887,87	366,664,16	
Nº de Prédios			37			16			9			151			53			266	

Fonte: Superintendência de Infraestrutura, mai, 2010

Quadro 95 - Área Física e Construída da UFRGS

Prédio	Localização	Área Total		Área Construída
		(em m ²)	(em ha)	(em m ²)
11.000	Campus Centro - 1ºQuarteirão	25.240,00	2,52	37.510,00
12.000	Campus Centro - 2º Quarteirão	38.591,35	3,86	47.092,90
13.000	Campus Centro – Entomo	20.763,57	2,08	19.914,74
	Total Campus Centro	84.594,92	8,46	104.517,64
21.000	Campus da Saúde - Quadra 01 - (Benfeitorias em Propriedades de Terceiros)	0,00	0,00	47.099,88
22.000	Campus da Saúde - Quadra 02	18.715,00	1,87	10.158,33
	Total Campus da Saúde	18.715,00	1,87	57.258,21
31.000	Campus Olímpico	121.900,00	12,19	11.613,63
	Total Campus Olímpico	121.900,00	12,19	11.613,63
41.000	Agronomia	256.000,00	25,60	19.646,43
41.000	Campus do Vale – Morro da Companhia	438.000,00	43,80	0,00
42.000	Veterinária	266.000,00	26,60	9.796,46
43.000	Anel Viário	896.000,00	89,60	125.467,16
44.000	IPH	412.000,00	41,20	16.044,17
45.000	Morro Santana	3.753.000,00	375,30	825,00
	Total Campus do Vale	6.264.800,00	602,10	171.779,22
51.000	Unidade Dispersa – Transmissores de Rádio	0,00	0,00	315,00
52.000	Unidade Dispersa – Estação Experimental Agronômica	15.566.000,00	1.556,60	10.011,00
53.000	Unidade Dispersa – Colônia de Férias Tramandaí	5.848,00	0,58	4.260,00
54.000	Unidade Dispersa – Ceclimar (Imóvel de Terceiros)	0,00	0,00	3.268,30
55.000	Unidade Dispersa – Centro de Lazer Capão Novo	29.040,00	2,90	1.208,00
57.000	Unidade Dispersa – Colégio Santa Bárbara	2.088,00	0,21	1.942,00
58.000	Unidade Dispersa – Anatel - Gravataí (Comodato)	701,95	0,07	491,46
	Unidade Dispersa – Lotes 1,2 - Q.77-Z3 Farroupilha	3.000,00	0,30	0,00
	Total Unidades Dispersas	15.606.677,95	1.560,66	21.495,76
	TOTAL GERAL	22.096.687,87	2.185,28	366.664,46

Fonte: Superintendência de Infraestrutura, mai, 2010.

Os recursos de informação e comunicação são disponibilizados através do Centro de Processamento de Dados da Universidade e subsidiam as diversas áreas - ensino, pesquisa e extensão - além de oferecer dados e informações relevantes para a gestão e tomada de decisão.

Desde o primeiro CT-INFRA a Universidade tem apresentado projetos e captado recursos para manter atualizada a infraestrutura de TI e investir em novas tecnologias como,

por exemplo, no CT-INFRA 07 quando foi contemplada uma estrutura de videoconferência. Há investimentos também, de convênios e de recursos próprios.

Com o REUNI foram feitos investimentos na ampliação e modernização dos microcomputadores dos laboratórios de informática e dos multimídias para as salas de aula e na rede de dados, contemplando a instalação de rede sem fio nas bibliotecas para atendimento dos alunos.

7.1 COERÊNCIA DA INFRAESTRUTURA FÍSICA, ESPECIALMENTE A DE ENSINO E DE PESQUISA, BIBLIOTECA, RECURSOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COM O ESTABELECIDO EM DOCUMENTOS OFICIAIS

Para a execução de suas atividades, a UFRGS mantém, até 2008, 27 unidades de ensino de graduação: 13 institutos centrais, 10 faculdades, 4 escolas, além de uma escola técnica e uma escola regular de ensino fundamental e médio (Colégio de Aplicação). Em todas as Unidades Acadêmicas existem estruturas administrativas, de ensino, de pesquisa e de extensão. Esta descentralização faz com que cada um de seus órgãos, a par de constituírem parte do todo, também tenha sua identidade própria.

Em relação ao ensino, a infraestrutura física permite um adequado desenvolvimento das atividades. As salas de aula estão sendo gradativamente adequadas às novas tecnologias, em consonância com as mudanças das técnicas utilizadas pelos professores; muitas delas possuem recursos de multimídia. Os laboratórios são um aspecto muito importante da Universidade, porque são o ponto de interação entre o ensino e a pesquisa. São de diversos tamanhos, desde pequenas áreas até de mais de 1.000 m², segundo a demanda e financiamento da pesquisa.

É importante salientar que um conjunto de salas são gerenciadas pelas Unidades Acadêmicas, e estão situadas nas proximidades das mesmas, mas outro conjunto importante tem um gerenciamento centralizado da Pró-Reitoria de Graduação, garantindo disponibilidade de salas de aulas a qualquer tempo. Nesta última condição se tem prédios de salas de aulas nos *Campi* Centro, Olímpico e Vale.

Possui um Sistema de Bibliotecas integrado por 33 unidades que abrangem as diversas áreas do conhecimento. As bibliotecas setoriais estão distribuídas em todos os *campi*, situadas fisicamente junto às Unidades Acadêmicas às quais estão vinculadas, ou seja, fornecem a possibilidade de consulta perto de onde o aluno está, não impedindo a utilização de outras bibliotecas setoriais. São coordenadas, tecnicamente, pela Biblioteca Central, situada no prédio da Reitoria. As informações sobre os acervos, serviços e espaço físico das bibliotecas estão detalhadas na seção 7.4.

7.1.1 Investimentos em Infraestrutura

Nos últimos três anos a Universidade tem investido em infraestrutura para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, que compreendem a construção, ampliação e reformas de prédios, dentre as quais se destacam: a reforma dos anfiteatros da Escola de Engenharia, a pintura externa do prédio que abriga o Cinema Universitário e a Sala de Teatro Qorpo Santo e reforma das instalações do Programa de Graduação em Música do Instituto de Artes no *Campus* Centro, a construção da nova Biblioteca do Instituto de Psicologia, a adequação da sala da Farmácia Popular no *Campus* da Saúde, a conclusão do 1º pavimento do prédio do Departamento de Genética do Instituto de Biociências, a construção do prédio do Departamento de Plantas de Lavoura e a reforma da Central de Salas de Aula da Faculdade de Agronomia, a construção do prédio do Laboratório de Análises e Monitoramento de Combustíveis do Instituto de Química, a construção do prédio do Departamento de Patologia Veterinária – Crematório, a execução do prédio do Laboratório de Inseminação Artificial, a reforma do Laboratório de Imunologia e Virologia da Faculdade de Veterinária, a construção de dois prédios de Salas de Aula, a conclusão da 2ª etapa do prédio destinado ao Centro de Reprodução Experimental de Animais de Laboratório (CREAL), a nova Rede de Telefonia Subterrânea, a reforma do Laboratório de Filmes Finos do Instituto de Física, a construção do Laboratório de Catálise Molecular do Instituto de Química e a reforma na Casa de Estudantes no *Campus* do Vale, a construção de sanitários públicos e reforma e ampliação do prédio de Graduação no CECLIMAR em Imbé/RS e a continuação do cercamento na Estação Experimental Agrônômica em Eldorado do Sul/RS.

Houve preocupação também em investir na infraestrutura das atividades de apoio como a construção do prédio do Restaurante Universitário, a Gráfica e a Editora no *Campus* Saúde; a reforma e adaptação do local para abrigar o Restaurante Universitário no *Campus* Olímpico; a reforma e transferência da sede da Secretaria de Assistência Estudantil no *Campus* Centro; a construção do novo prédio da Brinquedoteca e do prédio da Prefeitura Universitária no *Campus* do Vale.

Além das obras para as atividades de ensino, pesquisa e extensão é importante ressaltar as obras de manutenção de infraestrutura como reformas em sanitários públicos, subestações transformadoras, pinturas de prédios, troca de pisos, reformas e ampliações de redes de telefonia, sistemas de refrigeração, impermeabilizações de calhas e pavimentações.

Encontram-se em andamento diversas obras de reformas e ampliações, tais como: - construção do prédio de Salas de Aula no Quarteirão 1; - reforma da Casa de Estudantes; -

reforma do Centro de Terapia Celular, Biblioteca e áreas Complementares e reforma do Laboratório de Virologia do Departamento de Microbiologia do ICBS no Campus Centro; - reforma do Auditório da Escola Técnica; - gradeamento junto ao Restaurante Universitário no Campus da Saúde; - reforma geral do telhado do Ginásio 1 e substituição da cobertura existente no prédio da Administração da ESEF no Campus Olímpico; - reforma da cobertura do prédio do Centro Estadual de Pesquisas em Sensoriamento Remoto e Meteorologia; - reforma e adequação de sala para instalação de microscópio eletrônico no Centro de Nanociência e Nanotecnologia; - complementação do prédio do Laboratório de Ensaios e Modelos estruturais – LEME; - construção do prédio do Laboratório de Tecnologia Mineral e Ambiental – LTM, ambos da Escola de Engenharia; - reforma do subsolo do ICTA; - reforma do Centro de Ecologia do Instituto de Biociências; - ampliação da casa do gerador, casa de gases do Laboratório de Geologia e conclusão das obras da Litoteca/ Anfiteatro do Instituto de Geociências; - reforma e adequação de prédio para abrigar o Laboratório Leite & Cia.; - reforma do Laboratório de Protozoologia e a reforma, recuperação e restauração do Hospital de Clínicas Veterinárias e a reforma e adequação do prédio do Laboratório de Reprodução da Faculdade de Veterinária; - complementação da ampliação do Restaurante Universitário; - cercamento parcial no Campus do Vale; - reforma da entrada de alta tensão da Estação Experimental Agrônômica em Eldorado do Sul / RS.

Dando continuidade à prática iniciada em 2007, a SUINFRA, a partir do ano de 2008, intensificou a terceirização na elaboração dos projetos executivos das futuras obras, dentre as quais foram concluídos: - ampliação da Escola de Enfermagem; - reforma do pavimento térreo da FABICO; - construção do Anexo ao Ginásio 2 da ESEF, do Prédio do Hospital de Ensino Odontológico, do Módulo Odontológico do *Campus* do Vale, do Prédio do Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar, do prédio do Almoxarifado dos RUs, do Restaurante do Bloco IV e da Casa de Segurança também no Bloco IV. Em andamento estão: - os Projetos Executivos do Prédio do ICBS e do Departamento de Assistência à Saúde no Campus da Saúde; - do Prédio do Centro de Investigação em Educação Básica – CIEB; - Prédio do Bacharelado da Escola de Engenharia e do Prédio para abrigar a Casa de Estudantes no *Campus* do Vale e do Prédio do Ginásio Esportivo da ESEF, no Campus Olímpico.

As Prefeituras Universitárias dos *campi* da UFRGS executam manutenções diversas, oriundas das solicitações das Unidades Acadêmicas e Administrativas.

Em 2008 teve início o processo de execução do CT-INFRA 01/2006, que se constitui em projeto institucional apoiado pelo fundo setorial de investimento em infraestrutura para pesquisa, recursos oriundos da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. A SEDETEC realizou a gestão desses recursos, tendo executado valores de aproximadamente dois milhões de reais, referentes à 1ª parcela,

adquirindo equipamentos de alta tecnologia via importação, bem como pequenas obras em laboratórios. No que tange ao CT-INFRA 01/2007, a SEDETEC realizou a elaboração e coordenação do projeto, obtendo novamente o 2º lugar no montante de recursos em nível nacional.

Para implementação do Programa REUNI, aprovado no âmbito da Universidade no ano de 2007, está prevista a expansão da infraestrutura predial, bem como de reformas em espaços já utilizados. Segue, a seguir, a descrição sucinta das obras incluídas no projeto, bem como a justificativa do investimento:

- Prédio de salas de aula no *Campus* Centro: o edifício proposto tem aproximadamente 2.900 m² de área útil para atender a instalação de 8 salas de 70 alunos e 18 salas de 40 alunos, distribuídos em 4 plantas e térreo em pilotis. As salas serão servidas por uma circulação paralela ao prédio da antiga Escola Parobé. O sistema de circulação vertical será composto por um conjunto independente de escada de incêndio, elevador para doze pessoas e sanitários públicos. A construção deste prédio tem um custo estimado de 1,3 CUBs/m², resultando em aproximadamente R\$ 2.600.000,00. Este novo prédio é essencial para a expansão dos cursos de Administração, Ciências Econômicas, Ciências Atuariais, Ciências Jurídicas e Sociais e Relações Internacionais, totalizando 330 novas vagas;

- Ampliação da Creche da Universidade para o *Campus* Olímpico, com uma área construída de aproximadamente 1.170 m², destinando 8 salas de aula para os diversos níveis (berçário, maternalzinho, maternal e jardim), sala de amamentação, refeitório, lactário, cozinha, lavanderia, sala de vídeo, ludoteca, sala do sono, bem como depósito de alimentos, sanitários, sala de enfermagem e área de administração (duas salas para secretaria e direção), para o atendimento de mais 120 crianças (dobrando a capacidade da atual). O custo estimado é de R\$ 1.270.000,00;

- Prédio para o Instituto de Ciências Básicas da Saúde (ICBS), no *Campus* Saúde, que será composto de dois blocos principais, um que abrigará o Departamento de Morfologia e se implantará a norte do edifício do Departamento de Bioquímica (já existente); e outro que abrigará os departamentos de Farmacologia, Fisiologia e Microbiologia, aulas práticas e teóricas, auditório, biblioteca e administração. A área total estimada para o conjunto é de 17.000,00 m², sendo 13.000 m² destinados a salas e laboratórios e 4.000 m² a estacionamento. A estimativa de custo é de R\$ 8.126.000,00 (custo parcial, solicitado ao REUNI);

- Prédio do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia e Cursos Superiores de Tecnologia, no *Campus* do Vale, com uma área construída de

aproximadamente 7.700 m², para atender a instalação de 18 salas para 60 alunos, dois anfiteatros para 120 alunos e um anfiteatro para 500 alunos. Área administrativa de 750 m², destinada a salas individuais e coletivas para docentes. Todas as atividades de laboratório em um único local de aproximadamente 2.800 m². Para atender ao modelo pedagógico proposto, o prédio terá a seguinte disposição: o laboratório é o centro, situado no térreo e nas laterais ficarão as salas de professores e de apoio, ligadas por um corredor amplo que permita uma visão para o laboratório. Estimativa de custo R\$ 7.525.000,00. O prédio é um pilar essencial para a criação dos cinco cursos tecnológicos a serem desenvolvidos pela Escola de Engenharia, num total de 240 vagas;

- Anexo da Faculdade de Medicina: prevê um prédio com 4 pavimentos, totalizando uma área aproximada de 3.452,27 m², assim distribuída: 1º pavimento - 1.035,37 m², destinado à biblioteca (acervo e atendimento), além de atividades de apoio - *hall* de acesso, circulação vertical (escadas e 2 elevadores) e sanitários; 2º pavimento - mezanino - 774,71 m², destinado à sala de leitura e salas de estudos da Biblioteca. Também estão previstos sanitários e uma passarela coberta com acesso direto ao Hospital de Clínicas; 3º pavimento - 821,28 m² - 4 salas de aula (capacidade 72 alunos cada uma) e sanitários e 4º pavimento - destinado a atividades administrativas 821,28 m² - salas para departamentos da faculdade e sanitários. O custo estimado é de R\$ 3.600.000,00. A FAMED é a sede dos cursos de Medicina e de Nutrição; a construção do anexo possibilitará a instalação adequada da Biblioteca, bem como novas salas de aula (que hoje são ministradas no Hospital, de maneira insatisfatória) e sede para Departamentos, atualmente dispersos em vários prédios do *Campus* Saúde. A ampliação do curso de Nutrição é de 30 vagas;

- Hospital de Ensino Odontológico (HEO), da Faculdade de Odontologia: o anteprojeto arquitetônico, no *Campus* Saúde, compreende o pavimento térreo como a primeira fase da execução de um prédio com mais 4 pavimentos. No térreo está prevista a instalação do Hospital propriamente dito, com uma área aproximada de 2.259,49 m². Esta área atende o atual programa de necessidades que contempla as seguintes atividades: clínicas para 144 equipamentos, 3 salas de atendimento de emergência, sala de materiais, sala de lavagem e expurgo, sala de esterilização, sala de gesso, sala de raios-X, câmara escura para revelação de raios-X, vestiários e sanitários para alunos, professores e funcionários. O custo estimado é de R\$ 2.580.000,00, porém os recursos não dependem do Reuni uma vez que já existe articulação com o Ministério da Saúde para financiar a obra. Esta é uma demanda importante da Faculdade de Odontologia para melhor atender às necessidades de formação dos profissionais capacitando-os a trabalhar em equipes de saúde junto ao SUS. O HEO será fundamental para a proposta de criação do curso noturno de Odontologia, com 30 vagas.

7.1.2 Recursos de Informação e Comunicação

A UFRGS tem longa tradição no uso dos recursos de tecnologia da informação e comunicação como apoio ao seu desenvolvimento acadêmico e administrativo. Foi pioneira na construção de sua rede de comunicação com abrangência metropolitana, lançando sua própria fibra ótica para interligar seus *campi*. Possui uma rede *GigaEthernet*, interligando os *campi* central, saúde, olímpico e vale. Todos os prédios estão conectados com fibra ótica, com mais de 10 mil pontos de rede instalados, além de uma infraestrutura de rede sem fio. Os serviços de rede estão disponíveis para toda comunidade acadêmica, como *VoIP*, correio eletrônico, disco virtual, página *web*.

A Universidade conta com 9.912 microcomputadores instalados, sendo 7.258 de uso acadêmico. Disponibiliza sistemas de informações para atender às áreas de ensino (graduação, pós-graduação, ensino médio e fundamental e ensino a distância), pesquisa, extensão, biblioteca, vestibular, avaliação e os processos administrativos como recursos humanos, controle patrimonial, de processos, de material, orçamentário, espaço físico.

Possui um sistema de aplicações de suporte à gestão da informação baseada em tecnologia BI (*Business Intelligence*) com modelos multidimensionais em todas as áreas, assim como um Centro de Supercomputação que provê processamento de alto desempenho para a área de pesquisa e ensino.

Todos os serviços e informações estão disponíveis para os alunos e docentes no Portal de Serviços e a comunidade acadêmica conta com um serviço de atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana.

A infraestrutura de informação e comunicação é mantida atualizada e em contínua expansão para atender às metas do Plano de Gestão e do REUNI. A rede de dados atinge todas as Unidades Acadêmicas e Administrativas; na estrutura central de TI tem 18.9 TB de *storage*, um *blade Server dual*, solução de *backup* para prover os serviços de informações à comunidade; há uma estrutura de processamento de alto desempenho e de *Grid*. Esta estrutura central contém as páginas *web* dos grupos e laboratórios de pesquisa e dos docentes, as bases de dados institucionais e os serviços informacionais.

Todos os alunos possuem uma conta de correio eletrônico institucional e há uma estrutura de laboratórios de informática de apoio ao ensino. Para atender às metas do REUNI, de expansão dos serviços de correio eletrônico e de outras facilidades para os alunos, foi adquirida nova infraestrutura de armazenamento e servidores. Também foram adquiridos microcomputadores, projetores multimídias e equipamentos de rede previstos no projeto. Pelo projeto CT-INFRA 05 foi adquirido o novo *backbone* para a rede da Universidade com velocidade 10Gbps.

Em 2008 foi construída uma solução integrada de *software* e *hardware* para a rede sem fio da UFRGS, implementando mobilidade interna, segurança e gerenciamento. Além disto, foi realizada a integração entre a base de projetos de pesquisa do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) e a base de dados institucional da UFRGS.

As unidades e/ou departamentos, de acordo com suas especificidades, dispõem de serviços para a reserva e distribuição de equipamentos de informática, audiovisuais e multimídia, bem como a reprodução de materiais didáticos, transporte para atividades de campo, etc.

No que diz respeito aos recursos de informática, no período de 2006 a 2009 ocorreram muitos avanços que contribuíram para a ampliação e melhoria na prestação de serviços à comunidade universitária. Cabe destacar:

- **Central de Atendimento (*Help Desk*):** Oferece consultoria aos serviços de informática oferecidos pela UFRGS para a comunidade universitária, das 8h às 20h, de segunda a sexta-feira, com plantão aos sábados, domingos, feriados e turno da noite. Atende a todos aqueles que possuem vínculo com a Universidade: alunos, ex-alunos, docentes, servidores técnico-administrativos e aposentados. Entre os serviços disponibilizados destacam-se: telefonia pela *internet* (Serviço Fone@RNP), Chasque Disco e Chasque *Web*. Vinculados à Central de Atendimento existem os NSI - Núcleos Setoriais de Informática: uma equipe no *Campus* do Vale, no *Campus* Centro, Reitoria e no *Campus* Saúde para atendimento presencial, nos turnos da manhã e tarde.

- **Portal de Serviços (Portal do Aluno e Portal do Servidor):** No Portal de Serviços da Universidade são disponibilizadas informações e serviços para a comunidade. Para o docente e o servidor técnico-administrativo destacam-se: solicitação de serviços de infraestrutura; relatório de atividades docentes; formulário para a mobilidade acadêmica; apropriação de conceitos para as disciplinas da graduação e da pós-graduação; agendamento de viagem acadêmica e videoconferência utilizando o *software Breeze*; consulta ao *Currículo Lattes*, com a implantação da plataforma *ISCurrículum*; acompanhamento de inscrições nos concursos públicos; certificação eletrônica da frequência, da transferência patrimonial, das requisições de materiais do Almoxarifado, das notas fiscais para pagamento, das inscrições em cursos, da avaliação do estágio probatório; formulários eletrônicos para agendamento de horários na junta médica; inscrição nos cursos e atividades que compõem o Programa de Qualificação e Desenvolvimento Humano oferecido pela PROGESP, com tramitação e homologação *on-line*; registro de cursos pós-graduação *lato sensu*; acompanhamento das contas telefônicas; consulta do andamento de processos; solicitação de hospedagem de *sites*, lista de discussão e conta de correio

eletrônico departamental e individual; formulários de registro das ações de extensão e de projetos de pesquisa; formulário de solicitação de fomento e de apoio à pesquisa; informações pessoais e funcionais.

Para o aluno destacam-se: dados pessoais, informações acadêmicas como histórico escolar, histórico do curso, atestados de conceito e de matrícula, currículo, horários e vagas das disciplinas e turmas, ordenamento; formulário e resultado de avaliação do docente e da disciplina pelo discente; formulário para a mobilidade acadêmica; formulário de avaliação do curso para os formandos de medicina; mural de recados, uma ferramenta para a interação professor/estudante; mural de bolsas; matrícula via *web* para a graduação e pós-graduação; consulta do andamento de processos; formulários eletrônicos para agendamento para atendimento da SAE, solicitação e renovação de benefícios da SAE, solicitação de vagas em estacionamento, entre outros. O Sistema de Automação de Bibliotecas (SABi) permite realizar consultas, reservas e solicitar renovação de empréstimos via *internet*.

Também estão disponíveis informações específicas para o Departamento de Ensino, Comissão de Graduação, Núcleo de Avaliação, Direção de Unidade e Coordenação de Programa de Pós-Graduação. Todos os *softwares* licenciados institucionalmente estão disponíveis para *download* no Portal, como o pacote estatístico, de CAD, anti-vírus, etc.

- **Sistema de Informações:** a Universidade possui um Sistema de Informações integrado, desenvolvido por equipe própria, com os seguintes módulos: Graduação, Pós-graduação, Ensino Médio e Fundamental, Pesquisa, Extensão, Vestibular, Recursos Humanos, Espaço Físico, Almoxarifado Patrimônio, Orçamento e Empenho, Protocolo e Restaurante Universitário. O *software* adotado no Sistema de Automação de Bibliotecas é o ALEPH, da empresa ExLibris, que está integrado com a base de dados do Sistema de Informações da UFRGS.

- **Plataformas de EAD:** as plataformas de EAD da UFRGS estão disponíveis para todos os docentes num servidor institucional instalado no CPD. Possui dois ambientes virtuais de aprendizagem: ROODA e NAVI. Em 2007 foi integrada ao sistema de ensino da Universidade a nova plataforma para ensino a distância, denominada MOODLE e, em 2008 houve a implantação do MOODLE para o consórcio REGESD, com a identificação dos docentes e discentes via *Shibboleth* (*software* de autenticação federativa de usuários).

7.2 INSTALAÇÕES GERAIS

Há instalações gerais para o ensino em três *campi*: Centro, Olímpico e Vale, são prédios exclusivos para salas de aulas, principalmente de graduação de uso geral e comum para todos os cursos da Universidade, cujo critério de uso está baseado na proximidade física. Para a prática de esporte o *Campus* Olímpico tem várias quadras multifuncionais,

cancha de futebol, piscina térmica e espaços para outras modalidades. Como neste *campus* funciona o curso de educação física, sempre há uma atividade integrada e orientada.

Para atividades culturais e de lazer se dispõe do cinema, teatro e museu que compõem, junto com a atividade comercial, um centro de conveniência de extrema relevância cultural, além de inúmeras atividades da Universidade e da comunidade que se realizam no Salão de Atos, situado nas proximidades. No *Campus* do Vale há canchas de esportes junto ao Colégio de Aplicação e um centro de convivência dos alunos junto às lancherias, farmácia e correio, criando um espaço de lazer e troca de ideias.

Em todos os *campi* existem 117 laboratórios de informática à disposição dos estudantes.

Como suporte a esta atividade, são disponibilizados 5 restaurantes universitários, um no *Campus* Centro, um no *Campus* Saúde, um no *Campus* Olímpico e dois no *Campus* do Vale. As casas de estudantes estão assim distribuídas: uma no *Campus* Centro, uma no *Campus* da Saúde e uma no *Campus* do Vale.

No que se refere a instalações gerais, como as destinadas à prática de esportes, a atividades culturais e de lazer, espaços de convivência e a laboratórios didáticos e de pesquisa, foram realizadas a ampliação do RU3 e Núcleo de Serviços no *Campus* do Vale (293,17 m²). O crescimento do número de prédios e cursos no *Campus* do Vale, com o equivalente incremento do corpo docente e discente tem elevado o número de usuários do Restaurante Universitário no referido *Campus*, o que motivou sua duplicação, bem como a atualização de seu sistema de caldeiras, com a troca de fonte de combustível de óleo para gás, permitindo atender melhor a população de estudantes e servidores, além de diminuir o impacto ambiental. O novo projeto de iluminação e reforma do acesso ao Planetário e a construção da casa da Economia Solidária, reforçando a política de interação da UFRGS com a sociedade. Outras obras, reformas e readequações foram concluídas, totalizando mais 11.800 m² são: o Restaurante Universitário da ESEF (260 m²), o prédio da Prefeitura do Campus do Vale (658 m²), além da urbanização do entorno e estacionamento para o novo prédio de Salas de Aula da Faculdade de Veterinária; a ampliação dos Laboratórios de Geocronologia e Geoquímica Aplicada, na Geologia; do Laboratório de Aerodinâmica das Construções (Túnel de Vento) e a construção do novo Laboratório de Ensaios e Modelos Estruturais, ambos da Escola de Engenharia. Na Escola de Educação Física a ampliação do Ginásio 2, permitirá a criação de um Centro de Ensino de Lutas, possibilitando a utilização total dos equipamentos da área de Ginástica Olímpica, que hoje divide o mesmo espaço.

Cabe salientar que no ano de 2008 foram executadas obras de reformas dos prédios existentes nas diversas Unidades da UFRGS, totalizando uma intervenção de

aproximadamente 35.000,00 m². Dentre estas, cabe mencionar o espaço destinado ao Restaurante Universitário no *Campus Olímpico* e as obras que envolveram ampliações de espaços edificados e prédios novos, sendo um deles o novo prédio da Prefeitura Universitária do *Campus do Vale*. Em virtude do Programa REUNI, haverá também uma série de reformas em prédios relacionados à Assistência Estudantil - Restaurantes Universitários e Casas de Estudante - e a Unidades Acadêmicas, num total estimado de R\$ 3 milhões.

7.2.1 Colônias de Férias

As colônias de férias podem ser utilizadas pelos docentes e servidores técnico-administrativos, ativos, inativos e pensionistas, discentes regularmente matriculados na UFRGS e seus acompanhantes.

As instalações da Colônia de Férias de Tramandaí constituem-se de apartamentos e alojamentos. Os apartamentos são de um e dois dormitórios que comportam quatro, cinco ou sete pessoas. Os alojamentos são divididos em masculino, com capacidade para 45 pessoas, e o feminino aloja 90 pessoas. Possui serviços de bar e restaurante, churrasqueira e cancha de bocha coberta, futebol de areia, quadra de vôlei gramada, quadra de futsal e basquete de cimento, mesa de ping-pong, sinuca, snooker, piscina adulto e infantil, jogos recreativos, sala de TV e vídeo.

No Centro de Lazer de Capão Novo, as instalações são: 13 sobrados de um dormitório, com capacidade para receber até seis pessoas cada. Também tem em sua estrutura: cancha de bocha aberta, quadra de vôlei gramada, mesa de ping-pong, *snooker*, piscina adulto, jogos recreativos, sala de TV e vídeo, galpão com churrasqueira e *freezer* comunitário.

A Colônia de Férias em Garopaba, na temporada, é de uso exclusivo dos servidores da UFRGS e da UFCSPA, filiados à Associação dos Servidores da UFRGS (ASSUFRGS) e de seus acompanhantes. Oferece 17 apartamentos e 5 vagas para barracas.

7.2.2 Infraestrutura para Atendimento a Portadores de Necessidades Especiais

Foram implementadas iniciativas para adequar a infraestrutura física da UFRGS e possibilitar ou facilitar o acesso aos portadores de necessidades especiais, através do Programa Acessibilidade das Pessoas Portadoras de Deficiência ou Mobilidade Reduzida, referido na seção 3. Este Programa inclui obras como construção de rampas, nivelamento de passeios, sanitários adaptados, além de estudos para diferentes situações de acesso. Esta iniciativa está sendo contemplada nos Projetos de Arquitetura para os prédios novos. Os prédios antigos estão sendo gradualmente reformados para atender tal necessidade.

7.2.3 Manutenção e Conservação do Patrimônio Histórico

A Universidade criou, em 2000, a Secretaria do Patrimônio Histórico - SPH, cuja atribuição principal é a preservação dos prédios históricos da UFRGS, inserido no Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC, através de contribuições, deduzindo-as do Imposto de Renda devido, nos limites definidos na legislação vigente. Desde então, têm sido elaborados projetos de recuperação e reforma de prédios tombados, ou em processo de tombamento, pertencentes ao Patrimônio Histórico da UFRGS que datam do final do século XIX, ou início do século XX. Prédios como o da Sede da Faculdade de Agronomia, a Sede Administrativa do curso de Engenharia e o prédio do antigo Instituto de Química Industrial estão sendo recuperados com recursos captados para a preservação do Patrimônio Histórico, com toda a documentação tendo tramitado pelos canais competentes da Política Nacional de Preservação do Patrimônio Histórico (ver também seção 3.4).

A manutenção e a conservação das instalações físicas são feitas pelas prefeituras universitárias localizadas nos quatro *campi* da Universidade, através do atendimento das solicitações de serviços eletrônicas recebidas das unidades, através do portal da Universidade.

Foram concluídos os projetos de restauração dos prédios do Castelinho, do Château, Curtumes e Tanantes (atual Museu Universitário), da Rádio da Universidade, do Observatório Astronômico e da Faculdade de Direito.

A SPH, no que tange à Execução de Obras de Restauração deu início, em 2008, às obras da Escola de Engenharia e procedeu a entrega de instalações do Prédio Central da Faculdade de Agronomia, evento que possibilitou divulgar à comunidade parte de suas atividades.

7.2.4 Laboratórios

A UFRGS mantém uma rede de 856 laboratórios especializados para todas as áreas do conhecimento, os quais servem à graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão. Além disso, destacam-se diversas ações de expansão desta rede, dentre elas:

a) a implantação, no *Campus* do Vale, do Parque Centro Tecnológico em Energia (CENERG-UFRGS), com a construção de 10 prédios de laboratórios que abrigarão a infraestrutura necessária para o desenvolvimento de pesquisas, bem como a prestação de serviços e a realização de eventos. O referido Centro disporá de 32 ha de área física total e prevê a construção de 18.000 m² na etapa inicial, para os laboratórios de Pavimentação, Nano-polímeros, Sedimentologia, Geoquímica, Metalurgia Física, Redes de Comunicação Industriais, Tecnologia Mineral e Tratamento de Resíduos Oleosos, Polímeros, Modelagem de Craqueamento e Centro de Treinamento, montados com os recursos da Rede Petrobrás

e recursos orçamentários da UFRGS. A SEDETEC participou na formatação do modelo de inserção do Parque, o qual será a sede física dos novos investimentos decorrentes do apoio obtido a partir das redes temáticas e dos núcleos de excelência implementados em parceria com a Petrobrás. Cabe ao Secretário de Desenvolvimento Tecnológico a coordenação da comissão que tem por objetivo assessorar a Administração Central na implantação do CENERG. Em 2008 foi obtida a licença ambiental junto à Prefeitura de Porto Alegre.

b) a ampliação do Instituto de Ciências e Tecnologia de Alimentos, com a continuidade do projeto de utilização de seu espaço inferior e devida adequação, permitirá a ampliação em 20% de laboratórios para o ensino de graduação;

c) a conclusão do Prédio de Laboratórios de Ensino em Saneamento abrirá espaço a ser destinado a aulas práticas para os cursos de engenharia civil e ambiental;

d) a construção de uma nova ala no Hospital de Clínicas Veterinárias qualificará o ensino, bem como permitirá um maior número de procedimentos diários e

e) a construção de vários laboratórios, como o de Inspeção e Tecnologia Animal, o de Patologia Animal, que abrigará o futuro Crematório da Faculdade, o novo Coelhário, assim como as novas salas da Suinocultura, qualificarão o ensino e a pesquisa, bem como o oferecimento de cursos de extensão destas áreas.

7.2.5 Prevenção de Riscos Ambientais

No período de 2007 a 2009 foram implementadas muitas iniciativas pela Coordenadoria de Gestão Ambiental – CGA (ver detalhamento na seção 3.4).

Estas ações buscam garantir a segurança nas instalações e laboratórios da Universidade, bem como a melhoria contínua de seu desempenho ambiental e prevenção da poluição, adotando procedimentos e práticas que visem à prevenção de impactos ambientais negativos.

São realizadas em conformidade com os requisitos legais, gerando alternativas que propiciam a sustentabilidade da comunidade universitária e de toda a sociedade, desenvolvendo uma estratégia de mudança cultural, através de uma política pedagógica ambiental.

Cumprе salientar ainda que a Universidade aguarda o Licenciamento Ambiental do *Campus* do Vale da UFRGS, o qual continua tramitando na Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

7.3 INSTALAÇÕES GERAIS NOS POLOS PARA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A Secretaria de Educação a Distância (SEAD) alcançou significativos avanços em diversas áreas e ações durante o exercício de 2009, consolidando novo espaço físico e ampliando sua força de trabalho, tendo sido criados novos setores e serviços. Houve uma ampliação na captação de recursos financeiros junto a agências de fomento e Ministério da Educação, destinados à infraestrutura das Bibliotecas dos Polos UAB, reforma do Centro de Apoio em EAD do *Campus* do Vale, aquisição de material permanente e equipamentos do Centro de Apoio em EAD no *Campus* do Vale e capacitações de professores e tutores. As rotinas foram aprimoradas através do desenvolvimento de sistemas eletrônicos, com a ampliação na utilização de formulários eletrônicos no recolhimento de informações, gerando maior eficiência no desempenho dos procedimentos administrativos da SEAD, tornando-os mais ágeis, rápidos e seguros.

Os polos dos cursos à distância da UFRGS, seguindo a preocupação com a qualidade e atendimento adequado aos alunos da Universidade, oferecem aos professores, tutores e alunos as seguintes instalações: sala para a coordenação do Polo, sala para tutoria, sala de professores e de reunião, sala de videoconferência, sala de secretaria acadêmica, sala de aula presencial, laboratório de informática, biblioteca e sanitários. Esses ambientes atendem aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessários às atividades propostas.

Cabe enfatizar que, semestralmente, de acordo com as necessidades das disciplinas correntes, os polos recebem exemplares dos livros indicados pelos respectivos professores, assim como CDs com cópias dos conteúdos digitais que também são disponibilizados na *web*. Alguns polos oferecem bibliotecários, mas os tutores presenciais são orientados pelas equipes pedagógicas dos cursos para dar o suporte necessário quanto ao material disponibilizado. Os alunos de cursos à distância ainda podem usufruir de todos os serviços das bibliotecas dos diversos *campi* da UFRGS, bem como daquelas disponíveis nas instituições parceiras.

A UFRGS possui polos distribuídos em vários municípios do Rio Grande do Sul e outros estados do Brasil. Os polos geralmente funcionam em escolas públicas municipais estaduais ou federais.

7.4 BIBLIOTECA: ACERVO, SERVIÇOS, PESSOAL E ESPAÇO FÍSICO

7.4.1 Acervo

A UFRGS mantém um Sistema de Bibliotecas formado pela Biblioteca Central, 29 bibliotecas setoriais, duas bibliotecas da educação básica e profissional e uma biblioteca depositária da documentação da Organização das Nações Unidas (ONU), que reúnem um

acervo de 693.519 livros (volumes), 14.610 periódicos (títulos) e 78.850 itens de outros materiais (incluem disquetes, CD-ROM, fitas de vídeo, folhetos, microfichas, fitas cassete, documentos eletrônicos).

Preocupada em estabelecer uma política para aquisição, expansão e atualização de acervos, em 2006, a Biblioteca Central definiu uma metodologia para controle e registro da bibliografia utilizada pela graduação e arrolada nos planos de ensino. Este controle tem possibilitado um melhor planejamento da aquisição de material bibliográfico, identificando os cursos/disciplinas para os quais há maior necessidade de atualização do acervo, além de maior agilidade no processo de aquisição por licitação e uma distribuição do material bibliográfico adquirido entre as bibliotecas que compõem o Sistema de Bibliotecas da UFRGS (SBU) atendendo melhor às necessidades de alunos e professores.

Em 2007 foi realizada uma avaliação do acervo de graduação do SBU, identificadas demandas e adquiridos livros para as diversas bibliotecas, de acordo com esta demanda. A melhor distribuição do acervo visa minimizar as consequências da dispersão física das bibliotecas sobre o aluno. Como resultado, os livros adquiridos passam a ser incorporados ao acervo da(s) biblioteca(s) que atende(m) ao curso realizado pelo aluno e não mais da biblioteca vinculada à Unidade Acadêmica responsável pela disciplina.

Em 2009, as metas estabelecidas referentes à ampliação de acervos não só foram atingidas como foram ultrapassadas. Com isso, foi possível atender à crescente demanda gerada pela expansão dos cursos de graduação, bem como qualificar o acervo destinado à pós-graduação e à pesquisa. Isso foi possível devido ao repasse à Biblioteca Central de montante significativo de recursos orçamentários, o aumento e qualificação de recursos humanos envolvidos nas tarefas de aquisição de material bibliográfico e à tecnologia implantada em 2008, de automação do processo de aquisição. Também no que se refere às bases de dados, indispensáveis para o ensino, principalmente de pós-graduação, e à pesquisa, foram assinadas duas coleções a mais do que se previu inicialmente, graças a recursos aportados pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação. Essas aquisições devem ter reflexo positivo na qualidade da pesquisa realizada pela Universidade, que se traduz pelo incremento de sua produção intelectual.

De um modo geral, pode-se dizer que nos últimos anos, o acervo de livros tem sido ampliado e atualizado mediante a aquisição de novas ferramentas bibliográficas de pesquisa dirigidas, principalmente, aos alunos e professores de pós-graduação e pesquisadores, muito embora atendam também à graduação, uma vez que estão disponíveis para acesso *online* à toda a comunidade universitária através da *internet*, bem como a aquisição e/ou renovação da assinatura de livros eletrônicos e bases de dados. Como resultado, espera-se

uma melhora da qualidade da pesquisa realizada pela Universidade, traduzida pelo incremento de sua produção intelectual.

Em relação a periódicos, a Universidade utiliza amplamente o Portal de Periódicos da CAPES. As coleções impressas correntes são adquiridas através de doação e programas de intercâmbio entre as instituições publicadoras de periódicos científicos.

É importante destacar o resultado parcial obtido através do projeto “Resgate do Acervo Histórico & Ampliação da Oferta de Informação Especializada no Sistema de Bibliotecas da UFRGS”, que visa ao registro no SAbi, catálogo *online* das bibliotecas da UFRGS, do acervo de livros ainda em processamento manual nas bibliotecas.

7.4.2 Serviços

A informatização no SBU teve início na década de 70, tendo sido ampliada e consolidada, em 1989, a partir da implantação do SAbi - Sistema de Automação de Bibliotecas da UFRGS, sistema proprietário. Em 1999 a Universidade adquiriu o *software Aleph 500*, que possibilitou a ampliação e modernização do SAbi, resultando na automação de todas as rotinas das bibliotecas. Em 2008 foi concluído o processo de automação das bibliotecas, quais sejam: aquisição, processamento técnico, recuperação da informação, circulação de coleções (empréstimo, devolução, renovação, reserva de documentos e transações de caixa), controle das coleções de periódicos (registro e reclamações) e relatórios gerenciais, fornecendo-lhes ferramenta otimizada de operação e controle das rotinas e serviços qualificando-os e tornando-os mais eficientes e eficazes.

O Sistema de Automação de Bibliotecas (SAbi), encarregado da automação das rotinas técnico-administrativas do Sistema de Bibliotecas, bem como da informatização dos serviços aos usuários (catálogo, reservas e renovação de material *on-line*) passou em 2009 por um amplo trabalho de customização, com vistas à sua modernização. A existência de pessoal técnico capacitado e disponibilidade de tecnologia permitiram esse trabalho, cujos resultados pretendidos são a melhoria dos serviços de biblioteca prestados aos usuários. O Quadro 96 apresenta os dados das transações de circulação no Sistema de Bibliotecas Universitárias (SBU).

Quadro 96 - Transações de Circulação de Coleções no SBU, 2007-2009

Transações		2007	2008	2009
Empréstimos		517.477	542.833	541.972
Reservas	Balcão	3.873	6.070	5.406
	Internet	54.129	63.312	56.561
Renovações	Balcão	74.135	76.046	90.673
	Internet	2.988.564	3.477.060	3.757.923
T o t a l		3.638.178	4.165.321	4.452.535

Fonte: Relatórios de Atividades da Comissão de Automação da UFRGS.

A aquisição de 100 microcomputadores para o SBU em 2008, 50% a mais do que a meta prevista inicialmente, significou importante aporte à qualificação dos serviços prestados pelo SBU.

As bibliotecas da Universidade fazem parte do Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), o qual permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais <<http://www.biblioteca.ufrgs.br/comut.htm>>. Dentre outros serviços oferecidos pelas bibliotecas destacam-se a realização de levantamentos bibliográficos, orientação/normalização de trabalhos técnico-científicos e treinamento de usuários/visitas orientadas.

A adoção do cadastro único de usuários permitiu dimensionar a parcela da comunidade universitária também usuária do SABi, conforme Quadro 97.

Quadro 97 - Nº de Usuários por Categoria X Nº de Transações de Empréstimo, Renovação e Reserva, 2009

Categoria de Usuário	Nº de Usuários	Nº de Transações
Aluno de graduação	18.986	2.956.096
Aluno de pós-graduação	6.365	1.103.785
Estatística de consulta	34	114.045
Docente	1.459	125.086
Servidor técnico	773	81.058
Aluno de ensino fund./médio/prof.	1.124	32.289
COMUT	8	1.573
Vínculo temporário	152	9.578
Biblioteca SBU	21	1.298
Funcionário HCPA	118	2.883
Aluno de extensão	37	1.482
Colaborador convidado	99	3.617
Biblioteca de outra instituição	15	5.034
Servidor técnico aposentado	16	1.152
Docente aposentado	31	743
Membro de incubadora	3	410
Aluno de ensino infantil	0	0
Tutor de disciplina EAD	19	664
Pólo EAD	43	11.500
Usuário empréstimo estendido	8	242
Total	29.311	4.452.535

Usado para coleta de dados estatísticos de itens consultados no recinto da biblioteca.

Fonte: Relatório de Atividades da Comissão de Automação da UFRGS.

Além do SABi, catálogo *online* das bibliotecas, a Universidade disponibiliza o Repositório Digital da UFRGS, denominado Lume, projeto conjunto da Biblioteca Central e do Centro de Processamento de Dados. É o portal de acesso às coleções digitais de documentos gerados no âmbito da Universidade e de outros documentos que, por sua área

de abrangência e/o pelo seu caráter histórico, é de interesse da Instituição centralizar sua preservação e difusão <<http://www.lume.ufrgs.br>>.

O Lume tem por objetivos reunir, preservar, divulgar e garantir o acesso confiável e permanente aos documentos acadêmicos, científicos, artísticos e administrativos gerados na Universidade, bem como às suas coleções históricas, e a outros documentos de relevância para a Instituição, que fazem parte de suas coleções, embora não produzidos por ela, maximizando o uso desses recursos. Reúne, até o momento, aproximadamente 500 fotos do acervo do Museu Universitário, 400 fotos do acervo da Escola de Educação Física, 3.700 trabalhos apresentados em eventos, 500 trabalhos de conclusão de especialização e mais de 10 mil teses e dissertações produzidas na Universidade ou pelo seu corpo docente e técnico-administrativo em outras universidades do país e do exterior.

O acervo digital de teses e dissertações da UFRGS é o maior dentre as IFES e representa um grande avanço no sentido de melhorar a comunicação científica interna e externa à Instituição, bem como ampliar o uso, a visibilidade e o impacto da produção científica da UFRGS por meio da maximização do acesso a ela, dentre outros benefícios. O Quadro 98 apresenta os indicadores referenciados.

Quadro 98 - N° de Documentos incluídos, de Acessos e de Downloads no Lume, 2008-2009

Tipo de Documento	N° Incluídos		N° de Acessos		N° de Downloads	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Acervo fotográfico ESEF	1	51	3.098	10.249	283	1.911
Acervo fotográfico IF	-	258	-	2.955	-	576
Acervo fotográfico Museu Universitário	0	4	7.883	31.471	2.007	7.880
Teses/dissertações	1.976	1.842	255.424	2.778.434	234.233	794.281
Trabalhos de conclusão de curso de especialização	439	245	17.306	200.116	8.832	56.873
Trabalhos de conclusão de curso de graduação (TCCs)	-	346	-	58.030	-	13.732
Trabalhos de eventos	1.053	293	29.396	205.520	19.856	51.811
T o t a l	3.469	3.039	313.107	3.286.775	265.211	927.064

Fonte: Relatório de Atividades da Comissão de Automação da UFRGS.

A implementação do Lume representa um avanço significativo no sentido de proporcionar aos usuários amplas possibilidades de consulta a outros recursos informacionais, até então de uso bastante restrito, por estarem armazenados nos departamentos/laboratórios, sob a guarda de quem os produziu, ou nas páginas web dos mesmos, o que vinha dificultando sua identificação e localização pelos interessados. Aspectos como a segurança dos dados e a preservação dos direitos autorais estão sendo cuidadosamente observados, a fim de garantir a qualidade, credibilidade e eficiência do serviço.

O horário de funcionamento das bibliotecas é compatível com as necessidades de cada Unidade onde estão inseridas. Atuam em conformidade com o horário dos cursos oferecidos à comunidade <<http://www.biblioteca.ufrgs.br/sbu.htm>>.

7.4.3 Pessoal

O ingresso de 29 novos bibliotecários concursados (vagas de reposição) reduziu a sobrecarga de trabalho que os profissionais estavam enfrentando, agilizando a prestação de serviços pelas bibliotecas. Inicialmente era previsto o ingresso de 25 bibliotecários, porém as ações de expansão propostas pela Universidade permitiram o ingresso de mais 4 técnicos.

Dentre as ações de capacitação do pessoal em exercício no Sistema de Bibliotecas em 2009, cabe destacar a conclusão do Curso de Especialização em Gestão de Bibliotecas Universitárias, para bibliotecários da UFRGS e UFCSPA, realizado em parceria com o Departamento de Ciência da Informação, cuja primeira edição foi concluída em dezembro de 2009, suprimindo uma importante demanda de qualificação de gestores.

Quadro 99 - Eventos de Capacitação Oferecidos para as Equipes do SBU, 2007-2009

2007			
Evento	Nº de turmas	Nº de horas	Nº de participantes
Treinamento no uso dos recursos SABi/Web	1	3	24
Curso de introdução à biblioteconomia	1	12	23
Padronização de entradas para nomes geográficos como assunto no SABi/UFRGS	1	7	25
BiblioGrad: metodologia para avaliação do acervo de graduação	1	4	69
Total	4	26	141
2008			
Evento	Nº de turmas	Nº de horas	Nº de participantes
Treinamento no SABi - módulo de Aquisição	2	17h30min	65
Capacitação no uso do SABi	1	35	16
Recursos <i>on-line</i> disponibilizados pelo SBU	1	7	13
Seminário sobre a catalogação da produção científica da UFRGS	1	7	14
Total	5	66h30min	108
2009			
Evento	Nº de turmas	Nº de horas	Nº de participantes
Capacitação no uso do SABi	2	35	27
Curso de Especialização em Gestão de Bibliotecas Universitárias	1	360	20
Recursos <i>on-line</i> disponibilizados pelo SBU	1	7	26
Padronização de entradas de nomes geográficos como assunto	1	6	39
BiblioGrad: metodologia para avaliação do acervo de graduação	2	4	60
Seminário sobre a Catalogação da Produção Científica da UFRGS	1	7	26
Rotinas de conservação do acervo impresso no SBU/UFRGS	2	4	60
Funcionalidades do Novo Portal Periódicos CAPES	2	3	60
Módulo de Periódicos do SABi	1	6	5
Total	13	432h	323

Fonte: Biblioteca Central; Relatório de Atividades da Comissão de Automação da UFRGS, 2009.

Desta forma foi proporcionada à equipe a capacitação necessária para o uso adequado do novo sistema de automação e de outros recursos e serviços, resultando no aumento do seu nível de satisfação e a qualificação e padronização dos serviços oferecidos aos usuários.

Em 2008 foi criado o Curso de Especialização em Gestão de Bibliotecas Universitárias, destinado aos bibliotecários da UFRGS, tendo sido oferecida uma vaga para a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre - UFCSPA, numa parceria da Biblioteca Central com o Departamento de Ciência da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, cuja primeira edição foi concluída em 2009, suprimindo uma importante demanda de qualificação de gestores.

7.4.4 Espaço Físico

A área total ocupada pelas 33 bibliotecas que compõem o SBU é de 13.409,45 m², distribuídos nos 4 *campi* da Universidade, além de uma localizada no município de Imbé. O Quadro 100 apresenta o total de instalações oferecidas aos usuários.

Quadro 100 - Instalações Oferecidas aos Usuários, 2007-2009

Instalações	2007	2008	2009
Cabines para estudo individual	27	34	Dado não coletado
Cabines para estudo em grupo	64	38	Dado não coletado
Assentos nas cabines de estudo em grupo	Dado não coletado	181	Dado não coletado
Total de assentos	Dado não coletado	1.599	1.748

Fonte: Biblioteca Central, 2010.

7.5 BIBLIOTECAS DOS POLOS PARA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: ACERVO, SERVIÇOS E ESPAÇO FÍSICO

O acervo para os polos para educação a distância é adquirido de forma centralizada pela Universidade, através da Biblioteca Central, a partir de listagens elaboradas pelos coordenadores dos cursos de EAD e, posteriormente, tombado, catalogado e encaminhado aos polos.

As instalações para o acervo e funcionamento das bibliotecas procuram atender aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, conservação e comodidade necessária à atividade proposta.

Os polos dos cursos a distância da UFRGS, oferecidos na forma de projetos especiais, possuem mobiliário adequado para atender à demanda e espaço reservado para leitura. Semestralmente, de acordo com as necessidades das disciplinas correntes, os polos recebem exemplares dos livros indicados pelos respectivos professores, assim como CDs com cópias dos conteúdos digitais que também são disponibilizados na *web*. Alguns polos

oferecem bibliotecários, mas os tutores presenciais são orientados pelas equipes pedagógicas dos cursos para dar o suporte necessário quanto ao material disponibilizado.

7.6 AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO

Nos últimos anos, a Universidade tem investido intensamente em construção, ampliação e reformas de prédios, conforme explicitado em algumas notícias veiculadas apresentadas ao final desta seção.

No contexto do Programa REUNI está prevista uma considerável expansão da infraestrutura predial, bem como reformas em espaços já utilizados. Neste contexto, considera-se como um dos grandes desafios a serem enfrentados pela Universidade consiste na insuficiência de pessoal, sobretudo especializado, e de recursos para viabilizar a ampliação de seus espaços.

A Universidade, seja através das unidades, departamentos e/ou demais órgãos, dispõe de serviços (informação, comunicação e informática) e recursos de apoio didático. No que diz respeito aos recursos de informática, no período de 2006 a 2009 ocorreram muitos investimentos e avanços tecnológicos que contribuiram para a ampliação e melhoria na prestação de serviços à comunidade universitária.

Verifica-se que a atuação das bibliotecas da Universidade atende às demandas da comunidade de forma satisfatória, seja nas ações de atualização e ampliação do seu acervo bibliográfico, seja nos serviços oferecidos.

Considerando o tamanho da Universidade, a infraestrutura disponível em seus *campi* para a prática de esportes, lazer e convivência são insuficientes. Existe a necessidade de que os espaços da UFRGS sejam redefinidos, de modo a melhor acolher e manter o estudante em suas dependências, em especial nas bibliotecas. Convém destacar, todavia, a existência de uma boa infraestrutura de colônias de férias e restaurantes universitários.

O Quadro 101 apresenta um resumo em termos de fragilidades, potencialidades e recomendações para esta dimensão.

Quadro 101 - Avaliação da Dimensão Infraestrutura

Resultados Alcançados		Recomendações
Fragilidades	Potencialidades	
Espaços de convivência e estudos insuficientes.		Criar novos espaços de convivência e estudos.
Infraestrutura insuficiente e mal conservada.		Destinar mais recursos para medidas preventivas de conservação e preservação; Criar política de planejamento e controle integrado do espaço acadêmico.
Falta um banco de dados para registro e acompanhamento dos portadores de necessidades especiais.		Criar um banco de dados que contemple às informações referentes aos portadores de necessidades especiais.
	Existência de uma infraestrutura de TI que atende toda a comunidade interna, através de rede de dados atualizada, alto índice de serviços disponíveis e baseado na integração de dados.	
	Capacidade da Universidade de captação de recursos para investimentos em infraestrutura.	
	Os serviços oferecidos pelas bibliotecas à comunidade interna e externa à Universidade.	

A seguir, apresenta-se algumas notícias veiculadas na página da UFRGS em relação a esta dimensão ao longo do ano de 2009.

- Referentes aos RUs

13/02/09

Depois de passar por obras de reforma e ampliação, o restaurante universitário centro será reaberto na próxima semana. A informação é da Secretaria de Assuntos Estudantis que promoverá a abertura para almoço na segunda-feira, dia 16, em caráter excepcional e como forma de marcar a entrega do espaço revitalizado a seus usuários. Houve um acréscimo de 170 metros de área útil, resultando na ampliação de 150 novos lugares no refeitório, e a realização de diversas pequenas reformas. As medidas objetivam proporcionar melhorias na qualidade do atendimento e redução do tempo de espera em filas. A partir da próxima terça-

feira, dia 17, o RU centro servirá almoço normalmente, respeitando o horário de funcionamento da instituição durante o período de férias letivas.

15/04/09

A fim de melhor atender as necessidades de alimentação de estudantes, técnico-administrativos e professores, a Administração Central informa que está sendo planejado e conta com recursos para a construção do novo restaurante Universitário no Campus do Vale. Essa iniciativa complementa outras medidas que estão sendo adotadas para ampliar, de imediato, a oferta de refeições e a retomada das obras de ampliação da estrutura oferecida pela UFRGS. O RU-6 deverá ficar localizado no Setor 4.

- Referentes as Casas de estudantes

07/03/09

O reitor Carlos Alexandre Netto entregou, na tarde de hoje, dia 3, a conclusão das obras de revitalização do espaço da Casa dos Estudantes das Faculdades de Agronomia e Veterinária (CEFAV). A visita ao local e entrega das obras foram presenciadas pelo secretário de Assistência Estudantil Edilson Amaral Nabarro, pelo superintendente de Infraestrutura (SUINFRA) Alberto Tamagna, entre outros. A CEFAV possui a capacidade de abrigar 106 residentes, e conta com biblioteca, pequeno laboratório de informática, dentre outros espaços, com o objetivo de integrar os alunos e estender a formação acadêmica ao universo privado.

- Referentes as obras e melhorias em geral

14/05/09

A UFRGS está realizando obras e melhorias no acesso e circulação em seus quatro campi. São 28 obras em andamento e outras 21 em fase de licitação; sete projetos em andamento e outros sete em fase de licitação. Entre as obras estão a instalação da rede subterrânea (telefônica e lógica) no Campus do Vale, nova estrutura de TI (conexão e equipamentos). Até 2012 serão realizadas mais 20 obras de grande porte com previsão de expansão em 30 por cento da atual área física da Universidade. Estão sendo finalizados estudos de viabilidade urbanística nos campi e em breve será inaugurada a segurança eletrônica no Campus do Vale.

06/04/09

O reitor Carlos Alexandre Netto reuniu-se, na manhã de hoje, 4, com Márcio Bins Ely, secretário municipal de Planejamento. O objetivo do encontro foi a entrega do Estudo de Viabilidade Urbana do Quarteirão 1, do Campus Central da Universidade. Estiveram presentes ao encontro Alberto Tamagna, pró-reitor de Infra-estrutura e João Roberto Mello,

chefe de gabinete da Universidade. Com o Estudo de Viabilidade será possível a construção, com recursos do Reuni, de prédio de cinco andares com salas de aula que poderão ser utilizadas pelas Faculdades de Direito, Economia, Engenharia e pela Sedetec.

06/05/09

O reitor Carlos Alexandre Netto, através da portaria nº 2608/09, regulamentou a solicitação de poda e remoção vegetal na universidade. As regras para realizar as podas e remoções estão disponíveis na Coordenadoria de Gestão Ambiental, através do Portal da Ufrgs, no Programa de Gestão do Espaço Físico, que receberá as solicitações, orientando sobre o encaminhamento do assunto. A portaria atende a necessidade de regulamentação de tais procedimentos de acordo com a legislação ambiental.

04/06/09

Com o objetivo de dar andamento às discussões sobre a ampliação e diversificação das atividades da UFRGS no Litoral Norte, prefeitos dos municípios localizados na região estiveram na instituição na manhã de hoje, dia 6. Recebidos pelo reitor Carlos Alexandre Netto e pela pró-reitora Sandra de Deus, da Extensão, os prefeitos trouxeram a notícia de que a Universidade já dispõe de um espaço físico a ela destinado para o desempenho de suas funções. O reitor falou do interesse de sua gestão em intensificar a expansão da Universidade no Estado, em especial naquela área, e solicitou que os prefeitos identifiquem as demandas prioritárias para que a instituição possa elaborar seus planos e definir estratégias de atuação nos campos da especialização, extensão e graduação. Presente ao encontro, a presidente da Comissão de Educação da Câmara Federal, deputada Maria do Rosário, convidou a Administração Central a participar da audiência pública que será realizada no próximo dia 24, com a finalidade de traçar metas e estratégias gerais para a região. A UFRGS tem aumentado nos últimos anos sua participação no Litoral Norte - onde já possuía o Ceclimar - criando um curso de graduação em parceria com a UERGS e um pólo de ensino à distância, além de viabilizar a realização do vestibular em um de seus municípios.

05/08/09

Dentro do projeto de urbanização do Campus do Vale, o reitor Carlos Alexandre Netto entregou na tarde de hoje, dia 8, as novas instalações que facilitam o acesso e a circulação de pessoas e veículos. Guarita de segurança, parada de ônibus, ampliação do estacionamento e novo calçamento no setor quatro, foram algumas das obras concluídas. Na oportunidade, o Reitor fez a entrega de um trator e um caminhão para a Superintendência de Infraestrutura (SUINFRA).

- Referentes à Frota**03/11/09**

A UFRGS começa o ano letivo com sua frota renovada com a aquisição de novos carros. Atendendo a demandas antigas de diversas unidades acadêmicas e administrativas, foram entregues um microônibus para o Grupo Frota (composto por Veterinária, IPH, Geociências, Agronomia e Biociências), dois caminhões, um trator para auxílio no corte de grama e transporte de cargas pesadas entre as unidades, e três veículos de pequeno porte. A cerimônia de apresentação da frota foi realizada no pátio da faculdade de Veterinária (Campus do Vale) e presidida pelo reitor Carlos Alexandre Netto. Participaram do evento o vice-reitor Rui Oppermann, o pró-reitor Luis Macedo, no exercício de Planejamento, diretores de unidades, secretários da Administração Central, professores, servidores técnico-administrativos e estudantes.

- Referentes a Laboratórios**03/12/09**

A Faculdade de Medicina inaugurou hoje, dia 12, o Laboratório de Habilidades Clínicas. Primeiro do Estado, o laboratório foi destacado pelo diretor Mauro Czepielewski, como uma possibilidade de propiciar ao aluno um treinamento prévio de identificação de uma série de sinais antes de manter contato com os pacientes. Presente à cerimônia, o vice-reitor Rui Oppermann disse que o laboratório representa um estímulo ao ensino de graduação e demonstra que os recursos que a universidade obtém, através dos seus cursos de pós-graduação lato sensu, são aplicados nos cursos de graduação da própria instituição. No laboratório, os alunos irão trabalhar com manequins semelhantes a seres humanos, detalhados em todas as partes do corpo e em diferentes softwares, nos quais poderão fazer exames ginecológicos, urológicos, cardíacos, oftalmológicos, respiratórios, entre outros.

- Referentes ao CESUP**18/06/09**

Centro de Supercomputação da UFRGS, está oferecendo curso à distância de Introdução ao MPI (Message Passing Interface), com a professora Carla Osthoff, do Laboratório Nacional de Computação Científica do Ministério da Ciência e Tecnologia. Com 20 horas/aula de duração, desenvolvidas de 21 deste mês a 6 de julho, o curso é destinado aos programadores iniciantes em programação paralela, que pretendem utilizar a biblioteca MPI. Os interessados devem ter noções básicas da linguagem C e a possibilidade de dispor de cerca de uma hora por dia, durante as duas semanas do curso, para acesso ao material de apresentação, bem como para participação nas atividades de tutoria (chats para solução de

dúvidas) e realização de atividades. O horário dos chats já está disponível na página relacionada abaixo. Informações adicionais podem ser solicitadas por e-mail cursos@cesup.ufrgs.br ou pelo telefone 51-3308-3350.

06/10/09

O Centro Nacional de Supercomputação (CESUP) inaugura oficialmente no próximo dia 16, terça-feira, às 11h, na sala Fahrion do prédio da Reitoria, o seu novo sistema para Processamento de Alto Desempenho (PAD). O Cluster Sun Fire, já em operação, substitui as antigas máquinas Cray, instaladas a partir de 1992, e que já tinham se tornado obsoletas. O novo equipamento utiliza a arquitetura baseada em clusters, que integra diversos processadores, através de redes de alta velocidade e softwares de processamento paralelo e distribuído, ao lado de uma grande capacidade de memória. Isto significa otimizar o tempo de trabalho e minimizar os custos, principalmente quando se trata de massas de dados muito expressivas. O Cluster Sun Fire foi adquirido por US\$400 mil, através do Ministério da Ciência e Tecnologia/FINEP. Algumas das áreas atendidas pelo CESUP são Meteorologia, Física, Matemática, Genética, Química, Biomedicina e Engenharia. A nova máquina do CESUP tem performance de 12.76 Teraflops (mais de 12 trilhões de operações por segundo). Informações adicionais podem ser solicitadas pelo telefone 3308-3343.

- Referentes a Infraestrutura para os estudantes

19/06/09

Atendendo solicitação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), a UFRGS disponibiliza a partir de hoje, dia 19, computadores para inscrição no Enem. Os equipamentos estarão à disposição dos interessados na Comissão Permanente de Seleção (Rua Ramiro Barcelos, 2574) no horário das 9h às 13h e das 13h30min às 17h30min. As inscrições devem ser feitas exclusivamente pela internet, através do site relacionado e os candidatos devem ter em mãos os documentos de CPF e RG. O prazo de inscrição será encerrado às 23h59min do dia 17 de julho.

8 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

8.1 A ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO NA INSTITUIÇÃO

No ano-exercício de 2009, a Secretaria de Avaliação Institucional (SAI) manteve a sua linha de atuação como órgão de suporte e facilitador das atividades dos demais órgãos da reitoria e das unidades acadêmicas, no que tange às atividades de avaliação. Neste contexto, dentro dos princípios que regem estatutariamente e regimentalmente a Universidade, à SAI, como órgão executivo, não cabe efetuar ou referendar “avaliações”, atividades sob responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação (CPA) – nos termos da Lei Federal nº 10.861/2004 (lei que estabeleceu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES) ou às comissões específicas a quem a mesma delegar poderes solidariamente.

Dentro de suas funções como órgão facilitador da avaliação institucional, a SAI passou por uma fase de revisão do escopo das suas atividades, num período de ajustes iniciais ensejados pelo primeiro período do mandato reitoral iniciado em 2008. Genericamente, as atividades desta Secretaria passaram a compreender os tópicos descritos a seguir, conforme orientação recebida da Pró-Reitoria de Coordenação Acadêmica (PROCAD), sob a perspectiva de proceder à efetiva regularização de todas as situações de enquadramento institucional:

- a) Orientar e coordenar atividades de preparação da Universidade para ações internas e externas no âmbito da avaliação e regulação institucional e de cursos;
- b) Promover a participação da comunidade acadêmica nos processos de Avaliação Institucional e de Cursos - estas atividades conduzem à obtenção de relatórios avaliativos próprios;
- c) Dar suporte às ações do sistema formado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e os Núcleos de Avaliação das Unidades (NAU's) - estas atividades também conduzem à obtenção de relatórios avaliativos próprios.

As principais atividades decorridas no campo da avaliação institucional, no período do ano-exercício de 2009, foram as seguintes:

- a) Orientação e coordenação de atividades de preparação da Avaliação Institucional Externa pelo MEC/INEP - estas atividades conduziram ao preenchimento de documentos eletrônicos requeridos pelo processo avaliativo e à elaboração do Relatório de Auto-Avaliação Institucional do período 2006-2008 (elaborado pela Comissão Própria de Avaliação - CPA); em última instância, estas atividades são

necessárias ao recredenciamento da Universidade como Instituição de Educação Superior (IES), junto ao MEC;

- b) Orientação e coordenação do processo de inscrição de estudantes da Universidade ao Exame Nacional de Avaliação de Estudantes (ENADE) - esta atividade conduziu à criação de procedimentos e instrumentos que permitiram uma sensível redução no quantitativo dos problemas havidos em períodos anteriores com a não-inscrição de estudantes ao ENADE;
- c) Preparação das Comissões de Graduação (COMGRAD) e dos estudantes da Universidade para a realização do Exame Nacional de Avaliação de Estudantes (ENADE) - esta atividade realiza-se através da divulgação de material orientativo e da realização de palestras;
- d) Orientação e coordenação do processo de geração da informação para a criação dos processos regulatórios dos cursos de graduação da Universidade, como atividade precedente à avaliação - esta atividade conduziu à criação de procedimentos e instrumentos que permitiram resgatar e organizar a informação para a inserção da informação nos sistemas computacionais do MEC (atividade executada pelo Pesquisador Institucional, vinculado à PROPLAN);
- e) Orientação e coordenação do processo de geração da informação para a criação dos processos avaliativos dos cursos de graduação da Universidade, tanto no âmbito da avaliação nacional (executada pelo MEC/INEP), como internacional (sistema ARCU-SUL) - esta atividade conduz ao preenchimento de documentos requeridos para a avaliação;
- f) Preparação das Comissões de Graduação (COMGRAD) e da comunidade universitária de cursos que passam por processo avaliativo - esta atividade conduz à execução de procedimentos e tarefas que viabilizam a visita das comissões de avaliadores externos.

Como perspectivas para o ano-exercício de 2010, refira-se a necessidade de se dar continuidade às ações de regularização das diversas situações regulatório-avaliativas incidentes, bem como a possibilidade de expansão do quadro funcional do órgão, o qual terá de passar por período de capacitação para o exercício das suas funções.

8.2 O CONTEXTO EXTERNO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional das Instituições de Educação Superior (IES), no país, no período referente a este relatório (ano de 2009), esteve caracterizada pela ocorrência do último ano do primeiro ciclo avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação

Superior (SINAES), período esse (2007-2009) estabelecido pela Portaria Ministerial nº 01/2007, ao abrigo da Lei Federal nº 10.861/2004 (a que estabelece o SINAES), em consonância com o Decreto Presidencial nº 5.773/2006 e as normativas processuais instituídas pela Portaria Ministerial nº 40/2007.

8.2.1 A Avaliação Externa Institucional por Visita de Comissão

Tendo sido estabelecido, assim, em legislação, que a avaliação externa institucional de todas as IES do país deveria decorrer no período do primeiro ciclo avaliativo, coube à Universidade Federal do Rio Grande do Sul ser avaliada neste último ano (2009). Cumpriram-se os procedimentos previstos pela legislação, baseados na recepção a uma comissão de avaliadores externos constituída por docentes de outras instituições educacionais, viabilizada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão autárquico do Ministério da Educação (MEC), encarregado da viabilização da avaliação institucional e da avaliação de cursos de graduação no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.

Assim, durante um período de três dias, entre 25 e 28 de maio de 2009, transcorreu o período de recepção à comissão de avaliadores, a qual foi composta por três docentes, nas dependências dessa Universidade. Essa visita compreendeu, conforme procedimentos determinados pela legislação, a verificação da documentação fornecida pela Instituição através dos sistemas computacionais do MEC, a par da verificação *in loco* da veracidade e da acurácia da informação fornecida pela mesma. De origem, o processo regulatório referente ao credenciamento institucional havia sido inserido pela Universidade, através do Sistema SAPIEnS, sob nº 20060015611, ainda no ano de 2006, portanto, em época anterior ao período reitoral 2008-2012.

Na ocasião da abertura do processo, constava no Sistema SAPIEnS, como documento principal de gestão administrativa e acadêmica da Instituição, o Plano de Gestão Reitoral da UFRGS para o período 2000-2004, inserido por conta da necessidade de solicitação de reconhecimento de cursos de graduação dentro desse último período. Também constava como Relatório de Auto-Avaliação Institucional disponível o relatório referente ao período 2004-2005.

Assim, a fim de viabilizar a ocorrência do processo avaliativo com documentos atualizados, vigentes na Instituição, foi providenciada, previamente ao transcurso da avaliação, a inserção, pela Instituição, no Sistema SAPIEnS, dos planos de gestão dos reitorados referentes aos períodos 2004-2008 e 2008-2012, bem como do Relatório de Auto-Avaliação Institucional referente ao período 2006-2008, o qual também atualizou dados referentes a períodos ainda anteriores.

A elaboração do Plano de Gestão Reitoral correspondente ao período 2008-2012 foi coordenada, em primeira instância, pela Secretaria de Avaliação Institucional (SAI), e, em segunda instância, pelo Gabinete do Reitor, tendo decorrido entre os meses de dezembro de 2008 e de março de 2009, mês esse em que o plano foi aprovado (dentro dos prazos estabelecidos estatutária e regimentalmente pela Instituição).

A informação inserida pela UFRGS no formulário eletrônico do sistema SEdSup/Aval, para fins de alimentação do processo avaliativo, pode ser consultada no Anexo do Capítulo 8 deste relatório, com o formato de impressão utilizado pelo próprio sistema computacional do MEC.

Efetuada a avaliação, foi produzido o relatório de avaliação institucional da UFRGS pelos avaliadores, o qual pode ser consultado, também, nos Anexos do Capítulo 8, tendo a Instituição recebido o conceito “4” (na escala de 1 a 5 do SINAES). A Universidade contestou alguns dos pontos da avaliação, recorrendo ao MEC/INEP, para análise pela Comissão Técnica de Acompanhamento de Avaliações (CTAA). Apesar da acolhida a alguns pontos da contestação por parte dessa comissão (como, por exemplo, no que diz respeito à avaliação da dimensão 2), o Conceito Institucional (CI) permaneceu no mesmo patamar, ao final. A pior valoração, entre as dimensões, coube à dimensão 1, em especial, pelo fato da Instituição não possuir, na altura, seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), inclusive, assim, descumprindo a legislação (conforme Art. 16 do Decreto Presidencial nº 5.773/2006).

8.2.2 O Índice Institucional obtido pela Avaliação dos Cursos da Instituição

Ainda, durante o período do primeiro ciclo avaliativo do SINAES, o MEC passou a proceder ao cálculo de índices regulatórios, como o Conceito Preliminar de Cursos - CPC (para cursos de graduação) e o Índice Geral de Cursos (IGC) de uma Instituição, o qual agrega os resultados do CPC para todos os cursos de graduação e os da avaliação dos programas de pós-graduação da IES (“índice da pós-graduação”), utilizando como pesos o número de estudantes matriculados nos mesmos.

À parcela desta soma que agrega todos os cursos de graduação denomina-se “Índice da Graduação” (G), enquanto que a parcela referente a todos os programas de pós-graduação subdivide-se no “Índice do Mestrado” (M) e no “Índice do Doutorado” (D). Os estudantes de mestrado e de doutorado de um mesmo programa de pós-graduação são computados separadamente, aplicando-se a seguinte regra: um aluno de mestrado de um programa de pós-graduação com conceito 3 é equivalente a um aluno de graduação; um aluno de mestrado de um programa com conceito 4 é equivalente a dois alunos de graduação; e, por fim, um aluno de mestrado de um programa com conceito 5 é equivalente

a três alunos de graduação. Raciocínio análogo é feito para os alunos de doutorado, para o cálculo do Índice de Doutorado. A informação referente ao modo de cálculo desses índices, para o ano de 2009, pode ser encontrada em Anexo.

Os resultados da UFRGS quanto ao IGC e seus sub-índices componentes, para o ano de 2009, são sintetizados pelos Quadros 102 a 108. É importante notar, contudo, que a fórmula de cálculo do IGC foi alterada pelo INEP entre os anos de 2007 e 2008, comprometendo a comparabilidade entre períodos anuais.

Quadro 102 - UFRGS: Evolução do IGC (e seus sub-índices) no triênio 2007-2009

Ano	Conceito IGC	IGC Contínuo	Índice da Graduação (G)	Índice do Mestrado (M)	Índice do Doutorado (D)
2007	5	4,10	3,47	4,82	3,50
2008	5	4,15	3,58	4,69	3,50
2009	5	4,22	3,75	4,73	3,58

Fonte: MEC/INEP; UFRGS/SAI.

Quadro 103 - Dados do IGC das Universidades Rio-grandenses classificadas pelo IGC-Contínuo

Posição	Universidade	IGC - Contínuo	Conceito - IGC	% de incidência da Graduação sobre o IGC	% de incidência do Mestrado sobre o IGC	% de incidência do Doutorado sobre o IGC	% de incidência da Pós-Graduação sobre o IGC
1º	UFRGS	422	5	44,80	27,36	27,84	55,20
2º	UFCSPA	405	5	72,64	19,83	7,53	27,36
3º	UFSM	358	4	65,84	20,87	13,29	34,16
4º	PUCRS	349	4	76,89	13,58	9,53	23,11
5º	UERGS	349	4	100,00	0,00	0,00	0,00
6º	UNISINOS	333	4	87,76	8,31	3,93	12,24
7º	UFPEL	326	4	69,77	17,98	12,25	30,23
8º	FURG	318	4	76,73	15,55	7,72	23,27
9º	UNISC	311	4	94,07	4,89	1,04	5,93
10º	ULBRA	300	4	99,49	0,41	0,10	0,51
11º	FEEVALE	295	4	98,80	1,20	0,00	1,20
12º	UCS	287	3	98,26	1,47	0,27	1,74
13º	UNIJUI	275	3	94,99	5,01	0,00	5,01
14º	UPF	271	3	95,35	4,28	0,37	4,65
15º	UCPEL	265	3	86,88	9,94	3,18	13,12
16º	URI	257	3	95,63	3,75	0,62	4,37
17º	UNICRUZ	225	3	100,00	0,00	0,00	0,00
18º	URCAMP	198	3	100,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: MEC/INEP; UFRGS/SAI.

Quadro 104 - Dados do IGC das Universidades Brasileiras classificadas pelo IGC-Contínuo

Posição	Universidade	UF	IGC - Contínuo	Conceito - IGC	% de incidência da Graduação sobre o IGC	% de incidência do Mestrado sobre o IGC	% de incidência do Doutorado sobre o IGC	% de incidência da Pós-Graduação sobre o IGC
1º	UNIFESP	SP	4,40	5	10,71	43,37	45,92	89,29
2º	UFRGS	RS	4,22	5	44,80	27,36	27,84	55,20
3º	UFLA	MG	4,20	5	45,08	27,94	26,98	54,92
4º	UFMG	MG	4,17	5	50,82	22,52	26,65	49,18
5º	UFV	MG	4,10	5	52,50	20,96	26,53	47,50
6º	UFSCAR	SP	4,06	5	45,44	25,95	28,60	54,56
7º	UFCSPA	RS	4,05	5	72,64	19,83	7,53	27,36
8º	UFTM	MG	4,04	5	68,54	18,36	13,09	31,46
9º	UFRJ	RJ	3,95	5	43,68	25,02	31,30	56,32
10º	UNIFEI	MG	3,94	4	71,60	20,34	8,06	28,40

Fonte: MEC/INEP; UFRGS/SAI.

Quadro 105 - Dados das Universidades Brasileiras classificadas pelo Índice da Graduação (G)

Posição	Universidade	UF	Dependência Administrativa	Índice da Graduação (G)	% de Graduandos na IES	Cursos Avaliados / triênio 2007-2009	Cursos com CPC / triênio 2007-2009
1º	UFCSPA	RS	IFES	3,9308	0,7490	4	3
2º	UFTM	MG	IFES	3,9282	0,7054	7	3
3º	UFLA	MG	IFES	3,8546	0,4916	12	10
4º	UNIFEI	MG	IFES	3,7891	0,7445	10	10
5º	UFMG	MG	IFES	3,7610	0,5635	50	45
6º	UFRGS	RS	IFES	3,7513	0,5036	48	45
7º	UFV	MG	IFES	3,7505	0,5746	32	28
8º	UNIFAL-MG	MG	IFES	3,7132	0,9545	12	5
9º	UFSCAR	SP	IFES	3,5949	0,5137	34	23
10º	UNB	DF	IFES	3,5773	0,6621	41	41

Fonte: MEC/INEP; UFRGS/SAI.

Quadro 106 - Dados das Universidades Brasileiras classificadas pelo Índice do Mestrado (M)

Posição	Universidade	UF	Dependência Administrativa	Índice do Mestrado	% de Mestrandos na PG da IES (em Graduandos-equivalentes)
1º	PUC-RIO	RJ	IES Privada	4,8167	0,5274
2º	UFRGS	RS	IFES	4,7278	0,4778
3º	PUCRS	RS	IFES	4,7200	0,5656
4º	UFRJ	RJ	IFES	4,7163	0,4333
5º	UFMG	MG	IFES	4,6913	0,4439
6º	UGF	RJ	IES Privada	4,6267	0,6176
7º	UFLA	MG	IFES	4,5830	0,4821
8º	UMC	SP	IES Privada	4,5606	0,6680
9º	PUCSP	SP	IES Privada	4,5498	0,5983
10º	UFSC	SC	IFES	4,5336	0,5202

Fonte: MEC/INEP; UFRGS/SAI.

Quadro 107 - Dados das Universidades Brasileiras classificadas pelo Índice do Doutorado (D)

Posição	Universidade	UF	Dependência Administrativa	Índice do Doutorado	Percentual de Doutorandos na PG da IES (em Graduandos-equivalentes)
1º	UCAM	RJ	Privada	5,0000	0,6381
2º	USF	SP	Privada	4,0000	0,2930
3º	UFRJ	RS	IFES	3,9451	0,5667
4º	UFMG	MG	IFES	3,7346	0,5561
5º	PUC-RIO	RJ	Privada	3,6215	0,4726
6º	UFRGS	RS	IFES	3,5838	0,5222
7º	UFV	MG	IFES	3,5686	0,5660
8º	UNIFESP	SP	IFES	3,3981	0,5301
9º	UFSCAR	SP	IFES	3,3749	0,5360
10º	PUCRS	RS	Privada	3,3160	0,4344

Fonte: MEC/INEP; UFRGS/SAI.

Quadro 108 - Variação do IGC-Contínuo, entre 2009 e 2008, para as Universidades Brasileiras (para Universidades com Conceito-IGC "5")

IGC-Contínuo								
Posição	2008				2009			
	Universidade	Sigla	UF	IGC Contínuo	Universidade	Sigla	UF	IGC Contínuo
1	Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	SP	4,39	Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	SP	4,40
2	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS	4,15	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS	4,22
3	Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG	4,13	Universidade Federal de Lavras	UFLA	MG	4,20
4	Fund. Univ. Fed. de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	RS	4,08	Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG	4,17
5	Universidade Federal de Lavras	UFLA	MG	4,04	Fundação Universidade Federal de Viçosa	UFV	MG	4,10
6	Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	SP	4,03	Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	SP	4,06
7	Fundação Universidade Federal de Viçosa	UFV	MG	4,00	Fund. Univ. Fed. de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	RS	4,05
8	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	MG	4,00	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	MG	4,04
9					Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	RJ	3,95

Fonte: MEC/INEP; UFRGS/SAI.

8.3 A PREPARAÇÃO PARA A AVALIAÇÃO EXTERNA DE CURSOS DE GRADUAÇÃO

Durante o ano de 2009, a UFRGS, através da coordenação da SAI, efetuou várias ações no campo da preparação para a avaliação externa de seus cursos de graduação, entre as quais ações inerentes à inscrição de estudantes ao ENADE e as ações prévias à execução das avaliações por vistas de comissão de avaliadores. Entre essas, destacam-se

ações voltadas para o campo da preparação e inserção da informação inerente aos processos de natureza regulatória dos cursos.

8.3.1 A Preparação para o ENADE

Em 2009, a SAI passou a atuar de forma mais intensiva quanto à orientação e coordenação do processo de inscrição de estudantes da Universidade ao Exame Nacional de Avaliação de Estudantes (ENADE), dado que vinham sendo constatados muitos equívocos quanto ao mesmo, em períodos anteriores, enquanto tarefa imposta pelo MEC/INEP diretamente às coordenações dos cursos de graduação.

Assim, ao longo desse ano, esta perspectiva conduziu à criação de procedimentos e instrumentos que permitiram uma sensível redução no quantitativo dos problemas havidos em períodos anteriores com a não-inscrição de estudantes ao ENADE. Um resumo das medidas postas em prática é fornecido a seguir, tendo conduzido a uma sensível facilitação dos procedimentos de inscrição, bem como a um maior nível de controle dos mesmos.

- a) Prescrição e solicitação da elaboração de um módulo de inscrição de alunos regulares do ENADE junto ao Centro de Processamento de Dados (CPD) – elementos da interface: áreas participantes, informação quanto à relação dos códigos de cursos do INEP face aos cursos e habilitações dos currículos dos cursos da UFRGS, dados pessoais e acadêmicos necessários para envio de arquivo de texto nas inscrições em lote no Sistema de Inscrição do ENADE (INEP), carga horária da grade curricular, etc.;
- b) Inclusão dos cursos/currículos com alunos irregulares no ENADE 2009 no módulo de inscrição de alunos ao ENADE, no Sistema de Graduação da UFRGS, para possibilitar aos coordenadores dos cursos registrar os seus alunos, inscritos e selecionados, participantes ou não;
- c) Orientação ao CPD quanto aos dados necessários dos estudantes habilitados para o ENADE 2009 para geração dos arquivos de texto para inscrição individual e em lote;
- d) Elaboração do documento “ENADE 2009 – Perguntas Frequentes” sobre o Exame, com *links* para acesso às principais páginas eletrônicas, documentos e legislações importantes vinculadas ao Exame; tanto as perguntas, quanto as respostas foram formuladas através da consulta ao Manual do ENADE, ao documento de *FAQ* do INEP, às portarias normativas do ENADE, às informações das páginas eletrônicas do INEP e do ENADE;
- e) Orientação às comissões de graduação sobre as mudanças no ENADE 2009 e suas consequências - primeiro ano de abrangência universal a todos os estudantes

habilitados e inscritos no Exame, pois nas edições anteriores o exame era de base amostral;

- f) Orientação aos alunos de Ensino a Distância (EaD) quanto à necessidade de alteração do local de prova, para que os mesmos pudessem realizar o Exame no pólo de apoio presencial no qual desenvolvem seus estudos; esta orientação foi imprescindível, visto que este foi o primeiro ano em que um curso da UFRGS na modalidade “à distância” foi avaliado pelo ENADE;
- g) Orientações aos estudantes com diplomas retidos no DECORDI da UFRGS por não-participação no ENADE 2008 quanto à necessidade de re-inscrição dos mesmos por parte dos coordenadores dos cursos e à obrigatoriedade da participação no ENADE 2009 para a sua diplomação.
- h) Envio de informações elaboradas pela SAI para as comissões de graduação referentes à divulgação da obrigatoriedade da prestação do Exame, da legislação vigente, das listagens de alunos inscritos e selecionados, dos locais das provas e das notícias divulgadas pelo INEP;
- i) Canais de comunicação foram abertos através de correio eletrônico, de telefonemas, pessoalmente e em reuniões gerais e específicas com as comissões de graduação e com os estudantes envolvidos com o ENADE, para solução de problemas e prestação de esclarecimentos;
- j) Realização de Palestras com os alunos participantes do ENADE 2009, explicando a natureza da prova, sua estrutura e a importância do comparecimento pelo estudante;
- k) Divulgação de toda a legislação, portarias geral e de diretrizes por área, da documentação, das apresentações organizadas pela SAI para cada área de participante do ENADE 2009 na página eletrônica da SAI;
- l) Divulgação das listagens dos alunos inscritos e selecionados para o ENADE 2009 na página inicial da UFRGS e na página eletrônica da SAI;
- m) Atualização dos dados dos coordenadores dos cursos para repasse ao Pesquisador Institucional, visando tornar acessível aos coordenadores o acesso às inscrições;
- n) Orientação quanto à recepção da senha dos coordenadores para a inscrição dos estudantes;
- o) Acompanhamento das inscrições efetuadas pelas comissões de graduação;
- p) Divulgação e orientações aos alunos faltosos e demais interessados sobre procedimentos de solicitação de dispensa do ENADE;

- q) Divulgação dos Resultados do ENADE de anos anteriores através da página eletrônica da SAI.

8.3.2 A Regulação de Cursos de Graduação da Instituição

Como fase preparatória à avaliação de cursos (à exceção, ainda, no ano de 2009, dos procedimentos inerentes ao ENADE), é necessária a abertura de processos administrativos, no âmbito do Sistema e-MEC, que permitam às IES a obtenção dos atos regulatórios relacionados com os seus diversos cursos.

Ainda no primeiro semestre de 2009, foi constatado que, para a maioria dos seus cursos de graduação, a UFRGS havia perdido os prazos definidos dentro do ciclo avaliativo do SINAES para a inserção desses processos no Sistema e-MEC. Com isso, a atual administração da Universidade passou a analisar de que forma poderia vir a ser dado o devido tratamento ao problema, vindo a encarregar a Secretaria de Avaliação Institucional (SAI) da coordenação dos trabalhos neste sentido, dada a proximidade existente entre as áreas de avaliação e de regulação.

De notar que, com isso, a SAI passou a atuar numa esfera à qual não estava anteriormente afeta, pois as atividades vinculadas à preparação da regulação, historicamente, no âmbito da UFRGS, estiveram afetas à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e à Câmara da Graduação.

Pela análise da situação, constatou-se que a principal causa pela qual a Universidade passou a enfrentar problemas nessa área estava relacionada com o número absolutamente insuficiente de servidores técnicos-administrativos em atuação junto aos órgãos da Reitoria vinculados ao ensino de graduação. Em especial, constatou-se a necessidade de contar com servidores com um perfil especificamente vocacionado para o trabalho de natureza pedagógica, tanto nesses órgãos da Reitoria, quanto junto aos cursos, nas unidades universitárias.

Desta forma, sem ainda poder contar com o número adequado de servidores aptos ao serviço nas atividades de preparação da informação e da documentação de caráter regulatório, a administração central da Universidade começou a envidar esforços visando solucionar o problema. De imediato, a necessidade de organizar a informação através de soluções baseadas na utilização de recursos de Informática pareceu ser parte necessariamente integrante do processo.

Assim, por indicação e prescrição da SAI, o Centro de Processamento de Dados (CPD) passou a desenvolver módulos computacionais, os quais viriam a ser agregados ao portal eletrônico da Universidade, replicando a estrutura de informação do sistema e-MEC, para utilização exclusivamente interna pelo pessoal da Universidade. Deste modo, os

servidores da UFRGS passaram a contar com uma réplica do Sistema e-MEC, no que diz respeito às informações exigidas pelos processos administrativos de caráter regulatório, para utilização interna. Este módulo conta, inclusive, com instruções, diretrizes e sugestões para a execução da tarefa de produção da informação sobre os projetos pedagógicos de cursos.

Ainda, o CPD recebeu, na mesma altura, também, as prescrições para o desenvolvimento de um outro módulo, que replicasse os formulários eletrônicos utilizados para o preenchimento das informações inerentes à avaliação de cursos. Devido a que a maioria dos cursos de graduação da UFRGS, na verdade, não chegam à situação de serem avaliados para fins de renovação de reconhecimento, pelo elevado grau de seus conceitos preliminares de curso (CPC), privilegiou-se as situações dos formulários correspondentes aos instrumentos de avaliação para fins de reconhecimento de cursos.

Quase que ao mesmo tempo, mas por prescrição da PROGRAD e do Fórum de Coordenadores de Cursos de Graduação da Universidade, o CPD veio a desenvolver um outro módulo para apropriação da informação inerente aos planos de ensino das atividades curriculares.

A conjugação desses três módulos veio a ser, então, parte do plano de resgate da situação de regularização dos processos administrativos que conduzem a atos regulatórios de cursos de graduação, na UFRGS, tendo as primeiras versões desses módulos vindo a serem liberadas para testes ao final do ano de 2009. Observe-se, ainda, que a necessidade de se pôr em prática essa operação de informatização de parte altamente significativa da informação inerente aos cursos de graduação deveu-se aos problemas de falta de pessoal, anteriormente citados, bem como ao número expressivo de cursos oferecidos pela Universidade e à necessidade de armazenamento da informação repassada ao MEC dentro da própria Instituição. E veio a coadunar-se com a proposta do atual plano de gestão reitoral, quanto à observância da racionalização dos procedimentos administrativos empregados pela UFRGS.

Finalmente, refira-se que, ao final de 2009, a Universidade voltou a inserir e a protocolar processos administrativos no e-MEC para fins regulatórios, tendo totalizado seis inserções até o final do mês de dezembro, sob o comando e ação efetiva da SAI, em colaboração com a Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), através do Procurador Institucional.

8.3.3 Apoio e orientação à Avaliação Externa de Cursos de Graduação

No ano de 2009, um dos cursos de graduação da UFRGS recebeu uma visita de comissão de avaliação para fins de reconhecimento, o curso de bacharelado em Educação

Física. Com o intuito de preparar essa atividade de recepção de comissão de avaliadores, a SAI veio a coordenar os trabalhos de preenchimento do formulário eletrônico no Sistema e-MEC, bem como veio a efetuar atividades de preparação da comunidade do curso (docentes, técnicos e discentes) para a melhor recepção aos avaliadores. Deste modo, a SAI passou a sistematizar os procedimentos de preparação à recepção de comissões de avaliadores, inclusive, elaborando documentos a serem observados pelos servidores da UFRGS quando da ocorrência dessas visitas.

Ainda na linha da preparação da documentação inerente às avaliações, a SAI passou a se envolver, ainda ao final de 2009, com a elaboração do material requerido para a avaliação de caráter internacional, no âmbito do Sistema ARCU-SUL, para os primeiros cursos da UFRGS a participarem do processo.

8.4 A AVALIAÇÃO INTERNA

A avaliação interna na UFRGS, para além da realização deste relatório de auto-avaliação, processa-se em vários níveis, os quais têm atribuições estatutárias e regimentais de efetuar procedimentos próprios de avaliação. Contudo, neste relatório, serão destacados dois pontos fundamentais dessa avaliação: a atuação dos Núcleos de Avaliação das Unidades (NAU) universitárias e o sistema de consulta ao corpo discente de graduação.

8.4.1 Informações de Relatórios de Núcleos de Avaliação das Unidades (NAUs)

Entre as diversas atividades citadas nos relatórios dos Núcleos de Avaliação das Unidades universitárias, algumas das quais encontradas também em relatórios de períodos anteriores, destacam-se as seguintes:

- a) Proposição e implantação de sistemas próprios de avaliação dos docentes;
- b) Realização de diagnósticos das diversas situações enfrentadas pelas unidades em seus cursos;
- c) Participação no planejamento de alterações curriculares, inclusive, com ajustes dos conteúdos e cargas horárias de disciplinas;
- d) Atualização e tratamento de dados referentes aos processos acadêmicos e administrativos;
- e) Desenvolvimento de indicadores de desempenho de interesse da unidade universitária;
- f) Articulação do pessoal acadêmico e administrativo com as ações de avaliação;
- g) Prática de registros de ações da unidade universitária;
- h) Discussão com alunos sobre resultados da avaliação externa, inclusive, do ENADE;

- i) Reuniões com órgãos da Reitoria com vistas à proposição de melhorias e resolução de problemas inerentes ao funcionamento das unidades universitárias e de seus cursos.

A partir dos resultados das suas atividades, os Núcleos de Avaliação das Unidades referem as seguintes melhorias obtidas ou em progresso junto às suas unidades:

- a) Elevação do interesse de docentes e técnico-administrativos pela qualificação e capacitação, a partir da avaliação discente;
- b) Melhor percepção das situações enfrentadas pelos discentes;
- c) Incremento da interação com os discentes, permitindo buscar alternativas de solução para os problemas encontrados;
- d) Maior preocupação com relação à integridade e precisão dos dados inerentes ao funcionamento da unidade universitária;
- e) Propostas de alterações curriculares;
- f) Proposição de novos sistemas internos de avaliação dos docentes;
- g) Produção de dados e informações solicitados pelas próprias unidades.

Ainda, como reflexo deste processo auto-avaliativo, as unidades universitárias apontam as seguintes necessidades a serem atendidas para o melhor funcionamento das suas atividades:

- a) Aumento e qualificação do espaço físico destinado às salas de aula e demais atividades;
- b) Melhorias e adequações da infraestrutura dos próprios núcleos de avaliação;
- c) Necessidade de aumento do quadro de pessoal administrativo;
- d) Reformulação de projetos pedagógicos de cursos;
- e) Provimento de maior número de equipamentos, inclusive, de informática;
- f) Prever tempo específico na carga de trabalho para os membros de comissões;
- g) Reforçar a colaboração com os diferentes segmentos administrativos e acadêmicos no provimento de dados;
- h) Prover maior integração entre os Núcleos de Avaliação das Unidades e a Comissão Própria de Avaliação;
- i) Prover melhorias do acervo e da infraestrutura física de bibliotecas.

Cabe salientar que, no ano de 2009, 4 NAUs tornaram-se operativos, a saber: Faculdade de Ciências Econômicas, Escola de Educação Física, Instituto de Física e o Instituto de Matemática; 9 NAUs entregaram seus relatórios de avaliação, ou seja: Colégio de Aplicação, Instituto de Matemática, Faculdade de Arquitetura, Faculdade de Ciências Econômicas, Escola de Educação Física, Faculdade de Medicina, Faculdade de Farmácia, Instituto de Informática e Instituto de Química.

8.4.2 A Avaliação de Docentes e das Disciplinas

O sistema de avaliação interna desenvolvido pela UFRGS, para o ensino de graduação presencial, foi desenvolvido a partir de instrumentos de avaliação anteriormente elaborados e utilizados pelas suas diversas unidades universitárias, tendo passado a ser oferecido a todos seus estudantes, através do Portal do Aluno, a partir do segundo semestre letivo de 2006.

O sistema baseia-se na utilização de grupos de indicadores destinados à (a) avaliação do docente, (b) avaliação da disciplina, (c) avaliação da infraestrutura e à (d) auto-avaliação discente. As questões referentes a cada quesito são apresentadas no Quadro 109. Os discentes, ao final de cada semestre letivo, acessam o portal do aluno da UFRGS e avaliam os quesitos propostos no instrumento. O preenchimento não é obrigatório.

Um quadro-resumo da avaliação efetuada nos diversos semestres letivos, desde a implementação do instrumento de avaliação pelo portal eletrônico, período que cobre os anos de 2006 a 2009, é apresentado pela Figura 7. Cabe salientar que o sistema, a partir do final de 2009, passou a disponibilizar os resultados de diversas formas diferentes: (a) por curso, (b) por departamento da unidade universitária, (c) por cursos vinculados a um desses departamentos, (d) por atividade curricular (disciplina). Além disso, cada professor possui acesso à sua própria avaliação, bem como as chefias diretas e superiores têm acesso aos dados das avaliações dos docentes. Os estudantes podem, também, inserir comentários textuais em sua avaliação.

Esse sistema de consulta avaliativa aos discentes da graduação é utilizado na análise do desempenho geral de docentes da Universidade, pelos departamentos, unidades universitárias, órgãos da Reitoria e tem efeitos específicos sobre a progressão do servidor na carreira docente.

Quadro 109 - Indicadores de Avaliação do Instrumento de Avaliação pelo Discente de Graduação

AVALIAÇÃO DO PROFESSOR

1. 1 - O professor trabalhou os conteúdos da disciplina com clareza, destacando aspectos importantes da matéria.
1. 2 - O professor enriqueceu as aulas com resultados de pesquisa e/ou material atualizado.
1. 3 - O professor desenvolveu as aulas com objetividade, utilizando recursos e procedimentos apropriados.
1. 4 - O professor incentivou a participação dos alunos, considerando o seu questionamento crítico e suas contribuições.
1. 5 - O professor mostrou-se disponível para atender aos alunos sempre que possível.
1. 6 - O professor apresentou e deixou claro para os alunos os procedimentos e critérios de avaliação.
1. 7 - O professor utilizou instrumentos (provas, trabalhos, etc.) de avaliação compatíveis com os conhecimentos, habilidades e atitudes desenvolvidas na disciplina.
1. 8 - O professor analisou com os alunos os resultados das avaliações e esclareceu as dúvidas.
1. 9 - O professor possibilitou dinâmicas que favorecem relações entre o conteúdo da disciplina com os demais conteúdos do curso.
1. 10 - O professor cumpriu a sua carga horária na disciplina.

AVALIAÇÃO DA DISCIPLINA

2. 1 - O plano de ensino da disciplina foi apresentado e contém: objetivos, conteúdos, bibliografia, sistema de avaliação e atividades a serem realizadas.
2. 2 - Os objetivos de aprendizagem da disciplina foram alcançados.
2. 3 - A disciplina contribuiu para o desenvolvimento da capacidade intelectual do aluno, não se restringindo à memorização.
2. 4 - A carga horária total da disciplina foi cumprida e bem aproveitada.
2. 5 - A disciplina utilizou exercícios, trabalhos práticos, laboratórios ou outros, quando adequados.
2. 6 - Sempre que possível foram estabelecidas relações entre conteúdos das disciplinas e os campos de trabalho da profissão.
2. 7 - Sempre que possível os conhecimentos desenvolvidos na disciplina foram contextualizados na realidade social, econômica, política e/ou ambiental brasileira.

AVALIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA

3. 1 - As condições da(s) sala(s) de aula colaboram para o desenvolvimento da disciplina.
3. 2 - As condições do(s) laboratório(s)/ambulatório(s)/clínica(s) colaboram para o desenvolvimento da disciplina.
3. 3 - O acervo da biblioteca é suficiente e adequado para o desenvolvimento da disciplina.
3. 4 - As condições da biblioteca (espaço físico, horário, atendimento) colaboraram para o desenvolvimento da disciplina.
3. 5 - Os trabalhos de campo contaram com os recursos necessários.

AUTO-AVALIAÇÃO DISCENTE

4. 1 - Eu possuía os pré-requisitos necessários para o bom acompanhamento da disciplina.
4. 2 - Estou satisfeito com o que aprendi na disciplina.
4. 3 - Dediquei o esforço necessário à disciplina.

Fonte: UFRGS/SAI, Portal do Servidor.

	2009/2	2009/1	2008/2	2008/1	2007/2	2007/1	2006/2
Média Geral	4.05	4.06	4.05	4.04	4	3.98	3.96
AVALIAÇÃO DO PROFESSOR							
Questão 1. 1	3.98	3.96	3.97	3.95	3.93	3.93	3.92
Questão 1. 2	3.83	3.81	3.82	3.78	3.76	3.74	3.72
Questão 1. 3	3.95	3.91	3.93	3.89	3.87	3.87	3.84
Questão 1. 4	4.06	4.04	4.04	4.02	3.98	3.97	3.93
Questão 1. 5	4.16	4.16	4.16	4.16	4.11	4.14	4.09
Questão 1. 6	4.25	4.26	4.28	4.26	4.25	4.25	4.2
Questão 1. 7	4.19	4.19	4.19	4.18	4.14	4.14	4.09
Questão 1. 8	3.79	3.77	3.8	3.78	3.73	3.75	3.69
Questão 1. 9	3.92	3.91	3.94	3.9	3.87	3.87	3.83
Questão 1. 10	4.46	4.47	4.46	4.47	4.43	4.45	4.4
Total do Bloco	4.06	4.05	4.06	4.04	4.01	4.01	3.97
AVALIAÇÃO DA DISCIPLINA							
Questão 2. 1	4.39	4.42	4.43	4.4	4.35	4.34	4.32
Questão 2. 2	4.06	4.09	4.05	4.07	4.02	4.02	4.01
Questão 2. 3	4	4.04	4.01	4.01	3.97	3.97	3.94
Questão 2. 4	4.19	4.21	4.19	4.2	4.12	4.15	4.13
Questão 2. 5	4.11	4.12	4.11	4.11	4.03	4.03	3.99
Questão 2. 6	4.08	4.06	4.07	4.07	4.04	4.02	4.02
Questão 2. 7	4.02	4.02	4.01	4.01	3.99	3.99	3.96
Total do Bloco	4.13	4.14	4.13	4.13	4.08	4.08	4.05
AVALIAÇÃO DE INFRAESTRUTURA							
Questão 3. 1	3.89	3.95	3.93	3.89	3.8	3.77	3.68
Questão 3. 2	3.89	3.94	3.87	3.85	3.75	3.71	3.66
Questão 3. 3	3.44	3.5	3.39	3.39	3.34	3.33	3.34
Questão 3. 4	3.9	3.95	3.86	3.86	3.76	3.42	3.82
Questão 3. 5	3.92	3.98	3.93	3.96	3.84	3.77	3.74
Total do Bloco	3.78	3.84	3.77	3.76	3.67	3.57	3.63
AUTO-AVALIAÇÃO							
Questão 4. 1	4.44	4.44	4.44	4.45	4.43	4.42	4.42
Questão 4. 2	3.91	3.93	3.9	3.9	3.86	3.86	3.84
Questão 4. 3	4.24	4.23	4.19	4.22	4.17	4.18	4.14
Total do Bloco	4.19	4.2	4.17	4.19	4.16	4.15	4.13
Nº Respostas	4754	5895	5842	6690	7961	8693	8432
% Avaliação	22.16	27.38	27.22	30.39	38.25	41.36	41.73

Figura 7 - Resultados Gerais da Avaliação efetuada pelo Discente no Período 2006-2009
 Fonte: UFRGS/SAI, Portal do Servidor.

A escala de valores apresentada aos estudantes é progressiva de 1 a 5, aos moldes da valoração antigamente adota pelos instrumentos de avaliação de cursos aprovados pela CONAES. Portanto, não existe a noção de que o valor “3” represente um desempenho “aceitável” e que os valores acima impliquem desempenhos “acima do aceitável”.

O Quadro 110, a seguir, apresenta os dados potenciais e efetivos da participação discente nessa atividade avaliativa, para o ano-exercício referente a este relatório de auto-avaliação (2009). Por razões de validação estatística, turmas com menos de três respondentes não têm seus dados de avaliação computados.

Quadro 110 - Dados da Participação do Discente de Graduação Presencial na Avaliação Interna

Dados por semestre letivo	Nº de total de alunos matriculados	Nº de alunos respondentes	Nº de disciplinas que deveriam ter sido avaliadas	Nº de disciplinas avaliadas	Nº de turmas avaliadas (e relação turmas/disciplina)	Nº de docentes que deveriam ter sido avaliados	Nº de docentes avaliados
2009/1	23.963	6.006 (25,1%)	2.610	2.343 (89,8%)	4.635 (~ 2,0:1)	2.334	1.600 (68,6%)
2009/2	23.914	4.938 (20,6%)	2.688	2.358 (87,7%)	4.412 (~ 1,9:1)	2.414	1.507 (62,4%)

Fonte: UFRGS/SAI, UFRGS/CPD.

A análise dos dados referentes a Figura 7 e do Quadro 110 revelam que, de um modo geral, os estudantes aparentam estar satisfeitos com relação à qualidade das atividades curriculares dos cursos de graduação da Instituição, e, em geral, essa satisfação é maior com relação ao desempenho dos docentes do que com relação à qualidade da infraestrutura disponível.

Ainda, o nível de participação é compatível com o esperado, por se tratar de participação espontânea, considerando-se situações análogas ou similares no âmbito das avaliações. A participação caiu, a partir do momento em que foi introduzido esse modelo de avaliação via portal eletrônico. As razões não foram, ainda, apuradas por meio de estudos específicos.

8.5 AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO

Ao longo do ano-exercício de 2009, houve várias atividades altamente significativas no âmbito da avaliação institucional na UFRGS, com destaques para as seguintes:

- a) Ocorrência da avaliação institucional externa por visita de comissão de avaliadores, pela primeira vez, na história da Universidade;

- b) Realização da preparação da Instituição para a recepção a essa comissão de avaliadores, o que incluiu a preparação de um significativo volume de informações e a mobilização de toda a Universidade para o evento;
- c) Preparação à regularização da situação regulatória-avaliativa dos cursos de graduação da Instituição, nos termos da legislação vigente.

Essas atividades tiveram suporte da Secretaria de Avaliação Institucional e, como protagonista da avaliação, na forma da legislação, a Comissão Própria de Avaliação da UFRGS, além da participação, no âmbito das unidades universitárias, dos Núcleos de Avaliação das Unidades.

O Quadro 111, apresentado a seguir, faz um resumo avaliativo dessa dimensão.

Quadro 111 - Avaliação da Dimensão Planejamento e Avaliação

Resultados Alcançados		Recomendações
Fragilidades	Potencialidades	
A cultura da avaliação na Instituição ainda se vincula prioritariamente às atividades de Auto-Avaliação, minimizando a atenção aos procedimentos de Avaliação Externa.	Existência da cultura da avaliação na Instituição.	Continuar a demandar esforços no sentido de disseminar a cultura da Avaliação Externa na Instituição.
Infraestrutura insuficiente para as ações que demandam a avaliação institucional.		Prover recursos para realização das atividades de avaliação institucional.
O posicionamento das instâncias avaliativas CPA/NAUs na estrutura organizacional da Instituição não está claramente definido.		Propor o posicionamento das instâncias avaliativas CPA/NAUs na estrutura organizacional da Instituição.
Falta de regulamentação interna acerca dos processos e procedimentos de avaliação (interna e externa) no âmbito da Universidade.	Estrutura (SAI, CPA e NAUs) constituída e em funcionamento na Universidade.	Elaborar e aprovar, no CONSUN, regulamentação acerca dos processos e procedimentos de avaliação (interna e externa) no âmbito da Universidade.
Necessidade de regularização da situação regulatória dos cursos de graduação de modo a poder efetuar a avaliação dos mesmos.	Qualidade dos cursos de graduação, evidenciada através dos resultados da avaliação pelo ENADE.	Prover mecanismos internos eficientes para viabilizar a regulação-avaliação de cursos de graduação.
Elevado número de erros de inscrição de estudantes ao ENADE.		Prover mecanismos eficientes para viabilizar a diminuição de erros de inscrição ao ENADE.
Baixa participação dos estudantes na avaliação das disciplinas de graduação.		Procurar meios de estimular uma maior participação discente na avaliação das disciplinas de graduação.

9 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES

A assistência estudantil perfaz um conjunto de obrigações, responsabilidades e ações destinadas a promover condições objetivas para que os alunos regularmente matriculados na Universidade tenham garantia de permanência e diplomação.

Na UFRGS existem órgãos que atendem diretamente aos estudantes, como: a Secretaria de Assistência Estudantil (SAE), o Departamento de Consultoria em Registros Discentes (DECORDI) e o Departamento de Atenção à Saúde (DAS).

A SAE é a instância institucional responsável pela execução da política de assistência ao estudante. É sucedânea de diferentes órgãos administrativos, que ao longo do tempo vinham cumprindo a função de oferecer serviços no âmbito dos benefícios estudantis, da alimentação, da atenção à saúde, da moradia estudantil, da recreação e do lazer. Sua atual especificidade revela a importância e a associação estratégica que a assistência estudantil passou a ter em relação às áreas de ensino.

Desde 1968, com o surgimento do Departamento de Assistência Estudantil, essas múltiplas faces e funções foram evidenciadas pelas seguintes estruturas: 1970 - Diretoria de Assistência e Recreação, vinculada à Superintendência Acadêmica; 1973 - Departamento de Assistência Estudantil; 1976 - Pró-Reitoria da Comunidade Universitária; 1993 - Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Serviços à Comunidade Universitária; 1997 - Superintendência dos Assuntos da Comunidade Universitária; 2001 - Secretaria de Assuntos Estudantis; 2009 - Secretaria de Assistência Estudantil.

Essas estruturas acompanharam a dinâmica de ciclos de gestão da Universidade e respondiam à natureza das demandas conjunturais específicas, seja no plano interno da Instituição, como nas ações mais gerais no âmbito do sistema federal de ensino. Neste sentido, se a atual SAE foi consequência dessa evolução, foi aos poucos recuperando uma fisionomia funcional próxima de uma identidade institucional vinculada especificamente à assistência estudantil.

9.1 COERÊNCIA DAS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES COM O ESTABELECIDO EM DOCUMENTOS OFICIAIS

A atual finalidade da SAE consolidou-se no plano institucional com a edição da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, que instituiu no âmbito das IFES, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), cujo pressuposto principal considera a *“centralidade da assistência estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como sua importância para a ampliação e a*

democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal”.

A avaliação positiva dos resultados advindos da execução de suas ações consolidou o PNAES como instrumento estrutural de política de assistência a estudantes, na perspectiva de contribuição para a conclusão do ensino superior público. E expressão desse marco, foi a publicação do Decreto nº 7.234 d e 19 de julho de 2010 de iniciativa do Presidente da República, reafirmando a importância dessa política, hierarquizando, enquanto ação de Estado.

A SAE estrutura-se, a partir de então, dentro desses marcos, compatibilizando as políticas e ações construídas anteriormente com as novas responsabilidades estabelecidas na legislação vigente.

O PNAES compreende como ações de assistência estudantil, iniciativas desenvolvidas nas seguintes áreas: (I) moradia estudantil; (II) alimentação; (III) transporte; (IV) assistência à saúde; (V) inclusão digital; (VI) cultura; (VII) esporte; (VIII) creche e (IX) apoio pedagógico. Essas ações, conforme orientação geral da SESu/MEC, difundida na 44ª Reunião de Trabalho do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assistência Estudantil (FONAPRACE), realizada em 2008, devem ser hierarquizadas e dimensionadas de acordo com as especificidades de cada IFES, vinculadas ao seu padrão de intervenção na área de assistência estudantil. De acordo com a mesma, as ações estruturalmente estratégicas são a moradia estudantil e a alimentação. O Decreto nº 7.234/10 acrescentou mais uma ação: (X) acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

A SAE, a partir desses pressupostos e considerando o acúmulo de ações nessas áreas, orienta-se:

1) No cumprimento dos objetivos e metas institucionais do PNAES consolidando sua missão de órgão da Universidade destinado a executar as ações de assistência estudantil, visando disponibilizar os meios que garantam as condições de permanência e diplomação dos alunos alvos dessas políticas.

2) Na definição de ações setoriais que produzam melhorias e sustentem a expansão do número de alunos contemplados pelos benefícios de moradia estudantil e alimentação.

3) Na definição de ações que associem a satisfação de demandas em ações complementares de auxílio-transporte, auxílio creche, apoio pedagógico e assistência à saúde, seja para os beneficiários da moradia estudantil e alimentação, ou para os demais estudantes que comprovem carências sócio-econômicas.

4) No estímulo de iniciativas da comunidade discente para ações nas áreas de cultura e lazer vinculadas a melhorias na integração do ambiente universitário, no convívio e na permanência.

5) Na modernização dos instrumentos de planejamento e gestão administrativa, financeira e orçamentária no campo de assistência estudantil, de modo a consolidar sua identidade institucional, estabelecendo um padrão eficaz de cooperação com todas as instâncias da Administração.

Além da execução das ações do PNAES, a SAE igualmente orienta-se:

a) Nas ações destinadas ao acompanhamento e garantia do cumprimento dos objetivos das ações afirmativas e do ingresso indígena no ciclo 2008-2012.

b) Na consolidação do processo de expansão de bolsas de trabalho e permanência, garantindo o aumento do número de beneficiários.

9.1.1 Estágios

A UFRGS firmou convênios com empresas privadas e públicas possibilitando que seus alunos realizassem estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios. O Quadro 112 apresenta os números relativos aos anos de 2005 a 2009. A partir do ano de 2009 os Estágios passaram a ser controlados pela PROGRAD/ DPG, em função da necessidade de qualificar as interfaces internas e externas de acordo com novas regras acadêmicas implantadas pela UFRGS através da Resolução nº 29/09 do CEPE. Ainda mantém-se nesta dimensão do Relatório, o resumo destas atividades para que o acompanhamento histórico destes dados possa ser analisado retrospectivamente, prevendo-se que na próxima edição do Relatório, estas atividades serão apresentadas na Dimensão 2 que trata do Ensino de Graduação.

O estágio não obrigatório é regulamentado pela Resolução nº 29/2009 (em anexo), onde constam as diretrizes e normas básicas, para realização de estágio curricular não obrigatório, conforme a Lei nº 11.788/08. A mesma é dirigida aos alunos dos cursos de graduação, tendo por objetivo a complementação do ensino e da aprendizagem através de uma vivência prática com o cotidiano do campo profissional, em instituições públicas ou privadas. Podem participar os alunos que tiverem concluído a primeira etapa de seu curso com desempenho acadêmico favorável, com plano de atividades aprovado pela Comissão de Graduação (COMGRAD) do Curso que frequenta.

Quadro 112 - Estágios obrigatórios e não obrigatórios realizados em empresas conveniadas, 2005-2009

Estágios conveniados com empresas	2005	2006	2007	2008	2009
Estágio obrigatório	255	207	278	315	111
Estágio não-obrigatório	4821	5041	5345	5721	3278
Total	5076	5248	5623	6036	3389
Convênios para realização de estágios	Quantidade de empresas				
Empresas públicas e privadas	247	503	753	921	858

Fonte: Secretaria de Assistência Estudantil; CPD, 2009

9.1.2 Bolsas Acadêmicas

As bolsas acadêmicas são aquelas destinadas e administradas pelas Pró-Reitorias Acadêmicas (PROEXT, PROGRAD, PROPESQ e PROPG), a seguir especificadas.

9.1.2.1 Bolsa Permanência

Tem por objetivo proporcionar aos estudantes, experiência profissional complementar à sua formação acadêmica, no desenvolvimento de atividades nos ambientes administrativos e acadêmicos da Universidade. A bolsa permanência, constituindo-se em auxílio financeiro, faz parte do Programa de Benefícios da assistência estudantil, contribuindo para a melhoria das condições de permanência e o adequado desenvolvimento acadêmico dos alunos. Destina-se a todos os alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação, e que tenham sido submetidos à seleção socioeconômica com vistas ao enquadramento na situação de vulnerabilidade econômica e social. A garantia do direito ao benefício, igualmente se vincula ao regular desempenho acadêmico. Por força do Convênio de Cooperação entre UFRGS e o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), os alunos matriculados nos cursos técnicos dessa instituição possuem a possibilidade de usufruírem das bolsas permanência, observados o atendimento dos pré-requisitos exigidos.

9.1.2.2 Bolsa Treinamento

A bolsa treinamento é mantida com recursos das Unidades de Ensino e tem os mesmos objetivos e critérios da bolsa permanência.

9.1.2.3 Bolsa REUNI

As bolsas REUNI, que estão em vigência desde 2008, são de acesso exclusivo a alunos de graduação e representaram acréscimo significativo ao número regular de bolsas permanência. Essa modalidade de bolsas é complemento estratégico à política de expansão preconizada pelo REUNI e consolida, de modo articulado, a política de permanência estabelecida pelo PNAES.

9.1.2.4 Bolsa BTSAE

As Bolsas BTSAE, fazem parte do acervo quantitativo das bolsas permanência, possuindo a mesma natureza, contudo estão disponibilizadas para acesso daqueles estudantes não contemplados na seleção sócio-econômica, mas que possuem o perfil acadêmico requerido para o desenvolvimento de atividades especiais e/ou projetos estratégicos. A criação dessa modalidade de bolsa, não apenas tem atendido as demandas dos diversos órgãos e projetos da Universidade, como produzem a ocupação integral de todo o quantitativo de bolsas disponíveis.

O Quadro 113 apresenta o total de bolsas concedidas ao ano no período 2005 a 2009.

Quadro 113 - Beneficiados com Bolsas Permanência e Treinamento, 2005-2009

Benefício	2005	2006	2007	2008	2009
Permanência (Médio e Fundamental)	27	1	0	0	0
Treinamento (Médio e Fundamental)	21	5	0	0	0
Permanência (Técnico)	2	25	30	52	52
Treinamento (Técnico)	3	29	47	42	14
REUNI (Técnico)	-	-	-	2	6
BTSAE (Técnico)	-	-	-	-	1
Permanência (Graduação)	339	320	277	345	192
Treinamento (Graduação)	255	279	334	292	287
REUNI (Graduação)	-	-	-	142	370
BTSAE (Graduação)	-	-	-	-	139
TOTAL	647	659	688	875	1061

Fonte: Secretaria de Assistência Estudantil, 2010.

9.1.3 Benefícios da Moradia Estudantil

A UFRGS possui três casas de estudantes: Casa do Estudante Universitário (CEU), no Campus Centro; Casa do Estudante da Faculdade de Agronomia e Veterinária (CEFAV), Campus do Vale; Casa do Estudante da UFRGS (CEUFRGS), no Campus da Saúde. A CEU é administrada pela SAE e as outras duas são gerenciadas pelos moradores.

As casas são destinadas a estudantes residentes em cidades fora da grande Porto Alegre, que comprovem situação econômica desfavorável. Todas as casas dispõem de vagas masculinas e femininas e, para candidatar-se, o aluno deve atender aos critérios do processo seletivo. Cada casa tem seu regimento próprio e processo de seleção específico, cujas datas são divulgadas por meio do Edital de Seleção.

O Quadro 114 apresenta a situação de ocupação por Casa de Estudante.

Quadro 114 - Total de Vagas nas Casas de Estudantes

Nº de Vagas		
Casas	Apartamentos	
	2008	2009
CEU	367	396
CEUFRGS	42	42
CEFAV	102	104
TOTAL	511	542

Fonte: Secretaria de Assistência Estudantil, 2010.

9.1.4. Programas de Assistência ao Discente das Casas de Estudantes

9.1.4.1 Programa de Acompanhamento Psicosocial e Pedagógico aos Moradores das Casas

Tem por objetivo prestar acompanhamento aos estudantes moradores da CEU quanto às suas necessidades no que diz respeito à convivência grupal, etapa de desenvolvimento pessoal e relação com a moradia estudantil. O benefício da moradia estudantil assegura o acesso a vaga nas Casas de Estudantes, não apenas sob o ponto de vista material, mas quanto as condições adequadas de inserção do aluno, seja no ambiente coletivo da moradia, como na estrutura institucional na Universidade. As ações desenvolvidas se estendem aos familiares e outros grupos de referência.

O Programa de Acompanhamento foi implantado no 1º semestre de 2003, sendo desenvolvido pelas equipes técnicas da Divisão de Moradia Estudantil (DME) e Divisão de Seleção e Acompanhamento Pedagógico e Social (DSSSAE). Das intervenções realizadas destacam-se àquelas vinculadas à prevenção e restauração de vulnerabilidades psicológicas e emocionais, relações familiares, desorientação, abuso de álcool e outras drogas e conflitos interpessoais. Os atendimentos desses casos, se bem que seja direcionado para os moradores das casas, estende-se ao todos os estudantes da Universidade.

9.1.4.2 Análise de Desempenho Acadêmico

O procedimento de Análise de Desempenho Acadêmico tem como objetivo principal o controle do rendimento escolar dos alunos que requerem ou renovam o programa de benefícios e que solicitam especificamente moradia universitária. A análise é realizada sendo observado o atendimento de todos os pré-requisitos do comprovante de matrícula e histórico escolar e quando necessário entrevista com o aluno.

O controle do desempenho acadêmico é instrumento indispensável à adoção das medidas preventivas e corretivas necessárias a manutenção de uma trajetória escolar compatível com o alcance da diplomação atuando, sobretudo, sobre os fatores responsáveis

pela retenção e evasão. Aos estudantes com insuficiência de desempenho acadêmico, dentro dos padrões estipulados, são sugeridas e acompanhadas ações especificadas para cada caso, objetivando a superação das dificuldades. Nesse sentido, cada vez mais o controle do desempenho acadêmico, exerce o papel de apoio pedagógico, posto a sua natureza de oportunizar aos alunos com vulnerabilidade a oportunidade de retomarem o adequado desenvolvimento escolar. O estreitamento das relações com as Comissões de Graduação dos Cursos, torna-se cada vez mais necessária, indicando ser a assistência estudantil aliado estratégico aos esforços desenvolvidos pela área acadêmica.

A utilização desses controles, não obstante a observância de outros, destina-se a valorização dos custos das matrículas do sistema federal de ensino, buscando a legitimação dos objetivos de suas políticas de inclusão.

As atividades estão integradas ao desenvolvimento do trabalho do SAM da CEU, fornecendo informações acadêmicas (desempenho acadêmico, conclusão de curso, permanência no curso, matrícula, trancamento de matrícula) e sobre tempo de permanência. Faz parte do trabalho o acompanhamento dos moradores da CEU, mesmo fora do período de solicitação de benefícios, no que se refere ao desempenho acadêmico (reprovações, trancamento, mudança de curso) e ao tempo de permanência na CEU. Essas ações resultaram numa ocupação das vagas existentes por alunos que têm um bom rendimento escolar.

9.1.5 Benefício de Alimentação

A UFRGS mantém quatro RUs localizados nos campi: **RU1** Campus Centro; **RU2** Campus da Saúde; **RU3** Campus do Vale; **RU4** Faculdade de Agronomia, abertos aos alunos, professores e técnicos administrativos. Os restaurantes funcionam no sistema de *buffet* com variações diárias de cardápios, estabelecidos por nutricionistas, a partir de critérios que atendam às exigências de uma dieta equilibrada. Os restaurantes do Centro e do Vale oferecem almoço e janta, os demais apenas almoço.

A comprovação de nível de carência econômica, aliada ao bom desempenho acadêmico, possibilita aos estudantes frequentar os restaurantes universitários, pagando valores subsidiados. Os alunos da UFRGS pagam o valor da refeição conforme sua categoria: aluno com benefício de auxílio alimentação paga R\$ 0,50 e aluno sem este benefício paga R\$ 1,30, servidores técnico-administrativos e docentes pagam 1,75 e vinculados a projetos institucionais R\$ 2,40.

A seguir apresentam-se alguns dados referentes a este benefício.

Quadro 115 - Restaurantes Universitários, Refeições Servidas, Refeições Dia (média), Benefícios Uso dos Restaurantes Universitários, 2005-2009

Restaurantes Universitários	2005	2006	2007	2008	2009*
Refeições Servidas	973.851	922.935	1.119.102	1.343.129	1.289.073
Média Mensal de Refeições	81.154	76.911	93.258	111.927	107.422

* Houve mudanças em 2009, pois os dados fornecidos com a média mensal de refeições que antes era diária, passou a ser mensal (pois nem todos os dias do mês o restaurante fornece refeições).

Fonte: Secretaria de Assistência Estudantil; CPD, 2010

9.1.6 Benefícios de Lazer: Colônias de Férias

A Colônia de Férias de Tramandaí-RS e o Centro de Lazer de Capão Novo-RS funcionam durante todo o ano. Podem ser utilizados pelos servidores, docentes e técnico-administrativos, ativos, inativos e pensionistas, discentes regularmente matriculados na UFRGS e seus acompanhantes. São organizados calendários com a distribuição dos locais e os períodos de férias, feriados e finais de semana.

Os meses de janeiro a março (alta temporada) são de uso preferencial da comunidade acadêmica e seus acompanhantes. Nos demais meses do ano, grupos externos à comunidade universitária podem utilizá-los, desde que previamente autorizados pela SAE.

Na alta temporada, as inscrições para utilização da Colônia de Férias e do Centro de Lazer de Capão Novo são realizadas por ordem de chegada, de acordo com edital anualmente anunciado.

As instalações da Colônia de Férias de Tramandaí constituem-se de apartamentos e alojamentos. Os apartamentos são de um e dois dormitórios que comportam quatro, cinco ou sete pessoas. Os alojamentos são divididos em masculino, com capacidade para 45 pessoas, e o feminino aloja 90 pessoas. Possui serviços de bar e restaurante, churrasqueira e cancha de bocha coberta, futebol de areia, quadra de vôlei gramada, quadra de futsal e basquete de cimento, mesa de pingue-pongue, sinuca, piscina adulto e infantil, jogos recreativos, sala de tv e vídeo.

No Centro de Lazer de Capão Novo as instalações são: 13 sobrados de um dormitório, com capacidade para receber até seis pessoas cada. Tem também em sua estrutura: cancha de bocha aberta, quadra de vôlei gramada, mesa de pingue-pongue, sinuca, piscina adulto, jogos recreativos, sala de tv e vídeo, galpão com churrasqueira e freezer comunitário.

Quadro 116 - Colônia de Férias (Beneficiários)

Público	2006	2007	2008	2009
Servidores Técnico-Administrativos	360	373	382	420
Dependentes de Servidores	1348	1420	1450	1552
Alunos	572	580	615	657
Beneficiados/Solicitantes (%)	41,4	41,6	50,4	45,7

Fonte: Secretaria de Assistência Estudantil, 2010.

9.1.7 Benefício Saúde

O Departamento de Atenção à Saúde (DAS), órgão ligado à PROGESP, oferece ao aluno com benefício saúde, atendimentos clínicos na área da medicina, nutrição e enfermagem. A determinação do benefício saúde é realizada pela SAE.

O benefício deve ser renovado semestralmente e integra uma proposta pedagógica comprometida com a qualidade de ensino, humanização das relações pessoais e transformação social, visando propiciar condições de permanência do aluno com situação financeira insuficiente na Universidade.

O aluno pode fazer o agendamento junto à secretaria do DAS, pois não há serviço de pronto-atendimento. No caso de atendimento odontológico a primeira consulta deve ser agendada pessoalmente no primeiro dia útil do mês.

Além do apoio ao aluno com benefício saúde, o DAS disponibiliza a todos os alunos da Universidade o serviço de Perícia Médica, no evento de qualquer acidente ou doença que implique em impedimento de comparecimento às atividades acadêmicas.

A solicitação de perícia também pode ser feita pessoalmente ou agendada por telefone. Na data da perícia o aluno deve apresentar o cartão de identificação da UFRGS e o atestado do seu médico. O prazo para solicitação de perícia é de dez dias úteis, a contar do último dia do atestado, sendo que, em caso de internação hospitalar, o prazo para requerimento será de dez dias úteis, a partir do primeiro dia útil após a data da alta hospitalar. Em 2007 foram concedidas 382 licenças para tratamento de saúde aos alunos e, em 2008, 520 licenças.

A Resolução nº 17/2007 do CEPE possibilita, ainda, o afastamento por gozo de licença maternidade e paternidade. A licença maternidade, com duração máxima de 120 dias, poderá ser requerida na 36ª semana, sendo necessária a realização de perícia médica, ou após o nascimento, mediante a apresentação da certidão de nascimento. A licença paternidade, com duração máxima de oito dias consecutivos, pode ser requerida à Divisão de Saúde e Junta Médica do DAS, mediante a apresentação da certidão de nascimento.

9.1.8 Apoio aos Diretórios e Centros Acadêmicos

A SAE concede auxílios financeiros direcionados à representação estudantil (Diretórios e Centros Acadêmicos que totalizam 32) que garantem a execução de suas atividades regulares e viabilizam a formulação ou participação em eventos culturais e de interesse acadêmico. Anualmente os mesmos recebem auxílio de R\$ 1.000,00 para subsidiar a infraestrutura de funcionamento dos mesmos. Além desse valor ordinário, também recebem auxílio para apoio em outras atividades de relevância acadêmica, como encontros e simpósios promovidos pelos mesmos. Constitui-se em elo de ligação entre a Administração Central da UFRGS e as representações estudantis, como o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e os demais Diretórios e Centros Acadêmicos, para atendimento das demandas estudantis.

9.2 PROGRAMAS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO DOS DISCENTES REFERENTES À REALIZAÇÃO DE EVENTOS

A SAE atua de modo cooperativo com as Unidades de Ensino e as Representações Estudantis, nas atividades de recepção aos calouros, que ocorre no âmbito de todas as unidades de ensino, na primeira semana letiva. A Decisão nº 02/2001 do Conselho Universitário estabeleceu normas relativas ao trote universitário, reconhecendo como sendo um ritual de iniciação às atividades universitárias, o qual expressa tanto a alegria dos novos alunos, como a satisfação da instituição em ver-se mais uma vez renovada pelos novos integrantes. O atendimento do princípio de que sejam evitadas nas atividades de trote, práticas que envolvam violência sob as formas física, sexual e psicológica, bem como atentem contra a dignidade humana, encontra na Secretaria de Assistência Estudantil, o estímulo aos denominados “trotos solidários”, experiências já disseminadas em várias unidades, onde práticas assistenciais e de doações são efetivadas.

A PROGRAD disponibiliza, na medida do possível, auxílio financeiro aos estudantes para participação em atividades acadêmicas ligados à graduação, embora não tenha um programa institucionalizado de apoio a eventos acadêmicos com destinação específica de recursos. Realiza anualmente, desde 2006, o Salão de Graduação, que acontece paralelamente ao Salão de Educação a Distância, que teve início em 2005. Este espaço foi criado com o propósito de promover o intercâmbio de informações e a troca de experiências relacionadas as atividades desenvolvidas pelos estudantes de graduação, divulgando e valorizando as vivências práticas e de sala de aula no âmbito da graduação, além de proporcionar à comunidade acadêmica espaços de reflexões e discussões acadêmicas.

O Salão de Educação a Distância tem o propósito de discutir e divulgar a EAD, promovendo o compartilhamento de experiências e a produção de conhecimentos na área,

contando com a participação de professores, alunos, tutores e monitores a distância e demais integrantes da comunidade acadêmica da UFRGS.

A Pró-Reitoria de Pesquisa, através do Programa de Fomento à Pesquisa, criado em 1985, tem como objetivos apoiar o desenvolvimento de projetos de pesquisa, a organização de Eventos e divulgar os trabalhos realizados no âmbito da pesquisa por docentes, técnico-administrativos e estudantes. No decorrer dos anos, houve aperfeiçoamento do Programa: as modalidades foram informatizadas, o que agilizou a tramitação e apreciação das solicitações e os mecanismos de seleção foram implementados, ou seja, as solicitações encaminhadas ao Programa passam por consultoria ad hoc para análise de mérito. Nos últimos anos, o auxílio-viagem para apresentação de trabalhos pelos estudantes de graduação, bolsistas de IC, constitui-se também numa contrapartida importante aos programas de Iniciação Científica.

No âmbito da PROPESQ e da PROEXT são realizados, respectivamente, o Salão e Feira de Iniciação Científica e o Salão de Extensão, eventos da maior importância no processo de desenvolvimento acadêmico dos estudantes.

Quando da realização de eventos ou participação dos estudantes em seminários, encontros e congressos, a SAE também apóia estas ações através do DCE, dos Diretórios e Centros Acadêmicos, por meio de dotação financeira. Os alunos participam de atividades curriculares e complementares nas diferentes instâncias da Universidade e externas a ela. No que se refere à participação em eventos no Mercosul existe um programa com financiamento específico denominado Mobilidade Acadêmica no Mercosul. Também, a RELINTER organiza evento de recepção aos alunos internacionais e o Dia das Relações Internacionais.

Todas essas atividades estão descritas nas Dimensões 2 e 3 deste Relatório.

9.3 CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS DE ATENDIMENTO AO DISCENTE

Em 2008 foi implementado o Programa de Ações Afirmativas (ver também seções 2.1e 3) que instituiu a política de reserva de vagas para acesso, no total de 30%, em todos os cursos de graduação e cursos técnicos, de candidatos egressos do sistema público de ensino fundamental e médio (15%) e de candidatos autodeclarados negros egressos do sistema público (15%). O Programa também criou 10 vagas para acesso a candidatos indígenas. Além de ampliar o acesso e de promover a diversidade étnico-racial e social no ambiente universitário, há um conjunto de ações que visam apoiar a permanência e o sucesso acadêmico dos ingressados pela reserva de vagas já concebidas.

A política de assistência aos alunos indígenas e cotistas soma-se, contudo, às sistemáticas ações institucionais de assistência estudantil a todos os alunos regularmente

matriculados na Universidade.

As várias modalidades de bolsas também se constituem num importante mecanismo de estímulo à permanência, oferecendo condições institucionais de atendimento aos discentes. As bolsas acadêmicas são gerenciadas pelas respectivas Pró-Reitorias: monitoria (Pró-Reitoria de Graduação), pesquisa (Pró-Reitoria de Pesquisa), extensão (Pró-Reitoria de Extensão), monitoria EAD (gestão conjunta Pró-Reitoria de Graduação e Secretaria de Educação a Distância); além das bolsas gerenciadas pela SAE.

No âmbito do REUNI houve um expressivo aumento no número de bolsas de assistência, oferecidas através da SAE, que começou a ser executado em 2008. A partir dos resultados alcançados naquele ano, para 2009, projeta-se uma reorientação que possibilite suprir as demandas reprimidas e reforço dos laços do aluno com o curso, assim como o incremento de experiências relevantes para o seu futuro profissional.

A cada ano a UFRGS vem ampliando o acesso às informações necessárias ao discente, disponibilizando-as através do **Portal do Aluno**:

- Informações Acadêmicas e Institucionais - inclui horários, currículos, ordenamentos, vetores de possibilidades, situações de matrículas pendentes, etc.;
- Códigos dos Prédios da UFRGS - permite que o aluno localize cada um dos prédios da Universidade através de seus códigos em cada um dos *Campi*;
- Programa de Educação Tutorial (PET) - divulga os programas de atividades, planejamento e recrutamento dos diversos Grupos PET em várias unidades.
- Mobilidade Estudantil (Intercâmbio, Aluno Visitante) - inscrições e informações acerca do programa de intercâmbio de estudantes, o qual possui grande demanda;
- Atividades Complementares - apresenta aos alunos as diversas oportunidades de complementação de sua formação, permitindo que os mesmos se inscrevam e participem destas atividades de acordo com sua formação e interesse;
- Estágio Não-obrigatório - lista as oportunidades de estágios ofertados pelas mais diversas entidades (Empresas, Órgãos Públicos e privados);
- Quem são os alunos da UFRGS? - contém dados estatísticos anuais, com base em coleta de dados dos alunos ingressantes na UFRGS;
- Chamamentos - Vestibular, Extra vestibular e Ex-Officio;
- Matrícula - totalmente informatizada a partir de 2006, o estudante tem a

possibilidade de realizá-la via *internet*. O processamento ordenado da solicitação de matrícula reuniu toda a experiência dos Coordenadores de Curso da Universidade e a capacidade dos analistas do Centro de Processamento de Dados. A partir deste novo sistema de matrícula garante-se ao aluno a possibilidade de planejar o andamento do seu curso de acordo com o seu rendimento escolar;

- Programa de Monitoria - disponibiliza aos alunos as possibilidades de atuação como monitores, bem como o nome e os horários de atendimento dos monitores em cada disciplina que conta com esta facilidade de apoio;
- Revalidação de Diplomas de Graduação - informações necessárias à tramitação dos documentos para revalidação de diplomas obtidos no exterior, tanto de graduação como de pós-graduação, por delegação do MEC, para toda a região sul do país;
- Transferência Compulsória - instrui os postulantes de vagas por esta via sobre as regras vigentes e os procedimentos necessários à deflagração do respectivo processo administrativo;
- Manual de Informações Gerais ao Aluno - reúne orientações sobre os procedimentos administrativos internos da UFRGS, relativos às atividades acadêmicas;
- Processo Seletivo - Concurso Vestibular - divulga as informações constantes dos Editais específicos e sobre o processo seletivo e desempenho dos candidatos em cada uma das provas, etc.;
- Portal da PROGRAD - conteúdos programáticos da graduação; recusa de matrícula e jubramento, comissões de formatura, solicitação de atestados (frequência, provas, etc.) e transferência para outra instituição de ensino.

9.4 APOIO E INCENTIVO À ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES

A Secretaria de Assuntos Estudantis é o elo de ligação entre a Administração Central da UFRGS e as representações estudantis, como o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e os Diretórios e Centros Acadêmicos, para atendimento das diversas demandas estudantis. Alguns dos Diretórios Acadêmicos possuem site, como por exemplo:

- Diretório Central de Estudantes da UFRGS
- Centro Acadêmico da Escola de Administração CAEA
- Centro Acadêmico André da Rocha CAAR

- Centro de Estudantes de Biblioteconomia
- Centro de Estudantes Universitários de Engenharia CEUE
- Diretório Acadêmico da Computação
- Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura DAFA
- Diretório Acadêmico da Faculdade de Farmácia DAFF
- Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina Veterinária DAFV
- Diretório Acadêmico da Geografia DAGE
- Diretório Acadêmico de Economia, Contábeis e Atuariais
- Diretório Acadêmico dos Estudantes de Química
- Diretório Acadêmico Othon Silva da Faculdade de Odontologia
- PET Engenharia Civil
- Subcentro dos Alunos da Engenharia Elétrica
- Subcentro dos Alunos da Engenharia Mecânica

9.5 EGRESSOS

9.5.1 Política de Acompanhamento do Egresso

A UFRGS dispõe de um portal na sua página principal destinado aos egressos que oferece um cadastro. A partir deste, o egresso passa a receber informações sobre as atividades gerais da UFRGS, bem como aquelas específicas que demandam diretamente a participação do egresso. Também as unidades acadêmicas, de forma geral, mantêm mecanismos de acompanhamento dos egressos seja no seu site ou outra forma.

9.5.2. Programas de Educação Continuada Voltados para o Egresso

A UFRGS oferece uma diversidade muito grande de cursos de especialização com vistas a manter seus ex-alunos atualizados. Outra maneira da UFRGS manter seus alunos atualizados é através de atividades de extensão, especialmente na forma de cursos de extensão.

9.5.3 A Associação dos Antigos Alunos da UFRGS (AAAUFRGS)

A Associação dos Antigos Alunos da UFRGS é uma entidade civil de direito privado, criada por profissionais formados pela Universidade que congrega em seu quadro de associados egressos dos cursos de Graduação, Pós-graduação, Escola Técnica e do Colégio de Aplicação.

Quando da última reforma dos Estatutos da UFRGS, a Associação conquistou o direito de se fazer representar no Conselho Universitário. Esta representação tem sido atuante nos últimos 10 anos, sempre participando das discussões e decisões mais importantes da UFRGS.

Também participa da Comissão de Permanente de Avaliação (CPA) um membro indicado pela Associação dos Antigos Alunos. Nesta instância há uma real possibilidade de contribuir na avaliação das atividades da UFRGS, aportando a experiência vivenciada pelo próprio representante como ex-aluno da casa e também como porta-voz dos demais associados.

Uma das missões da Associação é estabelecer canais de comunicação com a comunidade já formada e a Universidade. Estas possibilidades de interação para o envolvimento de egressos acontecem por iniciativa da Associação e da Universidade. Como um exemplo interessante, no ano de 2007 houve um projeto piloto realizado pelo grupo do PET da Engenharia Civil, onde AAAUFRGS teve acesso à base de dados do CPD com os endereços dos egressos para o envio de um questionário com perguntas sobre o curso e a atuação profissional. O retorno das informações foi repassado diretamente Grupo PET do curso de Engenharia Civil que utilizou estes dados para a análise do perfil exigido pelo mercado de trabalho onde estão atuando os formados pela UFRGS nos últimos anos. Este estudo também subsidiou propostas de reformulação de currículo no curso de Engenharia Civil e de localização dos egressos deste curso.

Mensalmente a Associação realiza um almoço de confraternização entre os ex-alunos onde busca trazer algum dirigente universitário das diversas unidades componentes da UFRGS ou um profissional atuante para proferir uma palestra. Nestas ocasiões são muitas as sugestões de caminhos de integração possíveis entre os formados e a sua universidade de origem, bem como de adequação da oferta que a UFRGS faz, principalmente visando a implantação de novos cursos.

Anualmente a Associação, em conjunto com a UFRGS, promove a Festa dos Jubilados, onde se reúnem os formados a 25, 50 e 60 anos. Sempre com a participação do Reitor tem sido possível apresentar aos antigos alunos a situação atual da UFRGS e sua evolução ao longo dos anos. Aos grupos que se organizam neste chamamento realizado pela Associação, oportuniza-se revisitação e uma interação direta dos mesmos com os atuais dirigentes de suas unidades de origem (Engenharia, Medicina, Letras, Agronomia, etc...). Nestas ocasiões certamente podem os atuais diretores e professores participantes do encontro ouvirem de egressos muito experientes como se deu, ou ainda se dá a sua

atuação profissional, extraindo-se daí muitas informações importantes para decisões internas da universidade.

Também serve a Associação como canal de divulgação das possibilidades de formação continuada oferecidas pela Universidade em seus diversos cursos de Graduação (por reingresso de diplomado) e de pós-graduação para diversas áreas de formação, bem como da existência de cursos de extensão abertos à comunidade. Boa parte destes alunos de pós-graduação, principalmente na modalidade da especialização ou em cursos de extensão universitária, são egressos da UFRGS e associados da AAAUFRGS.

9.5.4 Pesquisas realizadas junto aos Egressos

A partir de setembro de 2004 a UFRGS disponibilizou o Portal dos Egressos, objetivando acompanhar a trajetória dos formados na Instituição. Este Portal encontra-se à disposição no site da Universidade e recolhe informações dos egressos que voluntariamente acessam o portal e preenchem as informações solicitadas.

A seguir são apresentadas as telas disponibilizadas no sistema, partindo-se da página geral da UFRGS e escolhendo a opção 'Egresso', menu à esquerda.

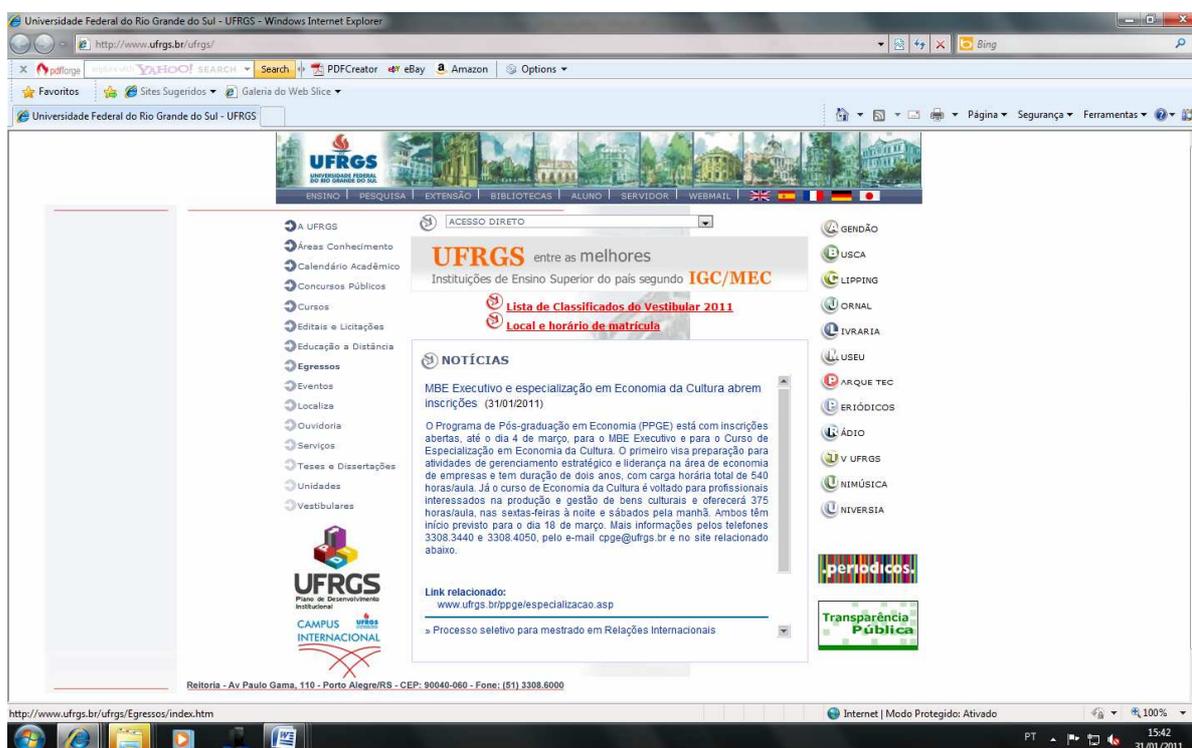


Figura 8 - Portal de Egressos da UFRGS

The image shows a screenshot of a web browser displaying the 'CADASTRO DE EGRESSOS DA UFRGS' portal. The page is titled 'CADASTRO DE EGRESSOS DA UFRGS' and contains a detailed registration form. The form is organized into several sections:

- DADOS PESSOAIS:** Includes fields for NOME, NOME DA MÃE, NÚMERO DE MATRÍCULA, DATA NASCIMENTO, CEP, ENDEREÇO (RUA, AV., PRAÇA), COMPLEMENTO, BAIRRO/DISTRITO, MUNICÍPIO, UF, PAÍS, E-MAIL, SEXO, ESTADO CIVIL, and RG. A note indicates that items with an asterisk are mandatory.
- ATUAÇÃO PROFISSIONAL:** Includes fields for ÁREA DE ATUAÇÃO and VÍNCULO PROFISSIONAL.
- FORMAÇÃO ACADÊMICA:** Includes a field for QUANTIDADE DE CURSOS REALIZADOS NA UFRGS.
- EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO À UFRGS:** Includes checkboxes for 'Desenvolver atividades de educação continuada' and 'Participar de outras atividades', along with a list of course types: Curso de Extensão, Curso de Graduação, Curso de Especialização, Curso de Mestrado, Curso de Doutorado, Curso de Pós-Doutorado, and Curso de Educação a Distância - EAD. There is also a list of activity types: Culturais, Artísticas, Esportivas / Recreativas, and Seminários / Conferências / Palestras.

The browser's address bar shows the URL 'http://www.ufrgs.br/ufgrs/Egressos/formulario/formulario.asp'. The taskbar at the bottom shows the system clock as 15:45 on 31/01/2011.

Figura 9 - Portal de Egressos da UFRGS, Informações Detalhadas

Atualmente, o portal dos egressos na UFRGS é objeto de estudo de doutoramento do aluno Geraldo Machado Ribas, do Programa de Pós-Graduação em Educação, intitulado 'Perfil do Egresso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul'. Tal aluno fez parte do grupo de estudos responsável pela construção do portal. A tese, a ser defendida no ano de 2010, estará apresentando as respostas de 7.000 alunos egressos que acessaram o portal da UFRGS.

9.6 AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO

O ingresso dos estudantes na Universidade, seu desenvolvimento ao longo do curso até sua titulação é facilitada pelas políticas instituídas de atendimento ao discente. O acesso a empréstimos de publicações nas bibliotecas, a instalação de laboratórios de informática em todos os cursos, a manutenção e construção de novas moradias estudantis, de restaurantes universitários, oferecendo refeições de qualidade a preços subsidiados e programas de bolsas são elementos primordiais à permanência dos estudantes, principalmente os de situação econômica desfavorável que hoje participam do Programa de Benefícios da SAE.

A UFRGS vem mantendo e ampliando a dotação orçamentária destinadas a executar os benefícios voltados à permanência dos seus estudantes, além daquelas já específicas pelo PNAES, apesar da dificuldade em conquistar verbas federais para tal no âmbito do Ministério. Isto se manifestou na manutenção da qualidade da alimentação, na abertura do

novo restaurante do *Campus Olímpico*, na ampliação de vagas do restaurante do *Campus do Vale*, ou na ampliação do restaurante do *Campus Centro* e no projeto de construção de um outro restaurante no *Campus do Vale*.

A iniciativa da instalação de laboratórios de informática nas casas de estudantes, a proposta de revitalização do centro de vivências do *Campus do Vale* e o incentivo à instalação de laboratórios de informática nas Unidades de Ensino visam facilitar o acesso de estudantes a toda estrutura de conhecimentos da Universidade. A contínua atualização do valor das bolsas, promovida ao longo dos últimos anos, a ampliação do atendimento psicopedagógico a todos os alunos regularmente matriculados na Universidade, são ações que objetivam resultados e demonstram efetivamente o interesse da Administração Central de garantir todas as condições de permanência aos estudantes da UFRGS, no âmbito de suas responsabilidades.

A adoção das novas modalidades de ingresso, consubstanciado nas Ações Afirmativas, reflete os esforços de redução das desigualdades socioeconômicas, consolidando o processo de democratização da universidade e da própria sociedade brasileira. Essa democratização que inicia com a possibilidade de acesso à educação superior gratuita, se efetiva com a criação de mecanismos que garantam a permanência e a diplomação dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais economicamente desfavorecidos e que apresentam dificuldades concretas de superarem os obstáculos a sua mobilidade social e sucesso profissional.

As ações desta Secretaria integram uma política de assistência comprometida com qualidade de ensino, humanização das relações pessoais e de transformação social, visando não apenas propiciar condições de permanência do aluno carente na Universidade, mas consolidar no ambiente universitário a cultura da diversidade e o respeito a todas as representações sociais.

A política de assistência estudantil é entendida como responsabilidade institucional, comprometida com a democracia, o pleno exercício da cidadania e articulada a outras ações no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, garantido uma formação integral a todos os alunos da Universidade.

O Quadro 117 apresenta, de modo sucinto, a avaliação desta dimensão.

Quadro 117- Avaliação da Dimensão Política de Atendimento ao Estudante

Resultados Alcançados		Recomendações
Fragilidades	Potencialidades	
Mudanças Normativas.	<p>Ênfase da política governamental na área de assistência estudantil e a definição específica de dotação orçamentária;</p> <p>Presença institucional contínua e sistematização e aperfeiçoamento dos controles quanto ao cumprimento das finalidades;</p> <p>Disponibilidade de recursos humanos qualificados.</p>	<p>Ampliar as ações de assistência estudantil em geral, de modo a garantir a estabilidade e a continuidade das políticas de inclusão, permanência e diplomação do estudante na IES.</p>
Restrições e velocidade da execução orçamentária.	Comprometimento institucional e definição de metas de gestão.	
Dependência de resolução administrativa de vários órgãos.	Reestruturação da Administração, melhoria e rapidez no atendimento de demandas.	
Pouca interação da Universidade com os egressos.	Utilização da AAAUFRGS como canal de comunicação com os egressos.	<p>Criar um canal de comunicação com os egressos;</p> <p>Proporcionar maior contato dos egressos com a Universidade mediante a oferta de serviços;</p> <p>Manter os egressos informados acerca de eventos, cursos e outras atividades que a Universidade oferece;</p> <p>Abrir espaço para uma eventual reciclagem ou aperfeiçoamento profissional aos egressos.</p>
Inexistência de estudos sistemáticos sobre o perfil do aluno da UFRGS, seu desempenho e outros dados capazes de orientar a ação da Universidade.	Disponibilidade de pessoal capacitado, de dados e instrumentos para tal.	Viabilizar estudos sobre os alunos, seu perfil e desempenho, utilizando os recursos disponíveis.
As casas de estudantes da UFRGS há muito não são ampliadas, espera-se que com o Projeto REUNI haja algum incremento de vagas para atender o aumento constante da demanda.		Ampliação e melhoria das casas dos estudantes.

10 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

10.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E COERÊNCIA DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA APRESENTADA PELA IES COM O ESTABELECIDO EM DOCUMENTOS OFICIAIS

A capacidade de financiamento da Instituição é determinada, em primeiro lugar, pelos recursos que lhe são alocados pelo Tesouro, através do orçamento anual, bem como pela captação de recursos próprios, de recursos de Convênios e de recursos pelas Emendas ao orçamento inicial, apresentadas pela ANDIFES, por parlamentares, individualmente, ou pela bancada de parlamentares do Estado. A emenda ANDIFES, até aqui elaborada anualmente, visa ajustar o orçamento das IFES à matriz aluno-equivalente, de modo que, conforme o caso, o orçamento inicial recebe ou perde recursos.

A sustentabilidade financeira, por sua vez, é alcançada pelo planejamento anual, na medida em que se busca o equilíbrio entre receitas e despesas, e provendo o melhor para a Universidade em termos presentes e futuros, garantindo assim a continuidade da oferta de educação superior, o que vem ao encontro da responsabilidade e compromisso social da instituição.

Assim, através do planejamento e da captação de recursos, busca-se minimizar a restrição orçamentária, disponibilizando as verbas necessárias para o atendimento das demandas que possibilitam o desenvolvimento das atividades fins da Universidade, ou seja, das áreas de ensino, pesquisa e extensão, visando sempre à eficiência e eficácia na utilização dos recursos, bem como para a assistência estudantil, priorizando o acesso, a inclusão e a permanência do aluno em sala de aula.

A gestão desses recursos é desenvolvida, principalmente, pela Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAN), que tem por missão coordenar e executar, no âmbito da Universidade, os processos de planejamento, orçamento, sistematização de informações, racionalização de custos e registro dos atos financeiros, contábeis e patrimoniais, bem como desenvolver ações de suporte administrativo, promovendo o desenvolvimento organizacional da Universidade.

As atividades de rotina da PROPLAN, como a realização de pagamentos dentro do trâmite da despesa pública e eventuais excepcionalidades, o acompanhamento de convênios, o fornecimento de informações institucionais, a coleta e patrimonialização de bens, a abertura de licitações, o serviço do protocolo, do arquivo, o controle de veículos e o fornecimento do almoxarifado vem tendo sua execução normal, dentro das rotinas estabelecidas.

Pretende, continuamente, implantar e executar todos os processos de trabalho necessários e adequados para que a UFRGS possa atingir, na sua plenitude, o

desenvolvimento qualitativo de seu projeto institucional de Universidade, consubstanciado no Plano de Gestão 2008 – 2012: *“A UFRGS, uma universidade pública, gratuita, academicamente qualificada, plural e comprometida com o Brasil contemporâneo, deve continuar buscando, em todas as suas ações, maior qualificação acadêmica e autonomia.”*

A PROPLAN, como uma Pró-Reitoria de suporte às atividades fins da Universidade, vem cumprindo seu papel e desempenhando com êxito as metas previstas anualmente. Cabe salientar que as atividades fins da UFRGS ocorrem, em grande parte, face ao apoio e à execução dos procedimentos financeiros, orçamentários e operacionais executados pela PROPLAN.

Observe-se que, em sua atuação, a PROPLAN trabalha em relação direta com as Unidades, no sentido de receber e analisar suas demandas, buscando encontrar as melhores soluções dentro da restrição orçamentária: com a FAURGS e as demais Fundações de Apoio, buscando uma maior transparência em todos os atos firmados com aquelas Fundações; com a Auditoria Interna, parceira permanente na implementação de rotinas, decisões e iniciativas caracterizadas pela legalidade, legitimidade e agilização; com os coordenadores dos CT-INFRA, uma vez que cabe à PROPLAN o acompanhamento de todo o aspecto financeiro dos mesmos; com as demais Pró-Reitorias, em várias comissões, como a relativa às Bolsas para os alunos e a do REUNI, que acompanha semanalmente a execução do referido Programa; com a SUINFRA, uma vez que a execução orçamentária das obras e reformas definidas para o exercício depende das iniciativas e resultados daquela Superintendência, especialmente no que diz respeito ao licenciamento ambiental, quando necessário, e à documentação requerida - plantas, cronograma físico-financeiro, memorial descritivo - para a liberação de recursos.

Por outro lado, a Pró-Reitoria possui um perfil e um papel estratégico no desenvolvimento da Universidade, tendo em vista seu caráter decisório no que tange à determinação de prioridades orçamentárias e prospecção de recursos, tanto para o atendimento tempestivo de demandas inesperadas, quanto para o cumprimento qualificado da missão da UFRGS. Concomitantemente, também é papel da Pró-Reitoria desenvolver, anualmente junto ao MEC, um trabalho que visa à complementação dos recursos orçamentários definidos no início do ano.

Importante ressaltar que todas as decisões tomadas em termos de alocação de recursos têm como orientação maior a consolidação de uma Universidade inclusiva e de qualidade, ou seja, o aperfeiçoamento das atividades fins da UFRGS, ensino, pesquisa e extensão, bem como o crescimento sustentado da oferta de vagas e de condições de acesso e permanência do aluno na Universidade.

Assim, o papel estratégico da PROPLAN consolida-se na esfera do planejamento, conforme acima mencionado, tendo em vista que o mesmo contribui para a sustentabilidade, ou seja, busca demonstrar a forma como a UFRGS tenta garantir, frente à disponibilidade de recursos, a otimização de sua utilização.

O ponto de partida é o Plano de Gestão elaborado no início de cada Reitorado, onde estão definidos os princípios norteadores, bem como as grandes linhas de ação e metas a serem atingidas no período.

Com este foco, e considerando o orçamento estimado para cada exercício, a PROPLAN passa a desenvolver um processo de planejamento orçamentário/financeiro anual, a partir das demandas das diferentes Unidades e da Administração Central encaminhadas até o mês de outubro do ano anterior. Trata-se, então, de conciliar necessidades e restrição orçamentária, para o que se torna essencial a priorização das demandas encaminhadas, sempre solicitada a cada um dos proponentes de despesas, seja no que se refere ao custeio, à aquisição de equipamentos ou à realização de obras.

Esse planejamento mantém coerência com o que foi previamente estabelecido nos documentos oficiais da Universidade, o que se revela pela concentração de seus esforços para atingir as metas programadas, as quais são rediscutidas e ajustadas periodicamente. Por outro lado, é desenvolvido um estrito controle das despesas, tendo em vista a adequação entre os recursos e o atendimento das necessidades, sempre priorizadas, de modo a maximizar os resultados face à restrição orçamentária.

Atenção especial vem merecendo a alocação dos recursos do REUNI, cujo objetivo específico é a ampliação dos cursos de graduação. O total previsto a ser alocado pelo MEC na UFRGS, entre 2007 e 2012, é de R\$ 150.703.542,00, sendo R\$ 114.384.692,00 na rubrica de custeio e R\$ 36.318.850,00 na de capital, o que compreende obras e equipamentos. Através de tal iniciativa, que vem se realizando conforme o cronograma estabelecido, garante-se a expansão e a sustentabilidade da oferta de ensino de graduação na Universidade.

Ainda, dentro do perfil estratégico da Pró-Reitoria, cumpre salientar a participação da UFRGS, através da PROPLAN, no Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração das Instituições Federais de Ensino Superior (FORPLAD), o qual congrega as Universidades Federais integrantes do Sistema Federal de Ensino Superior, cuja fonte de financiamento comum é o Tesouro Nacional.

O FORPLAD funciona como um órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das IFES (ANDIFES), realizando análises e estudos que servem como base na construção de propostas e planos para o Sistema Federal de Ensino Superior. Desde a sua

criação, o FORPLAD promove amplos debates sobre atividades, funções e objetivos das universidades públicas, assim como de todo o Sistema Federal de Ensino Superior no país.

Possui caráter permanente e reúne os pró-reitores de planejamento, de administração e ocupantes de cargos equivalentes das IFES estudando e propondo soluções para os problemas relacionados com as áreas de planejamento e administração das instituições.

10.1.1 Planejamento Tático e Operacional

O Planejamento Anual da Universidade, considerando-se o conteúdo do desenvolvimento dos projetos e ações das Unidades e Órgãos da UFRGS é, também, responsabilidade da PROPLAN. O mesmo é elaborado no primeiro semestre de cada ano, com base nos dados fornecidos pelas Unidades, acompanhando as alterações na legislação vigente e vinculado ao Plano de Gestão do Reitorado. Ao final do segundo semestre é desencadeado o processo de coleta das informações e avaliação sobre os resultados alcançados, visando consolidar o Relatório Anual de Gestão.

A PROPLAN oficialmente responde pela elaboração do Relatório Anual de Gestão, apresentado ao Tribunal de Contas da União (TCU), parte integrante da PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL da UFRGS, segundo legislação constante na seção 10.1.3.

O Relatório de Gestão anual torna-se público, através da página da UFRGS, logo após sua aprovação pela Controladoria Geral da União (CGU). Nesse Relatório, o qual consolida as informações demandadas nos documentos oficiais do TCU e da CGU - entre outros vários dados - são também apresentados os Indicadores de Gestão da Universidade.

10.1.2 Estrutura da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração

A Pró-Reitoria constitui-se em estrutura de grande porte, compondo-se de oito Departamentos e contando com aproximadamente 100 servidores. Para desempenhar as atribuições que lhe cabem, a PROPLAN reestruturou e redimensionou seus departamentos, frente às necessidades de gestão do novo Reitorado:

- DEPARTAMENTO GERAL DE ACESSORAMENTO (DAGER)

O Departamento Geral de Assessoramento tem como função assessorar todas as atividades da PROPLAN, dando suporte aos Departamentos, atuando como facilitador e agenciador entre as Unidades internas e externas da Pró-Reitoria. Presta assessoramento, acompanhando e coordenando as ações relativas às áreas de Licitações/Compras, Transporte, Importação, Almoxarifado, Patrimônio, Contabilidade/Finanças, Programação Orçamentária, Informações e Planejamento Institucionais e Execução de Projetos e Convênios.

- DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS (DCF)

O Departamento de Contabilidade e Finanças tem como responsabilidade o registro dos fatos e atos financeiros, contábeis e patrimoniais da UFRGS, em conformidade com o Plano de Contas da União.

- DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (DPO)

O Departamento de Programação Orçamentária tem por finalidade, elaborar a proposta de orçamento junto ao MEC e executar e acompanhar o orçamento interno.

- DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E TRANSPORTE (DELIT)

O Departamento de Licitação e Transporte tem a função de dirigir as áreas de licitação e contratos da UFRGS, de acordo com a legislação vigente, bem como gerenciar a área de transporte da Universidade.

- DEPARTAMENTO DE IMPORTAÇÃO (DEIMPORT)

O Departamento de Importação tem por objetivo auxiliar no procedimento de importação nas diversas instâncias da Instituição e junto aos órgãos anuentes externos, bem como prestar aos requisitantes toda assessoria necessária durante a aquisição.

- DEPARTAMENTO DE EXECUÇÃO DE PROJETOS E CONVÊNIOS (DEPROCON)

O Departamento de Execução de Projetos e Convênios tem como principais objetivos propiciar condições auxiliares no gerenciamento de recursos de convênios, através de controle, assessoramento, pagamentos por empenhos, prestação de contas e análise das mesmas, mantendo a flexibilidade das rotinas já implementadas e possibilitando a expansão das operacionalidades na captação de novos recursos.

- DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO E PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL (DIPI)

O Departamento de Informações e Planejamento Institucionais tem como função coordenar o sistema de informações universitárias, coletando-as e divulgando-as tanto para suporte do planejamento da Universidade como para responder a solicitações advindas de entidades externas. Participa de fóruns de discussão de planejamento e informatização da UFRGS, incluindo a modelagem de dados e implantação do respectivo banco de dados. É responsável pela interação entre a UFRGS e o MEC no que diz respeito às informações universitárias.

- DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO (DEPATRI)

O Departamento de Patrimônio é responsável pelo controle dos bens móveis e imóveis da Universidade. Realiza tombamento, registro e controle (transferências, alienações, comodatos, etc.) destes bens, além do recolhimento, classificação e baixa definitiva por alienações nas devidas modalidades, tais como leilão, doação, entre outras.

Ao Departamento de Patrimônio compete ainda, organizar, orientar, controlar e executar todas as atividades inerentes ao cadastramento dos bens móveis, bem como divulgar normas de controle patrimonial no âmbito da Instituição.

10.1.3 Legislações pertinentes estabelecidas em documentos oficiais

As atividades de rotina da PROPLAN são realizadas cotidianamente, inseridas em toda legislação pertinente. A Pró-Reitoria de Planejamento e Administração é definida por extensa gama de leis federais, estaduais, municipais, bem como pelos regramentos internos da Universidade, nas áreas de sua responsabilidade: orçamentária, financeira, contábil, informacional, administrativa e patrimonial.

A contabilidade pública é fortemente regrada e normatizada. Na Constituição Federal de 1988 consta nos artigos 70 a 75, que tratam da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária e nos artigos 165 a 167, que tratam de Planejamento e Orçamento.

As principais pautas específicas são as Leis Federais nº 4320/64 e nº 8.666/93.

A Lei nº 4.320 institui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Constitui-se em uma lei abrangente, normatizando sobre planejamento, orçamento, finanças, contabilidade e auditoria.

A Lei nº 8.666/93, que regulamenta o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Para além dessas duas grandes normativas, segue listado o rol da legislação que define os procedimentos relativos à área: Lei Federal nº 10.520/02; Decreto-Lei nº 200/67; Leis nº 8.212/91, 9.711/98, 9.715/98, 10.028/00, 10.180/01, 12.017/09 e 12.214/10; Leis Complementares nº 101/00, 116/03 e 123/06; Decretos nº 93.872/86, 2.271/97, 2.829/98, 3.000/99, 3.048/99, 3.555/00, 3.590/00, 3.591/00, 3.722/01, 4.950/04, 5.355/05, 5.450/05, 5.992/06, 6170/07, 6.976/09, 7.057/09; Instruções Normativas STN nº 08/96, 01/97, 03 e 04/04, 06/07; Instrução Normativa Conjunta STN/SFC nº 04/00; Instrução Normativa SRP/MPS nº 03/04; Instrução normativa SRF nº 480/04; Portaria Interministerial MF/MPOG nº 322/01; Portarias STN nº 448/02, 564/04, 467/09, 749/09 e 751/09; Portaria MF nº 95/02; Portaria MP nº 41/05; Portaria Conjunta STN/SOF nº 03/08 e 02/09; Decreto (RS) nº 37.699/97; Lei Complementar (Município de Porto Alegre) nº 7/1973; Decreto (Município de Porto Alegre) nº 15.416/06.

Na área orçamentária, as diretivas macro são oriundas dos Planos Plurianuais de Investimentos (PPA), da Presidência da República, desdobrada nos respectivos Ministérios. O Governo ordena suas ações com a finalidade de atingir objetivos e metas por meio do

PPA, plano de médio prazo elaborado no primeiro ano de mandato do presidente eleito, para execução nos quatro anos seguintes. O PPA é instituído por lei, estabelecendo, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para aquelas referentes a programas de duração continuada.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tem a finalidade precípua de orientar a elaboração dos orçamentos fiscal e da seguridade social e de investimento das empresas estatais. Busca sintonizar a Lei Orçamentária Anual (LOA) com as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, estabelecidas no PPA. A LDO:

- Compreenderá as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente;
- Orientará a elaboração da LOA;
- Disporá sobre as alterações na legislação tributária e
- Estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A LOA visa concretizar os objetivos e metas propostas no PPA, segundo as diretrizes estabelecidas pela LDO. A Universidade enquadra-se na modalidade orçamento fiscal.

A Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, da Presidência da República, já referida acima - a chamada lei das licitações, constitui-se em um dos principais baluartes legais na condução dos processos administrativos de compras da Universidade. Institui normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito da Administração Pública.

No que tange aos processos de importação, as Leis Federais nº 8.010/1990 e 10.964/2004 do Ministério da Fazenda dispõem sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, isentando de impostos máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, bem como suas partes e peças de reposição, acessórios, matérias-primas e produtos intermediários, destinados à pesquisa científica e tecnológica. Destas duas Leis Federais, a nº 8.010/90 constitui-se em aporte de referência básica na área. Assim também a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, normatiza as importações, dispondo sobre a isenção ou redução de impostos.

Quanto aos convênios firmados com a Universidade, a Portaria Interministerial nº127, de 29 de maio de 2008, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, estabelece

normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse.

A Lei nº 8.958/94 da Presidência da República dispõem sobre as relações entre as IFES e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio. Paralelamente, a Lei nº 10.973/04 da Presidência da República, lei de inovação tecnológica, dispõem sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.

Outra importante base legal é a Instrução Normativa STN nº 01/1997, que disciplina a celebração de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou realização de eventos.

A Portaria nº 4.870 de 17 de novembro de 2008/UFRGS estabelece procedimentos complementares quanto à prestação de serviços na Universidade (conforme consta em Anexo).

Os convênios cumprem as legislações normativas e diretrizes de cada um dos órgãos financiadores, no que tange aos processos de prestação de contas.

Na área de planejamento e informações institucionais encontra-se o Pesquisador Institucional, que é o interlocutor e responsável oficial por diversos sistemas de dados do MEC. Atualmente são: E-MEC - Sistema de regulação, SIEDSUP - Cadastro de docentes e cursos; Censo da Educação Superior (INEP), AVAL - Sistema de acompanhamento da avaliação institucional, PingIFES - Sistema de captura de dados da SESu utilizado, principalmente, para o cálculo da matriz de orçamento das IFES. Todos esses sistemas afetam vários fluxos operacionais do MEC que repercutem diretamente nas atividades fins da UFRGS.

Além disto, esta área é responsável por elaborar e consolidar anualmente o planejamento da Universidade e o Relatório de Gestão, conforme as normativas da CGU e do TCU, que se renovam anualmente. Para 2009, as normas legais foram: Decisão Normativa TCU nº 100 de 07 de outubro de 2009, Decisão Normativa TCU nº 102 de 02 de dezembro de 2009, Decisão Normativa TCU nº 103 de 10 de fevereiro de 2010, Portaria TCU nº 389 de 30 de dezembro de 2009 e Portaria nº 2.270 da CGU de 04 de Novembro de 2009.

O patrimônio público é regido pelo Decreto-Lei nº 200/67, que dispõe sobre a organização da Administração Pública Federal e estabelece diretrizes para a Administração Federal.

A Lei nº 8.666/93 também se constitui em base legal para a área, bem como a Instrução Normativa nº 001/93 de 19 de agosto de 1993, do Ministério Público Federal, cuja

finalidade é disciplinar os procedimentos inerentes ao recebimento, controle, padronização, distribuição, alienação e baixa dos bens integrantes do patrimônio.

10.2 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DA INSTITUIÇÃO E POLÍTICAS DE CAPTAÇÃO E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

As fontes de receita da Universidade são os recursos do Tesouro repassados pela União, através da Lei Orçamentária Anual e suas suplementações durante o exercício, emendas parlamentares, receitas próprias diretamente arrecadadas, recursos provenientes de convênios firmados com órgãos federais e convênios com órgãos do Estado e prefeituras do Estado do Rio Grande do Sul.

A Universidade conta ainda com recursos captados de órgãos de fomento à pesquisa. Os diferentes projetos que captam recursos definem a alocação dos mesmos, bem como medidas de capacitação. Estas diretrizes norteiam a utilização dos recursos do Tesouro e das receitas próprias, bem como daqueles das emendas.

No que se refere à matriz ANDIFES, no período de 2005 a 2008 a UFRGS sempre contou com aportes, ou seja, não se enquadrava nas IFES que, segundo a matriz, teriam recebido um orçamento superior a seu quadro de aluno-equivalente. No ano de 2009, a UFRGS não contou com aporte de recursos da matriz ANDIFES que, embora tendo sido elaborada, não teve implementação.

10.2.1 Convênios

Os recursos de convênios são oriundos de projetos elaborados pelos diversos órgãos da Universidade, tendo à sua frente docentes e/ou técnicos na busca de recursos, seja para pesquisa, ensino, extensão ou para a própria manutenção da Universidade. Tais recursos são executados em pagamento de bolsas, de prestação de serviços de pessoa jurídica/física, aquisição de passagens aéreas, aquisição de material de consumo, aquisição de equipamentos, etc. Os convênios são firmados, basicamente, com órgãos do MEC - CAPES/SESu/SETEC/FNDE/Secretaria de Ensino a Distância - Ministério dos Esportes, Ministério da Saúde, Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Em termos de convênios, o valor executado em 2009, R\$ 65.177.029,68, foi mais de três vezes superior ao registrado em 2005. Observe-se que, paralelamente a estes recursos, tem-se aqueles específicos do programa REUNI, como mencionados anteriormente.

O aporte maior de recursos injetado na Universidade é o descentralizado pela Capes, que paga as bolsas de pós-graduação. Em um patamar um pouco abaixo está a SESu, que descentraliza créditos para atividades meio e atividades fim. O Ministério dos

Esportes aloca seus recursos exclusivamente na ESEF; o Ministério da Saúde, na Faculdade de Medicina, Faculdade de Farmácia e Faculdade de Educação. Quanto aos demais Ministérios, a alocação de recursos é distribuída em diversas unidades da Universidade. Cabe lembrar que a execução de todos esses convênios, exceto a Capes, são empenhados pelo DEPROCON/PROPLAN.

Para os convênios não cabe comparação quanto à evolução do aporte de recursos, tendo em vista que são recursos oriundos de projetos.

10.2.2 Emendas (Individuais/Bancadas)

Tanto os recursos de Emendas Individuais como os de Emendas de Bancada devem ser executados na infraestrutura da Universidade. As Emendas Individuais destinam-se a reformas dos prédios e/ou aquisição de equipamentos e as de Bancada são exclusivamente para obras, ou seja, expansão da área física da Universidade.

Para os recursos de Emendas também não há comparativos na relação da evolução orçamentária, tendo em vista que são recursos provenientes de projetos.

10.3 POLÍTICAS DIRECIONADAS À APLICAÇÃO DE RECURSOS PARA PROGRAMAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Há atendimento de demandas por equipamentos e manutenção da infraestrutura, priorizando-se as necessidades dos setores relacionados com as atividades fim da Instituição e a assistência estudantil.

Os recursos do Tesouro são alocados preferencialmente para ações que visem amenizar os pontos de estrangulamento, quando identificados, e que previnam futuros problemas relacionados à expansão das atividades decorrentes da implementação de novos programas, não incluídos no REUNI.

Neste caso específico, garantindo a melhoria da infraestrutura e o aparelhamento de laboratórios e de salas de aula, conta-se com recursos para investimentos no valor de R\$ 6.318.850,00, no período 2007-2012, dos quais R\$ 26.851.000,00 em obras e R\$ 9.467.850,00 em equipamentos. Estão contemplados no REUNI a construção de um novo prédio de salas de aula, de novas instalações para o Instituto de Ciências Básicas da Saúde (ICBS), a ampliação das Faculdades de Medicina e de Arquitetura, bem como a aquisição do equipamento que possibilite o funcionamento qualificado das atividades de ensino.

10.3.1 Dispêndios com pessoal

Como apresentado no Quadro 108, a execução de 2009/2008 teve um crescimento de 17%, 2008/2007-14% e 2007/2006 – 6%. Tal evolução está relacionada a fatores tais

como: aumento salarial nas carreiras do magistério, dos servidores técnico-administrativos, aposentados e pensionistas.

Além disso, pode-se citar a conjugação de esforços do Governo para ampliar o quantitativo da massa trabalhadora de educação de ensino superior, realizando diversos concursos públicos, em que o Ministério da Educação foi bastante beneficiado, haja visto a grande quantidade de servidores que ingressaram na Universidade nos últimos anos.

Todos esses fatores fazem com que a folha de pagamento esteja em curva ascendente. Pode-se considerar o aumento na folha salarial, em função da expansão nas universidades, ou seja, pela criação de novos cursos. O próprio REUNI, embora recente, contribuiu para o crescimento. Outro fator significativo a ser considerado no aumento da folha de pagamento são as ações judiciais transitadas em julgado, incorporadas ou não aos vencimentos dos servidores. Por fim, consideremos nesse conjunto de fatores, o aumento vegetativo da folha.

10.3.2 Outros Custeios e Capital (OCC)

Os valores constantes no Quadro 118, dos recursos oriundos do Tesouro-OCC, referentes aos anos de 2006, 2007, 2008 e 2009 quantificam o orçamento autorizado. Na parte de Outros Custeios, estão inseridos valores de manutenção (LOA), benefícios e emendas individuais. Quanto à parte de capital, estão inseridos valores da Lei Orçamentária Anual e emendas individuais.

A execução do orçamento em Outros Custeios (retirando a parte de benefícios e emendas), ano a ano, representa a manutenção de ações das diferentes despesas que a Universidade tem. Esta execução é distribuída através de diversos programas de trabalho dentro da aplicabilidade instituída, quando da realização da proposta orçamentária para o ano seguinte. A previsão de distribuição é realizada, seguindo uma ordem de volume de recursos, da seguinte forma:

- 1º) Despesas Compulsórias/Contratos = 70%;
- 2º) Distribuição para as Unidades de Ensino;
- 3º) Bolsas
- 4º) Reformas;
- 5º) Diárias e Passagens;
- 6º) Distribuição para os Órgãos Auxiliares, Suplementares e Pró-Reitorias e
- 7º) Outros.

As despesas compulsórias, conforme item 1 da relação acima, são referentes às demandas de energia elétrica, segurança, limpeza, telecomunicações, locações de mão-de-obra, água e esgoto, manutenção de equipamentos de informática, copiadoras e outros. Estas despesas são empenhadas pela PROPLAN (80%) e SUINFRA, após publicação da Lei Orçamentária, e pagas mensalmente. Aos demais itens, a distribuição é feita mensalmente, exceto Reformas.

Quanto aos recursos de capital, os mesmos são alocados entre obras e aquisições de equipamentos. Em relação às obras, os valores são pré-definidos quando da elaboração da proposta orçamentária para o ano seguinte. Para os recursos alocados em equipamentos, os mesmos são centralizados na PROPLAN, em atendimento às diversas demandas ocorridas durante o exercício.

O orçamento de Outros Custeios do Tesouro, referente a esses quatros últimos anos, mostrou-se suficiente para a manutenção plena da Universidade, ou seja, representou garantia de sustentabilidade de suas atividades. A evolução do orçamento do Tesouro para Outros Custeios e Capital, comparando os últimos quatros anos, nas relações 2009/2008, 2008/2007 e 2007/2006, como apresentados no Quadro a seguir, revela aumento satisfatório no seu valor absoluto, uma vez que a Universidade tem honrado todos os seus compromissos durante o exercício, enfatizando principalmente as despesas compulsórias, não havendo notas fiscais em atraso devido à falta de orçamento. A rubrica de Despesas de Exercícios Anteriores praticamente não é mais executada. Têm-se conseguido, com esses patamares orçamentários, alcançar metas e objetivos na proposta orçamentária, cuja elaboração ocorre no início do segundo semestre do ano anterior.

Percentualmente falando, os acréscimos no Orçamento na relação de 2009/2008 são de 56%, 2008/2007 em 6% e 2007/2006 estão na casa de 13%. O acréscimo de 2009 em relação a 2008, tem origem em Benefícios e no Programa REUNI.

Quadro 118 - Orçamento Autorizado, 2006 - 2009

Recursos do Tesouro	2006	2007	2008	2009
Pessoal	524.311.526,00	555.596.343,00	631.469.239,00	736.665.364,00
Outros Custeios	41.386.074,00	48.941.585,00	49.972.161,00	55.018.929,00
Capital	2.440.195,00	3.000.000,00	4.000.000,00	8.650.000,00
Total	568.137.795,00	607.537.928,00	685.441.400,00	800.334.293,00

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento e Administração, 2009.

Quadro 119 - Convênios e Emendas, 2006 - 2009

Convênios e Emendas	2006	2007	2008	2009
Convênios	33.480.785,26	65.163.376,08	69.051.427,71	65.177.029,68
Emenda de Bancada	2.175.000,00	4.736.000,00	-----	0
Emendas Individuais	650.000,00	900.000,00	3.050.000,00	3.600.000,00

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento e Administração, 2009.

10.4 AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO

Uma das ações mais importantes em 2009 foi o desenvolvimento do REUNI, através da realização de obras e aquisição de equipamentos, coordenado pela PROPLAN, gerenciando os recursos alocados para a Universidade num montante aproximado de três milhões de reais.

No seu conjunto de departamentos, a PROPLAN busca atender de forma eficiente e eficaz às necessidades da Administração Central e das diferentes Unidades, visando contribuir para as soluções adequadas ao melhor desempenho da Instituição.

Entretanto, é fato notório que a legislação que rege as formas de dispêndio dos recursos públicos, muitas vezes, pesa e enrijece o gerenciamento da Administração Pública. Esta legislação, no intuito de conduzir com lisura e ética os procedimentos relativos aos

bens e recursos públicos acaba, por vezes, engessando as possibilidades de gestão, resultando em pouca flexibilidade no gerenciamento dos recursos financeiros, no seu dispêndio e captação.

A estrutura da PROPLAN, por outro lado, que prospecta recursos e gerencia estes mesmos recursos na execução de atividades de suporte à Universidade, diferencia-se de grande parte daquelas existentes em outras IFES brasileiras, que possuem estruturas separadas para o planejamento e gerenciamento dos recursos e para as tarefas de suporte administrativo.

De fato, a junção entre a extinta Superintendência Administrativa (SUPAD) e a Pró-Reitoria de Planejamento transformou a PROPLAN em uma estrutura de grande porte que abrange tarefas muito diversas, desde a elaboração de Relatórios Anuais de Gestão até o gerenciamento dos veículos da Universidade ou a abertura de processos administrativos.

A partir de 2009, a perspectiva da construção coletiva e democrática do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFRGS poderá trazer a questão de avaliar a atual estrutura da PROPLAN, tendo em vista o longo prazo, uma vez que, na atualidade, os resultados alcançados atingem plenamente as metas definidas periodicamente, conforme se observa nos Relatórios de Gestão. Cabe salientar ainda que esta reavaliação acontecerá dentro de um escopo maior, de redimensionamento e possíveis reestruturações de outras Pró-Reitorias e/ou Órgãos da Universidade.

Outro ponto a ser debatido é o modelo orçamentário interno da UFRGS. O mesmo caracteriza-se por ser bastante descentralizado, sendo que cada Unidade Acadêmica tem autonomia no gerenciamento dos recursos dentro de um escopo previamente determinado. Ao mesmo tempo em que a autonomia na gestão dos recursos proporciona uma flexibilidade e liberdade dentro da Unidade, em que pese as legislações da área mencionadas anteriormente, por outro lado poderia resultar em uma multiplicidade de pequenas compras realizadas ao mesmo tempo, por diferentes Unidades. Tal questão, entretanto, já vem sendo enfrentada, visando a otimização de resultados na esfera da Universidade, através do planejamento estruturado para implantar na UFRGS uma Central de Compras e Licitações. A Pró-Reitoria busca organizar-se para oferecer a estrutura necessária a esta ação.

O Quadro 120 apresenta a avaliação da dimensão Sustentabilidade Financeira.

Quadro 120 - Avaliação da Dimensão Sustentabilidade Financeira

Resultados Alcançados		Recomendações
Potencialidades	Fragilidades	
O Programa REUNI, como uma possibilidade concreta de expansão da UFRGS, com o aumento da oferta de vagas, conseqüente contratação de pessoal e ampliação da infraestrutura.		
A evolução do orçamento do Tesouro para Outros Custeios e Capital nos últimos três anos.		
A possibilidade de captação de recursos via convênios e emendas parlamentares.		
O corpo funcional da PROPLAN caracteriza-se por possuir reconhecida experiência na área, dominando a legislação e os procedimentos pertinentes não havendo solução de continuidade.	Apesar do ingresso de servidores vi REUNI, ainda é insuficiente o número de servidores técnico-administrativos em especial de nível superior, nas áreas de contabilidade e administração.	Gestão junto à PROGESP quanto a esta questão e da Reitoria junto ao MEC.
O que pode ser caracterizado como potencialidade também pode vir a ser uma fragilidade, quando se trata do tamanho da Pró-Reitoria.	A PROPLAN hoje é uma grande estrutura que tem sob sua responsabilidade toda a área orçamentária e financeira, bem como o suporte administrativo à Universidade.	Análise desta questão no escopo da construção do PDI da UFRGS.
	A pesada normatização das áreas concernentes ao trabalho desenvolvido pela Pró-Reitoria pode impedir uma flexibilização por vezes necessária ao gerenciamento.	Acompanhar a legislação da área e possibilidade de interlocução com os órgãos normatizadores.
O relacionamento qualitativo, interface e interlocução da PROPLAN com os diferentes órgãos e unidades da Universidade.		
	Modelo orçamentário interno da UFRGS. O mesmo caracteriza-se por ser bastante descentralizado, sendo que cada Unidade Acadêmica tem autonomia no gerenciamento dos recursos dentro de um escopo previamente determinado. Ao mesmo tempo em que a autonomia na gestão dos recursos proporciona uma flexibilidade e liberdade dentro da Unidade, por outro lado poderia resultar em uma multiplicidade de esforços e processos de compras, por diferentes Unidades, com o risco de aquisição com preços menos competitivos.	Buscar a otimização das compras na esfera da Universidade – elaboração de projeto. A proposta encontra-se em estudo para a implantação da Central de Compras e Licitações da UFRGS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O SINAES, na busca da melhoria da qualidade da educação superior, apresenta importantes desafios para as IES, especialmente as públicas de grande porte, a exemplo da UFRGS.

Preconizando o envolvimento e a participação democrática da comunidade universitária nos processos avaliativos, o SINAES veio reforçar a trajetória da avaliação desenvolvida pela UFRGS ao longo das duas últimas décadas, referenciada, sobretudo, pela proposta do PAIUB. Há que se reconhecer que a UFRGS estabeleceu uma cultura própria de avaliação, caracterizada pela sua continuidade, permanência e consolidação.

O SINAES inovou ao promover a avaliação em diferentes níveis: de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, lançando desafios para que as IES cumprissem as exigências legais, tanto em relação à avaliação, quanto à regulação.

Neste cenário procurou resguardar o respeito à diversidade e a afirmação da autonomia e identidade das instituições. Entretanto, uma legislação nacional encontra dificuldades de implementação e operacionalização, considerando-se o tamanho do país e suas múltiplas diferenças, em diversos aspectos.

Como exemplo destas dificuldades, pode-se citar que o porte, a história e a identidade pública ou privada de cada Universidade, entre outros fatores, cooperam de forma decisiva na elaboração/disponibilização dos documentos pertinentes para os processos avaliativos e, conseqüentemente, nos resultados esperados da avaliação.

Entretanto, os resultados que têm sido obtidos pela UFRGS nos procedimentos avaliativos de seus cursos, demonstram a qualidade do ensino que ministra, em níveis de graduação e pós-graduação, a relevância das atividades de pesquisa e o comprometimento social assumido pela via da extensão, conjunto de fatores que, por critérios de avaliação utilizados pelo MEC, situam a UFRGS entre as melhores Instituições de Ensino Superior no país, conforme demonstrado ao longo deste Relatório.

Este documento apresenta uma visão panorâmica da Universidade, estimulada pela construção e análise dos conteúdos propostos nas dez dimensões preconizadas pelo SINAES, revelando a grande diversidade de atividades desenvolvidas pela UFRGS, bem como as estreitas relações que mantém com a comunidade externa, seja em âmbito local, nacional ou internacional.

Desta forma encerra-se o 5º Ciclo Avaliativo da UFRGS com resultados positivos no que tange à reflexão e busca de melhoria de seus processos e organização interna. O desafio colocado para o 6º Ciclo Avaliativo consiste em repensar o sistema interno de avaliação da UFRGS (PAIPUFRGS/SINAES) da forma como está estabelecido. Implica sobretudo, em propor regulamentações, sistemáticas e modelos internos que possam estabelecer parâmetros norteadores para as ações avaliativas nas unidades acadêmicas e administrativas, buscando um alinhamento necessário que possa vir a contribuir para o cumprimento da missão institucional.

Os resultados das avaliações gerais dos cursos devem servir de estímulo para a busca de patamares ainda mais elevados de qualidade na Instituição, mantendo sua cultura de comprometimento com a busca permanente de melhoria dos serviços prestados. A continuidade da auto-avaliação, a par da prática da avaliação externa, deve constituir-se em recurso permanente e indispensável para tornar esta busca efetiva.

Outro importante desafio está na elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional de forma coletiva e democrática, como historicamente vivenciada pela UFRGS e que integra sua concepção de universidade pública, gratuita, academicamente qualificada, plural e comprometida com o Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Da concepção à regulamentação**. 4. ed. Brasília: INEP, 2007.

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Instrumento de avaliação externa**. Brasília: INEP, 2008.

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Roteiro de auto-avaliação Institucional 2004**: orientações gerais. Brasília: INEP, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Estatuto e regimento geral**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Plano de gestão 2008-2012**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório de gestão 2008**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Avaliação Institucional. **Avaliação institucional permanente na UFRGS**: graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão, gestão. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Avaliação Institucional. **Programa de avaliação institucional permanente da UFRGS**: 2º ciclo avaliativo – ênfase na avaliação interna. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Avaliação Institucional. **Programa de avaliação institucional permanente da UFRGS/ Sistema nacional de avaliação da educação superior – PAIPUFRGS/SINAES**: 3º ciclo avaliativo. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Avaliação Institucional. **Avaliação institucional permanente da UFRGS**: relatório de avaliação institucional. Projeto PAIPUFRGS/SINAES 3º ciclo avaliativo. Porto Alegre: UFRGS, 2004-2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Avaliação Institucional. **Programa de avaliação institucional permanente da UFRGS/ Sistema nacional de avaliação da educação superior – PAIPUFRGS/SINAES**: 4º ciclo avaliativo. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

COORDENADORES DOS NÚCLEOS DE AVALIAÇÃO DAS UNIDADES - NAUs

COLÉGIO DE APLICAÇÃO (APL)

Prof. Tadeu Rossato Bisognin (Coordenador)
Prof. Ivan Livindo de Senna Correa (Substituto)

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO (EADM)

Prof. Clézio Saldanha dos Santos (Coordenador)
Prof. Gilberto de Oliveira Kloeckner (Substituto)

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA (ESEF)

Profa. Miriam Stock Palma (Coordenadora)

ESCOLA DE ENFERMAGEM (ENF)

Profa. Simone Algeri (Coordenadora)
Prof. Dilmar Paixão (Substituto)

ESCOLA DE ENGENHARIA (ENG)

Prof. Carlos Eduardo Pereira (Coordenador)
Profa. Denise Carpena Coitinho Dal Molin (Substituto)

FACULDADE DE AGRONOMIA (FAGRO)

Prof. Carlos Alberto Bissani (Coordenador)

FACULDADE DE ARQUITETURA (ARQ)

Profa. Elena Salvatori (Coordenadora)
Prof. Eber Pires Marzulo (Substituto)

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO (FABICO)

Profa. Regina Helena Van Der Laan (Coordenadora)

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS (ECO)

Profa. Romina Batista de Lucena de Souza (Coordenadora)

FACULDADE DE EDUCAÇÃO (EDU)

Prof. Leonardo Sartori Porto (Coordenador)

FACULDADE DE FARMÁCIA (FARM)

Profa. Denise Bueno (Coordenadora)
Profa. Sandra Beatriz Rech (Substituta)

FACULDADE DE MEDICINA (MED)

Prof. Paulo Roberto Ferrari Mosca (Coordenador)

FACULDADE DE ODONTOLOGIA (ODO)

Profa. Sonia Maria Blauth Slavutzky (Coordenadora)

FACULDADE DE VETERINÁRIA (VET)

Prof. Emerson Antônio Contesini (Coordenador)

INSTITUTO DE ARTES (ART)

Profa. Maria Ivone dos Santos (Coordenadora)
Prof. Francisco de Assis Almeida Junior (Substituto)

INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS (IBIO)

Profa. Suzana Bencke Amato (Coordenadora)

INSTITUTO DE CIÊNCIAS BÁSICAS DA SAÚDE (ICBS)

Prof. Tadeu Mello e Souza (Coordenador)

INSTITUTO DE MATEMÁTICA (MAT)

Prof. Rudnei Dias da Cunha (Coordenador)

INSTITUTO DE PSICOLOGIA (PSI)

Profa. Inês Hennigen (Coordenadora)

INSTITUTO DE QUÍMICA (QUI)

Prof. César Liberato Petzhold (Coordenador)